espaço para o código de barras

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Ministério da Justiça 190 Anos

Justiça, direitos e cidadania no Brasil

190 MINISTÉRIO DA Justiça Anos

JUSTIÇA DIREITOS CIDADANIA NO BRASIL

Ministério da Justiça 190 Anos

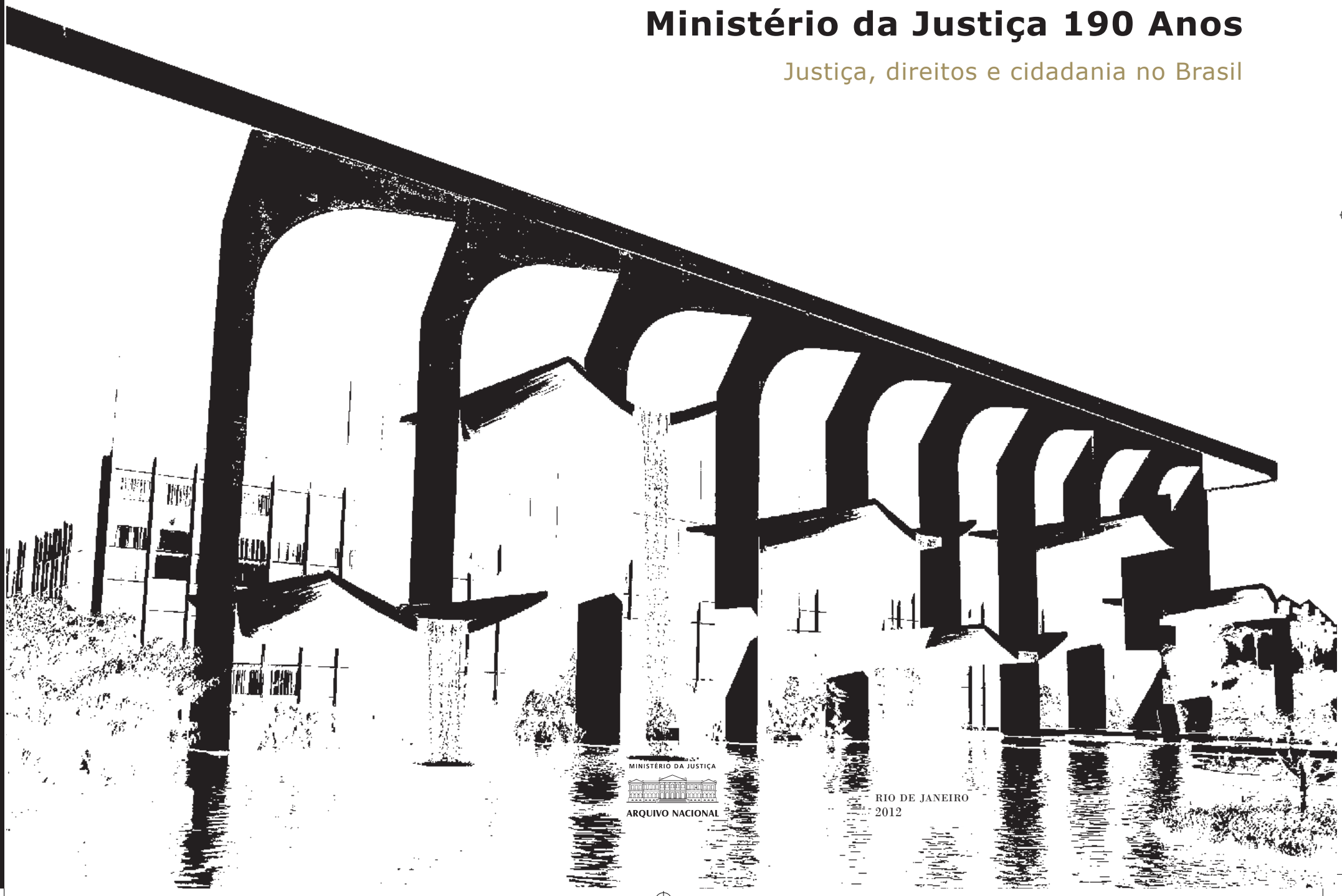
Justiça, direitos e cidadania no Brasil



Organizadores | Dilma Cabral e Fábio Campos Barcelos
Angélica Ricci Camargo e Rodrigo de Sá Netto

Ministério da Justiça 190 Anos

Justiça, direitos e cidadania no Brasil



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO
2012

Copyright © 2012 Arquivo Nacional
Praça da República, 173 • 20211-350 • Rio de Janeiro • RJ • Brasil
Tel.: (21) 2179-1338 • tel/fax: (21) 2179-1246

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro da Justiça
José Eduardo Cardozo

Diretor-Geral do Arquivo Nacional
Jaime Antunes da Silva

Coordenadora-Geral de Gestão de Documentos
Maria Izabel de Oliveira

Coordenadora-Geral de Acesso e Difusão Documental
Maria Aparecida Silveira Torres

Coordenadora-Geral de Processamento e Preservação do Acervo
Carmen Tereza Coelho Moreno

Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo
Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Coordenador de Preservação do Acervo
Mauro Domingues

Ministério da Justiça 190 anos : justiça, direitos e cidadania no Brasil/ Organizado por Dilma Cabral [et al.]. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
248p.: il.; 28 cm. – (Publicações Históricas; 102)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-60207-43-5

1. Brasil. Ministério da Justiça - História 2. Administração Pública – Brasil – História. I. Cabral, Dilma. II. Título. III. Série.
CDD 351.981

Coordenação do projeto
Dilma Cabral e Fábio Campos Barcelos

Pesquisa
Angélica Ricci Camargo, Dilma Cabral, Fábio Campos Barcelos, Rodolfo de Sousa Nascimento, Rodrigo Luiz Nascimento Lobo e Rodrigo de Sá Netto

Texto
Angélica Ricci Camargo (República) e Rodrigo de Sá Netto (Império)

Biografias
Dilma Cabral, Fábio Campos Barcelos e Rodrigo de Sá Netto

Estagiários
Camila Pereira de Barros Teixeira, Érika Rachel Guimarães Soares Alves, Karen Fernandes Paixão Madruga, Renan Faria Cerqueira e Yuri Varela Luz. Bárbara Santos Nacif e Ywoollyanna Kawanna Santos Souza (estagiários do convênio Conarq/Uerj)

Edição de texto e revisão
Alba Gisele Gouget e Mariana Simões

Projeto gráfico, diagramação e capa
Giselle Teixeira

Digitalização de imagens
Laboratório de Digitalização do Arquivo Nacional
Ministério da Justiça

Agradecimentos
Mônica Fonseca Gill, Sátiro Ferreira Nunes, Sérgio Miranda de Lima, Simone Monteiro Fernandes e Viviane Gouvêa

Sumário

Prefácio | 6

Apresentação | 8

Introdução | 10

O Estado brasileiro na Independência: Primeiro Reinado | 12

Um império em tempos de crise: o período regencial | 22

O predomínio conservador: Segundo Reinado | 28

O Brasil e a Primeira República: poder oligárquico e transformações urbanas | 34

O golpe de 1930 e o governo de Getúlio Vargas: o ocaso da velha República | 42

O fim do Estado Novo: o interregno democrático | 50

Anos de incerteza: o golpe e o regime militar | 58

A Nova República: caminhos para a consolidação da democracia e da cidadania | 66

Ministério da Justiça: atribuições e estrutura | 76

Os ministros da Justiça | 140

Cronologia | 196

Bibliografia | 238

Prefácio

A comemoração dos 190 anos do Ministério da Justiça, em 2012, traz à tona o importante papel que este órgão exerceu na história do Estado e da sociedade brasileira. Sua criação, em julho de 1822, foi uma das primeiras manifestações políticas do processo de independência do país, cujo principal marco se deu meses depois, às margens do rio Ipiranga, com d. Pedro I.

No período histórico em que vivemos, sob o manto do Estado de Direito, o Ministério da Justiça atua como um instrumento capaz de contribuir para a construção da cidadania e da identidade nacional, bem como para garantir os direitos sociais em seus mais amplos e irrestritos aspectos.

No entanto, como não poderia deixar de ser, esse desempenho esteve sempre vinculado às diferentes conjunturas que se apresentaram. É nesse aspecto que este livro, ao recuperar os principais pontos da trajetória dessa Instituição, nos oferece um panorama de como suas atribuições evoluíram, abarcando desde a administração dos negócios eclesiásticos, durante o Império, passando pelo momento em que, na República, a pasta se incumbiu dos chamados "negócios interiores", transpassando ainda pelo período do regime militar, até chegar ao restabelecimento da democracia.

Por meio do regaste histórico aqui proporcionado, é possível observar que o Ministério da Justiça sempre teve papel relevante nos diversos acontecimentos que marcaram a história do país, atento ao necessário processo de aprendizado, adaptação e transformação que naturalmente se estabelece quando novos desafios se impõem à sociedade brasileira.

José Eduardo Cardozo
Ministro da Justiça

Apresentação

O Arquivo Nacional e o Ministério da Justiça possuem uma longa história em comum. Já nos primeiros anos após a proclamação da República, quando o Estado brasileiro buscava adaptar as antigas instituições imperiais às necessidades do novo regime, o então chamado Arquivo Público Nacional, antes subordinado à extinta Secretaria de Estado dos Negócios do Império, passou para o âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Quando o ministério passou a se chamar apenas Ministério da Justiça, em 1967, a manutenção do Arquivo Nacional em sua estrutura foi emblemática, pois reconhecia o acesso à informação e a preservação da história nacional como elementos vitais para a cidadania no país, sendo sua integridade reconhecida como um direito da população brasileira.

A partir daí, as duas instituições evoluíram junto com o próprio país. O fim do regime militar e a redemocratização abriram uma outra fase na história nacional, que exigiu uma nova onda de reformas capazes de adequar o Estado brasileiro às demandas sociais que se impunham. Como parte desse processo, em 2000 o Arquivo Nacional passou para a estrutura da Casa Civil da Presidência da República, onde manteve suas atribuições de guardião da história do país e continuou avançando no papel de agente gestor da informação pública. Enquanto isso, no regime democrático, o Ministério da Justiça aprofundou sua luta pela garantia dos direitos dos brasileiros, enfrentando novos desafios e se modernizando.

No entanto, em 2011, as trajetórias dessas instituições centenárias se reencontraram. A volta do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça se deu no momento oportuno em que a sociedade brasileira busca discutir a melhor forma de lidar com seu passado recente e o próprio Estado toma para si a tarefa de coordenar esse processo. Além disso, a nova Lei de Acesso à Informação, promulgada no mesmo ano, reforça a visão de que a gestão eficiente, a acessibilidade e a transparência das informações públicas são peças essenciais na construção de um Estado democrático.

Esse retorno serviu, ainda, para que o Arquivo Nacional fizesse parte das comemorações pelos 190 anos do Ministério da Justiça com esta publicação, que pretende recuperar a história político-institucional do órgão analisando suas principais transformações nos diferentes momentos da história brasileira, focalizando, em especial, seu papel na promoção da justiça, dos direitos e da cidadania no Brasil. Assim, buscamos contribuir para esta data tão importante, reforçando nosso orgulho em participar dessa trajetória e estreitando ainda mais os laços que, desde o século XIX, unem as duas instituições.

Jaime Antunes da Silva

Diretor-geral do Arquivo Nacional

Introdução

Não é mera coincidência que os 190 anos de fundação do atual Ministério da Justiça marquem também os 190 anos da Independência do Brasil. A confirmação dada por d. Pedro para o estabelecimento da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em 1822, foi uma medida repleta de simbolismo, diante do conturbado cenário que marcou o regresso de d. João VI a Portugal, onde o futuro do nosso país parecia incerto diante das intenções de Lisboa em se restabelecer como centro político-administrativo do império luso-brasileiro.

Sua criação, portanto, fez parte do processo que buscava institucionalizar a autonomia do governo instalado no Rio de Janeiro frente à administração portuguesa. É a partir desse contexto particular da história nacional que podemos perceber a atuação do ministério não apenas como órgão encarregado da garantia dos direitos, mas também como um dos instrumentos de consolidação da cidadania brasileira e da identificação do país como nação.

A história dos 190 anos do Ministério da Justiça que nos propomos a contar nas páginas seguintes terá como principal foco a atuação do órgão nas diversas conjunturas políticas, econômicas e sociais que se apresentaram, destacando seu papel na trajetória de formação e consolidação da cidadania, da justiça e dos direitos no Brasil por meio do Poder Executivo. Ressaltaremos também o constante diálogo entre o ministério e a sociedade, mostrando como sua história se confunde com a do próprio país.

Outro aspecto relevante desse trabalho recai sobre a identificação das transformações ocorridas na estrutura administrativa do ministério e nas suas atribuições ao longo do tempo. A recuperação desse conjunto de informações é essencial para oferecer uma outra visão de como o órgão respondeu internamente às demandas impostas pela sociedade, revelando talvez um lado menos conhecido, mas não menos importante, de sua história.

Esse esforço de intercalar a história política do país a partir da reconstituição da organização administrativa do Estado faz parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa), do Arquivo Nacional, responsável pela realização deste livro. Criado inicialmente em 1981, o Mapa tem o objetivo de reunir e sistematizar dados relativos à história da administração pública brasileira desde o período colonial, com uma metodologia própria, acumulando, assim, uma experiência de quase duas décadas em estudos sobre o Estado brasileiro e seus elementos administrativos.

A forma como a publicação está organizada reflete essa metodologia. Começa com um texto que busca intercalar a evolução administrativa do ministério com sua atuação no contexto da evolução do Estado e da sociedade brasileira, acompanhado de boxes com informações complementares sobre algumas de suas atribuições ao longo desses quase duzentos anos.

Em seguida, a seção intitulada *Ministério da Justiça: atribuições e estrutura* oferece uma relação das competências do ministério em diferentes períodos, bem como organogramas de sua estrutura e uma listagem de todos os órgãos subordinados, em ordem alfabética, com suas principais atribuições conforme previstas em lei. Para tornar a compreensão desta parte do livro mais simples, dividimos a história do ministério em cinco períodos. Essa divisão se deu a partir das principais reformas ministeriais de forma a englobar não um período de tempo ou um contexto político, mas sim um conjunto de atribuições que são características do ministério nos diferentes períodos. Assim, por exemplo, o golpe civil-militar de 1964 não configura um marco administrativo tão importante para a estrutura administrativa do ministério como o decreto-lei n. 200, promulgado em 1967, que alterou profundamente a forma como a administração pública brasileira se organizava. Da mesma forma, em termos de história administrativa, as reformas efetuadas a partir de 1990 são mais simbólicas do que aquelas adotadas imediatamente após o fim do regime militar, em 1985.

O livro prossegue com uma relação de todos os ocupantes da pasta da Justiça desde 1822, em ordem cronológica, seguida de um conjunto de breves biografias, organizadas em ordem alfabética, onde estão dispostos os principais dados sobre a formação e a carreira pública dos ministros. Contemplamos nessas biografias apenas aqueles que foram efetivamente nomeados para o cargo, sendo possível, no entanto, identificar seus ocupantes interinos na relação que as antecede. Apresentamos ainda uma breve cronologia reunindo fatos marcantes da trajetória do ministério, de forma a contextualizá-los em uma perspectiva que abarcasse também os acontecimentos fundamentais da história nacional e mundial.

Com isso, esperamos que este livro esteja à altura de celebrar essa importante data da história brasileira e que possa oferecer não só ao Ministério da Justiça, mas também a pesquisadores e instituições interessadas, informações complementares às que foram reunidas em trabalhos como *História do Ministério da Justiça (1822-1972)*, de Pedro Calmon, editado em 1972, e *Organização e administração do Ministério da Justiça no Império*, de Américo Jacobina Lacombe e Vicente Tapajós, de 1986.

Por fim, registramos nossos agradecimentos a todos os funcionários do Arquivo Nacional e do Ministério da Justiça que, de diferentes e incontáveis maneiras, colaboraram para que esta publicação se tornasse possível.

Dilma Cabral
Fábio Campos Barcelos
Organizadores

O Estado brasileiro na Independência

Primeiro Reinado

Durante os 322 anos da colonização, o território que hoje associamos à nação brasileira deixou de ser uma terra inóspita, onde o conquistador europeu projetava seus sonhos de enriquecimento rápido, para se tornar a porção americana do Reino Unido de Portugal e Algarves, sede de uma monarquia desterrada e, finalmente, na regência de d. Pedro I, um país que parecia viável para seus homens de importância política e econômica. Naquela altura, entretanto, havia súditos, mas não cidadãos brasileiros; havia uma sensação de pertencimento local, mas nem de longe algo próximo de um sentimento nacional; havia leis específicas, emitidas por Portugal para adaptar as Ordenações Filipinas à realidade colonial, mas não um corpo legislativo pensado e produzido em terras brasileiras e voltado para a normatização daquele meio social e de suas instituições. Não havia, enfim, um Estado brasileiro.

Após a Independência do país, d. Pedro I é aclamado imperador do Brasil
Arquivo Nacional



Nesse contexto, o desafio que se impôs ao governo imperial instalado após 1822 foi nada menos que construir, simultaneamente, uma nação e um Estado de direito, ou seja, criar uma entidade política com fronteiras consolidadas e cuja população partilhasse, em alguma medida, de um sentimento de unidade. Ao mesmo tempo se fazia necessário fixar em termos legais, nos moldes do constitucionalismo moderno, as regras que norteariam a ação do Estado e os diversos aspectos da relação entre ele e sua população, e dos seus membros entre si. Em suma, era preciso definir e implantar um modelo de cidadania, além de erigir um sistema jurídico que, por meio de instituições, zelasse pela aplicação das leis que deveriam delimitar, de acordo com o liberalismo em voga, os direitos individuais, desempenhando um papel determinante nesse processo a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, antepassado imperial do atual Ministério da Justiça.

A importância do Executivo na consecução dessa meta torna-se ainda mais clara se levarmos em conta que, no Brasil, a conquista dos direitos civis não foi resultado de um longo processo histórico de lutas travadas pelas massas populares, como acontecera nas nações europeias que forneciam o exemplo de civilização seguido

pelos idealizadores da pátria brasileira. A cidadania precisava, inversamente, ser construída com frequência de forma unilateral pelo Estado. Num caminho repleto de percalços, o período imperial testemunhará avanços no campo da cidadania e na implantação de um Estado de direito no Brasil, mas essas conquistas se darão de maneira muitas vezes irregular, num processo que a sociedade brasileira ainda procura aperfeiçoar.

Mas ao dizermos que coube, sobretudo, ao Estado brasileiro difundir uma concepção de cidadania tributária do liberalismo europeu, que se firmava como modelo para as nações que se queriam civilizadas no século XIX, não pretendemos insinuar que o povo manteve-se inerte, sem nunca esboçar qualquer reação no que tange à defesa dos seus valores e interesses. Ao contrário, a não adesão, e muitas vezes a resistência, da população ao processo de transposição para o Brasil de instituições e normas legais inspiradas no jusnaturalismo moderno, e postas em prática pelas revoluções francesa e americana, assinala, por outro lado, o seu apego a formas de ordenamento social que, apesar de herdadas do passado colonial, eram amplamente aceitas na medida em que conformavam um ideal de Justiça difundido. Dessa forma, compreende-se o estranhamento experimentado pelo povo diante de algumas reformas modernizadoras de iniciativa do governo imperial, que, orientadas pelos princípios de racionalização e laicização das relações entre Estado e sociedade permeados das novas concepções jurídicas de soberania e direitos subjetivos e individuais, foram recebidas, não raro, com violenta desconfiança.

A dificuldade de implantação no Brasil de um Estado de direito moderno e racionalizado, em que os direitos individuais fossem plenamente assegurados, remete em grande parte à conservação de estruturas políticas, econômicas e mentais remanescentes do período colonial. No entanto, isto não significa que as instituições jurídicas estabelecidas não tenham sido instrumentalizadas pela população ou que esta se mantivesse totalmente ignorante e refratária aos mecanismos estatais de justiça e às novas ideias sobre a liberdade e os direitos do homem. Desde o final do século XVIII, podemos encontrar exemplos do recurso das camadas populares à Justiça instituída, como o crescente número de ações de liberdade impetradas por escravos. Da mesma forma, já no fim do período colonial vemos o entusiasmo de uma parcela da população diante dos novos ideais de liberdade, igualdade e laicização da esfera pública, naquela altura disseminados pela França revolucionária, sentimento expresso em alguns movimentos emancipatórios e questionadores do ordenamento social vigente, como a Conjuração Baiana de 1798.

No plano propriamente legal, destaca-se a ausência de um corpo de leis pensado para a realidade brasileira, vigorando desde o começo do século XVII as Ordenações Filipinas ao lado de inúmeras leis extravagantes, cartas régias e de doação, forais, alvarás e regimentos, voltados para a adaptação do conjunto de normas jurídicas ibéricas ao mundo colonial. Sobretudo no âmbito do direito civil, parte das Ordenações precisou ser mantida, durante todo o Império, diante da dificuldade de se elaborar um código civil próprio, projeto que não sairia do papel antes do século XX.

Passando para a esfera administrativa, o desligamento político de Portugal não significou uma automática reestruturação burocrática do novo país, conservando-se, em grande parte, os antigos agentes da Coroa em postos governamentais importantes. Ao desempenharem um poder administrativo não regulado por normas rígidas, racionais e uniformes, esses funcionários encontravam grande margem para o exercício de arbitrariedades, em vista da continuidade de práticas e instituições vinculadas ao mundo colonial.

No contexto anterior à Independência, sendo o regime político em vigor uma monarquia absoluta, os direitos políticos da população eram muito limitados. A Constituição foi uma conquista que, em Portugal, dependeu da mobilização da burguesia liberal em torno das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, movimento que reivindicou a volta de d. João VI ao país e a adoção da monarquia constitucional. Animados pelos mesmos propósitos, deputados das diversas províncias do Brasil participariam das discussões sobre uma Constituição para o Império luso-brasileiro e, ao optarem pela emancipação política, trariam esse debate

para o país recém-criado. Essas discussões culminariam na escolha da monarquia constitucional como regime a ser adotado, o que implicava produzir uma Constituição e implantar um sistema representativo eleitoral.

Já no campo daquilo que entendemos hoje como direitos civis, ou seja, aqueles que envolvem o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade legal, obstáculos ainda maiores eram impostos pelo panorama colonial (Carvalho, 2001, p. 9). Constituíam entraves para a disseminação da cidadania civil no Brasil o mandonismo dos proprietários rurais, que desempenhavam arbitrariamente o poder que caberia, nos Estados burocratizados modernos, aos órgãos de Justiça; a dificuldade de aplicação da lei nos povoados mais distantes, em virtude da enorme extensão territorial do país e da deficiência dos meios de comunicação; a relação promíscua entre o Estado e os poderosos locais; a insuficiência da educação, redundando em altas taxas de analfabetismo; a corrupção dos magistrados e demais agentes do governo; e a escravidão.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça

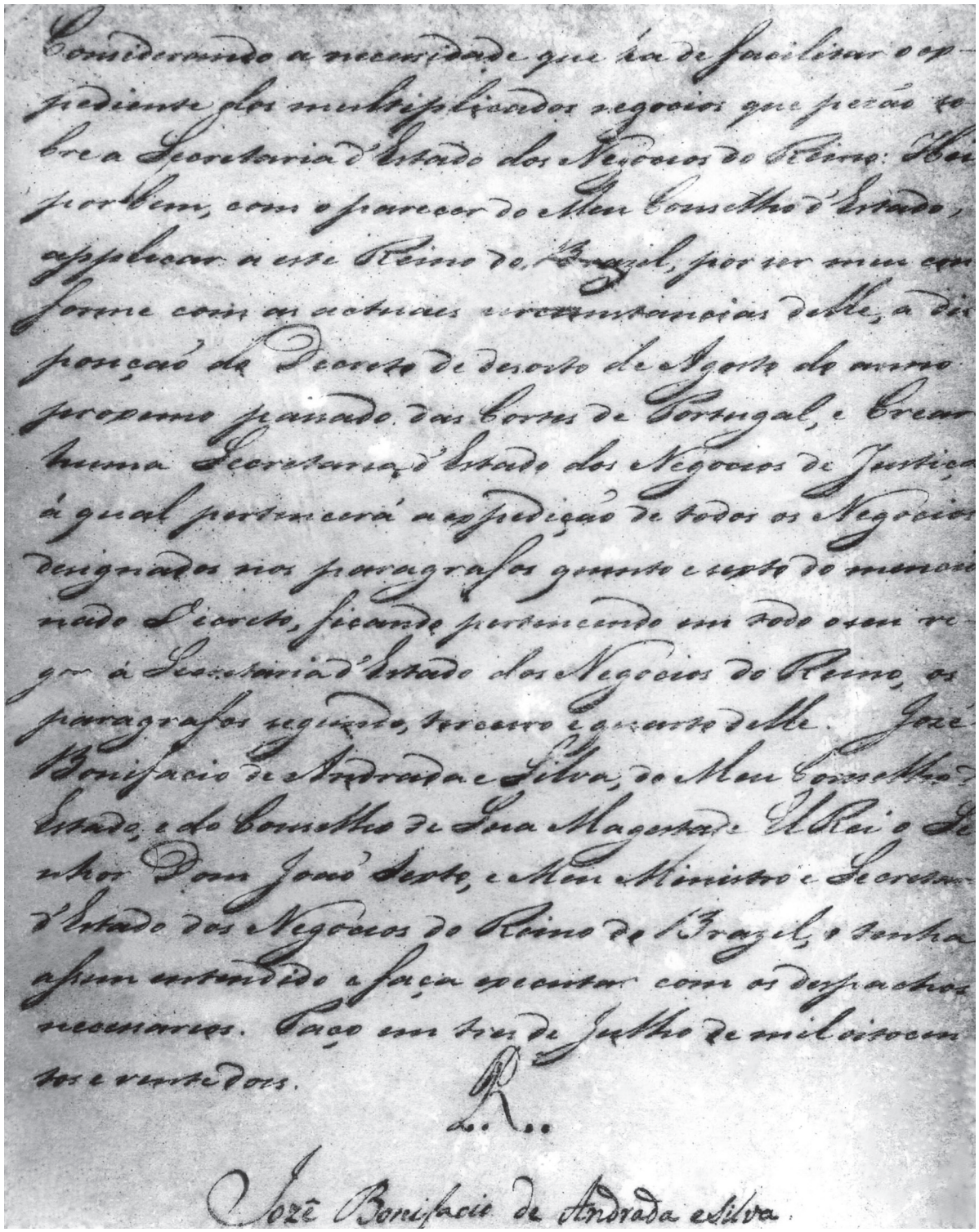
A Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça surgiu no âmbito das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa convocadas pela Revolução Liberal Constitucionalista, deflagrada na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820. Foi instituída pela lei de 23 de agosto de 1821, que estabeleceu um órgão congênere em Portugal a partir do desmembramento dos negócios antes sob a competência da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. No Brasil, a disposição das Cortes foi confirmada na regência do príncipe d. Pedro, pelo decreto de 3 de julho de 1822, reafirmando a intenção original da lei aprovada em Portugal de reduzir o excesso de funções a cargo da Secretaria do Reino. Suas atribuições originais eram todas as matérias de justiça civil e criminal, a gestão sobre os assuntos eclesiásticos, o despacho das nomeações dos magistrados e demais cargos sob sua jurisdição, a manutenção da segurança pública, a inspeção das prisões e a promulgação das leis, decretos, resoluções e outras determinações legais referentes aos objetos sob sua responsabilidade, comunicando-as às instâncias competentes e fiscalizando sua execução.

Retrocedendo ao reinado de d. João V, em Portugal, encontramos as origens de sua antecessora, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, criada pelo alvará de 28 de julho de 1736. Tendo sobrevivido às reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII, esta secretaria foi transferida para o Brasil em 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a decorrente instalação de uma ampla e complexa estrutura administrativa e judiciária para adequar a antiga colônia ao seu novo papel de centro político da monarquia portuguesa. Ao contrário de outros órgãos centrais, como os tribunais e conselhos, que tiveram sua base legal alterada, mantiveram-se para as secretarias de Estado as disposições estabelecidas pelo alvará de 1788 que reformara as secretarias criadas em Portugal pelo alvará de 1736 (Cabral; Camargo, 2010, p. 47-61).

Durante todo o Império, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça teve como sede a antiga residência de Antônio de Araújo e Azevedo, primeiro conde da Barca e secretário dos Negócios do Reino, situada na rua do Passeio, 42, prédio comprado de seus herdeiros por d. João VI e onde esteve em atividade a oficina da Impressão Régia. Seu primeiro secretário foi Caetano Pinto de Miranda Montenegro, mais tarde marquês da Vila Real da Praia Grande, doutor em direito pela Universidade de Coimbra e dono de ampla experiência administrativa, tendo governado diferentes capitanias ainda no período colonial.

Naquele contexto, entretanto, o ministério encontrava-se impossibilitado de aprovar reformas estruturais de grande impacto, limitando-se a "resolver casos surgidos nos processos administrativos ou judiciários, ou então intervindo na ação das autoridades religiosas" (Lacombe; Tapajós, 1986, p. 103). Isto porque, ainda que constituísse um país independente de Portugal, diante da falta de normas jurídicas próprias ficava estabelecido pela lei de 20 de outubro de 1823, emitida pela Assembleia Constituinte, que se mantinha em vigor a legislação que regia o Brasil até 25 de abril de 1821, bem como as leis promulgadas durante a regência de d. Pedro e alguns decretos das Cortes Portuguesas. Esse ato restringiu o papel da secretaria, nos anos iniciais do Império, ao de mero intérprete da legislação existente.

Decreto de 3 de julho de 1822, assinado por José Bonifácio, que criou no Brasil a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça
Ministério da Justiça


Considerando a necessidade que ha de facilitar o expediente dos multiplicados negocios que pertencem á Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino: Hei por bem, com o parecer do Meu Conselho d'Estado, ampliar a este Reino do Brazil, por ser mais conforme com as actuaes circumstancias delle, a disposição do Decreto de desoito de Agosto do anno proximo passado das Cortes de Portugal, e crear huma Secretaria d'Estado dos Negocios de Justiça á qual pertencerá a expedição de todos os Negocios designados nos paragrafos quinto e sexto do mencionado Decreto, ficando pertencendo em tudo o mais relativo á Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, os paragrafos seguinte, terceiro e quarto delle. José Bonifacio de Andrada e Silva, do Meu Conselho d'Estado, e do Conselho de Sua Magestade El Rei o Senhor Dom João Sexto, e Meu Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino do Brazil, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço em vinte de Junho de mil oitocentos e vinte e dous.

R.

José Bonifacio de Andrada e Silva.

Nesse primeiro momento a pasta da Justiça se manteve ocupada com uma atribuição incomum no contexto de laicização do poder estatal, condizente com os princípios liberais característicos do ambiente político europeu no século XIX. A manutenção de um vínculo estreito entre Estado e Igreja, resquício de uma tradição portuguesa, conferia à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça a função de administrar a organização eclesiástica, atribuição que conservará até 1862, quando será transferida para o Ministério do Império. Essa tutela do Estado sobre a Igreja fundamentava-se na Constituição de 1824, que atribuía ao Executivo a prerrogativa de validar os decretos eclesiásticos, e era reforçada por inúmeras portarias que firmaram o controle estatal sobre a formação e nomeação dos membros da Igreja até os postos mais altos.

Para além das medidas que vinculavam a administração eclesiástica ao Estado, o trabalho do ministério no Primeiro Reinado se concentrou em questões como a normalização da entrada e permanência de portugueses após a Independência, o funcionamento da magistratura, o controle da imprensa e a repressão da criminalidade.

Em seus primeiros anos, a secretaria permaneceu desprovida de regulamentação interna (Calmon, 1972, p. 49), uma vez que, apesar de a Constituição de 1824 prever a definição por lei das atribuições ministeriais, seu primeiro regulamento viria apenas com a decisão n. 77, de 15 de março de 1830, dotando sua estrutura

interna de cinco divisões. Essa reforma foi complementada pela lei de 4 de dezembro de 1830, que, ao extinguir a Chancelaria-Mor do Império, transferiu suas funções para a Secretaria de Justiça, acumulando o secretário desta pasta o cargo de chanceler.

Direitos e cidadania: a disseminação dos novos princípios

O século XVIII foi um período de redefinição política e cultural no mundo ocidental, marcado pelas revoluções na França e nos Estados Unidos e pela ascensão das ideias iluministas. Refletindo as mudanças históricas que aconteceram nesses países, nos últimos anos do período colonial e, sobretudo, nas primeiras décadas do Império, o termo cidadão começa a adquirir no Brasil um significado inédito. Referindo-se, tradicionalmente, àqueles a quem eram concedidos direitos especiais e exclusivos em face do conjunto dos habitantes, a palavra deixa de estar ligada a um arranjo social desigual para assumir o sentido de estatuto legal comum a todos os membros de uma nação. Mas, ainda que os fundadores do Brasil se reportassem ao universo político europeu e norte-americano, dele retirando os parâmetros para a construção do novo país, a Independência não significou, de imediato, uma alteração radical nas estruturas sociais vigentes.

De acordo com o ideário liberal partilhado pela classe política do Império, composta em grande parte por bacharéis da reformada Universidade de Coimbra, no final do século XVIII aberta ao pensamento ilustrado, a redefinição do estatuto social dos antigos súditos da Coroa portuguesa era uma necessidade, surgindo neste momento a questão dos direitos do cidadão no Brasil. Nesse processo, a instauração da cidadania, para os conservadores, deveria significar a garantia de direitos individuais, sobretudo, para a camada de homens livres de prestígio a quem caberia o governo do Estado. Esse projeto baseava-se numa concepção restritiva do conceito de cidadania, caracterizada por um escalonamento de direitos entre as diferentes classes sociais, preservando-se, assim, a hierarquização social necessária para a manutenção da preeminência política e econômica da classe dirigente. Já para o povo e para os partidários de um liberalismo mais radical, a luta pela cidadania se confundiu com a contestação da assimetria de direitos que marcou a sociedade colonial e da própria escravidão. Contudo, na medida em que a facção conservadora toma as rédeas do governo imperial, principalmente na segunda metade do século XIX, o tipo de cidadania instituída pelo Estado se aproximará do modelo desejado por este grupo político.

Seja como for, serão muitos os empecilhos encontrados pela sociedade imperial na instauração de um Estado de direito. Em primeiro lugar está a precariedade do ensino brasileiro, sendo a educação um fator importante na popularização da ideia moderna de cidadania. Ora, durante quase todo o período colonial aquilo que hoje chamamos de instrução pública encontrava-se nas mãos dos jesuítas, que praticavam um ensino vinculado à escolástica, concepção de saber fundamentalmente oposta à Ilustração, movimento que, sob a forma do liberalismo político, forneceu os parâmetros da cidadania moderna. Além disso, após a expulsão dos inacianos do mundo luso-brasileiro em 1759, houve um intervalo até a efetiva instauração das aulas régias, modelo de ensino estatal que pretendeu ocupar o vazio resultante da eliminação dos colégios jesuíticos, agravando ainda mais o panorama das letras no Brasil. Somando-se a isso, precisamos levar em conta a proibição de instalar cursos superiores na colônia, devendo os filhos das famílias ricas

Padroado

O direito de padroado consiste num privilégio sobre assuntos da Igreja concedido pela Santa Sé à Coroa portuguesa, e estendido ao imperador brasileiro em 1827. A Constituição de 1824 reafirmou o instituto do padroado, ao definir como prerrogativa do imperador a nomeação dos bispos e o provimento dos benefícios eclesiásticos. O imperador exercia ainda o direito de conceder ou negar o beneplácito aos decretos pontifícios. Fez parte das atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça a administração dos negócios e benefícios eclesiásticos, o que compreendia, entre outros, a divisão eclesiástica, a apresentação, permuta e remoção dos benefícios eclesiásticos, os conflitos de jurisdição, os recursos impetrados à Coroa e os negócios relativos aos seminários, conventos, Capela Imperial, catedrais, paróquias, ordens terceiras, irmandades e confrarias. Em 1862, a administração dos negócios eclesiásticos foi transferida para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

Prédio na rua do Passeio, Rio de Janeiro, que foi sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça durante o Império
Ministério da Justiça



brasileiras encaminharem-se à Europa para obter o grau de bacharel. Esse conjunto de elementos redundava em altos índices de analfabetismo e na elitização do saber, situação que se mantinha praticamente inalterada no momento da Independência, apesar de algumas medidas introduzidas durante o período joanino terem favorecido um discreto impulso à circulação de ideias, sobretudo no espaço da Corte, como a fundação da Imprensa Régia, a criação de instituições científicas como a Biblioteca Real e o Observatório Astronômico, e a abertura de cursos de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia.

Assim, a restrita disseminação entre o povo dos novos princípios de cidadania, ao lado do seu papel coadjuvante no movimento de emancipação colonial, fez com que a aquisição dos direitos civis e políticos durante o Império dependesse, principalmente, da iniciativa do Estado. Além disso, pressupondo que as lutas pela cidadania tradicionalmente se deram no âmbito desse ente político e levando-se em conta que, no Brasil, o localismo e a fraqueza do nacionalismo também inviabilizaram a mobilização popular na luta por interesses comuns, restaria ao Estado delimitar o alcance da cidadania, que se institucionalizará, dessa forma, sob sua égide (Carvalho, 1999, p. 325). Sendo assim, não é de se admirar que, no Brasil, o trajeto para a obtenção da cidadania tenha assumido rumos distintos dos observados nas nações europeias, onde uma participação mais ativa do povo, num processo de reivindicações prolongado, caracterizaria a conquista dos direitos políticos como decorrência de vitórias anteriores no campo civil. No Brasil, ao contrário, os direitos políticos teriam grandes avanços com a Constituição de 1824, ao mesmo tempo em que inúmeras restrições se colocaram no plano dos direitos civis, fato evidente, sobretudo, na continuidade da escravidão (Carvalho, 2001, p. 30).

A Constituição de 1824

Avançada para o contexto político e social brasileiro, a Constituição de 1824 foi um primeiro e importante passo na disseminação do ideário liberal por aqui, ao prever, por exemplo, a liberdade de manifestação, de pensamento, de reunião e de profissão, além de garantir o direito à propriedade. A Carta fixava o sistema político em vigor como uma monarquia constitucional, resolução que, se por um lado era conservadora, ao refutar as propostas republicanas mais radicais, por outro mostrava-se progressista. Afinal, instaurava o princípio eletivo para a composição do Poder Legislativo e a Constituição enquanto paradigma legal limitador do poder monárquico, antes absoluto, ainda que a instituição do Poder Moderador tenha dado grande margem à ingerência política do imperador.

Idealizado pelo teórico liberal suíço Benjamin Constant, o Poder Moderador deveria ser um poder neutro, independente das disputas políticas, o que asseguraria a sua função de conciliador das outras esferas de poder, precisando, para tanto, gozar de total independência com relação ao Executivo. A Constituição de 1824, no entanto, aglutinando ambos os poderes

Capa da Constituição Política do Império do Brasil, a primeira do país, outorgada por d. Pedro I em 1824
Arquivo Nacional



na figura do imperador, neutralizou esse propósito original, dotando o chefe de Estado de poderes excessivos.

Quanto ao Poder Judiciário, porém, a Carta continha imprecisões que comprometiam a sua efetiva autonomia. Não garantia a vitaliciedade e irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados, negava a sua inamovibilidade e, após a edição do Ato Adicional em 1834, conferia às assembleias gerais provinciais as atribuições de fazer, interpretar, suspender e revogar leis, redundando numa excessiva dependência do Judiciário com relação ao Ministério da Justiça e ao Executivo de maneira geral. Assim, com a outorga da Constituição de 1824, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça teria suas atribuições aumentadas, acumulando funções que caberiam ao Poder Judiciário se o texto da Carta, consoante com a "moderna doutrina constitucional de separação dos poderes", estipulasse a efetiva independência desse poder, o que acabou não acontecendo (Nogueira, 1999, p. 35). Esta situação era agravada pelo hábito recorrente do Executivo de questionar os atos do Judiciário, chegando a punir magistrados para forçar a modificação de decisões.

O melhor exemplo da interferência do Executivo nas decisões dos magistrados e do desrespeito pelos princípios fundamentais da independência do Judiciário aconteceu em 1854. Naquele ano, sendo Nabuco de Araújo secretário da Justiça, foram determinadas a aposentadoria de dois juízes e a transferência de mais um do Tribunal da Relação de Pernambuco, devido à absolvição de indivíduos acusados de envolvimento com o tráfico ilegal de africanos, decisão da qual o Executivo discordava. Fatos semelhantes ocorreram nos ministérios de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, e João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (p. 36).

No plano eleitoral, no entanto, o liberalismo da Carta de 1824 era mais ortodoxo. Ficavam instituídas eleições indiretas em dois turnos, com um universo de votantes formado pelos homens livres acima de 25 anos com renda mínima de cem mil réis, quantia compatível com a realidade da maior parte da população. Aos votantes caberia a escolha dos eleitores, estes sim aptos a escolher diretamente os representantes políticos, sendo os critérios censitários aqui elevados para duzentos mil réis. Vedava-se, ao mesmo tempo, a participação dos libertos.

A Carta, ao prever o voto censitário, dividindo a sociedade brasileira entre não votantes, votantes e eleitores, aproximava-se da Constituição francesa de 1791, que formalizou uma diferenciação entre cidadãos ativos, aqueles plenamente dotados de direitos políticos e a quem cabia o governo do Estado, e passivos, dotados de uma cidadania parcial, destituída do seu aspecto político. Como a propriedade, do ponto de vista liberal, além de um direito, é um indicador do mérito individual, o alijamento das camadas mais pobres dos direitos políticos instituía uma reciprocidade entre a riqueza e a faculdade de votar, aqui reservada àqueles tidos como mais aptos. Simultaneamente, a divisão qualitativa da cidadania refletiu o feitio aristocrático que as classes políticas hegemônicas visavam imprimir à sociedade imperial, delimitando o papel social de cada um de seus membros.

De todo modo, a instituição de um sistema representativo eleitoral, mesmo com as limitações apontadas, foi um grande passo rumo à implantação da cidadania no Brasil, inaugurando uma prática, em processo de consolidação e aperfeiçoamento ainda hoje, que rompia radicalmente com a organização política em vigor no mundo colonial.

No que diz respeito à escravidão, a Constituição de 1824 se furtou a apreciá-la por completo. Sua manutenção numa

sociedade regida por um ordenamento jurídico liberal, em que a liberdade surge como direito fundamental e inato, deveu-se à ênfase conferida ao direito de propriedade, igualmente inquestionável. Assim, embora a Constituição não endossasse a legalidade da escravidão, indiretamente dava margem à sua prática ao proteger o direito senhorial de propriedade. Ao mesmo tempo, a Carta brasileira inspirou inúmeras demandas judiciais pela aquisição dos direitos civis nela assegurados, movidas, principalmente, por escravos e libertos, sugerindo que a repartição desigual dos direitos no Império talvez não fosse tão rígida.

Além disso, a persistência dessa instituição, tão associada ao colonialismo e ao absolutismo, ao lado da disseminação de um senso comum liberal, estaria vinculada a características culturais e econômicas remanescentes do passado próximo. Fundamental para a produção agrário-exportadora, principal fonte de divisas do país, a escravidão era praticada de norte a sul, mesmo entre os mais pobres e até em meio aos libertos. Isto denota a sua grande aceitação na sociedade brasileira nos primeiros anos do Império, significando, ao mesmo tempo, um grave limite à propagação dos princípios da liberdade individual, direito civil mais básico, e, por conseguinte, da cidadania.

Outro aspecto relevante da Constituição de 1824, do ponto de vista da difusão dos direitos civis no Brasil, foi a determinação de que se produzisse, com urgência, uma codificação civil e criminal, embora apenas a segunda tenha sido elaborada num prazo relativamente curto. A inexistência de um código civil representou um sério problema para o panorama legal brasileiro, uma vez que, sem um arcabouço moderno de leis no qual as contendas civis pudessem se basear, foram mantidas as disposições das Ordenações Filipinas nessa esfera até o século XX, em virtude da dificuldade de se produzir um código adaptado às especificidades brasileiras, sobretudo no que se refere à escravidão. A premência de sua elaboração era sentida, sobretudo, pelos juristas da época, que partilhavam a crença de que o código civil constituía um requisito indispensável para o aprofundamento da independência brasileira e a modernização do Estado que se criava.

O Código Criminal de 1830

A historiografia recente tende a confirmar o papel da Secretaria de Justiça como mantenedora da ordem ao longo de todo o período imperial, condição para a construção do Estado nacional idealizado pelas elites no poder enquanto organismo voltado para a defesa dos interesses da agricultura escravista e a manutenção da hierarquia social, num período convulsionado por rebeliões escravas e revoltas provinciais. Com esse objetivo, o ministério acumularia, então, além de suas funções destinadas à repressão ao crime, outras relacionadas, indiretamente, com esse quadro mais amplo de preservação da ordem, como a normalização da propriedade da terra e da força de trabalho, a distribuição de honrarias, o processo eleitoral e a vigilância sobre a imprensa (Mattos, 1987). Nesse contexto, destacou-se a publicação pela secretaria do primeiro código criminal do Império brasileiro, instituído pela lei de 16 de dezembro de 1830, mas em vigor a partir de 1831, que deu início à substituição do arcabouço legal português ainda vigente no Brasil apesar da Independência. A rapidez da elaboração do código deveu-se à anulação de várias disposições das Ordenações pela Carta de 1824, privando o sistema penal brasileiro de boa parte dos parâmetros legais que o orientavam e tornando urgente a produção de uma nova legislação.

Quanto à preservação do direito de liberdade individual, o novo código representou um grande avanço, se comparado às limitações ao seu exercício no panorama legal anterior, uma vez que a legislação portuguesa concedia ao Estado grande margem de arbítrio na prática do poder penal. Ainda que um decreto emitido pelo conde dos Arcos em 1821 tenha pretendido minorar este problema, estipulando regras para as prisões e tratamento dos detentos, sua resolução viria apenas com o estabelecimento do direito à requisição de *habeas corpus* prevista pelo Código Criminal de 1830. Entretanto, o código trouxe um grande obstáculo à difusão dos direitos no Brasil ao negar o estatuto de sujeito de direitos aos escravos, ao mesmo tempo em que os reconhecia como autores de delitos. Assim, o direito penal apenas incidiria sobre o escravo como acusado, estando vedada a sua qualificação como vítima de qualquer crime.

Desembargadores chegando à Casa de Suplicação, no Rio de Janeiro, no início do século XIX
Arquivo Nacional



É importante frisar, entretanto, que nesse momento a execução do poder policial cabia à Intendência-Geral de Polícia, órgão criado pelo alvará de 10 de maio de 1808, com a mesma jurisdição do intendente de Portugal, estabelecido em 25 de junho de 1760. Embora, pela decisão n. 77, de 15 de março de 1830, fosse competência privativa da secretaria a responsabilidade sobre o ramo da segurança, não havia um expresso enquadramento da Intendência-Geral de Polícia nesta pasta, o que só ocorreria após 1841, com a criação das chefias de polícia. Com a atribuição de manter a paz e o bem comum dos súditos, a intendência possuía uma gama de atribuições que incluíam não apenas a segurança, mas também a disciplinarização do uso do espaço urbano. Essas competências abrangiam os chamados crimes comuns, a vigilância noturna da cidade, a expedição de passaportes e o registro do expediente da Casa de Correição, além da fiscalização dos costumes, da salubridade urbana, dos divertimentos públicos, da mendicância, dos meios de transporte, e a realização de mapas de população (Cabral; Camargo, 2010, p. 39-40).

Um império em tempos de crise

O período regencial

A abdicação de d. Pedro I, em 7 de abril de 1831, representou a vitória da corrente política que pretendia imprimir à organização política do Império um viés federalista, encerrando a submissão das províncias à excessiva centralização das decisões políticas no Rio de Janeiro e abrindo a possibilidade de construção de um Estado, ainda que unitário, capaz de acolher os interesses provinciais e de trazer as elites locais para o palco político. Os primeiros anos da Regência foram caracterizados por experiências de cunho descentralizador que atestam o domínio do Partido Liberal até 1837, como a criação da Guarda Nacional, a edição do Código do Processo Criminal e a aprovação do ato adicional à Constituição. Assinado em 1834, o ato instituiria o federalismo no Brasil, estabelecendo as assembleias legislativas provinciais, extinguindo o Conselho de Estado, interditando o uso do Poder Moderador e promovendo um novo arranjo político, que definiu a divisão constitucional das competências do governo central

Ilustração dos uniformes de oficiais superiores da Guarda Nacional
Arquivo Nacional



e dos governos provinciais e conferiu autonomia administrativa e tributária ao poder local.

Essas medidas compuseram um quadro de reformas coerente com a orientação liberal mais acentuada da política imperial de boa parte da década de 1830, traduzida no estímulo a um tênue nacionalismo e no combate ao absolutismo, resquício da subordinação colonial, e às intenções daqueles que pretendiam a volta de d. Pedro I ao trono – condições para a manutenção do Estado brasileiro em formação. Nesse contexto, a Regência surgiu como solução moderada, capaz de cumprir esses desígnios ao mesmo tempo em que preservava a monarquia, afastando as tendências republicanas mais radicais e garantindo as prerrogativas políticas e econômicas exclusivas da elite.

Primeiro secretário nomeado para a pasta da Justiça no período regencial, o padre Diogo Antônio Feijó fez da repressão dos distúrbios da ordem pública – provocados por conflitos entre liberais exaltados ou moderados, federalistas e republicanos,

facções políticas condensadas ao longo dos últimos anos do Primeiro Reinado – uma de suas maiores prioridades.

É possível situar nesse contexto a lei de 18 de agosto de 1831, que criou a Guarda Nacional, milícia popular organizada localmente. O preenchimento de seu oficialato inferior se daria por critérios eletivos, dando margem, teoricamente, para sua ocupação pelos estratos sociais inferiores, inclusive os libertos. Inspirada em instituição similar surgida na França em 1789, a Guarda Nacional brasileira partilhava com aquela o ideal de transferir para o poder civil – representado pelos cidadãos ativos, uma vez que os critérios para alistamento eram os mesmos estipulados para a concessão do direito de participação política – a responsabilidade sobre a manutenção da ordem e a defesa do país.

Do ponto de vista social, a importância da Guarda Nacional, tal como ela se apresentava no momento de sua fundação, foi a natureza relativamente popular de sua composição. Além da adoção de critérios eletivos para o preenchimento do oficialato inferior, nela o alistamento era franqueado à maioria da população economicamente ativa, não havendo outra restrição que não fosse a comprovação da renda mínima, possibilitando a participação de pardos e libertos, ainda que sua efetiva presença nos quadros da Guarda Nacional seja controversa.

Uma vez que a própria Constituição de 1824 já previa o fortalecimento do poder civil, a instalação da Guarda Nacional, aventada ainda no Primeiro Reinado, tornou-se urgente após a abdicação, quando se iniciou um período de convulsões sociais concomitante a um aprofundamento da independência brasileira. Esta adquiria um feitio nacional mais intenso, expurgando-se o Estado da influência portuguesa ainda remanescente, fato simbolizado pela saída de cena do próprio d. Pedro. Nesse contexto, a milícia brasileira já nasceria sob o peso da responsabilidade de garantir a continuidade do Império, zelar pela unidade territorial e promover a tranquilidade pública, precisando reprimir a insubordinação das tropas, em parte ainda leais ao antigo imperador, conter as manobras restauradoras da facção política absolutista e controlar os distúrbios sociais provocados pelos conflitos entre portugueses e brasileiros e pelas sublevações provinciais.

Na prática, a Guarda Nacional foi o principal sustentáculo armado do regime imperial ameaçado na conjuntura pós-abdicação, e seria utilizada pela Secretaria de Justiça no combate às diversas revoltas escravas e sedições locais que punham em risco a estabilidade política e territorial brasileira, sendo as mais importantes a Revolta dos Malês e a Sabinada, na Bahia, a Cabanagem, no Pará, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Ao longo da década de 1840, todavia, paralelamente à consolidação do Império e à reconstrução do exército, a Guarda Nacional perde importância, sendo ao mesmo tempo destituída de seu aspecto eletivo num contexto em que a maior estabilidade política e social tornou desnecessário, e mesmo inconveniente, armar a população.

Isto demonstra um arrefecimento do liberalismo nas instituições brasileiras, na medida em que a necessidade de se produzir uma ruptura com o passado colonial se torna menos urgente. Por aqui, esse ideário, expresso na Constituição de 1824

Liberdade religiosa

A vinda da família real para o Brasil e a entrada de estrangeiros levaram o Estado português a assegurar a liberdade de culto em várias situações, como na assinatura do Tratado de Comércio e Navegação em 1810. Após a Independência, a liberdade religiosa seria regulamentada pela Constituição de 1824, que instituiu o catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro, permitindo o culto público da fé à Igreja Católica e mantendo a permissão às demais religiões apenas em caráter doméstico, sem qualquer manifestação externa. Além disso, a Constituição iria impor diversos outros limites aos não católicos, como a impossibilidade de acesso ao registro civil – prerrogativa da Igreja –, de ser eleito deputado e de participar do Conselho de Estado. As atividades relativas aos negócios eclesiásticos e os temas ligados aos cultos não católicos estiveram sob a responsabilidade da pasta da Justiça até 1862, quando passaram para a alçada da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Com o advento da República, o governo provisório instituiu em 1890 a separação entre Estado e Igreja, estabelecendo, de fato, a liberdade religiosa no Brasil.

Mercado de escravos no Brasil, retratado pelo artista alemão Johann Moritz Rugendas
Arquivo Nacional



e caro ao senso comum da época, esbarrou frequentemente em estruturas sociais e econômicas sustentadas por interesses disseminados, sobretudo, entre as camadas ricas e influentes, o que se evidencia na ambiguidade da manutenção do escravismo, equilibrada entre os princípios liberais do direito inato à liberdade e da proteção à propriedade privada.

O comércio negreiro na ilegalidade

Após a proibição do comércio intercontinental de africanos nas colônias inglesas, em 1807, o país europeu irá pressionar cada vez mais pela extinção dessa atividade nas suas áreas de influência. No Brasil imperial, uma das maiores economias escravocratas do mundo e onde os interesses comerciais britânicos encontravam-se enraizados desde a abertura dos portos às nações amigas em 1808, essa pressão foi especialmente sensível. Sendo o comércio negreiro sustentado apenas por sua utilidade econômica – o ministro da Justiça Antônio Paulino Limpo de Abreu chegou a referir-se a ele como um "desumano, e bárbaro tráfico", num relatório apresentado à

Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836 –, o governo brasileiro irá responder às reivindicações britânicas com a emissão da lei de 7 de novembro de 1831, tornando ilegal a introdução de cativos africanos no Brasil.

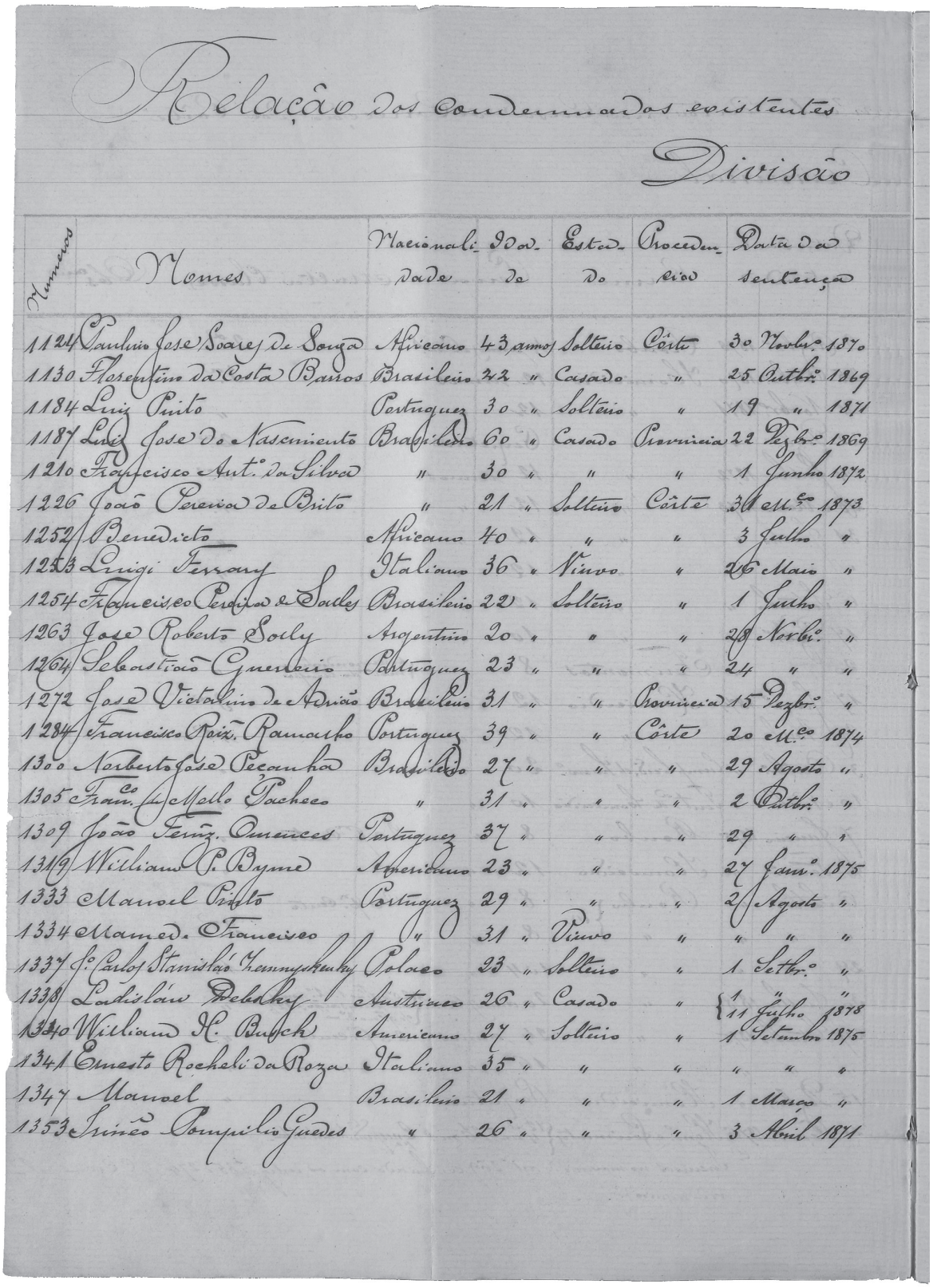
A lei de 1831 previa penas rigorosas para os envolvidos no negócio negreiro e determinava a liberdade de todos os africanos que entrassem no Brasil. A partir da sua emissão, a preocupação com o comércio ilegal de escravos surgirá frequentemente nos relatórios ministeriais, em geral estampando a dificuldade de se fazer cumpri-la, e em inúmeros avisos e outros atos da secretaria, como a decisão de 29 de maio de 1847, que designava a autoridade incumbida de julgar os traficantes e definia a forma a ser dada aos processos de emancipação dos africanos confiscados.

Ainda que não tenha sido de fato aplicada, entrando para o anedotário popular como "lei para inglês ver" (daí a famosa expressão), a lei de 1831 significou um discreto avanço na disseminação dos direitos individuais, ideal distante enquanto os escravos, que representavam uma grande parcela da população, não fossem por eles contemplados. Isso porque a lei, transmutando o comércio negreiro em tráfico, deslegitimaria a sua prática, ao menos no plano político (Mattos, 2009b, p. 383).

O Código do Processo Criminal

Mudanças significativas no panorama jurídico foram introduzidas em 1832 com a edição do Código do Processo Criminal, normatizando a execução do Código Criminal de 1830, como a formalização do *habeas corpus* e a concentração de poderes judiciários e policiais na figura do juiz de paz, magistrado eleito em âmbito municipal

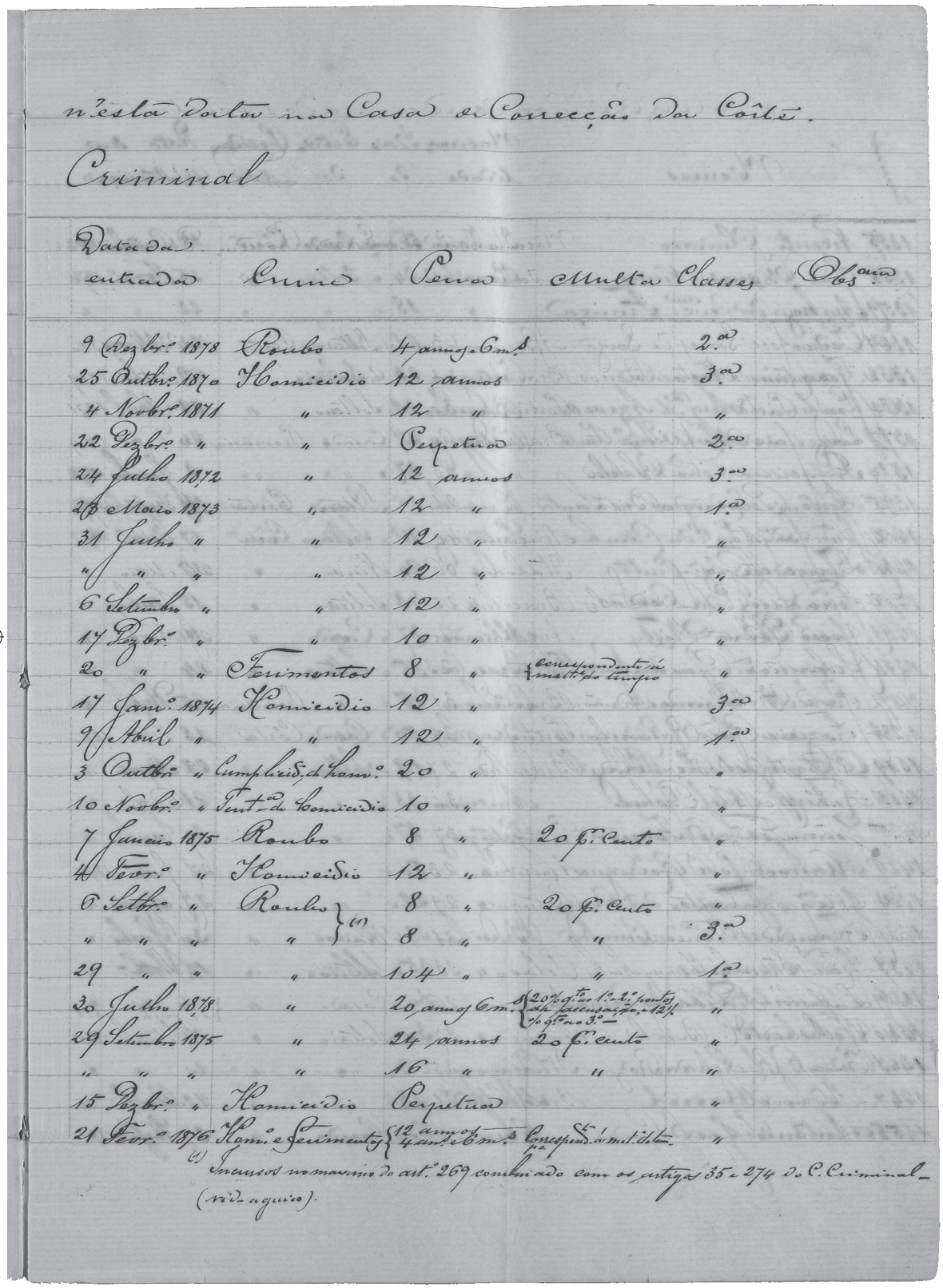
Relação de presos detidos na Casa de Correção, no Rio de Janeiro
Arquivo Nacional



Relação dos Condemnados existentes

Divisão

Numeros	Nomes	Nacionalidade	Idade	Estado	Procedencia	Data da sentença
1124	Paulino José Soares de Souza	Africano	43 annos	Solteiro	Côrte	30 Novbro 1870
1130	Florentino da Costa Banos	Brasileiro	32 "	Casado	"	25 Outbro 1869
1184	Luiz Pinto	Portuguez	30 "	Solteiro	"	19 " 1871
1187	Luiz José do Nascimento	Brasileiro	60 "	Casado	Provincia	22 Dezbro 1869
1210	Francisco Ant.o da Silva	"	30 "	"	"	1 Junho 1872
1226	João Pereira de Brito	"	21 "	Solteiro	Côrte	31 Mar.o 1873
1252	Benedicto	Africano	40 "	"	"	3 Julho "
1253	Luigi Ferrary	Italiano	36 "	Viuvo	"	26 Maio "
1254	Francisco Perdigão de Sades	Brasileiro	22 "	Solteiro	"	1 Julho "
1263	José Roberto Solly	Argentino	20 "	"	"	29 Novbro "
1264	Sebastião Guerreiro	Portuguez	23 "	"	"	24 " "
1272	José Victalino de Adrião	Brasileiro	31 "	"	Provincia	15 Dezbro "
1284	Francisco Paiz. Ramalho	Portuguez	39 "	"	Côrte	20 Mar.o 1874
1300	Norberto José Pecanha	Brasileiro	27 "	"	"	29 Agosto "
1305	Fran.co de Mello Pacheco	"	31 "	"	"	2 Outbro "
1309	João Feliz. Ouriques	Portuguez	37 "	"	"	29 " "
1319	William P. Byrne	Americano	23 "	"	"	27 Janr.o 1875
1333	Manoel Prado	Portuguez	29 "	"	"	2 Agosto "
1334	Mamed.o Francisco	"	31 "	Viuvo	"	" " "
1337	J.o Carlos Stanislão Chemyskusky	Polaco	33 "	Solteiro	"	1 Setbro "
1338	Ladislão Debadky	Austriaco	26 "	Casado	"	1 / 11 Julho 1878
1340	William H. Busch	Americano	27 "	Solteiro	"	1 Setembro 1875
1341	Ernesto Rochelli da Roza	Italiano	35 "	"	"	" " "
1347	Manoel	Brasileiro	21 "	"	"	1 Março "
1353	Irmão Compilio Guedes	"	26 "	"	"	3 Abril 1871



nesta Doctor na Casa de Correcção da Côrte.

Criminal

Data da entrada	Crime	Pena	Multa	Classe	Obs.as
9 Dezbr.o 1878	Roubo	4 annos 6 m.es		2.a	
25 Outbr.o 1870	Homicidio	12 annos		3.a	
4 Novbr.o 1871	"	12 "		"	
22 Dezbr.o "	"	Perpetua		2.a	
24 Julho 1872	"	12 annos		3.a	
26 Maio 1873	"	12 "		1.a	
31 Julho "	"	12 "		"	
" " "	"	12 "		"	
6 Setembro "	"	12 "		"	
14 Dezbr.o "	"	10 "		"	
20 " "	Ferimentos	8 "	Concorrendo só a multa do tempo	"	
17 Janr.o 1874	Homicidio	12 "		3.a	
9 Abril "	"	12 "		1.a	
3 Outbr.o "	Cumplic.s do Hom.o	20 "		"	
10 Novbr.o "	Tent.a de Homicidio	10 "		"	
7 Janeiro 1875	Roubo	8 "	20 p.r Cento	"	
4 Fevr.o "	Homicidio	12 "		"	
6 Setbr.o "	Roubo (1)	8 "	20 p.r Cento	"	
" " "	" (1)	8 "	"	3.a	
29 " "	"	104 "	"	1.a	
30 Julho 1878	"	20 annos 6 m.es	1/5 20% d.a 1.a 1/5 2.a 1/5 3.a 1/5 4.a 1/5 5.a 1/5 de fiança, e 12% do 6.o ao 3.o	"	
29 Setembro 1875	"	24 annos	20 p.r Cento	"	
" " "	"	16 "	"	"	
15 Dezbr.o "	Homicidio	Perpetua		"	
21 Fevr.o 1876	Hom.o e Ferimentos	12 annos e 4 annos e 6 m.es	Concorrendo só á mul.ta do tempo	"	

(1) Incursos no maximo do art.o 269 combinado com os artigos 35 e 274 do C. Criminal — (Nada aguiou).

e, portanto, agente de descentralização da lei. No que diz respeito à rotina de trabalho da secretaria, o lançamento do código demandou a emissão de sucessivos avisos e portarias visando esclarecer os pontos nebulosos da nova lei.

O Código do Processo Criminal, surgido ainda durante o predomínio político da facção liberal, exprimia o propósito de aprofundar e consolidar as instâncias de poder local, sendo um dos seus pontos mais importantes o incremento das atribuições dos juízes de paz. Contudo, essa descentralização foi neutralizada no contexto do domínio do Partido Conservador, caracterizado pela limitação dos aspetos centrífugos que haviam marcado a estrutura administrativa e judicial brasileira nos primeiros anos da Regência. Assim, a lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841, reformando o Código do Processo Criminal, retirou dos juízes de paz a maioria de suas atividades policiais, transferidas para os chefes de polícia, ao mesmo tempo em que passou para os juízes municipais boa parte do seu poder judicial.

Voltando à década de 1830, foi nessa direção liberal e descentralizadora que se deu a implantação do Tribunal do Júri, prevista na Constituição de 1824, mas regulamentada apenas pelo Código de 1832. Elemento de aproximação entre o povo e o Judiciário, originalmente o júri era constituído por sorteio franqueado a todos os cidadãos eleitores. A reforma do Código do Processo Criminal de 1841, entretanto, enrijeceu os critérios de seleção ao condicionar a participação no Tribunal à capacidade de ler e escrever, restringindo o universo de cidadãos aptos e elitizando sensivelmente o Judiciário.

O predomínio conservador

Segundo Reinado

No plano político nacional, a partir da regência de Araújo Lima em 1837, com a progressiva ascensão do grupo conservador e sua aliança com os cafeicultores fluminenses, houve um refluxo da legislação descentralizadora dos primeiros anos da Regência, tomando forma um novo projeto de Estado que se consolidaria no início da década de 1850. Desse momento em diante acontecerá um gradual reforço do poder central, inspirado por uma interpretação muito particular sobre o movimento de 1822 prevalente entre os conservadores, cada vez mais presentes no governo. Idealizando-se a independência como um processo de restauração das prerrogativas políticas e econômicas conquistadas pelo Brasil após 1808, em risco nos primeiros anos da década de 1820, convinha estabelecer uma continuidade política com o período joanino. Daí a nova direção assumida pelo governo imperial, voltada para a preservação das instâncias burocráticas formadas desde 1808 no Rio de Janeiro, advindo desse propósito a perda de vigor da política descentralizadora

O imperador d. Pedro II e seus ministros, em alegoria celebrando a Lei do Ventre Livre, em 1871
Arquivo Nacional



do início da Regência e o consequente fortalecimento do poder administrativo na capital (Mattos, 2004, p. 166-167).

Ao mesmo tempo, uma concepção política inspirada em Thomas Hobbes, teórico político do século XVII, partilhada pelos conservadores, implicou a crença de que a arbitragem dos conflitos individuais seria a função precípua do Estado, disto dependendo a consecução da sociedade civil. Nessa perspectiva, diferentemente do imaginado pelos filósofos franceses liberais do século XVIII, o meio social não se fundaria num pacto *voluntário* em que vigoraria a igualdade de direitos e responsabilidades entre *todos* os seus membros. Precisaria, ao contrário, ser

garantido unilateralmente por uma esfera de poder superior, sendo natural e desejável a hierarquia social fundada na diferença de estatuto entre os indivíduos (Mattos, 2004, p. 165). Assim, o ideal de construção nacional veiculado pelos conservadores tenderá a intensificar a clivagem social brasileira, tornando mais nítida a sua divisão em cidadãos ativos, passivos e não cidadãos, os escravos, ao enrijecer os critérios de admissão na primeira categoria com sucessivas reformas, como aconteceu com a Guarda Nacional e o Tribunal do Júri. Por conseguinte, a crescente hierarquização da sociedade imperial irá restringir, também, as oportunidades de acesso aos direitos civis, conferindo-se maior relevância a critérios de distinção baseados no nascimento, o que se refletiu, por exemplo, no acirramento da discussão acerca dos direitos dos libertos.

Nesse contexto centralizador, a lei n. 105, de 12 de maio de 1840, chamada Lei Interpretativa do Ato Adicional, retirou várias atribuições das províncias, como a nomeação dos funcionários públicos. E, no que se refere à Justiça, a lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841, reformou o Código do Processo Criminal, criando um sistema policial sustentado nos delegados, submetidos a um chefe de polícia ligado à Secretaria da Justiça, aos quais cabiam as funções policiais antes a cargo dos juízes de paz.

Como decorrência desse processo, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça passou, em 1842, por uma reorganização interna para adequar-se à centralização do poder judiciário e policial. Ao mesmo tempo, já na Regência, os relatórios dos titulares da Justiça expressavam a urgência de se elaborar o primeiro Código Comercial para o Brasil, aprovado finalmente em 25 de julho de 1850, tendo seu projeto tramitado no Legislativo desde 1834. Sua promulgação foi seguida pela aprovação de inúmeros decretos sugeridos pelo ministro Eusébio de Queirós para complementar o novo código, ficando o expediente da pasta da Justiça, nos meses subsequentes, marcado pelo esforço de regular a sua aplicação.

No entanto, a medida mais importante da gestão de Queirós foi a lei n. 584, de 4 de setembro de 1850, que, diante do recrudescimento da repressão inglesa ao comércio internacional de escravos, transferiu para auditores da Marinha os processos dos traficantes de escravos, tornando a repressão ao comércio negreiro muito mais eficaz. Fruto do empenho pessoal do ministro, que atualizou um projeto de 1837 e zelou por sua rápida aprovação, a lei seria acompanhada de diversas iniciativas da secretaria voltadas para sua correta execução e de constante empenho em sua aplicação, cobrando-se dureza das autoridades policiais e dos magistrados no julgamento dos indiciados. Do ponto de vista dos direitos civis da população negra, a lei assinalou, ao menos, o fim da escravidão como meta a ser atingida num futuro próximo, intenção reiterada por várias outras leis que, até 1888, restringiram progressivamente o direito à posse de escravos.

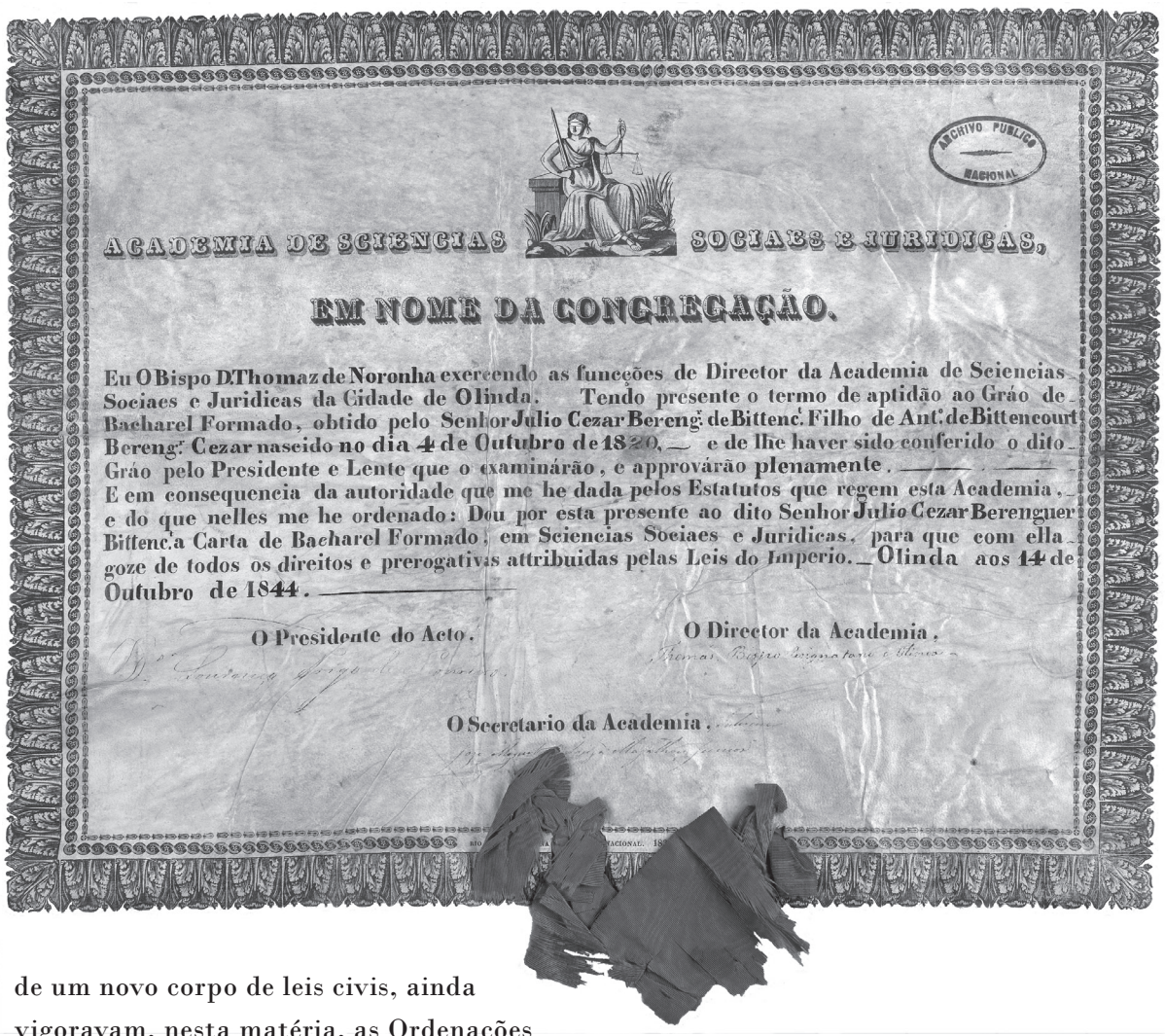
Entre as décadas de 1850 e 1870, o trabalho da Secretaria de Justiça compreendeu medidas de rotina voltadas para o funcionamento da magistratura, com destaque para a criação, em 1873, de sete novos tribunais da Relação; ações para combater a crise comercial decorrente da Guerra do Paraguai, como a lei n. 1.237, de 24 de setembro de 1864, que reformou a legislação hipotecária; a repressão da produção de moeda falsa; e relativa preocupação com a segurança pública, diante da diminuição do contingente policial acarretada pelo recrutamento para a guerra.

Em razão do decreto n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, instituindo a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Justiça perdeu inúmeras de suas atribuições, tanto para a nova secretaria como para a do Império. A esse esvaziamento da Secretaria de Justiça em favor do Império e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas podemos relacionar a priorização de um projeto civilizador na agenda do Estado imperial, em detrimento da necessidade de manutenção da ordem num contexto de maior estabilidade política e social (Mattos, 2004, p. 190).

Ensaios para um código de direito civil no Brasil imperial

A partir da década de 1850, a inexistência de um código civil brasileiro irá preocupar a Secretaria de Justiça, pois, mesmo que a Constituição de 1824 previsse a elaboração

Carta de bacharel concedida pela Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda, fundada em 1827
Arquivo Nacional



de um novo corpo de leis civis, ainda vigoravam, nesta matéria, as Ordenações portuguesas, frequentemente incompatíveis com a realidade do Brasil imperial.

Augusto Teixeira de Freitas, membro de uma das primeiras gerações de juristas formadas no Brasil, diplomado em 1837 pela Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda, será encarregado do projeto em 1855. Em 1859, Freitas inicia a produção do código, mas, após publicar o *Esboço do Código Civil*, interrompe o trabalho em 1867. Em 1872 a tarefa passou para as mãos de Nabuco de Araújo, que morreu em 1878, deixando um código inacabado e inúmeras anotações. Outras tentativas teriam lugar em 1881 e 1889, sendo a última abortada com o fim da monarquia.

Mas por que a produção de um Código Civil era vista como uma necessidade incontornável pela Secretaria de Justiça? Em primeiro lugar, segundo o ideário liberal, a modernização de um país demandava a racionalização das leis, o que pressupunha a codificação do direito civil – no caso brasileiro, capaz também de expurgar os resquícios coloniais evidentes na permanência das Ordenações. Soma-se a isso o impacto da edição, em 1806, do código civil francês, nação que, naquele século, fornecia o modelo civilizacional a ser reproduzido pelos Estados que se queriam avançados. Em segundo lugar, em termos práticos, a ausência de um Código Civil no Brasil implicava a dificuldade de se legislar sobre eventuais conflitos jurídicos entre os cidadãos.

Diante disso, causa estranhamento que o primeiro Código Civil brasileiro não tenha se concretizado antes de 1916. O exame do panorama social e jurídico do Império, entretanto, indica alguns obstáculos à

Registro civil

No Brasil, o registro de nascimento, casamento, morte, tutela e testamento foi atividade exclusiva da Igreja Católica, em virtude do regime de padroado, que colocava à margem dos direitos civis os brasileiros não católicos e os estrangeiros residentes no país. A partir da segunda metade do século XIX, por meio de uma série de leis, o registro civil seria paulatinamente secularizado, num processo integrado à construção das bases jurídico-institucionais que emanciparam o direito civil brasileiro da legislação portuguesa. Assim, ao reconhecimento civil do casamento de mistos e de não católicos, legitimando os filhos nascidos dessas uniões, seguiram-se o estabelecimento da obrigatoriedade do registro civil, realizado pelos escrivães dos juizados de paz, e a instituição do casamento civil. Em 1916, seria aprovado o Código Civil, que consolidou a universalização do registro civil como um direito do cidadão brasileiro.

Assinada pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea pôs fim à escravidão no Brasil
Arquivo Nacional


Lei N.º 3353 de 13 de Maio de 1888.

Declara extincta a escravidão no Brazil

A Princeza Imperial Regente em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. PEDRO II, Faz saber a todos os subditos do IMPERIO que a Assembléa Geral Decretou e Ella sanccionou a Lei seguinte:

Artigo 1º É declarada extincta desde a data desta Lei a escravidão no Brazil.

Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contem.

O Secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas e Interino dos Negocios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Princeza Imperial Regente

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem sanccionar declarando extincta a escravidão no Brazil, como n'ella se declara.

Chancellaria-mor do Imperio

Para Vossa Alteza Imperial ver.

Transitou em 13 de Maio de 1888

José Julio de Albuquerque Barros

sua concretização, como a barreira à laicização das relações entre Estado e sociedade imposta pela ligação entre o governo imperial e a Igreja Católica, selada pela constituição de 1824; a permanência da escravidão e a ambiguidade jurídica experimentada por grande parte da população. Afinal, um número considerável de pessoas não dispunha de direitos civis garantidos por lei, mesmo que na prática desempenhasse obrigações dessa natureza, como os menores de idade, as mulheres e aqueles que professassem religiões não católicas (Grinberg, 2008, p. 9).

O declínio do Império

Em 1875, a Secretaria de Justiça desempenhou importante papel no apaziguamento da relação entre Estado e Igreja, conturbada pela condenação dos bispos do Pará e de Olinda, em 1872, por terem desobedecido a uma decisão do governo sobre questão de fundo eclesiástico. Entretanto, o conflito em torno da ingerência governamental nos negócios religiosos, que nesse momento acontecia por meio da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, atingiu aqui o seu ápice, compondo com outros elementos – como a Guerra do Paraguai, o recrudescimento do movimento republicano e a abolição da escravidão em 1888, privando o Império do importante apoio de uma parcela dos empresários do café que ainda tinham interesse na sua manutenção – um quadro mais amplo de crise do regime monárquico que culminará com a deposição de d. Pedro II e a instauração da República em 1889.

Nessa década, destacam-se, ainda, outros atos da Secretaria de Justiça, como o decreto de 28 de setembro de 1880, que aprovou os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros; o decreto n. 8.386, de 14 de janeiro de 1882, que deu novo regulamento à Casa de Correção da Corte; e uma série de decretos, emitidos entre 1884 e 1885, que procuraram organizar outras instituições, como o Asilo de Mendicidade da Corte, o presídio de Fernando de Noronha e o Corpo Militar de Polícia da Corte, além do decreto n. 9.420, de 28 de abril de 1885, que regulou os empregos de justiça, fixando suas atribuições e cargos vitalícios.

Mas no âmbito da cidadania e do avanço dos direitos individuais no Brasil, a ação de maior relevo do Executivo, nas duas últimas décadas do Império, foi, sem dúvida, a emissão de sucessivas leis que tornariam iminente o fim da escravidão. Com esse propósito foi aprovada a lei de 28 de setembro de 1871, assegurando a liberdade dos filhos de escravas nascidos após a sua promulgação, e a lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, libertando os escravos com mais de sessenta anos, definindo, porém, um período de mais três anos de trabalho como indenização aos senhores. Essas medidas, inseridas num cenário marcado pelo fortalecimento do movimento abolicionista, por intensas críticas no plano internacional e pelo crescimento das ações de liberdade impetradas por escravos, além de fugas e revoltas, acenariam para o término próximo e inevitável do cativeiro no Brasil.

O panorama então delineado culminou na edição da lei de 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão, certamente o principal passo dado pelo Estado imperial na construção de uma modalidade moderna de cidadania no Brasil. Mesmo que na época de sua edição apenas uma parcela muito pequena da população conhecesse o cativeiro – vivendo ainda na situação de ambiguidade legal dele decorrente, sem acesso aos direitos mais básicos –, desse momento em diante seria viável a implantação de normas jurídicas que previssem direitos e responsabilidades para todos os brasileiros. Simultaneamente, conceitos muito vagos, importados de países distantes, como liberdade individual e igualdade jurídica, poderão ser discutidos com mais naturalidade.

Com o advento da República, os serviços da administração federal passaram por uma ampla reestruturação. O decreto de 30 de outubro de 1891, determinando a fusão da Secretaria de Justiça com a dos Negócios do Interior, modificou a denominação da primeira para Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ao longo do período republicano, embora tenha herdado da fase política anterior decisivos avanços nos planos político e legal, o ministério encontrará outros desafios para a institucionalização da cidadania plena e universal que os brasileiros ainda buscam conquistar.

Etiqueta para tecidos celebra a libertação dos escravos em 1888
Arquivo Nacional



O Brasil e a Primeira República

Poder oligárquico e transformações urbanas

A crise das instituições monárquicas e a perda das bases políticas de sustentação do governo imperial levaram à instalação de um novo regime, a República. A origem do termo República remonta à Antiguidade. Do latim *res publica*, ou seja, coisa pública, seu significado mudou ao longo do tempo, adquirindo conotações diversas de acordo com cada contexto histórico. No século XIX brasileiro, a República foi concebida como forma de governo oposta à monarquia, ao poder de uma só pessoa, exercido hereditariamente e, portanto, não representativo da maioria da população.

Esse ideal não era novo no país. Podemos encontrá-lo, por exemplo, no debate político estabelecido logo após a Independência, que associou a ideia de República ao modelo federativo, o qual permitiria dotar as províncias de autonomia para adaptar as leis e os planos nacionais

Alegorias à República, publicadas em diversos periódicos nacionais, marcaram o fim do regime monárquico no Brasil
Arquivo Nacional



à sua realidade e definir suas prioridades administrativas (Coser, 2009, p. 97). No entanto, foi durante o Segundo Reinado, a partir da década de 1870, com a criação do Partido Republicano, que esse ideal alcançou maior destaque no panorama político, reunindo parcelas de grupos cujos interesses não se viam contemplados pelo governo, como os fazendeiros do novo centro de produção cafeeira, o oeste paulista, alguns representantes das camadas médias urbanas e elementos do Exército.

Essa variedade de segmentos também se refletiu na diversidade dos projetos políticos. Mas, apesar das diferenças, um dos temas centrais da propaganda republicana foi a crítica à centralização do poder e a consequente defesa da representação nacional com base no princípio do federalismo, ponto que era particularmente importante para as províncias mais ricas, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além disso, essa descentralização implicaria

o estabelecimento de um governo democrático, que pressupunha maior participação popular, porque possibilitava que muitas das decisões fossem tomadas em âmbito local, aproximando os indivíduos da gestão da coisa pública e distinguindo-os, dessa maneira, como verdadeiros cidadãos da República (Mattos, 1989, p. 169).

O crescimento da campanha republicana em todo o país e o quadro político instável, permeado por crises pontuais entre o governo e grupos religiosos e militares, abriram caminho para o golpe de 15 de novembro de 1889, comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que depôs o imperador d. Pedro II. Uma das primeiras medidas do governo provisório, o decreto n. 1, proclamou a República como forma de governo e instituiu o princípio federativo, determinando que as províncias passassem a ser chamadas de estados. Outras determinações importantes tomadas nesse período inicial e compreendidas no programa republicano foram a ampliação do número de eleitores, a extinção do padroado e a liberdade de culto, a reforma do Código Penal e a criação de uma nova pasta, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, pelo decreto n. 346, de 19 de abril de 1890.

A instabilidade marcou os primeiros governos republicanos, presididos pelo marechal Deodoro da Fonseca, que renunciou ao cargo em 1891, e pelo marechal Floriano Peixoto. Nesse período, a República passou por uma crise econômica conhecida como "encilhamento", decorrente do incentivo à emissão de moeda por alguns bancos e à criação de sociedades anônimas, que resultou em forte especulação financeira, aumento do custo de vida e falência de bancos e empresas. Além disso, foi afetada por contestações políticas como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul e que depois se irradiou para outros estados.

Com a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Morais, em 1894, as oligarquias dos estados economicamente mais importantes assumiram diretamente o controle do governo. Essa situação perdurou até 1930, com exceção do governo do marechal Hermes da Fonseca entre 1910 e 1914, e ficou conhecida como "política do café com leite". Essa "política" consistia no revezamento dos estados de São Paulo (maior produtor de café) e Minas Gerais (maior produtor de leite) na indicação dos candidatos à Presidência.

A consolidação desse poder oligárquico, entretanto, começou apenas com o sucessor de Prudente de Morais, Campos Sales, que inaugurou a chamada "política dos governadores", um arranjo político no qual o governo central sustentava os grupos dominantes dos estados que, em troca, apoiavam a política do presidente da República. Esses "arranjos" eram reproduzidos no nível estadual entre os governadores e os proprietários rurais mais influentes dos municípios, os "coronéis" (pois muitos deles haviam recebido essa patente da Guarda Nacional), e representavam um verdadeiro obstáculo ao exercício dos direitos políticos, já que os chefes locais acabavam controlando os eleitores, ao trocar votos por favores. A isso se somavam outras fraudes, com o intuito de manter ou colocar algum candidato em determinado cargo político, e o próprio desinteresse da população, como atesta o baixo número de votantes nesse período.

Mas já na década de 1920 essa política passou a sofrer forte oposição, verificando-se o descontentamento de setores do Exército, da população urbana e de grupos oligárquicos regionais que ajudavam a sustentá-la. Em 1922, ocorreu a revolta dos tenentes no Rio de Janeiro, seguida de rebeliões militares no Rio Grande do Sul, em 1923, e São Paulo, em 1924. Nesse último ano, muitos dos rebeldes que participaram desses movimentos se reuniram na Coluna Prestes, que percorreu várias partes do país durante dois anos, travando combates com as forças oficiais contra o governo das oligarquias. Outro foco de contestação surgiu em São Paulo, com a criação do Partido Democrático, em 1926, que congregou forças políticas do estado descontentes com a situação do país.

Além da atuação desses grupos, esse primeiro período da história republicana assistiu ao crescimento do movimento operário, que acompanhou o incremento das atividades industriais no Brasil. Inspirados por ideias trazidas pelos imigrantes estrangeiros, como anarquismo, socialismo e comunismo, esses trabalhadores se organizaram em entidades que lutaram ativamente por meio de greves e outras

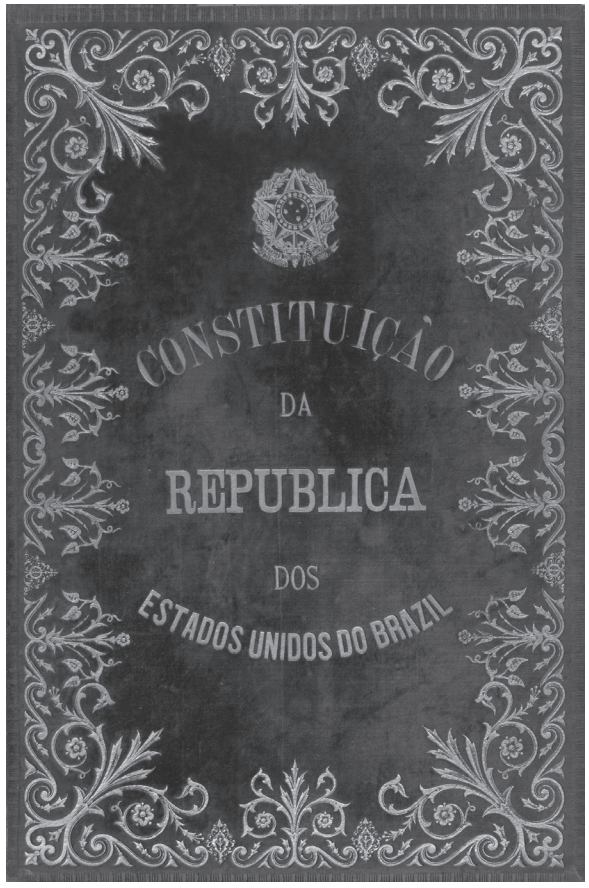
manifestações para alcançar seus objetivos – melhores salários, jornadas de trabalho diárias de oito horas, direito a férias, proibição do trabalho infantil.

A Constituição de 1891 e o Código Civil de 1916

As grandes mudanças políticas, econômicas e sociais que marcaram o país na segunda metade do século exigiam uma nova Constituição. E isso começou a ser providenciado pelo decreto n. 78-B, de 21 de dezembro de 1889, que designou o dia 15 de setembro de 1890 como a data de realização das eleições para composição da Assembleia Constituinte.

Os trabalhos foram iniciados em 15 de novembro e a Constituição foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Inspirado na Carta Constitucional dos Estados Unidos, o documento brasileiro expressava valores da filosofia política republicano-positivista e orientações próprias de uma democracia burguesa concebida pelos princípios do liberalismo clássico (Wolkmer, 2010, p. 140). Consagraram-se a República Federativa,

Capa da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1891, que marcou a adoção do novo regime político no país
Arquivo Nacional



o presidencialismo como forma de governo e o regime representativo. Também foi estabelecido o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, extinguindo-se o Poder Moderador e outros dois pilares da ordem imperial: a vitaliciedade do Senado e o Conselho de Estado.

O presidente da República deveria ser eleito por voto direto, exceto o primeiro, que seria indicado pela Assembleia, a qual acabou por escolher Deodoro da Fonseca. O voto foi declarado universal para os brasileiros maiores de 21 anos, menos para os analfabetos, mendigos, praças militares de pré e membros de ordens religiosas. O voto feminino nem foi considerado, e levaria ainda cerca de três décadas para se tornar realidade. Assim, a transformação do regime representou pouco avanço na disseminação dos direitos políticos, pois, embora tenha acabado com o voto censitário, o número de eleitores permaneceu bastante limitado pela adoção do critério da alfabetização.

A Constituição também fixou os direitos dos brasileiros e estrangeiros residentes no país referentes a liberdade, segurança nacional e propriedade. Outros direitos, já contemplados na Carta imperial, foram mantidos, como a liberdade de manifestação, de pensamento e de associação, e a inviolabilidade do lar, além de se estabelecer constitucionalmente o *habeas corpus* e o reconhecimento exclusivo do casamento civil.

Iluminação pública

No século XIX, a iluminação pública estava relacionada à segurança urbana, sob a responsabilidade da Intendência-Geral da Polícia do Rio de Janeiro e como atribuição da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. A iluminação assumiu maior importância na administração da cidade especialmente após a vinda da família real para o Brasil, quando o Rio de Janeiro ganhou uma vida social mais movimentada. Inicialmente mantida por lamparinas que queimavam óleo de baleia, serviço executado por escravos, a iluminação a gás foi inaugurada na capital do Império em 1854, realizada por uma companhia do visconde de Mauá. O Rio de Janeiro não seria a primeira cidade do Brasil a possuir iluminação a energia elétrica. Isto ocorreria apenas em 1879, quando este serviço foi inaugurado na Estrada de Ferro D. Pedro II. Nessa ocasião o serviço de iluminação pública já não fazia parte das atribuições da Secretaria de Justiça, mas da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860.

No plano dos direitos civis, o governo republicano alcançou uma conquista com a esperada promulgação de um código civil. O texto aprovado pelo decreto n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, baseou-se no projeto elaborado pelo jurista Clóvis Beviláqua sob a inspiração do código civil alemão de 1896.

O Código Civil brasileiro definiu-se por um perfil conservador, reproduzindo as condições socioeconômicas do final do século XIX, observadas na ênfase ao patrimônio privado, e refletindo uma mentalidade patriarcal e individualista. Manteve a distinção do direito privado em civil e comercial, e reforçou, na esfera da família, a pessoa individual; no direito das coisas, a ideia de propriedade; no direito das obrigações, a ideia de crédito; no das sucessões, a transmissão hereditária de bens (Wolkmer, 2010, p. 150-158).

A Constituição sofreu em 1926 sua primeira reforma, que ampliou as possibilidades de intervenção do governo federal nos estados, cerceou atribuições ao Congresso Nacional, instituiu o veto parcial, restringiu a competência da Justiça Federal e limitou a garantia do *habeas corpus*. De outro lado, a reforma autorizou o governo a legislar sobre o trabalho, abrindo caminho para o tratamento de temas ligados aos direitos sociais em resposta ao movimento dos trabalhadores (Andrade, 2008, p. 267; Carvalho, 2001, p. 62).

Com a queda da bolsa de Nova York em 1929, quando os preços do café, o principal produto da economia brasileira, despencaram no mercado internacional, a situação política do país se tornou insustentável, levando à derrocada da "política do café com leite".

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores

A Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça sofreu grandes mudanças no início do período republicano. A lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, transformou-a em Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e incorporou grande parte das atribuições de dois outros ministérios, do Interior e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Ficaram a cargo do ministério todos os negócios relativos à administração da justiça federal e da Guarda Nacional em todo país, à justiça local, polícia e corpo de bombeiros do Distrito Federal, instrução, educação e desenvolvimento das ciências, letras e artes, incluindo a catequese dos índios, e todas as atribuições que pertenciam ao Ministério do Interior, ou seja, os assuntos ligados a saúde e assistência pública aos menores abandonados e aos alienados, organização política da República e dos estados, naturalização de estrangeiros, administração municipal. A mesma lei dispôs sobre a estrutura do ministério, composta por três diretorias: da Justiça, da Instrução e do Interior, mais uma seção de Contabilidade, mantida com pequenas variações durante a Primeira República.

A primeira regulamentação do ministério na República se deu no ano seguinte, pelo decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892, que delimitou as competências de cada uma das diretorias. Outro regulamento, o decreto n. 3.191, de 7 de janeiro de 1899, definiu sua estrutura, formada por três diretorias, agora da Justiça, do Interior e da Contabilidade, acrescentando ainda novas atribuições ao ministério, como o tratamento dos assuntos relacionados à anistia e ao estado de sítio, à organização do Congresso Nacional e às eleições em geral.

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores reunia, assim, uma ampla gama de competências, passando a assumir tarefas do programa republicano, como a instrução pública, o registro civil dos nascimentos, óbitos e casamentos, e a manutenção da liberdade e igualdade dos cultos religiosos, que acarretaram consequências importantes para a construção da cidadania na época. Nesse sentido, coube também à pasta o cuidado das questões referentes à naturalização e à concessão de direitos políticos aos milhares de imigrantes europeus e, em menor proporção, asiáticos que desembarcaram no país nesse momento em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A amplitude das atividades do ministério pode ser igualmente verificada na diversidade dos órgãos a ele subordinados: Arquivo Público Nacional, Biblioteca Nacional, Instituto Nacional de Música, faculdades, museus, Instituto Nacional dos Cegos, Instituto dos Surdos-Mudos,

O presidente Hermes Rodrigues da Fonseca em visita ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância
Arquivo Nacional



Asilo de Mendicidade, Asilo dos Meninos Desvalidos, colônias penais, presídios, hospícios, hospitais, serviços de higiene, além da administração do território do Acre. É interessante atentar ainda para as atribuições ligadas especificamente à organização administrativa do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, que permaneceram, com algumas alterações, até a mudança da capital para Brasília em 1960. Isso incluía o serviço policial, o corpo de bombeiros, o Depósito Público e a Justiça, que inicialmente era composta pelas pretorias, juntas correcionais, Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, Tribunal Civil e Criminal, Júri e Corte de Apelação.

Nesse largo espectro de competências, dois temas constituíram desafios ainda maiores para um projeto político de construção da nação brasileira durante a Primeira

Estudantes em frente ao prédio da Faculdade de Direito de São Paulo
Arquivo Nacional



República: a educação e a saúde. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no país favoreceram o desenvolvimento de intensos debates no campo intelectual em torno das ideias de erradicação do analfabetismo e do combate à debilidade física da população. Esses assuntos constituíam bandeiras defendidas por agremiações que foram criadas na época, como a Liga Pró-Saneamento, a Liga Contra o Analfabetismo e a Liga de Defesa Nacional. E, embora essas duas áreas fossem de responsabilidade dos estados, muitas vozes se levantaram a favor da intervenção do governo federal, que, por meio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, acabou por responder a algumas dessas demandas.

Isso pode ser observado em iniciativas como a campanha da vacina antivariólica,

os planos de profilaxia da tuberculose, a reorganização sanitária dos portos e a própria criação de um Departamento Nacional de Saúde Pública, que visava centralizar as diretrizes governamentais sobre o assunto. Essa tendência foi seguida no plano educacional, com a Reforma Carlos Maximiliano em 1915, que reiniciou o processo de ampliação do controle e regulamentação do ensino pelo governo federal, e com a Lei Rocha Vaz de 1925, que completou a reforma anterior e instituiu o Departamento Nacional do Ensino (Bomeny, 1993, p. 26-28).

Outro papel importante desempenhado pelo ministério nesse momento foi a repressão ao movimento operário, responsável por greves e intensas agitações sociais em várias cidades brasileiras, que em grande parte evidenciavam uma inspiração revolucionária vinda da Europa, com a Revolução Russa de 1917. Assim, na ausência de agências do Estado encarregadas de tratar dos conflitos entre patrões e empregados, a polícia foi incumbida de atuar contra esses núcleos de oposição, aplicando a nova legislação promulgada com esse objetivo, como a Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1921, que determinava a deportação de pessoas envolvidas em distúrbios da ordem e o fechamento de organizações operárias. Serviu também como instância de mediação, atuação que refletia a ideia de alguns políticos de que a questão social era uma questão de polícia (Bretas, 1997, p. 95; Carvalho, 2001, p. 63).

Assim, vemos que no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores foram tratados assuntos cruciais relacionados ao desenvolvimento urbano e às grandes transformações que atravessavam o país. Nesse sentido, foram acolhidas as demandas da intelectualidade que pensava em solucionar os problemas da nação e que para isso precisava de cidadãos sadios e instruídos, capazes de promover o progresso contemplado no ideário republicano. Ainda que, nesse momento, saúde, educação e assistência social não figurassem na Constituição como direitos, já adquiriam centralidade nos atos da administração pública, que caminharia para a formação de um ministério próprio em 1930. Por outro lado, o ministério também teve um papel decisivo na manutenção da ordem pública, assumindo, desse modo, um protagonismo na história política da Primeira República.

Instrução pública

A educação na colônia esteve a cargo das ordens religiosas que instalaram seus colégios no Brasil, sendo a Companhia de Jesus o principal agente educador até sua expulsão em 1759, quando Pombal empreende uma reforma educacional dotando a colônia de ensino público oficial e laico, com o estabelecimento das aulas régias. Com a vinda da corte para o Brasil foram fundadas escolas superiores e academias, mas foi a Constituição de 1824 que garantiu a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos brasileiros. Em 1827, foi instituído o ensino primário para o sexo feminino e regulamentaram-se as escolas de primeiras letras, ficando a educação primária e secundária sob a responsabilidade das assembleias legislativas provinciais a partir de 1834. A instrução pública foi atribuição da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, transformada em Negócios do Interior, até 1890, quando se criou a pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, que teve curta duração. Já em 1891 os negócios relativos à instrução pública passaram para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, até que fosse estabelecido o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930.

O golpe de 1930 e o governo de Getúlio Vargas

O ocaso da velha República

Em 1930, um golpe derrubou o presidente Washington Luís, pondo fim ao domínio das oligarquias e ao período que se convencionou chamar de Primeira República ou República Velha. O rompimento do acordo entre políticos mineiros e paulistas para a sucessão presidencial, com a indicação de mais um representante de São Paulo, Júlio Prestes, acirrou os ânimos oposicionistas, provocando o surgimento da Aliança Liberal. Contando com forças heterogêneas, como as dissidências oligárquicas e os militares ligados ao movimento tenentista, a Aliança trazia, em sua plataforma política, propostas de transformação no sistema eleitoral e de reformas sociais.

Para concorrer às eleições de 1930, a Aliança lançou como candidato o governador gaúcho Getúlio Vargas. Sua derrota foi motivo de fortes críticas e acusações de fraudes, mas um acontecimento sem relação com a situação política, o assassinato do candidato a vice-presidente de sua

O presidente Getúlio Vargas, que permaneceu no poder por 15 anos após a deposição do governo Washington Luís pela Revolução de 1930
Arquivo Nacional



chapa, João Pessoa, foi decisivo para que se organizasse um movimento revolucionário, deflagrado em 3 de outubro.

Getúlio Vargas assumiu o comando do país um mês depois, e o decreto n. 19.398, de 11 de novembro, instalou o governo provisório, determinando a dissolução do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, a suspensão das garantias constitucionais e a nomeação de interventores federais para os estados, que, por sua vez, nomeariam os prefeitos de cada município. Essas medidas combatiam o princípio do federalismo, considerado a causa de grande parte dos males que afligiam o país. No mesmo decreto, o governo provisório se comprometeu a garantir a ordem e a segurança pública, e a promover a reorganização geral da República.

Ainda nesse primeiro momento foram tomadas medidas visando à ampliação do espaço de participação eleitoral, que tomou forma com a instituição do sufrágio universal direto e secreto, incluindo o voto feminino, e o estabelecimento de uma justiça eleitoral.

Outra importante iniciativa do governo foi a criação de dois novos ministérios dedicados a duas áreas cruciais que se destacaram no contexto da Primeira República: Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro, e Trabalho, Indústria e Comércio, pelo decreto n. 19.433, de 26 de novembro de 1930.

A questão do trabalho também seria contemplada em várias leis e decretos de proteção ao trabalhador, ampliando-se uma preocupação já iniciada na década de 1920. Entre as novidades implementadas, estiveram a fixação da jornada de trabalho de oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a adoção de uma lei de férias e de uma lei sindical, que posteriormente, em 1943, deram origem à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No plano econômico foram adotadas medidas centralizadoras. Inicialmente, a partir de um maior controle sobre a produção e comercialização de produtos agrícolas, e do estabelecimento de mecanismos para a superação da crise econômica. Depois, por meio de um grande investimento na industrialização, ancorado em uma política de substituição de importações.

Esse aumento da intervenção estatal nos campos social e econômico implicou a instalação de novos órgãos e também acarretou a instituição de uma nova racionalidade administrativa, visando a superação do patrimonialismo e a introdução de princípios como impessoalidade e hierarquia, e do sistema de mérito, que culminaria na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938 (Costa, 2008, p. 846).

Mas, ao mesmo tempo em que exerceu um poder centralizador e autoritário, o governo logo assumiu um compromisso com a revisão da legislação vigente, e estabeleceu o dia 3 de maio de 1933 para a eleição de uma Assembleia Constituinte, pelo decreto n. 21.402, de 1932.

Isso, no entanto, não foi suficiente para conter a instabilidade e as crises que atingiam os meios civis e militares. A maior delas foi provocada pelas antigas lideranças oligárquicas paulistas, que, insatisfeitas com os rumos tomados pelo país, revoltaram-se em 1932, reivindicando a convocação de uma Assembleia Constituinte no movimento que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista. Apesar de terem sido derrotados, os paulistas viram seus anseios se concretizarem com a realização das eleições e a instalação da Constituinte em 15 de novembro de 1933.

A Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 atendeu às aspirações liberais e democráticas presentes no ideário do movimento de 1930 e tinha um sentido eminentemente social e nacionalista – influência da Constituição mexicana de 1917, a primeira a dispor de um artigo dedicado apenas às relações entre empregadores e empregados, e da Constituição de Weimar de 1919, que

Higiene e saúde pública

No período colonial, o cuidado com a saúde foi uma atribuição partilhada por diversos agentes de cura, como cirurgiões, físicos, sangradores, barbeiros, parteiras e seus aprendizes. A prática da medicina ficou também a cargo das enfermarias jesuíticas, dos hospitais da Misericórdia e hospitais militares, que representaram a única possibilidade de assistência médica em muitas regiões. Em 1808, com a transferência da família real portuguesa, teve início o processo de institucionalização da medicina no Brasil, com a criação na colônia dos primeiros cursos de formação médico-cirúrgica, na Bahia e no Rio de Janeiro, além do estabelecimento dos cargos de cirurgião-mor, físico-mor e provedor-mor da saúde. Com a Independência do Brasil em 1822, as funções relacionadas à saúde e higiene pública tornaram-se responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, até 1889, quando da criação da Secretaria de Estados dos Negócios do Interior. Em 1891, a fusão das pastas da Justiça, Negócios Interiores e Instrução Pública, Correios e Telégrafos deu origem ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que respondia pelos serviços de saúde pública. Somente em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que assumiria as atribuições do Ministério da Justiça relativas a essas áreas.

introduziu o tema da ordem econômica e social (Villa, 2011, p. 50-51). Outra inovação foi a inclusão de um título reservado a família, educação e cultura.

A Constituição manteve a divisão dos três poderes, mas o Executivo foi fortalecido, por exemplo, com maior possibilidade de decretar o estado de sítio. As eleições se dariam com sufrágio universal direto, secreto e com maioria de votos, exceto na primeira eleição presidencial. O voto feminino foi confirmado, mas somente para mulheres que exercessem função pública remunerada, e reduzida a idade mínima para alistamento dos eleitores, que passou para dezoito anos. O texto constitucional de 1934 conservou, contudo, as restrições ao voto dos analfabetos, mendigos, praças de pré, além das pessoas privadas de direitos políticos.

No campo jurídico houve a instituição do "mandado de segurança" para defesa de direito incontestável, ameaçado ou violado por ato inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. Também foi declarada livre a manifestação do pensamento, sem necessidade de censura, exceto para espetáculos e diversões públicas.

A segurança nacional recebeu destaque na Constituição com um título dedicado ao tema, cuja importância se refletiu, ainda, na reformulação do Conselho de Defesa Nacional, criado em 1927, e transformado em Conselho de Segurança Nacional, e no estabelecimento de seções de Segurança Nacional em todos os ministérios, determinado em 1934.

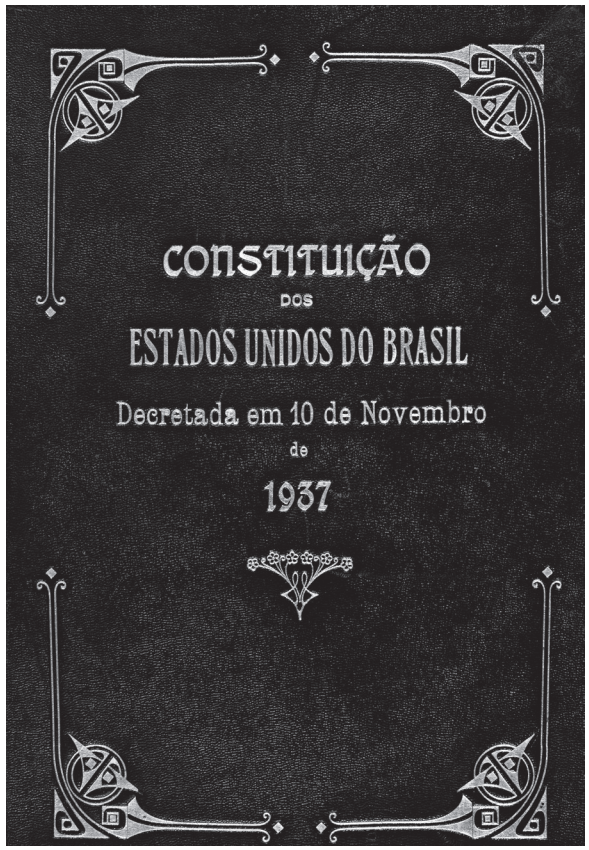
Do governo constitucional ao Estado Novo

Concluídos os trabalhos da Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pelo Congresso, dando início ao governo constitucional que se estenderia até 1937. Esse período ficou marcado pela intensa mobilização de dois grandes movimentos políticos de abrangência nacional: a Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em 1935 e liderada por Luís Carlos Prestes, então membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a Ação Integralista Brasileira (AIB), organizada em 1932 sob o comando de Plínio Salgado. Essa mobilização foi acompanhada de medidas repressivas, formalizadas na Lei de Segurança Nacional, de 4 de abril de 1935, que dotou o governo federal de poderes especiais para reprimir as atividades políticas subversivas. Um exemplo dessa atuação foi o fechamento dos núcleos da ANL em todo o país, determinado pelo decreto n. 229, de 11 de julho daquele ano.

Ainda em 1935 houve uma tentativa de golpe idealizada por comunistas. Conhecido como Intentona Comunista, esse episódio provocou o aumento da repressão, observado na aprovação, pelo Congresso, de medidas excepcionais solicitadas pelo governo, como a decretação do estado de guerra, sucessivamente prorrogado até junho de 1937.

Em 1936 foi criado o Tribunal de Segurança Nacional para o julgamento de crimes contra a segurança externa da República, quando praticados com auxílio ou sob a orientação de organizações estrangeiras ou internacionais, contra as instituições militares e outros atos subversivos. No Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi anunciada a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos em atos contra as instituições políticas e sociais (Fausto, 2010, p. 362).

Em 1937, em meio à campanha para as eleições presidenciais, Getúlio Vargas, contando com o apoio de vários grupos políticos, manteve-se no poder com outro golpe de Estado, que ocorreu em 10 de novembro. E, sob o pretexto da ameaça comunista, inaugurou a fase mais autoritária do seu governo, o Estado Novo.



Capa da Constituição outorgada por Getúlio Vargas em 1937, marcando o início do Estado Novo
Arquivo Nacional

De imediato foi outorgada uma nova Constituição com perfil autoritário, elaborada por Francisco Campos, então ministro da Justiça e Negócios Interiores. Inspirada na Constituição da Polônia, de origem fascista, a nova Carta instituiu o autoritarismo corporativista, restringindo a prática efetiva e plena dos direitos dos cidadãos (Wolkmer, 2011, p. 145). Os poderes do presidente da República foram reforçados, ampliando-se a possibilidade de intervenção nos estados e abolindo o Poder Legislativo em todos os seus níveis. Outros pontos relevantes foram a declaração de estado de emergência em todo o país, a determinação de censura prévia à imprensa, teatro, cinema e radiodifusão, e o estabelecimento, pela primeira vez, da pena de morte fora de tempo de guerra.

Complementando essas disposições autoritárias, o decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, determinou a extinção dos partidos políticos e conferiu ao ministro da Justiça e Negócios Interiores a responsabilidade de elaborar medidas para realizá-la, dando-lhe, ainda, autoridade para interditar sedes de organizações e partidos. Em 1942, a lei constitucional n. 5 estabeleceu que, com a declaração do estado de emergência em todo o país, fossem suspensas as garantias constitucionais relacionadas à propriedade e à liberdade de pessoas físicas ou jurídicas, e de estrangeiros que praticassem atos contrários ao governo.

Nesse contexto, a produção cultural e a propaganda política tornaram-se peças fundamentais para a divulgação de um discurso destinado a construir uma imagem positiva do regime, das instituições e do chefe do governo, tarefa que seria empreendida por um novo órgão, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e subordinado diretamente à Presidência da República.

A situação começou a mudar apenas com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, ao lado dos Estados Unidos e dos aliados contra Alemanha, Itália e Japão. A contradição existente entre o apoio às democracias e a ditadura de Vargas abriu caminho para divergências no interior do governo e para o crescimento da oposição. Em 1943 foi lançado o Manifesto dos Mineiros em defesa da democracia, ao qual se seguiram manifestações de estudantes e escritores.

Em 1945, os partidos políticos voltaram a se organizar, dois deles sob a égide do próprio Getúlio Vargas, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A oposição reuniu-se em grande parte na União Democrática Nacional (UDN). O PCB também voltou a funcionar. E, apesar de enfrentar grande oposição, Vargas contou com o apoio popular, inclusive com demonstrações públicas dos trabalhadores, muitas delas patrocinadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e por empresários interessados na manutenção do presidente, num movimento que ficou conhecido como "queremismo".

Mas essas forças não foram suficientes para que Vargas se perpetuasse no cargo. Ao anunciar a nomeação do seu irmão, Benjamin Vargas, como chefe de polícia do Distrito Federal, o presidente forneceu o motivo derradeiro para sua deposição, que se daria em 29 de outubro de 1945.

Controle da informação e propaganda

O controle da informação e a propaganda foram fundamentais no primeiro governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, esses assuntos ficaram sob a esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O Departamento Oficial de Publicidade, criado em 1931, tinha a finalidade de divulgar atos oficiais e controlar a imprensa quanto à publicação de temas que pudessem prejudicar o governo e a ordem pública. Em 1934, um novo órgão foi instalado, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), dotado de maiores atribuições relativas à utilização dos meios de comunicação de massa e à orientação da chamada cultura física. O DPDC foi responsável pela produção de programas de rádio e filmes, que iriam adquirir um caráter mais doutrinário com a radicalização do clima político do país, que culminou com a decretação do Estado Novo. Essa experiência deu origem a uma poderosa máquina de propaganda, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e ligado diretamente à Presidência da República.



Transferência dos presos envolvidos na Intentona Comunista de 1935, no Rio de Janeiro
Arquivo Nacional

Uma grande transformação no ministério

O governo Vargas promoveu grandes mudanças no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que, após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, perdeu suas competências relativas a educação, saúde, assistência pública e cultura. As diretorias da Justiça, do Interior e da Contabilidade foram mantidas, assim como permaneceram sob sua esfera o Arquivo Nacional, Escola João Luís Alves, Escola Quinze de Novembro, Instituto Sete de Setembro e Manicômio Judiciário. Ainda naquele ano a Imprensa Nacional foi transferida para o ministério pelo decreto n. 19.555.

No período de 1930 a 1945 foi criada uma série de órgãos voltados para a padronização de serviços em todos os ministérios, como resultado das reformas administrativas que iam sendo empreendidas. Um deles foi a Comissão de Eficiência, estabelecida pela lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, para racionalizar as atividades do ministério. Nessa direção vale citar ainda a criação do Departamento de Administração, pelo decreto-lei n. 2.650, de 1º de outubro de 1940, que reuniu os diversos organismos existentes na estrutura do ministério, transformados em Divisão de Pessoal, Divisão de Material, Divisão de Orçamento, Serviço de Obras, Serviço de Comunicações e Biblioteca.

A Diretoria do Interior sofreu sua primeira alteração em 1931, com o decreto n. 20.594, de 3 novembro, que acrescentou atribuições relacionadas a perda e reaquisição dos direitos políticos e de cidadão brasileiro. Além disso, a diretoria passou a tratar das relações entres os estados, o Território Federal do Acre e o Distrito Federal, e dos assuntos decorrentes da instalação de conselhos consultivos nos estados, municípios e Distrito Federal.

Em 1938, o decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro, fundiu esta diretoria com a da Justiça, constituindo a Diretoria da Justiça e do Interior. No mesmo ano, a portaria n. 510, de 22 de fevereiro, regulamentou a nova estrutura e adicionou à sua competência os assuntos ligados a extradição, expulsão, estado de emergência e de guerra, assistência judiciária, reconhecimento de utilidade pública de entidades e registro de sociedades civis. Em 1943, o decreto-lei n. 5.630, de 29 de junho, transformou a diretoria em departamento, que foi regulamentado em 1945 pelo decreto n. 17.546, de 5 de janeiro. O regimento tornou-o responsável por todas as questões relativas aos direitos políticos, cidadania e direitos e garantias constitucionais, e reorganizou-o em três divisões: de Assuntos Políticos, de Justiça e do Interior, mais a Seção da Administração.

Neste momento o ministério assumiu a prerrogativa de tratar explicitamente dos direitos políticos – algo relevante para um governo autoritário, que cassou esse direito de muitos opositores e proibiu a organização de partidos.

Comício em homenagem ao presidente Getúlio Vargas em Porto Alegre
Arquivo Nacional



No caso dos estrangeiros, a ação do ministério refletiu tanto a preocupação do governo Vargas com o elemento imigrante considerado agitador do operariado nacional – expressa, por exemplo, na lei de 1930 que obrigou as empresas a empregarem dois terços de operários brasileiros –, como a necessidade da assimilação de povos de diversas origens, que se traduziu em medidas coercitivas visando atingir as organizações comunitárias étnicas (D'Araujo, 2007, p. 223; Seyferth, 1999, p. 199).

Um grande marco no que se refere aos imigrantes foi o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que criou o Conselho de Imigração e Colonização subordinado à Presidência da República e dispôs sobre a entrada de estrangeiros no Brasil. Limitou-se o ingresso de imigrantes de um mesmo país e se proibiu a entrada de inválidos, indigentes, doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, condenados por crime cuja natureza determinasse sua extradição segundo a lei brasileira, de conhecida conduta nociva à ordem pública e à segurança nacional, entre outros – uma política marcadamente distinta dos períodos anteriores.

No Ministério da Justiça e Negócios Interiores novas estruturas foram criadas, como a Comissão de Permanência de Estrangeiros, pelo decreto n. 2.265, de 25

Comemoração do aniversário de Getúlio Vargas no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, 1942
Arquivo Nacional



de janeiro de 1938, destinada a estudar as leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros. E na Polícia Civil estabeleceu-se, em 1941, a Delegacia de Estrangeiros, e dentro dela um Serviço de Registro de Estrangeiros.

A criação desses novos mecanismos administrativos foi apenas uma das mudanças pelas quais passou a Polícia Civil nesse momento e que acabaram por transformá-la no braço executivo de um regime autoritário (Cancelli, 1999, p. 309). A motivação para esse conjunto de reformas foi ampliar as áreas de atuação da polícia, federalizar e internacionalizar o serviço policial. Nesse sentido, todas as polícias ficaram atreladas à chefia de polícia do Distrito Federal, embora estivessem formalmente subordinadas aos governos estaduais (idem, p. 311).

Em 1944, a Polícia Civil foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública pelo decreto-lei n. 6.378, de 28 de março. Essa mudança visou, em primeiro lugar, estruturar em moldes mais eficientes e modernos as funções da polícia local e, em segundo, centralizar as atividades da polícia política, marítima, aérea e de fronteira. Com isso, o departamento passou a se organizar em divisões e delegacias especializadas em Roubos e Furtos, Costumes, Tóxicos e Mistificações e Menores, ampliando os trabalhos da polícia técnica e da identificação civil e criminal (Schwartzman, 1983, p. 117).

Outro eixo de atuação do ministério seria a relação do governo federal com a administração dos estados e territórios. Este era um ponto particularmente importante para a ideia de Estado centralizado que esteve presente em alguns dos projetos congregados no movimento da Aliança Liberal, que derrubou Washington Luís em 1930; que se concretizou no governo provisório, com a nomeação dos interventores pelo governo central e o fechamento das assembleias e câmaras municipais; e que foi repetido na Constituição de 1937. Nesse sentido foram criadas a Comissão de Estudos Estaduais, pelo decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, com o objetivo de auxiliar o ministro com informações sobre matérias relativas à administração dos estados, e, no âmbito do Departamento da Justiça e Interior, a Seção de Negócios Estaduais e a Seção de Administração dos Territórios e da Prefeitura do Distrito Federal, em 1945.

Desse modo, refletindo as disposições de um governo autoritário e já esvaziado das inúmeras atribuições herdadas da Primeira República, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores passou a tratar mais diretamente dos assuntos ligados à cidadania, em especial dos direitos políticos. Além disso, conservou papel de relevo na manutenção da ordem e da segurança pública, reprimindo os inimigos do regime e assegurando a centralização do poder por meio da organização dos governos estaduais, territoriais e municipais.

O fim do Estado Novo

O interregno democrático

Com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, o poder foi entregue provisoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Este manteve o calendário que previa eleições para 2 de dezembro e se dedicou a promover o retorno da ordem democrática, substituindo os interventores dos estados por membros do Poder Judiciário e extinguindo o Tribunal de Segurança Nacional, entre outras medidas.

As eleições foram vencidas pelo general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, numa demonstração da força da máquina eleitoral montada pelo partido, com o apoio dos antigos interventores, e do prestígio de Getúlio Vargas. Junto com o presidente foi eleita uma Constituinte, que começou seus trabalhos em janeiro de 1946. A nova Constituição, promulgada em 18 de setembro, representou um grande avanço se comparada com a Carta de 1937, assegurando um Estado social de direito embasado na mais ampla tradição liberal.

O presidente Juscelino Kubitschek discursa em cerimônia pelo Dia da Raça
Arquivo Nacional



O princípio federativo foi recuperado, assim como o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a aprovação do estado de sítio ficou reservada ao Congresso Nacional (Andrade, 2008, p. 418-426).

A Constituição declarou o sufrágio universal e direto, com voto secreto obrigatório para todos os brasileiros maiores de dezoito anos, excetuando-se os analfabetos, os que não soubessem "se exprimir na língua nacional", aqueles que estivessem privados dos seus direitos políticos e os praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, subtenentes, sargentos e alunos das escolas militares de ensino superior.

Também foi consagrada a liberdade de pensamento, limitada apenas no que dizia respeito aos espetáculos e diversões públicas, e de organização partidária, a menos que o programa da legenda contrariasse de alguma forma o regime democrático. Outro aspecto importante da Constituição foi o grande espaço dedicado ao trabalho e à previdência, que pode ser observado na participação obrigatória do trabalhador nos lucros da empresa, na instituição do repouso semanal remunerado,

na ampliação da previdência para vítimas de doença, velhice, invalidez e morte, e no reconhecimento do direito de greve.

Uma grande novidade foi a instituição de um instrumento contra os abusos do Estado, obrigando-se o Poder Judiciário a avaliar possíveis lesões aos direitos individuais cometidas pelo Executivo (Andrade, 2008, p. 421).

Dessa maneira, a Constituição de 1946 representou um marco importante para o retorno dos direitos políticos de voto e de organização partidária, além de consagrar, de forma definitiva, os direitos sociais, especialmente no que dizia respeito aos trabalhadores.

Mas essa abertura democrática logo sofreria um retrocesso.

O governo Dutra foi tumultuado por várias greves e manifestações populares decorrentes da crise econômica enfrentada pelo país. Assim, foi delineado um programa de contenção social que, entre outras medidas, interveio em diversos sindicatos e numa central sindical controlada pelos comunistas. Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por deputados do PTB, o Supremo Tribunal Federal cassou o registro do PCB, com base no texto constitucional que vedava a existência de partidos cujo programa contrariasse o regime democrático. Em janeiro de 1948, o Congresso Nacional cassou os mandatos de deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda. E no plano externo, em 1947, o governo rompeu as relações diplomáticas com a URSS, alinhando-se aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Dutra foi sucedido na presidência por Getúlio Vargas, eleito pelo PTB, cujo governo seria caracterizado por uma política populista e nacionalista, da qual um dos pontos altos foi a luta pelo monopólio estatal do petróleo, que levou à criação da Petrobras em 1953. Vargas também promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico com base na industrialização. Mas essa política nacionalista rapidamente se tornou alvo de críticas de grupos das Forças Armadas que defendiam a menor intervenção do Estado na economia e a abertura controlada ao capital estrangeiro. E, apesar da reaproximação com o operariado, o governo também não conseguiu conter a organização de greves, como a "greve dos 300 mil" em São Paulo, nem frear o avanço da inflação, que afetava a vida de toda a população.

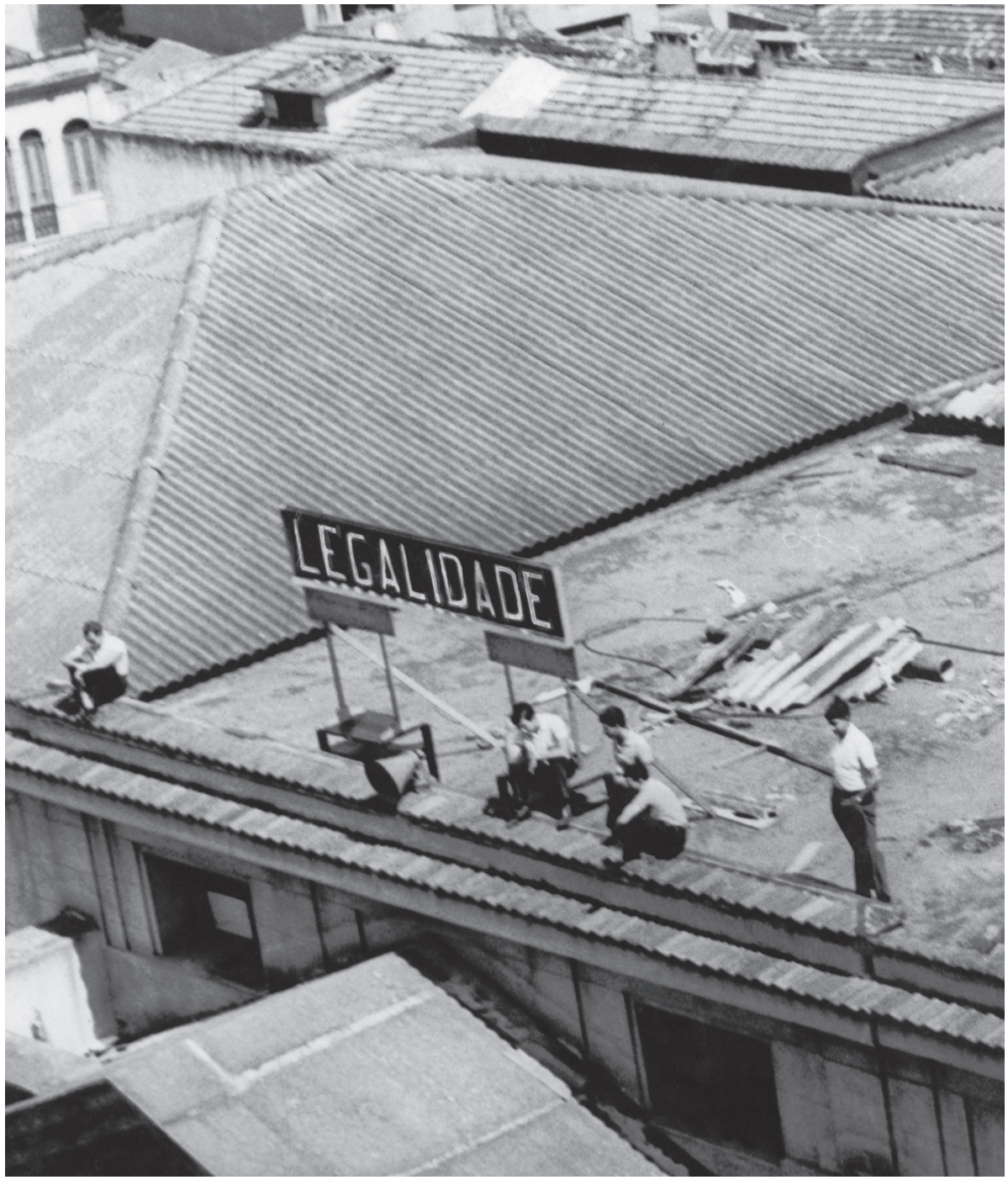
Tudo isso contribuiu para o acirramento das críticas dos opositores militares e civis, como o político Carlos Lacerda, da UDN. E foi um atentado contra Lacerda, que terminou com a morte de um major da Aeronáutica e cuja autoria foi atribuída a pessoas ligadas a Vargas, que tornou a situação política insustentável. Sem o apoio das Forças Armadas e sofrendo ataques cada vez maiores, Vargas respondeu com o suicídio. O efeito imediato foi uma grande comoção popular e, em termos políticos, a vitória do legado de Vargas, que acabou por neutralizar os avanços que seus oponentes tinham acumulado durante seu governo.

O vice de Getúlio, Café Filho, assumiu a Presidência até a realização das eleições de 1955, vencidas por Juscelino Kubitschek, do PSD. A vitória de JK desencadeou uma campanha contra ele por parte de militares

Territórios federais

A criação dos chamados territórios federais, embora não fosse uma ideia nova, não havia sido prevista na Constituição de 1891. Isto, no entanto, não impediu que o Acre, então sob o domínio boliviano, fosse anexado ao Brasil com base nesse modelo político-administrativo em 1904. Somente a Constituição Federal de 1934 resolveria esse impasse, ao considerar o Distrito Federal, estados e territórios federais como entidades constitutivas do Estado brasileiro. Novos territórios foram criados a partir do desmembramento de unidades federativas, atendendo à preocupação com a vigilância das fronteiras: Fernando de Noronha (1942), Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu (1943). Os territórios federais vincularam-se administrativamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores até 1964, quando aqueles que ainda não haviam sido transformados em estados passaram a ficar subordinados ao ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

A renúncia do presidente Jânio Quadros deu início a um conturbado processo de sucessão presidencial, levando à adoção do sistema parlamentarista e à campanha pela legalidade da posse do vice-presidente João Goulart
Arquivo Nacional



descontentes, mas a posse foi garantida com um "golpe preventivo" comandado pelo então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. O tumulto inicial, no entanto, não seria a tônica do governo de Juscelino Kubitschek. Sua gestão foi marcada por uma certa estabilidade, ancorada numa política econômica nacional-desenvolvimentista que combinava a participação do Estado, o empresariado nacional e o capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento, com ênfase na industrialização.

O presidente ficou conhecido por seu lema dos "cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo", que compreendeu um Programa de Metas com objetivos diversos e dividido nas áreas de alimentação, educação, energia, indústria de base e transporte, além da construção de Brasília, que seria inaugurada em 1960.

A euforia do desenvolvimento industrial em grande escala se defrontou, contudo, com o aumento dos gastos governamentais e o declínio do comércio exterior, que resultaram em déficit do orçamento federal. Assim, da mesma forma que seus antecessores, o governo JK foi marcado por problemas financeiros e pelo avanço da inflação.

Crise e fim do período democrático

Juscelino Kubitschek foi sucedido na Presidência por Jânio Quadros, candidato vitorioso das eleições de 1960 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), que recebeu o apoio da UDN. O mandato de Jânio durou apenas seis meses. Nesse curto espaço de tempo, ele tentou implementar uma política externa independente, aproximando-se dos países socialistas, mas a ausência de base política e uma forte oposição contribuíram para sua renúncia.

Assumiu, então, o vice João Goulart, eleito por outra legenda, o PTB, como permitia a Constituição de 1946. A oposição a Goulart, que estava em viagem fora do país, era grande. Mas a iminência de uma tentativa de golpe empreendida

Manifestação em apoio ao presidente João Goulart, durante a crise que culminou com a deposição do seu governo em 1964
Arquivo Nacional



pelos ministros militares para impedir sua posse levou o Congresso a adotar uma solução de compromisso. Assim, pela emenda constitucional n. 4, foi instituído o sistema parlamentarista de governo, definindo que o Poder Executivo seria exercido pelo presidente e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade pela política do governo e da administração federal. A posse de Goulart com os poderes restringidos no sistema parlamentarista se deu em 7 de setembro de 1961. No entanto, logo teve início um movimento para o retorno ao presidencialismo, o que ocorreu em 1963 após a realização de um plebiscito.

O tema das "reformas de base", que compreendiam mudanças na estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional, e contemplavam a extensão do direito de voto

aos analfabetos e às patentes inferiores, foi um dos principais elementos da política que Goulart pretendia empreender. Em torno delas ocorreu uma radicalização da luta política. Em defesa das reformas estavam diferentes grupos, como os estudantes reunidos na União dos Estudantes do Brasil (UNE), setores da Igreja Católica, organizações de subalternos das Forças Armadas, movimento sindical, grupos de esquerda e um importante movimento rural que começou a ser delineado no Nordeste na década de 1950, as Ligas Camponesas. Do lado contrário, os setores conservadores se reuniram em entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Além disso, crescia a cada dia uma conspiração civil-militar contra o governo.

Em 1963, João Goulart lançou o Plano Trienal. Concebido pelo ministro extraordinário responsável pelo Planejamento, Celso Furtado, o plano tinha o objetivo de promover o crescimento econômico, combater a inflação e realizar diversas reformas sociais. No entanto, não obteve o sucesso desejado.

Diante do agravamento das tensões sociais e de pressões externas, o governo organizou um grande comício na Central do Brasil em 13 de março daquele ano, ao qual compareceram cerca de 150 mil pessoas e onde foi anunciada uma série de reformas, como a encampação de refinarias particulares de petróleo. A reposta às iniciativas do Estado veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo no dia 19, com o objetivo de mobilizar a opinião pública contra a política do governo.

Esses acontecimentos foram sucedidos por conflitos nas Forças Armadas, que geraram maior instabilidade política. Em 31 de março, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, iniciou uma movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente. Essa operação foi apoiada por diversos comandantes militares. Goulart também recebeu o ultimato de generais e, reconhecendo a impossibilidade de resistir, abandonou a presidência e partiu para o Rio Grande do Sul. Assim, no dia 1º de abril de 1964, o presidente do Senado, Auro Moura de Andrade, declarou vaga a Presidência, pondo fim ao período democrático e abrindo caminho para a ditadura civil-militar.

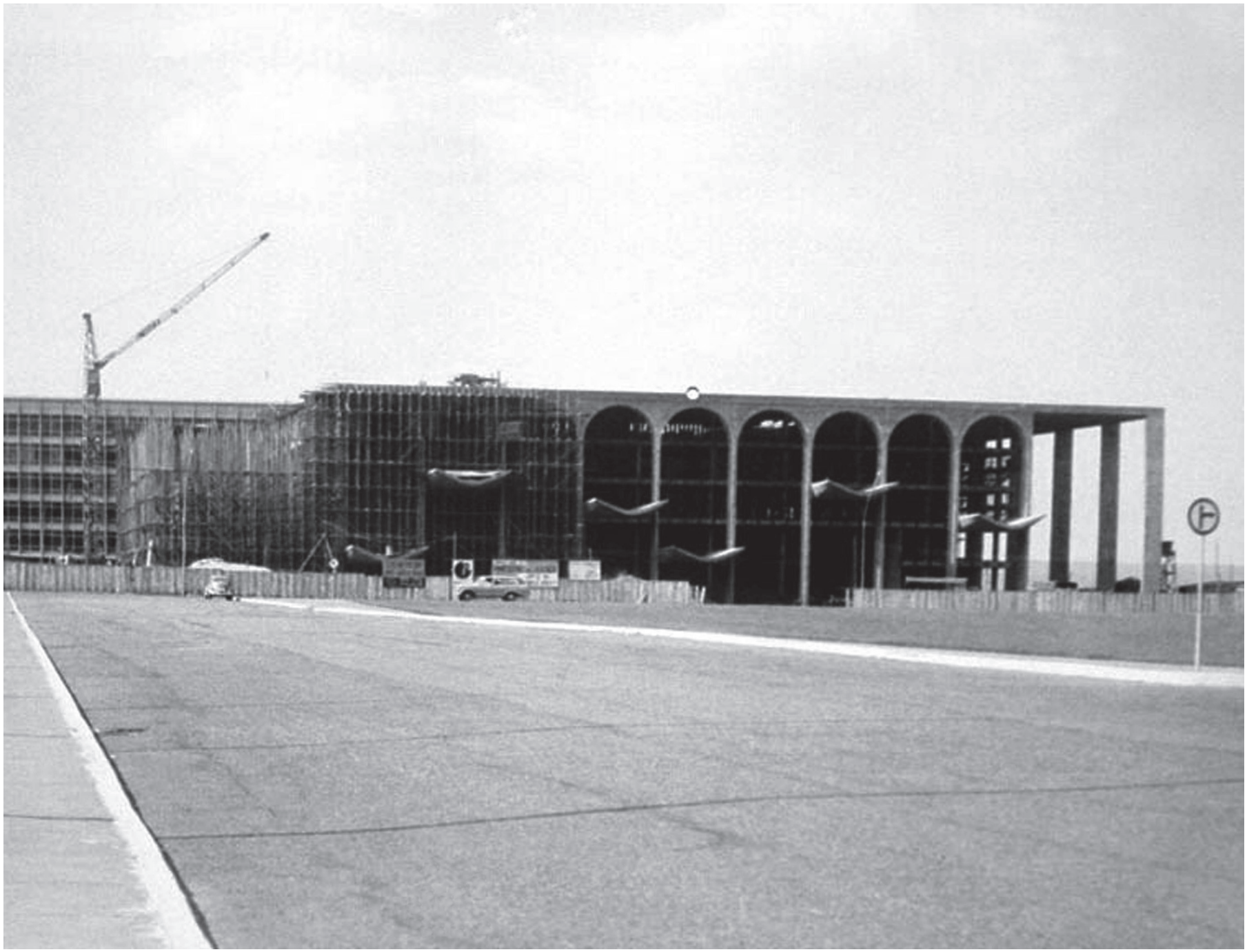
O Ministério da Justiça e os direitos humanos

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores sofreu poucas transformações em sua estrutura no período democrático. A mais relevante foi uma mudança no regimento do Departamento do Interior e da Justiça que acrescentou às atribuições da Divisão de Assuntos Políticos o estudo dos temas relacionados aos direitos e deveres do homem, pelo decreto n. 38.873, de 13 de março de 1956. Com isso, passaram para o ministério os assuntos relativos à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Essa declaração foi aprovada por 48 países em 10 de dezembro de 1948 e constituiu, em grande parte, uma resposta da comunidade internacional, representada pela Organização das Nações Unidas (ONU), à intolerância étnica e racial verificada nos anos 1930 e 1940 na Europa e, de modo geral, aos acontecimentos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos do Homem significou algo novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi expressamente aceito, por meio de seus respectivos governos, pela maioria da população mundial (Bobbio, 2004, p. 27).

Entre os princípios da declaração estão o direito à liberdade; à igualdade de tratamento perante a lei; à vida; à segurança pessoal; à liberdade de pensamento, consciência e religião; a uma nacionalidade; à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; à liberdade de reunião e associação pacíficas; o direito de participar do governo do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos; à segurança social e à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade; ao trabalho; à livre escolha de emprego; ao repouso e lazer; a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e a sua família, saúde e bem-estar; à instrução; à livre participação na vida cultural da comunidade; o direito de não ser arbitrariamente preso, detido ou

Construção do prédio do Ministério da Justiça em Brasília, a nova capital do país
Ministério da Justiça



exilado; a proibição de qualquer forma de servidão ou escravidão, e de tortura.

Outra medida tomada nesse sentido no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pela lei n. 4.319, de 16 de março de 1964, um pouco antes do golpe civil-militar. De acordo com essa lei, o conselho seria formado por representantes do governo e da sociedade: o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um professor catedrático de direito constitucional de uma das faculdades federais, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Associação Brasileira de Educação (ABE), e líderes da maioria e da minoria

da Câmara dos Deputados e do Senado. Suas competências incluíam promover inquéritos, investigações e estudos sobre a eficácia de normas que assegurassem os direitos da pessoa humana inscritos na Constituição, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem de 1948 e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa humana deveria, ainda, realizar conferências e debates sobre o assunto; investigações específicas em áreas onde tivessem ocorrido fraudes eleitorais de grandes proporções e cursos para o aperfeiçoamento dos serviços policiais referentes aos direitos da pessoa humana, além de receber representações com denúncias de violações desses direitos, apurar sua procedência e tomar providências para cessar os abusos dos particulares ou autoridades responsáveis. Por fim, também cabia ao conselho a cooperação com a ONU nas iniciativas que visassem assegurar o efetivo respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

Além da temática abrangente dos direitos humanos, outros assuntos importantes ganharam destaque na esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A administração dos territórios e municípios, tão relevante durante o governo Vargas, como vimos, seria objeto de duas novas estruturas: a Comissão de Assuntos Territoriais, criada pelo decreto n. 44.491, de 18 de setembro de 1958, e o Serviço Nacional dos Municípios, instituído na Presidência da República em março de 1961 e transferido para o ministério em dezembro daquele ano pelo decreto do Conselho dos Ministros n. 283. Embora com características bastante distintas, os dois órgãos tinham o intuito de estudar ou implementar medidas destinadas a sanar os problemas administrativos dessas áreas, evidenciando a presença da questão regional no âmbito de atuação do ministério – assunto que marcou bastante o debate político e as diretrizes da administração pública. Basta lembrarmos dos órgãos criados para a promoção do desenvolvimento regional nesse momento, como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em 1948, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959.

Assim, percebemos que o ministério acabou se ocupando de alguns dos temas essenciais do período, respondendo a importantes mudanças na política e na sociedade brasileira e mundial. E, apesar das poucas transformações que teve em sua estrutura, nesse momento surgia uma questão crucial – os direitos humanos – que assumiria uma importância cada vez maior ao longo do século XX e início do XXI.

Assistência e proteção ao menor

Nos séculos XVIII e XIX, as instituições religiosas e filantrópicas foram responsáveis pela assistência e proteção à chamada "infância desvalida", e sob seus cuidados ergueram-se estabelecimentos destinados ao internamento, como a Casa dos Expostos. Foi a partir do final do século XIX que o Estado passou a preocupar-se com os menores abandonados, órfãos e delinquentes, e sua atuação seria orientada pelo controle e incorporação dos desvalidos a uma nova ordem social, moderna e civilizada. Na esfera de ação da Justiça houve uma série de instituições voltadas para a assistência aos menores, como o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e a Escola XV de Novembro. Um marco da política de assistência desse período foi o Código de Menores, aprovado em 1927. Criado em 1942, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) daria lugar à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), transferida em 1972 para o então Ministério da Previdência Social.

Anos de incerteza

O golpe e o regime militar

Após ser declarada vaga, com a saída de João Goulart, a Presidência da República foi ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em 2 de abril de 1964. Mas o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, denominada Comando Supremo da Revolução e composta pelo general Artur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker Grünewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, que logo seria confirmada pelo próprio Mazzilli. Iniciava-se, assim, um longo período sob o governo de militares que terminaria somente 21 anos depois.

A primeira medida importante tomada pelo Comando Supremo foi a decretação do ato institucional n. 1, em 9 de abril de 1964. O ato manteve a Constituição de 1946, mas determinou que as eleições presidenciais fossem indiretas, realizadas pelo Congresso Nacional em sessão pública e com votação nominal. Reforçou também o Poder Executivo

Tanques em frente ao prédio do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, após a queda do governo João Goulart, 1964
Arquivo Nacional



autorizando a cassação de mandatos em qualquer nível, a suspensão de direitos políticos pelo prazo de dez anos e o cancelamento, por seis meses, da garantia de vitaliciedade e estabilidade.

Assim, logo após o golpe iniciaram-se as perseguições contra os adversários do novo regime. A sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada no dia 1º de abril. A isso seguiram-se medidas de repressão às Ligas Camponesas, intervenções em sindicatos e federações de trabalhadores, empastelamento de jornais, expurgos no serviço público, cassação de mandatos parlamentares e deposição de vários governadores.

Logo foram organizadas eleições presidenciais, que ocorreram no dia 11 de abril obedecendo ao calendário determinado pelo AI-1. A vitória coube ao general Castelo Branco, tendo como vice José Maria Alkmin, do PSD.

Uma das ações mais significativas do primeiro ano do governo de Castelo Branco foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), pela lei n. 4.341, de 9 de junho. O órgão, que foi adquirindo maior importância ao longo dos governos que se sucederam, tinha como uma de suas atribuições o recolhimento de informações no âmbito da administração pública. E encabeçava uma vasta rede de espionagem, atuando, dessa forma, como um dos "pilares" da ditadura (Fico, 2010, p. 175).

Em 1965, após a vitória dos candidatos da oposição na maioria dos governos estaduais, o presidente reforçou seus poderes com a decretação do ato institucional n. 2, em 27 de outubro, que entre outros pontos extinguiu os partidos políticos e cancelou seus registros.

As novas diretrizes de organização partidária foram lançadas em seguida, pelo ato complementar n. 4, de 20 de novembro 1965, determinando que, para serem instituídos, os partidos deveriam ser compostos por no mínimo 120 deputados e vinte senadores – exigência que acabou levando ao estabelecimento do bipartidarismo e à consequente criação dos dois partidos que vigoraram na ditadura: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupou os adeptos do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu a oposição.

Outra medida com o objetivo de conter a oposição foi o ato institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966, ordenando que as eleições para os governos estaduais também fossem indiretas, realizadas nas Assembleias Legislativas. Nesse mesmo ano, o ato institucional n. 4, de 7 de dezembro, convocou o Congresso Nacional para votar uma nova Constituição.

A Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967, manteve a eleição direta para os governos estaduais e municipais. Já o presidente e o vice seriam eleitos pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados.

Os direitos e garantias individuais foram conservados e, em relação aos direitos políticos, não houve grandes mudanças na definição dos eleitores, permanecendo as determinações da Constituição de 1946.

Incorporando parte do conteúdo arbitrário dos atos adicionais, a carta de 1967 estabeleceu a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dois a dez anos para aqueles que atentassem contra a ordem democrática ou praticassem a corrupção. E, nas disposições transitórias, foram aprovados e dispensados de apreciação judicial todos os atos praticados pelo governo desde 31 de março de 1964.

Além da promulgação de uma nova Constituição, outra questão central no governo de Castelo Branco foi a reforma administrativa. Ainda em 1964 o decreto n. 54.401, de 9 de outubro, instituiu a Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa. Presidida pelo ministro extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, a comissão tinha o objetivo de examinar os projetos elaborados e preparar outros considerados essenciais à obtenção de rendimento e produtividade na administração federal.

Do trabalho desta comissão e das revisões que a sucederam no âmbito ministerial resultou o decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que contribuiu para a consolidação de um modelo de administração voltado para o desenvolvimento no país. Nele foram definidos os princípios que deveriam guiar a administração pública federal: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle (Costa, 2008, p. 85).

Além disso, o decreto-lei n. 200 fixou a distinção entre administração direta e indireta; estabeleceu a estrutura do Poder Executivo federal, distribuindo os ministérios entre os setores político, econômico, social, militar e de planejamento; delineou os sistemas de atividades auxiliares e de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais; definiu as bases do controle externo e interno; indicou as diretrizes gerais para um novo plano de classificação de cargos e instituiu normas de aquisição e contratação de bens e serviços (Costa, 2008, p. 85).



Reunião do Conselho de Segurança Nacional no governo do presidente Costa e Silva, marcado pela promulgação do AI-5
Arquivo Nacional

De Costa e Silva a Figueiredo

Castelo Branco não conseguiu fazer um sucessor, e, em 1967, foi eleito presidente o general Artur da Costa e Silva, tendo como vice o político mineiro Pedro Aleixo. O governo de Costa e Silva ficou marcado pela rearticulação da oposição. Nesse momento, observou-se a atuação da Frente Ampla, que começou a ser organizada por Carlos Lacerda em 1966, em defesa das eleições livres e diretas, e que recebeu o apoio de dois de seus antigos adversários: os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Houve também protestos estudantis pela melhoria das condições do ensino universitário. Em 28 de março de 1968, durante um desses protestos, o estudante Edson Luís foi morto com um tiro disparado pela polícia, no Rio de Janeiro. Em junho, ocorreu a Passeata dos Cem Mil, que reuniu diferentes forças empenhadas na luta pela redemocratização. E o movimento operário voltou ao cenário político com a organização de duas grandes greves, uma em Contagem, Minas Gerais, e outra em Osasco, São Paulo.

A essas movimentações seguiram-se medidas repressivas. Logo em abril, o ministro da Justiça proibiu as atividades da Frente Ampla. E, em julho, determinou a proibição de qualquer tipo de manifestação de protesto no país (Skidmore, 2004, p. 153-155). Mas a maior reação do governo veio com o ato institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 manteve a Constituição de 1967, mas efetuou significativas alterações. O presidente da República voltou a ter poderes para decretar o recesso do Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais. E ficou autorizado, portanto, a legislar sobre todas as matérias e exercer as atribuições dessas instâncias, podendo também interferir nos estados e municípios com a nomeação de interventores.

O ato ainda restabeleceu os poderes do presidente para suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos, cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, demitir, aposentar ou colocar em disponibilidade servidores públicos. Além disso, suspendeu o *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, e a economia popular.

Com o AI-5 abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos, expurgos no funcionalismo público e recrudescimento da censura e das ações da polícia política. Por outro lado, houve a intensificação da luta armada, realizada por grupos de esquerda como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Em 30 de agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado por motivo de saúde. No dia

seguinte seria decretado o ato institucional n. 12, determinando que o governo fosse assumido por uma Junta Militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grünewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica, e não pelo vice civil de Costa e Silva, Pedro Aleixo.

Durante o governo da Junta ocorreu o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, por militantes de esquerda. E em decorrência disso foram decretados dois novos atos institucionais: o ato n. 13, que determinou a pena de banimento do território nacional a todo brasileiro considerado ameaça à segurança nacional, e o ato n. 14, que estabeleceu a pena de morte nos casos de guerra psicológica adversa, revolucionária ou subversiva. Ainda nesse período tumultuado foi instituída a emenda constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969, que, na prática, substituiu a Constituição de 1967, adaptando-a aos vários atos institucionais e complementares (Andrade, 2008, p. 447).

A Junta Militar foi sucedida pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici, eleito em outubro daquele ano com o retorno das atividades do Congresso. Durante seu mandato ocorreu um recrudescimento da repressão política e o aumento das denúncias de tortura de presos políticos. Mas o avanço das telecomunicações também permitiu a divulgação de uma imagem próspera do país por meio da propaganda, amplamente utilizada em seu governo. No campo econômico, a conjuntura externa propícia favoreceu o chamado "milagre brasileiro", observado na grande expansão da economia combinada com baixas taxas de inflação, que resultou no aumento do PIB, no crescimento da indústria e do comércio exterior.

Após o governo Médici, a Presidência foi ocupada pelo general Ernesto Geisel, em cujo governo foi iniciado o processo de abertura política, que se definia como "lenta, gradual e segura". Entre as medidas liberalizantes destaca-se a suspensão da censura do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1975.

No entanto, neste caminho houve alguns retrocessos, como as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo.

Em 1977, depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, o presidente decretou a emenda constitucional n. 8, de 14 de abril, chamada de Pacote de Abril. Entre outras medidas, o "pacote" ordenou o recesso do Congresso e instituiu o "senador biônico", que seria eleito indiretamente por um colégio eleitoral organizado de forma a dificultar a vitória da oposição.

Nesse momento, muitas vozes da sociedade civil, vindas de diversos grupos e instituições, como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), levantaram-se a favor da redemocratização. Houve, ainda, a primeira greve de operários metalúrgicos desde 1964, em São Bernardo do Campo. E, diante dessa crescente pressão, o governo, depois de dez anos, no final do mandato de Geisel, revogou o AI-5, com a emenda constitucional n. 11, de 14 de outubro de 1978.

O sucessor de Geisel foi o general João Batista Figueiredo, que deu prosseguimento

Censura

A censura no Brasil foi institucionalizada com a transferência da corte portuguesa em 1808, embora vigorasse desde o período colonial. Durante os séculos XIX e XX, a atividade era exercida pelos órgãos ligados à Polícia, que em alguns momentos dividiu essa atribuição com outras entidades, como o primeiro Conservatório Dramático, entre 1843 e 1864, e o Departamento de Imprensa e Propaganda, subordinado à Presidência da República, de 1939 a 1945. No âmbito do ministério, foi criado em 1945 o Serviço de Censura de Diversões Públicas no Departamento Federal de Segurança Pública e, em 1968, o Conselho Superior de Censura, destinado a rever, em recurso, as decisões finais relativas à censura e elaborar as orientações para seu exercício. A censura foi extinta pela Constituição de 1988, que declarou livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

ao processo de abertura política. Uma das mais importantes medidas nessa direção foi a lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que anistiou os responsáveis por crimes políticos ou praticados por motivação política. Essa lei possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades, porém, abrangeu igualmente os acusados pela prática de tortura.

Outro passo em direção à abertura foi a aprovação da lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que extinguiu os partidos existentes e estabeleceu novos critérios para organização partidária. Assim, passaram a se formar outras legendas que existem até os dias atuais, como o Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Diante desse novo cenário político formou-se, no final de 1983, uma grande frente de oposição, que reivindicou eleições diretas para a Presidência da República. Conhecido como campanha das Diretas Já, esse movimento foi responsável pela organização de comícios em várias cidades, resultando na maior mobilização popular da história do país (Carvalho, 2001, p. 188). Mas, mesmo com todo esse entusiasmo, a emenda constitucional que contemplava as eleições diretas, elaborada pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira, foi derrotada na Câmara em abril de 1984, e as eleições presidenciais foram realizadas mais uma vez de forma indireta.

Apesar disso, verificou-se o afastamento dos militares, e a disputa se deu entre candidatos civis, vencendo a oposição com Tancredo Neves, do PMDB, que tinha como vice José Sarney, da dissidência liberal do PDS.

O novo Ministério da Justiça

No período de 1964 a 1985, do início da ditadura militar à redemocratização, o Ministério da Justiça passou por grandes transformações. A primeira delas foi a perda das competências relativas à administração dos territórios, que passou para o ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, pelo decreto n. 4.344, de 21 de junho de 1964. Mas a mudança mais marcante ocorreria com o decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que, como vimos, definiu novas diretrizes para toda a administração pública federal.

No caso da Justiça, houve a transformação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em Ministério da Justiça e a criação do Ministério do Interior. Ao Ministério do Interior passaram as atribuições relacionadas à assistência aos municípios e à administração dos territórios, entre outras, que já haviam sido transferidas para o ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

O Ministério da Justiça compunha com o das Relações Exteriores o setor político fixado pelo decreto-lei n. 200. Suas competências abrangiam a ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e garantias constitucionais; segurança interna e Polícia Federal; administração penitenciária; Ministério Público e, por último, a documentação, publicação e arquivamento dos atos oficiais.

De acordo com os princípios do plano da reforma administrativa, a pasta da Justiça, assim como outros ministérios, passou a contar com dois órgãos destinados a realizar estudos para formulação de diretrizes e desempenhar funções de planejamento, orçamento, orientação, coordenação, inspeção e controle financeiro, que seriam a Secretaria Geral e a Inspetoria Geral de Finanças. Além desses, haveria um consultor jurídico e uma Divisão de Segurança e Informações. Subordinada ao ministério e ao SNI, essa divisão resultava da transformação da Seção de Segurança Nacional, criada em 1934, e reproduzia, em âmbito ministerial, as orientações do SNI.

Em 1968, acompanhando as mudanças no ministério, o Departamento do Interior e Justiça foi transformado em Departamento de Justiça pelo decreto n. 62.223, de 5 de fevereiro. No mesmo dia aprovou-se o seu regulamento, definindo como suas competências o estudo e preparo dos atos relativos à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais, reconhecimento de utilidade pública a entidades privadas, medalhas de distinção, graça, indulto, comutação de pena e política penitenciária, pelo decreto n. 62.224.

A política de repressão do regime militar provocou uma onda de protestos que tomou as ruas das principais cidades do país
Arquivo Nacional



O ministério desempenhou, assim, um papel importante no governo instalado em 1964, haja vista a constante cassação de direitos políticos em quase todo esse período e a autoridade conferida pelo AI-2 para o fechamento dos partidos políticos existentes em 1965. Nesse sentido, é possível estabelecer um paralelo entre esse momento histórico e o Estado Novo, e perceber como o tema dos direitos políticos se mostrou crucial nesses dois regimes repressores.

A censura também foi objeto de ações do ministério, para além da atuação da polícia. Em 1968, a lei n. 5.536, de 21 de novembro, instituiu o Conselho Superior de Censura, cujas competências abrangiam a revisão, em grau de recurso, das decisões finais relativas à censura de espetáculos e diversões públicas dadas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal

e a elaboração de normas e critérios que orientassem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do ministro da Justiça. O conselho representava, portanto, uma instância intermediária entre a polícia e o ministério, e abrigava, em sua maioria, representantes da sociedade civil, o que apontava, pelo menos em tese, para uma certa liberalização. Contudo, com a decretação do AI-5 no mês seguinte, o conselho só seria institucionalizado em 1979, quando o ato foi revogado (Kushnir, 2001, p. 103).

Assim, o período da ditadura civil-militar foi marcado pela intensificação da censura, que nunca deixara de existir desde a época colonial, mas que assumiu um caráter eminentemente político, incluindo a censura prévia e a presença de censores nas redações de alguns jornais.

Outro tema relevante para o regime militar, o combate à corrupção também foi contemplado entre as ações ministeriais com a criação da Comissão Geral de Investigações, pelo decreto-lei n. 359, de 17 de dezembro de 1968, que tinha a incumbência de promover investigações sumárias para o confisco de bens relacionados ao enriquecimento ilícito de servidores públicos.

O ministério ainda recebeu mais dois regulamentos dispondo sobre suas competências e estrutura. O primeiro, o decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969, não promoveu alterações nas atribuições definidas antes pelo decreto-lei n. 200, mas especificou-as em onze itens: o exame e despacho dos assuntos relacionados ao funcionamento das instituições e preservação da ordem estabelecida; a apreciação das questões legais de âmbito nacional e diligência pelo cumprimento, em todo o país, da Constituição e das leis; o estudo e decisão sobre os problemas pertinentes à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias individuais e permanência, expulsão, deportação e extradição de estrangeiros; as relações do Poder Executivo com os demais poderes, com os estados, territórios e Distrito Federal; a organização e manutenção da Polícia Federal em todo o território nacional; o uso dos símbolos nacionais; a repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, eliminação da concorrência e arbitrária majoração dos lucros; a defesa dos direitos da pessoa humana; a supervisão normativa e orientação referente ao sistema penitenciário; a representação e defesa da União em juízo e a diligência, junto ao Poder Judiciário, em favor do cumprimento das leis; e a divulgação, documentação e arquivamento dos atos oficiais. O segundo regulamento, pelo decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975, não modificou as competências do ministério, que foram preservadas até o final do regime militar.

Durante este período o Ministério da Justiça, destituído de suas atribuições relacionadas aos negócios interiores, concentrou-se em ações que auxiliaram a manutenção da ditadura militar, atuando na cassação dos direitos políticos, no fechamento de partidos, na proibição de manifestações de protesto político e no cerceamento da liberdade de expressão. O limite ao gozo dos direitos políticos e civis dos cidadãos que se opunham ao regime sobressaiu-se, portanto, em acordo com as diretrizes governamentais.

Instituições penais

Desde o descobrimento, a colônia brasileira foi utilizada pela metrópole como território de cumprimento da pena de degredo, aplicada a uma série de indesejados sociais. No século XVIII, instalaram-se, junto às câmaras municipais, as primeiras prisões do Brasil, onde o preso aguardava o cumprimento de sua pena, que poderia variar da multa ao açoite, do degredo à morte. Foi com o Código Penal de 1830, quando se estabeleceu a pena de prisão proporcional a cada tipo de crime, ao lado do degredo, das galés e da condenação à morte, que se verificou a instalação de um sistema prisional que procurava atender às novas orientações da legislação. A partir de então seriam criadas instituições penais destinadas a cada tipo de punição, as casas de correção, para os detentos condenados, e as detenções, para os que aguardavam a sentença; para categorias específicas de presos – homens, mulheres, menores, militares ou alienados; e para as novas modalidades de pena, como a prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar. A inspeção das prisões e tudo o que se relacionasse à segurança pública foram atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça desde sua instalação no Brasil, em 1822.

A Nova República

Caminhos para a consolidação da democracia e da cidadania

Tancredo Neves venceu as eleições presidenciais de 1985, mas não chegou a tomar posse. Um dia antes de assumir o cargo, Tancredo foi internado em estado grave e morreu em pouco mais de um mês, causando grande comoção no país.

A Presidência foi assumida, então, pelo vice, José Sarney. Seu governo teve de enfrentar grandes desafios, como a reconstrução da democracia e o combate às altas taxas de inflação, passando também pelo tema não menos importante da reforma administrativa.

Para essa última tarefa, o governo Sarney criou, em 1985, uma comissão com o objetivo de redefinir o papel do Estado, estabelecendo novas bases para o funcionamento da administração pública. Essa reforma visava prover os cidadãos dos meios para a realização de seus direitos, obedecendo aos critérios de universalidade e acesso, democratizar a ação administrativa em todos os níveis do governo, além de descentralizá-la

Manifestações populares em diferentes cidades brasileiras marcaram o retorno do país ao regime democrático
Arquivo Nacional



e desconcentrá-la, revitalizando e tornando mais eficiente o serviço público (Marcelino apud Costa, 2008, p. 856).

As propostas da comissão não chegaram a ser implementadas, mas em setembro de 1986 o governo José Sarney lançou um programa de reformas que tinha três metas principais: racionalizar as estruturas administrativas, formular uma política de recursos humanos e conter os gastos públicos (p. 856-857).

Em relação à economia, nesse mesmo ano o governo empreendeu uma ampla reforma monetária, conhecida como Plano Cruzado, que tinha como objetivos a estabilização econômica, a substituição da moeda corrente, o congelamento de preços, o "gatilho" salarial, que determinava o reajuste dos salários quando a inflação alcançasse determinado índice, e o incentivo à produção. No entanto, o plano logo se mostrou ineficiente, e a ele se seguiram

outros que, igualmente, não possibilitaram o controle da inflação.

Por outro lado, no governo Sarney foi dado um passo importante no sentido de se consolidar a democratização, ao aprovar-se uma nova Constituição, considerada a mais democrática e liberal que o país já teve, e por isso chamada de Constituição Cidadã.

Uma nova Constituição para o Brasil

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram realizadas em 15 de novembro de 1986, e os trabalhos começaram no início do ano seguinte. O perfil da Constituinte, embora conservador, acabou por representar diferentes grupos e interesses, contemplando a diversidade inerente à própria sociedade brasileira (Andrade, 2008, p. 478). Assim, após mais de um ano de trabalhos e consultas a especialistas e setores da sociedade, o texto final foi promulgado em 5 de outubro de 1988.

A Constituição teve como preocupação central a garantia dos direitos do cidadão (Carvalho, 2001, p. 200). No início do texto, o Brasil é definido como um Estado democrático de direito, ou seja, um Estado de cidadãos que tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

O direito ao voto foi ampliado. Pela primeira vez na história republicana foi reconhecido esse direito aos analfabetos, mas de forma facultativa. O voto não obrigatório foi estendido também aos jovens entre dezesseis e dezoito anos. A restrição se manteve apenas para os alistados, embora somente durante o serviço militar obrigatório.

As eleições para todos os cargos do Poder Executivo foram divididas em dois turnos caso nenhum candidato alcançasse a maioria absoluta na primeira votação. Em relação ao Poder Legislativo, a representatividade regional na Câmara dos Deputados e no Senado acabou por favorecer os estados menos populosos, que possuem, cada um, três vagas de senador. Mas o número de deputados, apesar de proporcional à população, não reproduz as diferenças regionais de forma equivalente.

Houve igualmente a ampliação dos direitos sociais e o estabelecimento dos direitos civis suprimidos durante o regime militar, como a liberdade de organização e de expressão. Aliás, a Constituição de 1988 foi além, extinguindo a tão antiga e consolidada prática da censura.

O próprio conjunto de direitos foi estendido, com a introdução da ideia de direitos culturais e a defesa dos direitos relativos a grupos específicos, como as minorias, crianças e adolescentes, índios, mulheres e consumidores. A inclusão desses direitos assinala um aprofundamento da tutela do Estado, que deixa de considerar apenas seus destinatários genéricos, os cidadãos, e passa a cuidar do ser humano em determinada situação (Lafer, 2004, p. XI).

Também foram mudanças importantes a introdução do direito do *habeas data*, destinado a assegurar a qualquer pessoa o conhecimento das informações existentes sobre ela nos registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, e o estabelecimento do mandado

Anistia política

Na época moderna a justiça era a função suprema do rei, e incluía o indulto da graça, de perdão aos criminosos políticos. Desde então a anistia política passou por mudanças, mantendo-se como prerrogativa do Estado e consagrada em textos constitucionais e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a anistia também foi um instrumento utilizado pelo Estado em diferentes períodos, com alcances e significados políticos distintos. A ditadura militar iniciada em 1964 utilizou-se de um instrumental jurídico que suprimiu direitos políticos, colocando a anistia como uma das principais bandeiras da luta pela redemocratização do país. Promulgada em 28 de agosto de 1979, a lei n. 6.683, a chamada Lei da Anistia, garantiu o retorno dos exilados ao Brasil e o restabelecimento de seus direitos políticos. Esta lei foi complementada por vários diplomas legais que ampliaram os direitos dos anistiados, introduzindo a possibilidade de reparação aos perseguidos políticos no Brasil.

Em 1988, o presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, entrega ao presidente da República, José Sarney, a nova Constituição brasileira
Radiobrás



de injunção, concedido na ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e as prerrogativas referentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (Andrade, 2008, p. 505).

Outros aspectos positivos trazidos pela Constituição foram a valorização do controle parlamentar sobre o Executivo por meio das comissões parlamentares de inquérito, a determinação dos princípios da ordem econômica, a defesa do meio ambiente, a consolidação das conquistas da seguridade social e a transformação do racismo, tortura e tráfico de drogas em crimes inafiançáveis.

Mas, apesar de todos esses avanços, houve alguns pontos negativos na Carta de 1988, como a fixação da taxa bancária de juros, o perdão de dívidas a empresários inadimplentes e o retrocesso na reforma agrária (ibidem, p. 490).

A consolidação do processo democrático

Em 1989 ocorreram as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960. O candidato eleito foi Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), cujo lema de campanha foi o combate à corrupção, a partir da "caça aos marajás".

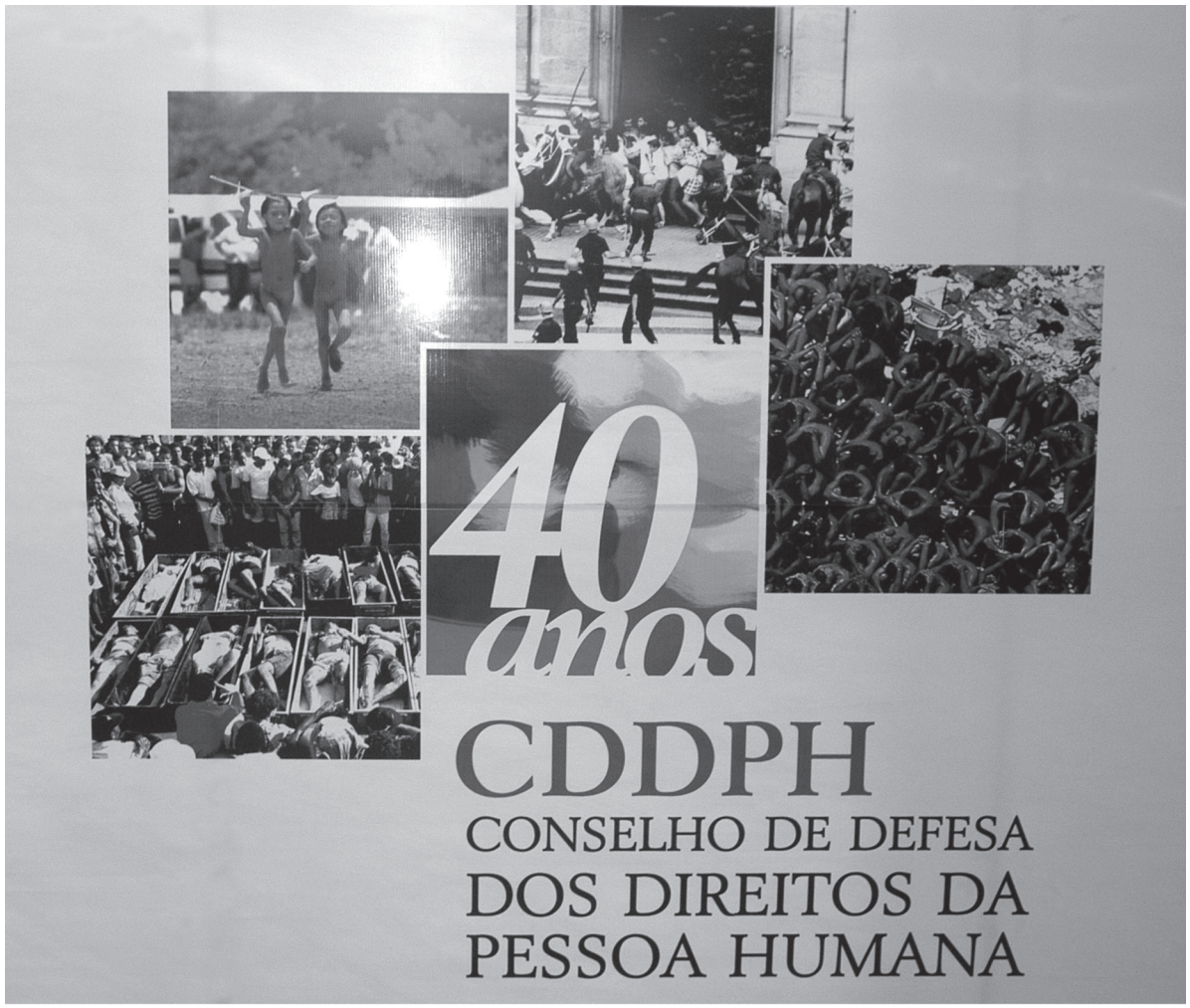
No primeiro dia de seu governo, Collor anunciou um plano econômico de combate à inflação que confiscaria por dezoito meses as contas de poupança, contas correntes e outras aplicações financeiras acima de cinquenta mil cruzeiros.

Além disso, realizou uma reforma administrativa que tinha entre seus objetivos a reformulação das estruturas organizacionais, para o aumento da produtividade e da eficiência, a eliminação dos entraves burocráticos, a racionalização do gasto com pessoal e uma reestruturação da política de recursos humanos (Barcelos; Gabler, 2011, p. 30), e que teve como consequências a extinção de órgãos, a demissão e disponibilidade de funcionários públicos federais e a privatização de empresas públicas.

Em 1992 foi denunciado, na imprensa, um grande esquema de corrupção no governo, comandado por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Collor. Para investigar as denúncias se instalou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, que, com amplo apoio popular, encerrou seus trabalhos recomendando o afastamento do presidente. À decisão da CPI seguiu-se a aprovação do pedido de *impeachment* pela Câmara, em 29 de setembro de 1992. Para evitá-lo, Collor renunciou ao cargo em 29 de dezembro, mas ainda assim teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

A Presidência foi assumida, então, pelo vice, Itamar Franco, cujo governo foi marcado pelo lançamento de um Plano de Estabilização Econômica concebido pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Conhecido como

Criado em 1964, o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana foi um dos principais órgãos de proteção aos direitos humanos do Ministério da Justiça até a criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em 2003
Ministério da Justiça



Plano Real, objetivava conter a inflação e promover o crescimento da economia. O plano substituiu o cruzeiro real, a moeda corrente, pelo real.

O sucesso do plano levou Fernando Henrique Cardoso a concorrer como candidato nas eleições presidenciais de 1994 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vencidas no primeiro turno. O grande desafio do novo presidente foi manter a estabilidade econômica do país enfrentando um quadro internacional desfavorável, marcado pelas crises econômicas no México e na Rússia.

Cardoso também empreendeu uma reforma administrativa que tinha cinco diretrizes principais: a alteração da base legal, a partir da reforma da Constituição, a fim de institucionalizar os princípios da reforma administrativa; a racionalização, para aumentar a eficiência, por meio do corte de gastos; a flexibilização, que pretendia oferecer maior autonomia aos gestores públicos na administração dos recursos humanos, materiais e financeiros; a publicização baseada na transferência para organizações públicas não estatais de atividades não exclusivas do Estado, em especial nas áreas de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, e meio ambiente; e a desestatização, que abrangia a privatização, terceirização e desregulamentação. Essas grandes linhas estiveram presentes na emenda constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, a partir de três projetos básicos: avaliação estrutural (racionalização), agências executivas (flexibilização) e organizações sociais (publicização) (Costa, 2008, p. 868).

Atentando para a questão agrária, o governo aumentou o número de famílias assentadas, mas as medidas não foram suficientes para conter a intensificação dos conflitos no campo, muitos deles sob o comando de uma nova e atuante organização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em 1997, a emenda constitucional n. 16, de 4 de junho, que permitia a reeleição para os cargos de presidente, governador e prefeito, foi aprovada. Com isso, Fernando Henrique Cardoso concorreu novamente às eleições presidenciais e conseguiu se reeleger em 1998.

Uma das maiores preocupações desse novo período de governo foi, novamente, a manutenção da estabilidade econômica. Um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinado em 1998, levou o governo a adotar metas rigorosas, como alcançar um superávit fiscal elevado. Nessa direção aprovou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, pela lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que impôs um controle rígido na execução dos orçamentos públicos. Além

desta, outras medidas destinadas a atacar o déficit público foram possibilitadas com a aprovação de uma reforma parcial da previdência social, a adoção da terceirização de serviços e de empregos públicos em áreas consideradas não essenciais e a continuidade das privatizações.

Por outro lado, o governo também tomou algumas medidas no âmbito da proteção social, dando prosseguimento às ações iniciadas durante o primeiro mandato com o Comunidade Solidária, com destaque para a implementação de alguns programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás.

No plano dos direitos civis, o grande marco foi a aprovação do novo Código Civil pela lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Originado do projeto de lei n. 634, de 1975, o código redefiniu institutos como casamento, herança, emancipação, maioridade civil, e acrescentou novos temas acerca dos direitos da personalidade, associações, fundações, direito de empresa e outros. Assim, houve uma tentativa de adequar a legislação civil à Constituição de 1988, mas seus avanços foram comedidos diante da complexidade das relações sociais e das transformações que atravessavam o país (Wolkmer, 2011, p. 159).

Depois de oito anos de governo, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu fazer um sucessor, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que fora candidato a presidente em 1989, 1994 e 1998, venceu as eleições de 2002.

Uma das marcas de seu governo foi a preocupação com a questão social. Logo no início do mandato, Lula lançou o Programa Fome Zero, voltado para o combate à fome e à pobreza. Outro importante programa foi o Bolsa Família, instituído em 2003, que unificou quatro programas já existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e que ainda está em vigor. Outro assunto prioritário seria a manutenção do controle inflacionário, a partir de uma política econômica que tinha como diretrizes o crescimento, a criação de empregos, a estabilidade e a redução da pobreza e da desigualdade (Brasil, 2010).

O governo Lula também se voltou para a modernização da gestão pública, buscando maior eficiência na execução das políticas e programas governamentais. Para isso, procurou aperfeiçoar os mecanismos de controle, dando maior transparência aos atos governamentais e estabelecendo um novo modelo de gestão, participativa e estratégica.

Contando com ampla popularidade, Lula se candidatou à reeleição em 2006, obtendo a vitória no segundo turno.

O carro-chefe de seu novo governo foi o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), destinado a consolidar a reorganização, centralização e ampliação das políticas federais de investimento em infraestrutura. Seus objetivos principais consistiam em acelerar o ritmo de crescimento da economia, aumentar o emprego e a renda, diminuir as desigualdades regionais e sociais, e manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas). E suas ações estavam organizadas em cinco blocos: investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo (Brasil, 2010).

Classificação indicativa

A classificação dos conteúdos das diversões públicas e programas de rádio, televisão e outras mídias de acordo com a faixa etária foi assumida como prerrogativa da União a partir da Constituição de 1988. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também dispôs sobre o assunto, estabelecido como um dever do Estado no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente. Considerada como instrumento de consolidação do Estado democrático de direito e um dos meios legais de promoção dos direitos humanos, como o da liberdade de expressão, a classificação indicativa constitui uma importante ferramenta de diálogo entre governo e sociedade. Tornou-se atribuição do Ministério da Justiça em 1990, e no ano seguinte foi criado um departamento dedicado ao tema que existe até hoje.

O sucesso de grande parte das políticas do governo fez com que Lula elegesse seu sucessor em 2010. Assim, pela primeira vez no Brasil uma mulher foi eleita presidente, a ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O primeiro ano de seu governo destacou-se pela permanência da preocupação com a questão social, observada especialmente no Plano Brasil Sem Miséria, voltado para ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: renda, inclusão produtiva e serviços públicos.

Nesse curto período também foram aprovados dois importantes atos legais: a lei n. 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade, para examinar e esclarecer as violações dos direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, e a lei n. 12.527, que regulamentou o direito constitucional de acesso a informações públicas e entrou em vigor em 2012, aumentando a transparência do serviço público e ampliando a participação da sociedade no controle das atividades do Estado.

O Ministério da Justiça e os desafios do novo século

A primeira grande regulamentação do Ministério da Justiça no período democrático ocorreu durante o governo de José Sarney, pelo decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988. O ato manteve praticamente todas as atribuições definidas pelo decreto-lei n. 200, de 1967, que abrangiam, como vimos, assuntos de ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e garantias constitucionais; segurança interna e Polícia Federal; administração penitenciária; e documentação, publicação e arquivamento dos atos oficiais. De sua esfera de atuação saiu apenas o Ministério Público, que se tornou uma instância autônoma e independente, tendo seu papel redefinido pela Constituição de 1988.

O decreto também extinguiu o Departamento Federal de Justiça e criou novos órgãos, como a Secretaria de Direitos da Cidadania, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e a Secretaria de Estudos e Acompanhamentos Legislativos.

A Secretaria de Direitos da Cidadania incorporou as atribuições pertencentes ao antigo Departamento Federal de Justiça, relacionadas a cidadania, nacionalidade, estrangeiros e direitos políticos. Por outro lado, passou a tratar de temas que encontrariam mais espaço nos governos brasileiros a partir da promulgação da Constituição, como o desenvolvimento de estudos referentes às liberdades públicas, a articulação com instituições representativas da comunidade e a classificação indicativa das diversões públicas e programas de rádio e televisão.

Outro órgão criado em sintonia com esse novo momento foi o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, que deveria propor mecanismos de defesa das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação, apreciar denúncias de restrição dessas liberdades, além de elaborar normas e critérios que orientassem a classificação indicativa.

Em 1990, no âmbito das reformas empreendidas por Fernando Collor, a medida provisória n. 150, de 15 de março, incluiu mais algumas atribuições na esfera de atuação do ministério, relacionadas com os assuntos de estrangeiros, defesa da ordem econômica, metrologia legal, índios, registro do comércio e da propriedade industrial. Também criou novas estruturas, como a Secretaria Nacional de Direito Econômico e a Secretaria de Polícia Federal.

As competências referentes ao registro do comércio e da propriedade industrial e à metrologia legal foram retiradas de suas atribuições em 1992, pela medida provisória n. 309 e pela lei n. 8.490, que, por sua vez, incorporaram ao Ministério da Justiça a função de ouvidoria-geral e de defesa dos direitos do consumidor.

A medida provisória n. 150, de 1990, estabeleceu ainda um órgão que adquiriu um papel bastante importante no contexto recente: o Conselho Nacional de Segurança Pública, destinado à formulação de uma política nacional nessa área.

O crescimento dos crimes comuns, do crime organizado ligado especialmente ao tráfico de drogas, da violência doméstica e das violações dos direitos humanos vem se constituindo numa das maiores preocupações da sociedade brasileira nas três últimas décadas. E a resposta

do Estado tem sido caracterizada pela ambivalência, oscilando entre políticas do tipo "tolerância zero" e políticas mais "liberais", que priorizam a humanização do tratamento penal e enfatizam a proteção de determinados grupos, como mulheres, crianças, negros e idosos (Adorno, 2011, p. 558).

Mas o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública entrou em vigor somente em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, depois do trágico episódio do assalto ao ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro, que acabou com a morte do sequestrador Sandro do Nascimento e da refém Geísa Gonçalves. Reconhecendo a importância da prevenção da violência, o plano tinha o objetivo de desenvolver, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, condições para a cooperação entre as instituições de segurança pública, apoiar iniciativas para a qualificação da polícia e investir na expansão das penas alternativas à privação da liberdade, entre outros pontos (Soares, 2007, p. 84).

A prevenção da violência associada à defesa de uma cultura de paz também foi um dos eixos da atuação do governo Lula em relação à segurança, expresso na promoção das campanhas de desarmamento e na criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em 2007. O Pronasci consiste em um programa de prevenção, controle e repressão da criminalidade que une ações de segurança pública e políticas sociais. Busca, dessa forma, valorizar os profissionais de segurança pública, reestruturar o sistema penitenciário, combater a corrupção policial e envolver a comunidade na prevenção da violência (Brasil, 2010). Assim, verificamos nos últimos anos uma preocupação cada vez maior com o tema da segurança pública, associada a uma tentativa de redefinir o papel das polícias e suas práticas, que deixam de estar voltadas para a segurança do Estado para se dedicarem à defesa dos cidadãos e à proteção de seus direitos (Soares, 2007, p. 96).

Outros assuntos que passaram a receber mais destaque entre as ações do ministério, a partir da década de 1990, foram os direitos humanos em geral e os direitos das minorias em particular. Embora os direitos humanos estivessem em seu âmbito de atuação desde 1956, como assinalamos, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que o Estado passou a assumir essa pauta como uma política oficial.

Em 13 de maio de 1996, em meio ao trauma causado pela morte de dezenove trabalhadores rurais sem terra em uma operação da Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no Pará, o governo lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), pelo decreto n. 1.904. Foi o primeiro instrumento para proteção e promoção de direitos humanos elaborado na América Latina em parceria com a sociedade civil (Pinheiro; Mesquita Neto, 1997, p. 117). A coordenação e o monitoramento da execução do PNDH ficaram a cargo do Ministério da Justiça, na Secretaria dos Direitos da Cidadania, transformada em Secretaria Nacional dos Direitos Humanos pelo decreto n. 2.193, de 1997.

De acordo com o documento base do PNDH, os direitos humanos não se limitam aos direitos definidos em constituições e leis nacionais, mas abrangem, ainda, aqueles fixados em tratados internacionais. E, embora reconheça a indivisibilidade desses direitos, um dos principais pontos do programa foi a garantia dos direitos civis, sobretudo o direito à vida, à integridade física e à justiça (ibidem, p. 124).

Ainda sobre a proteção dos direitos humanos, deu-se a aprovação de importantes medidas de combate à sua violação, observadas na lei n. 9.299, de 1996, que transferiu da Justiça Militar para a Justiça comum crimes dolosos praticados por policiais militares, e na lei n. 9.455, de 1997, que determinou penas severas para crimes de tortura. Outro ato relacionado ao tema, mas promulgado antes do PNDH, foi a lei n. 9.140, de 1995, pela qual o Estado brasileiro reconheceu a responsabilidade dos governos ditatoriais pela morte de pessoas em razão de participação política, concedendo indenização a seus familiares. A mesma lei criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que funcionaria junto ao Ministério da Justiça.

Do mesmo modo, a partir da década de 1990, o ministério passou a atuar mais diretamente na elaboração e adoção de políticas afirmativas destinadas às minorias, traduzindo a ideia de que cabe ao poder público interferir na realidade para diminuir

as desigualdades. Nesse sentido, um grande marco pode ser estabelecido em 1995, quando a medida provisória n. 813, de 1º de janeiro, incluiu no Ministério da Justiça novas atribuições ligadas aos direitos da criança e do adolescente, dos índios, das minorias e das pessoas portadoras de deficiência. O ministério passou a tratar, portanto, de algumas demandas em pauta na sociedade contemporânea, objetos de reivindicação de diversos movimentos sociais do país.

Alguns desses assuntos já eram contemplados pelo ministério, como os direitos da criança e do adolescente, além dos direitos da mulher. Em 1985, a lei n. 7.353, de 29 de agosto, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, destinado a formular diretrizes e promover políticas referentes às mulheres. Em 2002, o tema adquiriu maior importância no âmbito governamental, com a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher pela lei n. 10.539, de 23 de setembro.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente pela lei n. 8.069, de 1990, resultou na criação, no ano seguinte, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera da Presidência da República, que foi transferido em 1992 para o Ministério da Justiça.

Os direitos das pessoas portadoras de deficiência passaram a contar com uma estrutura específica destinada ao tratamento do assunto em 1996, com o decreto n. 1.796, de 24 de janeiro, que instituiu, na Secretaria dos Direitos da Cidadania, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 1999, foi estabelecido o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência pelo decreto n. 3.076, de 1º de junho.

O tema da discriminação também recebeu atenção a partir, especialmente, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, criado pelo decreto n. 3.952, de 4 de outubro de 2001. Ao conselho competia propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

E em 2002 foi a vez de um antigo projeto, datado de 1994, transformar-se em realidade com a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, pelo decreto n. 4.227, de 13 de maio, com a finalidade de supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso.

A importância atual dessas questões levou à transformação de duas secretarias do Ministério da Justiça em secretarias de Estado vinculadas diretamente à Presidência da República, pela medida provisória n. 103, de 2003: a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o que também ocasionou a transferência dos conselhos relacionados antes. Dessa forma, todos os assuntos relativos a direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias, e aos direitos das pessoas portadoras de deficiência saíram da esfera de atuação do ministério.

Apenas a temática particular do indígena permaneceu e recebeu maior destaque com a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista pelo decreto de 22 de março de 2006, cuja principal atribuição consiste em elaborar um anteprojeto de lei para criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, que deverá integrar a estrutura do Ministério da Justiça.

Outra pauta que se conservou no âmbito do ministério foi a anistia política. Nessa direção, ressalta-se o estabelecimento da Comissão de Anistia pela lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002, com o objetivo de examinar os requerimentos sobre a reparação econômica de caráter indenizatório para aqueles que entre 1946 e 1988, por motivação exclusivamente política, foram atingidos pelos atos institucionais ou complementares e, de alguma forma, tenham sido impedidos de exercer sua atividade profissional. Além disso, a comissão tem realizado um trabalho educativo com o intuito de resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira referente ao período de repressão ditatorial, em articulação com a sociedade civil e outros órgãos, visando ao aprofundamento do processo justransicional brasileiro, no projeto denominado “Anistia política – educação para a democracia, cidadania e direitos humanos” (Brasil, 2010, p. 9).

O prédio atual do Ministério da Justiça, em Brasília
Ministério da Justiça



Além dessas áreas, outras importantes atribuições passaram para o âmbito do ministério nas últimas décadas, relacionadas à assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados; à coordenação e implementação dos trabalhos de consolidação dos atos normativos no âmbito do Poder Executivo; e à prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional.

Em 2011, houve mais uma ampliação das competências do Ministério da Justiça. A primeira a ser incluída pelo decreto n. 7.430 foi a atribuição de elaborar a política nacional de arquivos. E a segunda, disposta pelo decreto n. 7.538, de 1º de agosto, foi dar assistência ao presidente da República em matérias que não correspondam a outro ministério. Acrescentaram-se ainda atribuições relacionadas ao combate ao uso, tráfico e produção não autorizada de substâncias entorpecentes e outras drogas causadoras de dependência. Assim, o ministério passou a tratar também de medidas relacionadas com o tratamento, recuperação e reinserção social de usuários e dependentes, e com o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

Observando alguns aspectos da história do Ministério de Justiça nas últimas décadas, percebemos que um de seus principais eixos de atuação tem sido a defesa dos direitos e das garantias constitucionais, em consonância com o processo de redemocratização.

De forma distinta dos períodos anteriores e diante de novas demandas, o ministério passou a ter como foco o principal objeto da Constituição de 1988, ou seja, o cidadão e a preservação de seus direitos. Elementos essenciais para a construção de um Estado democrático de direito estiveram ou ainda estão em sua esfera de atuação – os temas já mencionados da liberdade de expressão, segurança pública, direitos das minorias, combate às drogas, e mais: os direitos difusos, os direitos do consumidor, a relação entre Estado e sociedade, com o reconhecimento das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), a defesa da concorrência econômica, entre outros.

Essa nova dimensão do Ministério da Justiça, assumida com o acréscimo de atribuições e a redefinição de antigas competências, não se reflete, no entanto, no apagamento da história recente do Estado brasileiro, como mostra o compromisso assumido de divulgar a memória e reparar as vítimas do Estado, especialmente sob o regime militar.

Ministério da Justiça

Atribuições e estrutura

Criado em 1822 como Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, o Ministério da Justiça teve diversas atribuições ao longo de sua trajetória. Nas páginas seguintes é possível acompanhar as mudanças ocorridas ao longo desses 190 anos, contemplando a dinâmica tanto de suas atribuições como de suas reformas administrativas em diferentes períodos.

Órgãos da estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça | Período 1822-1891

Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça

Consultor(es)

Oficial-maior

Classes/seções

1830-1842

Classe da Correspondência das Províncias, 1ª

Classe dos Negócios da Magistratura, 2ª

Classe dos Negócios Eclesiásticos, 3ª

Classe dos Ofícios da Justiça, 4ª

Classe da Correspondência com as Autoridades da Corte, 5ª

1842-1859

Seção, 1ª

Seção, 2ª

Seção, 3ª

1859-1891

Seção, 1ª – Central

Seção, 2ª – de Justiça e Estatística

Seção, 3ª – de Negócios e Benefícios Eclesiásticos

Seção, 4ª – de Polícia, Prisões e Força Pública

Seção, 5ª – de Orçamento

Seção, 6ª – do Arquivo

Ministérios públicos

Ministério Público

Ministério Público da Justiça do Distrito Federal

Outros

Asilo de Mendicidade

Casa de Correção do Rio de Janeiro

Casa de Detenção

Corpo de Bombeiros

Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte

Depósito Público

Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil

Juntas e inspetorias comerciais

Presídio de Fernando de Noronha

Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça | Período 1822-1891

Inicialmente, a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça foi ordenada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa através da lei de 23 de agosto de 1821, a partir da incorporação de algumas competências que estavam no âmbito da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. No entanto, a confirmação deste ato ocorreu apenas com o decreto de 3 de julho de 1822, que efetivamente criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Suas atribuições envolviam todos os objetos de justiça civil e criminal; os negócios eclesiásticos; a expedição das nomeações de todos os lugares de magistratura, ofícios e empregos sob sua jurisdição; a inspeção das prisões; os assuntos relativos à segurança pública; a promulgação de todas as leis, decretos, resoluções e ordens sobre os assuntos da sua alçada, sua comunicação às estações competentes e sua fiscalização A Secretaria recebeu uma nova atribuição em 1830, referente aos negócios do grande e do pequeno selo, com a lei de 4 de dezembro. Em 1860, ao ser instituída a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo decreto n. 1.067, de 28 de julho, regulamentada pelo decreto n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça perdeu as competências relacionadas à iluminação pública da Corte, aos telégrafos, à extinção dos incêndios e às companhias de bombeiros, que passaram para aquela secretaria. O mesmo regulamento transferiu outras de suas competências para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, relativas aos negócios eclesiásticos e a outros cultos não católicos, e ao montepio dos servidores do Estado.

Órgãos

Asilo de Mendicidade

Criação Decreto n. 9.274, de 6 de setembro de 1884

Atribuição Abrigar mendigos de ambos os sexos, receber os menores de 14 anos encontrados nas ruas em abandono ou ociosidade, os que tivessem o hábito de esmolar, os que solicitassem entrada no asilo, provando sua absoluta indigência, “os idiotas, imbecis e alienados que não forem recebidos no Hospício de Pedro II”.

Casa de Correção do Rio de Janeiro

Criação Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850

Atribuição Executar, em seu recinto, a pena de prisão com trabalho. Em 1856, passa a funcionar em anexo à Casa de Detenção, sob a mesma direção desta. Em 1861, foi criado o Instituto dos Menores Artesãos da Casa de Correção e, em 1882, ela recebeu nova organização, pelo decreto n. 8.386, de 14 de janeiro.

Casa de Detenção

Criação Decreto n. 1.774, de 2 de julho de 1856

Atribuição Abrigar os presos por infração de posturas municipais, regulamentos policiais, contratos, dívidas civis ou comerciais; os súditos estrangeiros detentos por requisição dos respectivos cônsules; os presos indiciados por qualquer crime; os

pronunciados por crimes inafiançáveis ou que possam levar à pena de morte, galés perpétuas ou prisão com trabalho por mais de dez anos; os condenados a qualquer pena cujos processos pendem de recurso que suspende a execução da sentença; os que forem mandados conservar em separado pelo chefe de polícia; os que padecerem de moléstias contagiosas ou repugnantes. A Casa de Detenção teve seu regulamento alterado pelos decretos n. 8.010, de 26 de fevereiro de 1881, e n. 10.223, de 5 de abril de 1889.

Classe da Correspondência das Províncias, 1ª

Criação Decisão n. 77, de 15 de março de 1830

Atribuição A correspondência geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça com as províncias. Extinta pelo decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842.

Classe dos Negócios da Magistratura, 2ª

Criação Decisão n. 77, de 15 de março de 1830

Atribuição Fazer todos os lançamentos dos cargos da magistratura e dos juízes de paz, e examinar os requerimentos dos ministros. Extinta pelo decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842, tendo como sucessora a 1ª Seção.

Classe dos Negócios Eclesiásticos, 3ª

Criação Decisão n. 77, de 15 de março de 1830

Atribuição Examinar os requerimentos apresentados para expedição de cartas e quaisquer outros benefícios eclesiásticos, expedir cartas de apresentação dos bispos e toda a correspondência para Roma, e lançar no Registro Geral dos Benefícios Eclesiásticos todos os canonicatos, igrejas paroquiais e capelas filiais, e os nomes dos sacerdotes que fossem apresentados. Extinta pelo decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842, tendo como sucessora a 1ª Seção.

Classe dos Ofícios da Justiça, 4ª

Criação Decisão n. 77, de 15 de março de 1830

Atribuição Examinar se os pretendentes aos ofícios da justiça se encontram habilitados e se os seus requerimentos foram instruídos com os documentos exigidos. Extinta pelo decreto n. 178-B, em 30 de maio de 1842.

Classe da Correspondência com as Autoridades da Corte, 5ª

Criação Decisão n. 77, de 15 de março de 1830

Atribuição A correspondência com as autoridades da Corte e câmaras legislativas, lançando em livro próprio todos os ofícios que se forem recebendo de ambas as câmaras. Extinta pelo decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842.

Consultor

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição Emitir pareceres sobre matérias de cunho jurídico e eclesiástico. Em 1859, foram instituídos dois consultores, número que diminuiu para apenas um com o decreto n. 2.750, de 16 de fevereiro de 1861. Extinto pelo decreto n. 4.159, de 22 de abril de 1868.

Corpo de Bombeiros

Criação Decreto n. 2.587, de 30 de abril de 1860

Atribuição O serviço de extinção de incêndios. O decreto n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, transfere para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o serviço de extinção de incêndio e as companhias de bombeiros, que retornam para a área de competência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores com a lei n. 23, de 30 de outubro de 1891.

Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte

Criação Decreto de 22 de outubro de 1831

Atribuição Velar pela segurança pública, manter a ordem e fazer executar as leis. O decreto n. 3.598, de 27 de Janeiro de 1866, estabeleceu que a força policial da Corte seria composta de um corpo paisana ou civil e um corpo militar, ou seja, a Guarda Urbana e o Corpo Militar de Polícia da Corte. O primeiro corpo policial subordinava-se ao chefe de polícia e o segundo à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Com a República, passa a denominar-se Corpo Militar de Polícia do Município Neutro, em 1890, Brigada Policial da Capital Federal, em 1890, e, depois, Regimento Policial da Capital Federal.

Depósito Público

Criação Alvará de 25 de agosto de 1774

Atribuição Guardar os cabedais dos vassalos que forem pertencentes a sequestro, penhora ou embargo, sem perigo de fuga ou falência.

Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil

Criação Alvará de 10 de maio de 1808

Atribuição A fiscalização dos teatros e divertimentos públicos; a expedição de alvarás de licença para casas de jogos, botequins e semelhantes, e para a mendicidade; os mapas de população e demais objetos deste ramo e do expediente da Corte, capitanias ou províncias; o alistamento respectivo a transportes de mar e terra e as despesas da polícia e de todos os objetos de casas de pasto, estalagens, albergues, dos presos e da iluminação da Corte; o expediente dos passaportes e da legitimação dos estrangeiros, do registro e expediente da Casa de Correição, dos escravos e do calabouço e o cuidado das ruas, seu asseio, comodidade das calçadas, estradas, pontes e fontes. Antes da criação da Secretaria de Estado do Negócios da Justiça, em 1822, a Intendência-Geral da Polícia esteve subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, posteriormente, dos Negócios do Reino. Com a reforma do Código do Processo Criminal, o regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, reorganizou a força policial na Corte e província, estabelecendo os cargos de chefe de polícia, delegados e subdelegados. Passavam para as autoridades da polícia as atribuições policiais, administrativas e judiciais antes conferidas aos juízes de paz.

Juntas e inspetorias comerciais

Criação Decreto n. 2.662, de 9 de outubro de 1875

Atribuição A matrícula de comerciantes, corretores e agentes de leilões e outros; a nomeação de intérpretes do comércio; a inspeção dos trapiches e fábricas; a proposição das providências convenientes ao comércio, agricultura, indústria e navegação mercantil; a organização da estatística comercial, entre outras. Tinham por atribuição as competências administrativas que antes cabiam aos tribunais do comércio, extintos pelo decerto n. 2.662 de 1875. O decreto n. 596, de 19 de julho de 1890, reorganizou sua administração e ampliou suas funções, que incluíam o registro de marcas e fábricas e outros documentos ligados ao comércio.

Ficava também determinado que o presidente e o secretário de cada junta fossem nomeados pelos governadores dos estados, exceto os da Junta Comercial da Capital Federal, nomeados pelo ministro da Justiça.

Ministério Público

Criação — Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890

Atribuição — Exercer a ação pública e promovê-la até sua conclusão em todas as causas de competência do Supremo Tribunal; funcionar como representante da União e em geral oficiar e dizer de direito em todos os feitos submetidos à jurisdição do Supremo Tribunal; velar pela execução das leis, decretos e regulamentos, que devem ser aplicados pelos juízes federais; defender a jurisdição do Supremo Tribunal e dos demais juízes federais; fornecer instruções e conselhos aos procuradores seccionais e resolver consultas destes sobre matéria concernente ao exercício da justiça federal.

Ministério Público da Justiça do Distrito Federal

Criação — Decreto n. 1.030, de 14 de novembro de 1890

Atribuição — Atuar perante as justiças constituídas como o advogado da lei e fiscal de sua execução, como procurador dos interesses gerais do Distrito Federal e promotor da ação pública contra todas as violações do direito.

Oficial-maior

Criação — Decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842

Atribuição — A direção e inspeção de todos os trabalhos da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, a manutenção da ordem e regularidade do serviço, mandar passar as certidões que forem pedidas, a correspondência reservada, a assinatura de todos os despachos para informações de requerimentos de partes, e fiscalizar o orçamento. O decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859, alterou a denominação do cargo para diretor-geral, que seria extinto pelo decreto n. 23, de 30 de outubro de 1891.

Presídio de Fernando de Noronha

Criação — Lei n. 52, de 3 de outubro de 1833

Atribuição — Receber para o cumprimento de sentença os condenados por fabricação e introdução de moeda falsa, notas, cautelas, cédulas e papéis fiduciários da nação ou do banco; os militares condenados a seis ou mais anos de trabalhos públicos, ou de fortificação, ou a mais de dois anos de galés; os condenados a degredo; os condenados a prisão, quando no lugar em que se deva executar a sentença não exista prisão segura; os condenados cuja sentença for comutada para cumprimento da pena no presídio. A presença de presos na ilha remonta ao século XVIII, sendo que o presídio aparece na legislação apenas em 1833. Inicialmente subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, foi transferido pelo artigo 3º, da lei n. 2792, de 20 de outubro de 1877, para a pasta da Justiça, sendo regulamentado pelo decreto n. 6.726, de 3 de novembro desse ano. As atribuições citadas aqui referem-se ao decreto n. 9.356, de 10 de janeiro de 1885. Pelo decreto n. 1.371, de 14 de fevereiro de 1891, saiu da esfera de competência da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, ficando sob a jurisdição do estado de Pernambuco.

Seção, 1ª

Criação — Decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842

Atribuição — As atividades relativas aos negócios eclesiásticos, aos despachos de magistratura e aos cargos e benefícios do Império. Extinta pelo decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859, teve por sucessoras a 2ª Seção, de Justiça e Estatística, e a 3ª Seção, de Negócios e Benefícios Eclesiásticos.

Seção, 2ª

Criação Decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842

Atribuição Toda a contabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e a organização do orçamento, a expedição das ordens referentes à despesa e o expediente relativo à Guarda Nacional e ao Corpo Municipal Permanente. Extinta pelo decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859, teve por sucessoras a 4ª Seção, de Polícia, Prisões e Força Pública, e a 5ª Seção, de Orçamento.

Seção, 3ª

Criação Decreto n. 178-B, de 30 de maio de 1842

Atribuição O registro da Chancelaria, a expedição dos decretos do Poder Moderador, a segurança e tranquilidade públicas, a organização dos mapas sobre a administração da justiça criminal no Império. Extinta pelo decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859, teve por sucessoras a 1ª Seção ou Seção Central, a 2ª Seção, de Justiça e Estatística, e a 4ª Seção, de Polícia, Prisões e Força Pública.

Seção, 1ª – Central

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição A Chancelaria-Mor do Império, o preparo para sanção das leis e propostas legislativas, a publicação das leis, a correspondência com o Poder Legislativo, o relatório anual a ser apresentado à Assembleia Geral, o preparo do despacho imperial, o assentamento e o termo de juramento dos empregados da secretaria, o montepio dos servidores do Estado, a fiscalização das despesas da secretaria. Extinta pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, teve como sucessora a Diretoria da Justiça.

Seção, 2ª – de Justiça e Estatística

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição Os atos relativos à organização judiciária, à elaboração e reforma da legislação concernente ao Ministério da Justiça, à administração da justiça civil, comercial e criminal, à interpretação das leis; o *exequatur* das sentenças e precatórias de jurisdição estrangeira; o processo dos embargos opostos à chancelaria; os atos administrativos relativos a pessoal de magistrados e empregados da justiça; as estatísticas policial, comercial, civil e criminal, bem como a expedição das ordens necessárias para a remessa das informações e dos mapas referentes a essas estatísticas. Extinta pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, teve como sucessora a 1ª Diretoria, dos Negócios da Justiça.

Seção, 3ª – de Negócios e Benefícios Eclesiásticos

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição A divisão eclesiástica, os atos relativos aos benefícios eclesiásticos, os conflitos de jurisdição e recursos à Coroa, o beneplácito imperial, os negócios com a Santa Sé e temas relacionados a outros cultos não católicos. Extinta pelo decreto n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861. Os negócios e benefícios eclesiásticos passaram para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que por sua vez teve parte de suas competências transferidas para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860.

Seção, 4ª – de Polícia, Prisões e Força Pública

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição A polícia e segurança pública, a divisão policial, os telégrafos, o tráfico de africanos, a iluminação pública, as prisões e

colônias penais, a anistia, perdão e comutação de penas, a organização e os atos administrativos de pessoal referentes aos oficiais da Guarda Nacional e do corpo policial da Corte. Extinta pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, teve como sucessora a 1ª Diretoria, dos Negócios da Justiça.

Seção, 5ª – de Orçamento

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição A organização do orçamento, a distribuição dos créditos, a criação de créditos suplementares e extraordinários, a expedição e fiscalização das ordens sobre as despesas do ministério, o balanço provisório, os contratos, as indenizações. Extinta pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, teve como sucessora a 1ª Diretoria, dos Negócios da Justiça.

Seção, 6ª – do Arquivo

Criação Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859

Atribuição A guarda, classificação e arrumação dos livros e papéis findos ou prejudicados, a biblioteca, o extrato dos jornais do Império. Extinta pelo decreto n. 2.750, de 16 de fevereiro de 1861.

Órgãos da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores | Período 1891-1930

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Consultor-geral da República

Conselhos

Conselho Administrativo [dos Patrimônios]

Conselho de Assistência e Proteção aos Menores

Conselho de Assistência Hospitalar

Conselho de Instrução Superior da Capital Federal

Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal

Conselho Econômico dos Estabelecimentos de Assistência à Infância Desvalida

Conselho Nacional de Ensino

Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Conselho Superior de Belas-Artes

Conselho Superior de Ensino

Conselho Superior de Higiene e Saúde Pública do Brasil

Diretorias

Diretoria da Instrução

Diretoria da Justiça

Diretoria de Contabilidade

Diretoria do Interior

Diretoria-Geral de Estatística

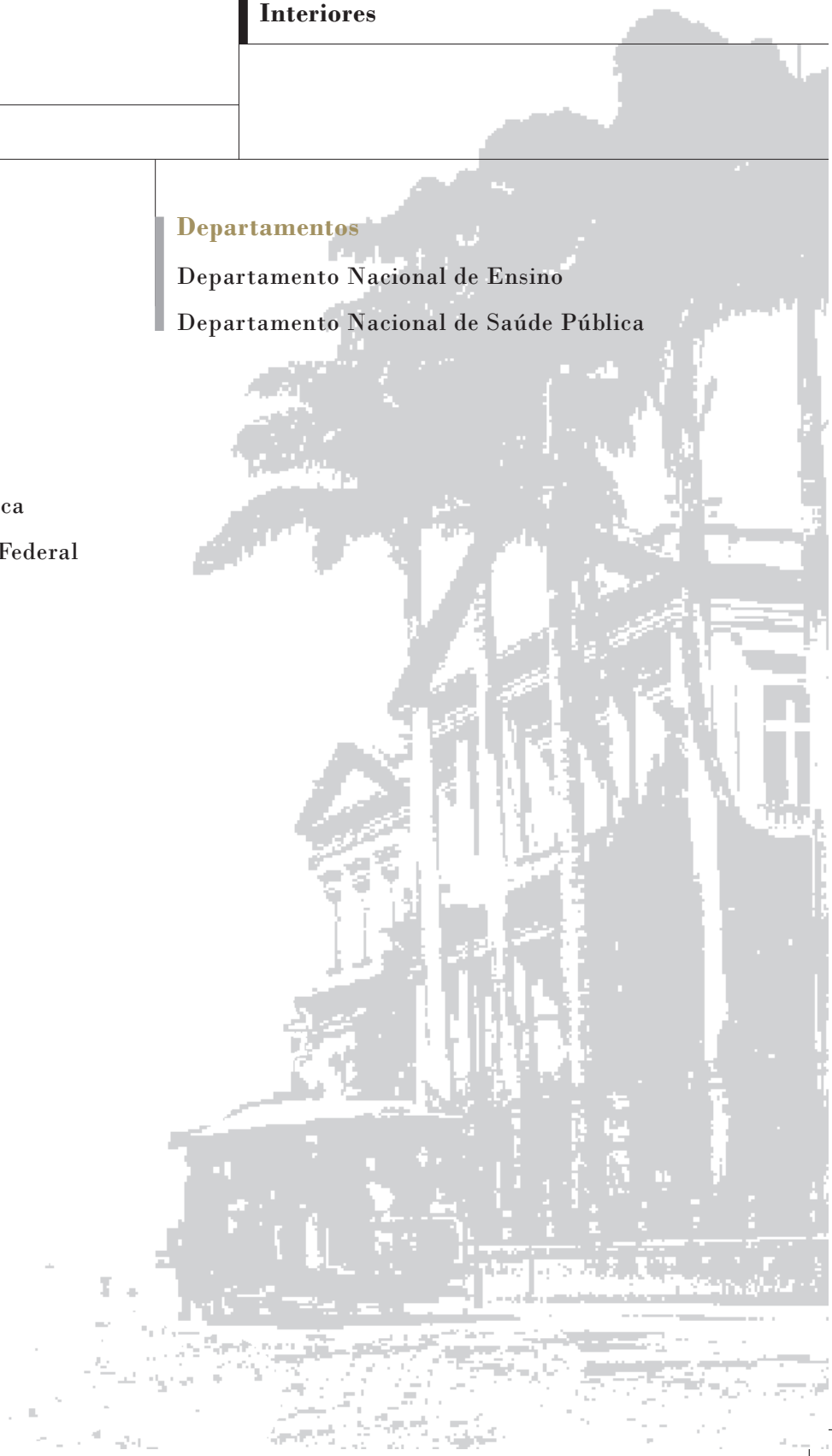
Diretoria-Geral de Saúde Pública

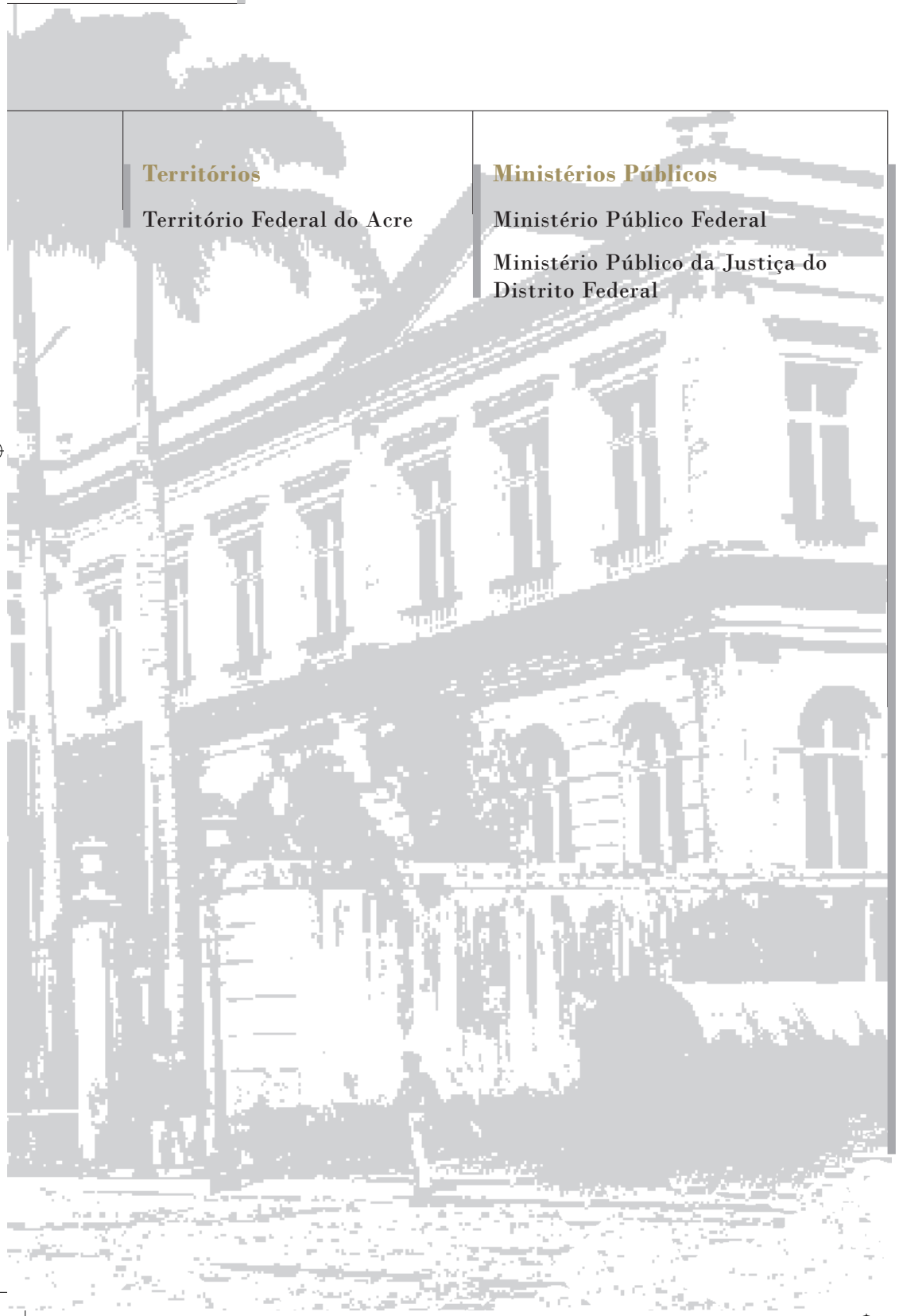
Diretoria Sanitária da Capital Federal

Departamentos

Departamento Nacional de Ensino

Departamento Nacional de Saúde Pública





Territórios

Território Federal do Acre

Ministérios Públicos

Ministério Público Federal

Ministério Público da Justiça do Distrito Federal

Outros

Abrigo de Menores do Distrito Federal

Arquivo Público Nacional

Asilo de Mendicidade

Asilo dos Meninos Desvalidos

Assistência a Alienados

Biblioteca Nacional

Brigada Policial da Capital Federal

Casa de Correção do Rio de Janeiro

Casa de Detenção do Distrito Federal

Casa de Rui Barbosa

Casa de São José

Colégio Pedro II

Conservatório Dramático

Corpo de Bombeiros da Capital Federal

Depósito Público Geral do Distrito Federal

Escola Correcional Quinze de Novembro

Escola de Minas

Escola João Luís Alves

Escola Nacional de Belas-Artes

Escola Normal

Escola Politécnica

Faculdade de Direito na Cidade de São Paulo

Faculdade de Direito na Cidade do Recife

Faculdade de Medicina da Bahia

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Gabinete de Identificação e Estatística

Gabinete Médico-Legal

Inspetoria de Profilaxia do Porto do Rio de Janeiro

Inspetoria-Geral de Higiene

Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos

Instituto dos Surdos-Mudos

Instituto Nacional de Música

Instituto Nacional dos Cegos

Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos

Instituto Sanitário Federal

Junta Comercial da Capital Federal

Laboratório de Bacteriologia

Museu Histórico Nacional

Museu Nacional

Pedagogium

Serviço Policial do Distrito Federal

Universidade do Rio de Janeiro

Ministério da Justiça e Negócios Interiores | Período 1891-1930

A lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, transformou a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça em Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Suas atribuições após a instauração do regime republicano incluíam o tratamento dos assuntos relativos à administração da justiça local do Distrito Federal, da justiça federal no Distrito Federal e nos estados, à polícia e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, à Guarda Nacional do Distrito Federal e dos estados; questões relacionadas ao desenvolvimento das ciências, letras, artes, instrução e educação nos limites da jurisdição do governo federal sobre esses assuntos, abrangendo a catequese dos índios; e, por fim, os serviços que pertenciam ao extinto Ministério do Interior – ligados à organização política da República e dos estados; às naturalizações; à liberdade e igualdade de culto; à higiene pública e privada; à polícia sanitária terrestre e marítima; aos socorros públicos; à assistência pública; ao serviço funerário; à estatística e ao registro civil; às mercês honoríficas e pecuniárias; à extinta casa imperial; às festas nacionais e ao Arquivo Público Nacional, entre outros negócios, dispostos pelo decreto n. 366, de 26 de abril de 1890, que deu o último regulamento ao ministério. Em 1906, a atribuição de promover a catequese dos índios foi transferida para o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pelo decreto n. 1.606, de 29 de dezembro.

Órgãos

Abrigo de Menores do Distrito Federal

Criação Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923

Atribuição Receber em depósito, até que tenham conveniente destino, os menores postos à disposição do juiz de menores. Criado inicialmente como Abrigo de Menores do Distrito Federal, teve sua denominação alterada para Instituto Sete de Setembro pelo decreto n. 18.923, de 30 de setembro de 1929.

Arquivo Público Nacional

Criação Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838

Atribuição Adquirir e conservar sob classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o governo determinar que ali sejam depositados. Previsto pela Constituição de 1824, foi criado em 1838 com a denominação de Arquivo Público e, em 1876, transformado em Arquivo Público do Império. Teve sua organização e funcionamento alterados pelos decretos n. 1.580, de 31 de outubro de 1893, n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, e n. 16.036, de 14 de maio de 1923. A partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, fica subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Asilo de Mendicidade

Criação Decreto n. 9.274, de 6 de setembro de 1884

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Com a promulgação da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892, passa para a esfera do governo do Distrito Federal.

Asilo dos Meninos Desvalidos

Criação Decreto n. 5.532, de 24 de janeiro de 1874

Atribuição Recolher e educar meninos de seis a 12 anos, nos termos do artigo 62 do decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Em 1883, passou a atender apenas os meninos a partir de oito anos e, em 1890, recolhia os desvalidos entre 12 e 14 anos, aos quais era ministrado "o ensino literário, artístico e profissional". A partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, fica subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a promulgação da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892, a assistência à infância é transferida para o governo do Distrito Federal.

Assistência a Alienados

Criação Decreto n. 206-A, de 15 de fevereiro de 1890

Atribuição O socorro das pessoas que apresentassem perturbações mentais e o estudo dos problemas relativos à higiene mental e à "psicofisiologia normal ou mórbida".

Biblioteca Nacional

Criação Decreto de 29 de outubro de 1810

Atribuição Manter e conservar o repertório completo das publicações nacionais, as coleções de manuscritos, cartas geográficas e estampas, e as coleções selecionadas de obras estrangeiras. Denominada Biblioteca Real em 1810, Biblioteca Imperial e Pública no período entre 1822 e 1876 e, a partir desta data, Biblioteca Nacional. Com a lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, fica subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Brigada Policial da Capital Federal

Criação Decreto de 22 de outubro de 1831

Atribuição Velar pela segurança pública e manter a ordem em todo o Distrito Federal. Teve sucessivas alterações em sua organização e denominação ao longo do período: Força Policial do Distrito Federal, pelo decreto n. 5.568, de 26 de junho de 1905, Brigada Policial do Distrito Federal, pelo decreto n. 9.262, de 28 de dezembro de 1911, e Polícia Militar do Distrito Federal, pelo decreto n. 14.477, de 17 de novembro de 1920.

Casa de Correção do Rio de Janeiro

Criação Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850

Atribuição Executar as penas de prisão com trabalho e de prisão celular, enquanto não fossem criados os estabelecimentos indispensáveis à prática do sistema penitenciário prescrito pelo Código Penal. A partir de 1900, passa a ser denominada Casa de Correção da Capital Federal. Recebeu novos regulamentos pelos decretos n. 3.647, de 23 de abril de 1900, e n. 8.269, de 13 de outubro de 1910. Em 1925, o decreto n. 16.768, de 3 de janeiro, criou o cargo de governador militar, responsável pelo pavilhão destinado à prisão dos acusadas de crimes políticos.

Casa de Detenção do Distrito Federal

Criação Decreto n. 1.774, de 2 de julho de 1856

Atribuição Manteve as atribuições definidas pelo regulamento de 1856, como Casa de Detenção, alteradas em 1881 e 1889. Com a

República passa a denominar-se Casa de Detenção do Distrito Federal. Recebeu nova regulamentação pelo decreto n. 6.863, de 27 de fevereiro de 1908, alterada pelo decreto n. 10.873, de 29 de abril de 1914, que a subordinou diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O decreto n. 19.371, de 17 de outubro de 1930, determinou que um de seus pavilhões servisse como lugar de detenção privativa e provisória de pessoas acusadas de crimes políticos.

Casa de Rui Barbosa

Criação Decreto legislativo n. 5.420, de 9 de janeiro de 1928

Atribuição Manter a biblioteca e o arquivo de Rui Barbosa, adquiridos pelo Estado, e objetos que tivessem pertencido a ele ou se relacionassem à sua vida. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, a Casa sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Casa de São José

Criação Decreto n. 657, de 12 de agosto de 1890

Atribuição Receber, manter e educar menores desvalidos do sexo masculino, de seis a 12 anos incompletos, e ministrar-lhes o ensino primário elementar. A partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, a Casa de São José fica subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a promulgação da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892, a assistência à infância passa para a esfera do governo do Distrito Federal.

Colégio Pedro II

Criação Decreto de 2 de dezembro de 1837

Atribuição Oferecer a instrução secundária. Com a lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, o Colégio Pedro II passa a estar subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1890, teve seu nome alterado para Ginásio Nacional, que se manteve até 1911, quando o decreto n. 8.660, de 5 de abril, aprovou seu regulamento e lhe restituiu a denominação de Colégio Pedro II. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conselho Administrativo [dos Patrimônios]

Criação Decreto n. 7.271, de 31 de dezembro de 1908

Atribuição Promover a arrecadação e entregar, ao tesoureiro da 2ª Seção da Diretoria-Geral de Contabilidade, todos os bens, títulos ou valores a que tinham direito o Ginásio Nacional, o Hospício Nacional de Alienados, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos e o Instituto Benjamin Constant, e decidir sobre as doações ou legados em imóveis e os móveis ou semoventes desnecessários aos serviços dos institutos. Recebeu novos regulamentos pelos decretos n. 9.235, de 20 de dezembro de 1911, n. 14.288, de 4 de agosto de 1920, e n. 16.038, de 14 de maio de 1923, que incluíram os patrimônios de novos órgãos, como o Instituto Nacional de Música. Extinto pelo decreto n. 19.516, de 22 de dezembro de 1930.

Conselho de Assistência e Proteção aos Menores

Criação Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923

Atribuição Vigiar, proteger e colocar os menores egressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada e os que forem designados pelo respectivo juiz; auxiliar a ação do juiz de menores e seus comissários de vigilância; exercer sua ação sobre os menores na via pública; visitar e fiscalizar os estabelecimentos de educação de menores, fábricas

e oficinas onde trabalhem; fazer propaganda na Capital Federal e nos estados, com o objetivo não só de prevenir os males sociais que possam levar ao abandono, perversão e crime entre os menores, ou comprometer sua saúde e vida, mas também de indicar os meios capazes de neutralizar os efeitos desses males.

Conselho de Assistência Hospitalar

Criação Decreto legislativo n. 5.058, de 9 de novembro de 1926

Atribuição Organizar a assistência hospitalar oficial de modo a torná-la ampla e eficiente, orientar os governos estaduais ou municipais e as instituições privadas sobre a assistência hospitalar, promover e estimular as iniciativas privadas visando a assistência a enfermos, administrar os hospitais do governo e fiscalizar instituições privadas de assistência a doentes, promover a organização de patrimônios destinados à assistência hospitalar, administrar os patrimônios dos hospitais do governo do Rio de Janeiro. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conselho de Instrução Superior da Capital Federal

Criação Decreto n. 1.232, de 2 de janeiro de 1891

Atribuição Aprovar os programas de ensino organizados pelos estabelecimentos federais e os que forem a estes equiparados. Subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, com a promulgação da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal

Criação Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854

Atribuição Aconselhar sobre todos os assuntos literários que interessem à instrução primária e secundária, promover e fiscalizar seus melhoramentos e progresso, julgar as infrações disciplinares dos professores públicos, primários e secundários, bem como dos professores e diretores das escolas, aulas e colégios particulares. Subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, com a promulgação da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conselho Econômico dos Estabelecimentos de Assistência à Infância Desvalida

Criação Decreto n. 439, de 31 de maio de 1890

Atribuição Organizar e submeter à aprovação do ministério os regimentos internos dos asilos; administrar o patrimônio dos estabelecimentos, receber e fazer escrituras dos donativos e quaisquer quantias destinadas aos asilos e dar-lhes a conveniente aplicação; resolver sobre a aceitação das propostas para o fornecimento dos gêneros alimentícios, utensílios, vestuário e calçados dos alunos. A partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a promulgação da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892, a assistência à infância é transferida para o governo do Distrito Federal.

Conselho Nacional de Ensino

Criação Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925

Atribuição Discutir, propor e emitir opinião sobre as questões relacionadas ao ensino público submetidas a sua consideração. Sucessor do Conselho Superior do Ensino, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Criação Decreto n. 16.665, de 6 de novembro de 1924

Atribuição Examinar a concessão de livramento condicional e de indulto, a execução do regime penitenciário legal nos estabelecimentos penais de sua jurisdição, a regularidade das condições impostas aos liberados condicionais e aos egressos localizados em colônias de trabalhadores livres ou em serviços externos, e apresentar relatórios anuais dos trabalhos realizados.

Conselho Superior de Belas-Artes

Criação Decreto n. 938, de 8 de novembro de 1890

Atribuição Deliberar sobre todas as questões de belas-artes relativas ao ensino da Escola Nacional de Belas-Artes e sobre reformas no ensino artístico, sua propagação e aperfeiçoamento; promover anualmente uma exposição geral de belas-artes; dar parecer sobre assuntos em que for consultado pelo ministro ou pelo diretor da escola. A partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, o Conselho Superior de Belas-Artes passa a subordinar-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conselho Superior de Ensino

Criação Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911

Atribuição Autorizar as despesas extras não previstas no orçamento, tomar ciência e julgar, em grau de recurso, as resoluções das congregações ou dos diretores, suspender um ou mais cursos, desde que o exijam a ordem e a disciplina, impor as penas disciplinares de sua alçada, informar o governo acerca da conveniência da criação, transformação ou supressão de cadeiras, determinar a inspeção sanitária do docente que lhe pareça estar inválido para o serviço, promover a reforma e melhoramentos necessários ao ensino, entre outras funções. Extinto pelo decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, que institui a reforma do ensino superior.

Conselho Superior de Higiene e Saúde Pública do Brasil

Criação Decreto n. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886

Atribuição Pronunciar-se sobre assuntos de higiene e salubridade quando consultado pelo governo. Criado com o nome de Conselho Superior de Saúde Pública, a partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Conservatório Dramático

Criação Decreto n. 4.666, de 4 de janeiro de 1871

Atribuição Examinar as peças de teatro apresentadas na Corte e fazer a inspeção interna dos teatros, além das funções que lhe fossem atribuídas pelo Regulamento Geral dos Teatros. Sucedeu o cargo de inspetor-geral dos teatros da Corte, criado em 1849. Extinto pelo decreto n. 2.557, de 21 de julho de 1897.

Consultor-geral da República

Criação Decreto n. 967, de 2 de janeiro de 1903

Atribuição Consultar as Secretarias de Estado nos mesmos casos em que o fazia o procurador-geral da República, especialmente nos

de extradição, expulsão de estrangeiros, execução de sentenças de tribunal estrangeiro, autorizações de funcionamento de companhias estrangeiras no país; alienação, aforamento, locação, arrendamento de bens nacionais; aposentadorias, reformas, jubilações, pensões, montepio dos funcionários públicos federais.

Corpo de Bombeiros da Capital Federal

Criação Decreto n. 2.587, de 30 de abril de 1860

Atribuição Manteve as atribuições definidas no regulamento aprovado pelo decreto n. 2.224, de 29 de janeiro de 1896. Neste período, novas regulamentações alteraram sua organização, aprovadas em 1907, 1911, 1921 e 1923. Pelo decreto n. 9.048, de 18 de outubro de 1911, recebe a denominação de Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Departamento Nacional de Ensino

Criação Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925

Atribuição O cuidado dos assuntos referentes ao ensino, nos termos da legislação vigente, e o estudo e aplicação dos meios tendentes à difusão e ao progresso das ciências, letras e artes no país. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Departamento Nacional de Saúde Pública

Criação Decreto legislativo n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920

Atribuição Os serviços de higiene no Distrito Federal; a profilaxia rural no Distrito Federal, estados e território; o estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das doenças transmissíveis, assim como quaisquer pesquisas científicas que interessem à saúde pública; o fornecimento de soros, vacinas e outros produtos etiológicos que se destinem ao combate de epidemias em qualquer região do país; o fornecimento dos medicamentos oficiais; o exame químico dos gêneros alimentícios de procedência nacional e dos estrangeiros importados para o consumo; a inspeção médica de imigrantes e de outros passageiros que se destinem aos portos do país; assistência aos morféticos e aos doentes que, no Distrito Federal, pela natureza da moléstia, devam ser isolados; a organização das estatísticas demógrafo-sanitárias e a publicação de boletins; o serviço de fiscalização dos esgotos e de construção de novas redes no Distrito Federal; e a organização do Código Sanitário. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Depósito Público Geral do Distrito Federal

Criação Alvará de 25 de agosto de 1774

Atribuição Receber, guardar, conservar e entregar a quem de direito todos os bens de qualquer espécie, susceptíveis de apreensão e posse, que, por ordem das autoridades judiciárias ou administrativas, tenham de ser consignados em depósito na forma da lei, se esta não determinar expressamente que sejam recolhidos ao Depósito Público ou confiados a depositário especial. Recebeu regulamento pelo decreto n. 2.818, de 23 de fevereiro de 1898.

Diretoria da Justiça

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição A organização e administração da Justiça Federal e da Justiça local no Distrito Federal; as queixas e representações contra magistrados e empregados da justiça; as nomeações, e quaisquer atos relativos aos magistrados e empregados da

justiça, assim como o respectivo assentamento; a matrícula anual dos bacharéis formados e doutores em direito; as listas de antiguidade dos juízes federais e dos membros do Tribunal Civil e Criminal; o *exequatur* das sentenças e precatórias de jurisdição estrangeira; a matrícula e assentamento do pessoal da Junta Comercial da capital federal; o registro civil dos nascimentos e óbitos, e do casamento civil; os recursos de graça interpostos ao presidente da República; extradição, moeda falsa e reclamações diplomáticas; a polícia e segurança pública do Distrito Federal; a Guarda Nacional; as Casas de Correção e de Detenção, e as colônias penais mantidas pela União. Regulamentada pelo decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892.

Diretoria da Instrução

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição A instrução superior e secundária no Distrito Federal; os estabelecimentos de ensino a cargo da União nos estados; as faculdades livres; o teatro normal e lírico; as comissões científicas na Europa; a Biblioteca Nacional; a estatística concernente à instrução primária e normal; o Pedagogium; o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos, mantidos pela União; o Museu Nacional; a Academia Nacional de Medicina; os institutos, academias, estabelecimentos e sociedades que se dediquem às ciências, letras e artes, mantidos ou subvencionados pelo Estado; a catequese dos índios. Extinta pelo decreto n. 3.191, de 7 de janeiro de 1899, que passou suas atribuições para a Diretoria do Interior.

Diretoria de Contabilidade

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição A organização do orçamento geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; a abertura de créditos suplementares ou extraordinários; a escrituração, classificação, tomada de contas e fiscalização das despesas; o exame e processo das contas e folhas relativas ao ministério e repartições subordinadas; o preparo, redação e expedição das ordens de pagamento subscritas pelo ministro; o expediente relativo ao montepio dos funcionários da pasta; o tombamento dos próprios nacionais ao serviço desta; o arquivo do ministério e as certidões de papéis findos; a organização de um quadro anual dos empregados.

Diretoria do Interior

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição A organização política da República e dos estados; o Congresso Nacional, sua convocação extraordinária e as eleições em geral; as nomeações dos ministros de Estado; as relações com a administração municipal do Distrito Federal; a naturalização; as festas nacionais; a liberdade de culto; a numeração e data das ementas de todos os atos dos Poderes Legislativo e Executivo; o Arquivo Público Nacional; o serviço sanitário da República; as repartições federais que se dediquem aos estudos teóricos ou práticos concernentes à saúde publica; o exercício da medicina e da farmácia; a assistência médico-legal dos alienados; os socorros públicos; as instituições subsidiadas, a saber, Policlínica, Instituto Pasteur, Instituto Bacteriológico Dr. Domingos Freire, Asilo de Nossa Senhora do Amparo, Asilo de Órfãs da Sociedade Amante da Instrução. Regulamentada pelo decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892. Em 1899, com o decreto n. 3.191, de 7 de janeiro, incorporou as atribuições da Diretoria da Instrução, extinta pelo mesmo ato.

Diretoria-Geral de Estatística

Criação Decreto n. 4.676, de 14 de janeiro de 1871

Atribuição Executar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos que se relacionem com o estado físico, demográfico, econômico, comercial, industrial, político, administrativo, moral e intelectual do país; prestar as informações estatísticas de que precise

a administração pública; dirigir os trabalhos de recenseamento da população e dar-lhes publicidade; classificar os dados estatísticos e censitários, apresentá-los por método gráfico e procurar suas possíveis relações com os das nações da América e demais países, de acordo com as bases e instruções votadas pelos congressos internacionais de estatística. Transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, e em seguida para a alçada do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, pela lei n. 1.142, de 22 de novembro de 1892.

Diretoria-Geral de Saúde Pública

Criação Decreto n. 2.449, de 1º de fevereiro de 1897

Atribuição Estudar a natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das moléstias transmissíveis; propor ao governo o plano de socorros sanitários que devam ser prestados a qualquer estado; preparar culturas atenuadas e soros antitóxicos e curativos; fiscalizar o exercício da medicina e da farmácia; organizar as estatísticas demógrafo-sanitárias; dirigir o serviço sanitário dos portos; confeccionar o Código Farmacêutico Brasileiro; executar rigorosa vigilância sanitária, assistência hospitalar, isolamento e desinfecção; responder às consultas do governo e prestar as informações exigidas. Seus antecessores foram o Instituto Sanitário Federal e a Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos. Extinta pelo decreto legislativo n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, teve como sucessor o Departamento Nacional de Saúde Pública.

Diretoria Sanitária da Capital Federal

Criação Decreto n. 1.172, de 17 de dezembro de 1892

Atribuição O serviço de estatística demógrafo-sanitária, os assuntos relativos ao exercício da medicina e farmácia, a execução de providências higiênicas de natureza defensiva em épocas anormais, contra a invasão de moléstias exóticas ou a disseminação das doenças indígenas, na capital. Sua antecessora foi a Inspetoria-Geral de Higiene, e foi extinta pelo decreto n. 1.647, de 12 de janeiro de 1894, tendo como sucessor o Instituto Sanitário Federal.

Escola Correcional Quinze de Novembro

Criação Decreto n. 4.780, de 2 de março de 1903

Atribuição Dar educação física, profissional e moral aos menores abandonados e recolhidos ao estabelecimento, por ordem das autoridades competentes. Criada em 1903 com o nome de Escola Correcional Quinze de Novembro, alterado em 1910 para Escola Premonitória Quinze de Novembro, em 1922 passa a denominar-se apenas Escola Quinze de Novembro. Subordinada ao chefe de polícia, em 1922 transfere-se para a alçada direta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Escola de Minas

Criação Decreto n. 6.026, de 6 de novembro de 1875

Atribuição Preparar engenheiros para a lavra de minas, para os estabelecimentos metalúrgicos e demais serviços a que correspondia o seu ensino. Inicialmente subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, passa para o âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Foi transferida para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pelo decreto n. 7.501, de 12 de agosto de 1909.

Escola João Luís Alves

Criação Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923

Atribuição Receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os menores do sexo masculino, entre 14 e 18 anos, que forem

julgados pelo juiz de menores e mandados internar. Criada em 1923 como Seção de Reforma da Escola Quinze de Novembro, passa a denominar-se Escola João Luís Alves, subordinada diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pelo decreto n. 17.172, de 30 de dezembro de 1925.

Escola Nacional de Belas-Artes

Criação Decreto de 12 de agosto de 1816

Atribuição O ensino de pintura, escultura, arquitetura e gravura. Fundada com o nome de Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, foi transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Escola Normal

Criação Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879

Atribuição Dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e prática, necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instituição primária. Transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Escola Politécnica

Criação Carta de lei de 4 de dezembro de 1810

Atribuição O "ensino das matemáticas e ciências físicas e naturais, e também o das doutrinas próprias da engenharia civil". Criada originalmente como Academia Real Militar, a Escola Politécnica foi transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Incorporada à Universidade do Rio de Janeiro pelo decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, sai da esfera do Ministério da Justiça com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930.

Faculdade de Direito na Cidade de São Paulo

Criação Lei de 11 de agosto de 1827

Atribuição Difundir as doutrinas de jurisprudência em geral, a fim de se cultivar este ramo da instrução pública, e formar "homens hábeis para serem um dia sábios magistrados, e peritos advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos deputados, e senadores, e aptos para ocuparem os lugares diplomáticos, e mais empregos do Estado, por se deverem compreender nos estudos do referido curso jurídico os princípios elementares de direito natural, públicos, das gentes, comercial, político e diplomático". Transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Faculdade de Direito na Cidade do Recife

Criação Lei de 11 de agosto de 1827

Atribuição Difundir as doutrinas de jurisprudência em geral, a fim de se cultivar este ramo da instrução pública, e formar "homens

hábeis para serem um dia sábios magistrados, e peritos advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos deputados, e senadores, e aptos para ocuparem os lugares diplomáticos, e mais empregos do Estado, por se deverem compreender nos estudos do referido curso jurídico os princípios elementares de direito natural, públicos, das gentes, comercial, político e diplomático". Transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Faculdade de Medicina da Bahia

Criação Decisão n. 2, de 18 de fevereiro de 1808

Atribuição A instrução dos que se destinam ao exercício da arte da cirurgia, bem como o ensino da anatomia como base essencial dela e da arte da obstetrícia. Uma das primeiras instituições de ensino superior a serem criadas no Brasil, foi transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Criação Decreto de 2 de abril de 1808

Atribuição Atender "à necessidade que havia de uma cadeira de anatomia de medicina operatória e arte obstetrícia para o ensino dos estudantes que se dedicam aos estudos cirúrgicos". Criada como Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, foi transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, e incorporada à Universidade do Rio de Janeiro pelo decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Gabinete

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição Receber, abrir e distribuir os papéis recebidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça; transmitir por escrito as ordens que, em vista da urgência, não lhes possam ser comunicadas diretamente pelo ministro; auxiliar o ministro nos trabalhos que este reservar para si; fazer anunciar audiências e durante estas prestar ao ministro as informações que lhe forem necessárias para o despacho das partes.

Gabinete de Identificação e Estatística

Criação Decreto n. 4.764, de 5 de fevereiro de 1903

Atribuição Registrar o movimento criminal da capital da República e fornecer informações seguras acerca dos reincidentes e dos recalcitrantes habituados a infringir a lei penal; cuidar de todos os serviços de estatística, tanto os de caráter meramente policial como os de natureza verdadeiramente criminal; publicar todo mês um boletim, que será distribuído gratuitamente dentro e fora do país; e fornecer as certidões do registro de entrada da Casa de Detenção. Criado como Gabinete de Identificação e Estatística em 1903, sua denominação mudou para Gabinete de Identificação e Estatística Criminal em 1923. Teve alterações em seu regulamento em 1920, 1921 e 1923. Subordinado ao Serviço Policial do Distrito Federal até 1922, quando passa a estar imediatamente subordinado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores. Pelo decreto n. 5.515, de 13 de agosto de 1928, volta a subordinar-se ao chefe de polícia.

Gabinete Médico-Legal

Criação Decreto n. 3.640, de 14 de abril de 1900

Atribuição Realizar exames de corpo de delito, autópsias, exumações, análises toxicológicas, entre outros. Integrou o Serviço Policial do Distrito Federal até 1922, quando passou a ser diretamente subordinado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores com a denominação de Instituto Médico-Legal. Pelo decreto n. 5.515, de 13 de agosto de 1928, voltou para a alçada do chefe de Polícia.

Inspetoria de Profilaxia do Porto do Rio de Janeiro

Criação Decreto n. 9.157, de 29 de novembro de 1911

Atribuição O isolamento dos casos de doenças transmissíveis ocorridos a bordo e a desinfecção dos navios que necessitarem desses processos. Pelo decreto n. 10.821, de 18 de março de 1914, fica submetida à Diretoria-Geral de Saúde Pública, ainda no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Inspetoria-Geral de Higiene

Criação Decreto n. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886

Atribuição O estudo de todas as questões relativas à higiene pública do país, ao saneamento urbano e rural, à prevenção de epidemias, à assistência aos necessitados, à fiscalização sanitária de estabelecimentos públicos e privados, à política alimentar, à regulamentação de atividades ligadas ao exercício da medicina e da farmácia. Sucedeu a Junta Central de Higiene Pública, sendo transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Extinta pelo decreto n. 1.172, em 17 de dezembro de 1892, tendo como sucessora a Diretoria Sanitária.

Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos

Criação Decreto de 17 de janeiro de 1829

Atribuição A direção e prestação de socorros médicos aos homens do mar; a polícia sanitária dos navios e dos ancoradouros; o serviço de profilaxia internacional; a fiscalização do cumprimento dos trabalhos sanitários que o Brasil celebrasse com outras nações; o serviço das quarentenas marítimas; e o estudo de todas as questões que interessem ao melhoramento das condições sanitárias dos portos. Transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. É extinta pelo decreto n. 2.449, de 1º de fevereiro de 1897, e o serviço sanitário dos portos fica sob a responsabilidade da Diretoria-Geral de Saúde Pública.

Instituto dos Surdos-Mudos

Criação Lei n. 939, de 26 de setembro de 1857

Atribuição Instruir e educar as crianças de ambos os sexos privadas da audição e da palavra articulada, dando-lhes instrução literária e ensino profissional. Criado em 1857 como Instituto dos Surdos-Mudos, foi transferido para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Instituto Nacional de Música

Criação Decreto n. 143, de 12 de janeiro de 1890

Atribuição O ensino completo da música a nacionais e estrangeiros de ambos os sexos. Sucessor do Conservatório de Música, foi

transferido para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Instituto Nacional dos Cegos

Criação Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854

Atribuição Ministrar a instrução primária e secundária; a educação física, moral e cívica; o ensino de música vocal e instrumental; o ensino do maior número possível de artes, indústrias e oficinas fabris que estejam ao seu alcance e lhes sejam de reconhecida utilidade; oficinas e casas de trabalho, onde os cegos encontrem ocupação decente e sejam utilizados nas suas diversas aptidões, entre outras atividades. Criado em 1854 como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi transferido para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos

Criação Decreto n. 1.802, de 12 de dezembro de 1907

Atribuição Realizar o estudo das moléstias infectuosas e parasitárias do homem, dos animais e das plantas, as questões referentes a higiene e zoologia; o preparo dos soros terapêuticos e demais produtos congêneres, destinados ao tratamento e profilaxia da moléstia; a escola de veterinária, compreendendo patologia, higiene e terapêutica. Em 1908, o decreto n. 6.891, de 19 de março, aprova um novo regulamento, passando o órgão a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Instituto Sanitário Federal

Criação Decreto n. 1.647, de 12 de janeiro de 1894

Atribuição O estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das moléstias transmissíveis, assim como quaisquer pesquisas bacteriológicas que interessem à saúde pública, inclusive a preparação de culturas atenuadas, como meio preventivo de moléstias e investigações minuciosas sobre o parasitismo próprio dos países intertropicais; o exame das condições mesológicas, e particularmente no sentido da higiene geral; o serviço de estatística demógrafo-sanitária; os assuntos relacionados ao exercício da medicina e da farmácia; a execução, mediante ordem do governo, de providências de higiene defensiva contra a invasão de moléstias exóticas ou a disseminação das doenças indígenas, na capital federal. Extinto pelo decreto n. 2.449, de 1º de fevereiro de 1897, foi sucedido pela Diretoria-Geral de Saúde Pública.

Junta Comercial da Capital Federal

Criação Decreto n. 2.662, de 9 de outubro de 1875

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Pela lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, foi transferida para o Ministério da Fazenda, retornando para a esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900. Teve novo regulamento aprovado pelo decreto n. 5.122, de 26 de janeiro de 1904. Pelo decreto n. 7.501, de 12 de agosto de 1909, foi transferida para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Laboratório de Bacteriologia

Criação Lei n. 3.141, de 30 de outubro de 1882

Atribuição O estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das moléstias infectocontagiosas e das epizootias, assim como quaisquer pesquisas bacteriológicas que interessem à saúde pública, inclusive a preparação de culturas atenuadas, como meio preventivo de moléstias, e pesquisas sobre parasitismo; o exame das condições mesológicas em geral, e particularmente o estudo interpretativo, no sentido da higiene geral. Criado como Laboratório de Higiene, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi transferido para a Inspetoria-Geral de Higiene com a denominação de Instituto Nacional de Higiene, pelo decreto n. 372-B, de 2 de maio de 1890. Passou ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Subordina-se diretamente ao ministro da Justiça e Negócios Interiores a partir do decreto n. 1.171, de 17 de dezembro de 1892. Extinto pelo decreto n. 1.647, de 12 de janeiro de 1894, teve como órgão sucessor o Instituto Sanitário Federal.

Ministério Público da Justiça do Distrito Federal

Criação Decreto n. 1.030, de 14 de novembro de 1890

Atribuição Manteve as atribuições definidas pelo decreto de 1890, ampliadas com as funções designadas pelo Código Civil de 1916.

Ministério Público Federal

Criação Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890

Atribuição Manteve as atribuições definidas pelo decreto de 1890, ampliadas com as funções designadas pelo Código Civil de 1916.

Museu Histórico Nacional

Criação Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922

Atribuição Recolher, classificar e expor ao público objetos de importância histórica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferências, comemorações e publicações para o cumprimento da história da pátria e o culto das nossas tradições. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Museu Nacional

Criação Decreto de 6 de junho de 1818

Atribuição Estudar a história natural, em particular do Brasil, cujas produções naturais deverá coligir e estudar, classificando-as pelos métodos mais aceitos nos grêmios científicos modernos e conservando-as acompanhadas de indicações, quando possível, explicativas, ao alcance dos entendidos e do público. Passou à subordinação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Em 1909, pelo decreto n. 7.501, de 12 de agosto, foi transferido para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Pedagogium

Criação Decreto n. 667, de 16 de agosto de 1890

Atribuição Constituir-se como centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a educação nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional, a exposição dos melhores métodos e do material de

ensino mais aperfeiçoado. Passa a subordinar-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores a partir da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891. Transferido para a administração do Distrito Federal pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Serviço Policial do Distrito Federal

Criação Alvará de 10 de maio de 1808

Atribuição A proteção dos direitos individuais e a manutenção da ordem pública. Sofreu diversas alterações em sua organização ao longo deste período: em 1902, pela lei n. 947, de 29 de dezembro; em 1903, pelos decretos n. 4.763 e 4.764, ambos de 5 de fevereiro; em 1907, pelo decreto n. 6.440, de 30 de março; e, em 1922, pelo decreto n. 15.848, de 20 de novembro, quando teve sua denominação alterada para Polícia Civil do Distrito Federal.

Território Federal do Acre

Criação Decreto n. 5.188, de 7 de abril de 1904

O decreto legislativo n. 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, autorizou o governo brasileiro a administrar provisoriamente o Acre em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903, entre Brasil e Bolívia. Sob o modelo político-administrativo de território federal, o Acre foi dividido em departamentos, administrados por prefeitos nomeados pelo presidente da República, sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a partir do decreto n. 5.188, de 1904.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Criação Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920

Atribuição Estimular a cultura das ciências, estreitar entre os professores os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino. Instituída a partir da reunião das faculdades de Medicina e Direito do Rio de Janeiro e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, teve seu regimento aprovado pelo decreto n. 14.572, de 23 de dezembro de 1920. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, sai da esfera do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Órgãos da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores | Período 1930-1967

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

- Consultor-geral da República
- Seção de Defesa Nacional

Conselhos

- Conselho de Assistência e Proteção aos Menores
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- Conselho Nacional de Trânsito
- Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Comissões

- Comissão de Assuntos Territoriais
- Comissão de Correição Administrativa
- Comissão de Eficiência
- Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais
- Comissão de Estudos Legislativos
- Comissão de Permanência de Estrangeiros
- Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos
- Comissão Legislativa
- Comissão Nacional de Proteção à Família
- Comissão Revisora de Projetos de Lei
- Comissão Técnica de Rádio

Diretorias

- Diretoria da Justiça
- Diretoria da Justiça e do Interior
- Diretoria de Contabilidade
- Diretoria de Estatística Geral
- Diretoria do Interior

Departamentos

- Departamento de Administração
- Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
- Departamento Nacional de Informações
- Departamento Nacional de Trânsito
- Departamento Oficial de Publicidade

Ministérios Públicos

Ministério Público da União

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ministério Público Federal

Territórios

Território Federal de Guaporé

Território Federal de Ponta Porã

Território Federal do Acre

Território Federal do Amapá

Território Federal do Iguaçu

Território Federal do Rio Branco

Outros

Agência Nacional

Arquivo Nacional

Casa de Correção do Rio de Janeiro

Casa de Detenção do Distrito Federal

Colônia Agrícola de Fernando de Noronha

Corpo de Bombeiros da Capital Federal

Depósito Público Geral do Distrito Federal

Escola João Luís Alves

Escola Quinze de Novembro

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Imprensa Nacional

Inspetoria-Geral Penitenciária

Instituto Sete de Setembro

Manicômio Judiciário

Penitenciária Agrícola do Distrito Federal

Polícia Civil do Distrito Federal

Polícia Militar do Distrito Federal

Serviço de Defesa Passiva Antiaérea

Serviço de Documentação

Serviço do Material

Serviço do Pessoal

Serviço Nacional dos Municípios



Ministério da Justiça e Negócios Interiores | Período 1930-1967

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores perdeu as competências relativas a educação, saúde, assistência pública e cultura. Assim, suas atribuições passaram a envolver os assuntos relacionados à administração da justiça local do Distrito Federal e da justiça federal no Distrito Federal e nos estados; à polícia e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; à administração penitenciária; à organização política da República e dos estados; às naturalizações; os assuntos referentes às assembleias legislativas, às eleições para todos os cargos de nomeação popular, às nomeações dos ministros e secretários de Estado, governadores, vice-governadores e secretários dos estados; à administração municipal; aos limites dos Estados; às naturalizações; cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais; a documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais. Nova mudança ocorreu em 1964, com a lei n. 4.344, de 21 de junho, que criou o cargo de ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, retirando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a atribuição de tratar dos assuntos ligados à administração dos territórios, que estava sob sua esfera desde 1904, quando foi criado o Território do Acre.

Órgãos

Agência Nacional

Criação Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945

Atribuição Informar sobre as atividades nacionais em todos os setores; ministrar ao público, aos particulares, às associações e à imprensa toda sorte de informações sobre assuntos de interesse da nação, ligados a sua vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística; manter o jornal cinematográfico de caráter noticioso e o boletim informativo radiofônico com irradiação para todo o país. Criada como sucessora do Departamento Nacional de Informações, esteve subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores até 1967, quando foi transferida para Presidência da República, pelo decreto-lei n. 166, de 14 de fevereiro.

Arquivo Nacional

Criação Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838

Atribuição Preservar os documentos de valor legal, administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas, e os de valor histórico, provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular; possibilitar o uso desses documentos aos órgãos governamentais e a particulares; promover a pesquisa histórica, realizá-la, quando for útil à consecução deste fim, e divulgar a história pátria visando à educação cívica do povo brasileiro.

Casa de Correção do Rio de Janeiro

Criação Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850

Atribuição O cumprimento das penas de reclusão e de detenção, assegurada a separação entre reclusos e detentos. Teve sua

denominação alterada para Penitenciária Central do Distrito Federal a partir do decreto-lei n. 3.971, de 24 de dezembro de 1941. Pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960, que transferiu para o estado da Guanabara os serviços públicos de natureza local prestados ou mantidos pela União, saiu da alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Casa de Detenção do Distrito Federal

Criação Decreto n. 1.774, de 2 de julho de 1856

Atribuição Executar a pena de prisão. Teve sua denominação alterada para Presídio do Distrito Federal com o decreto-lei n. 3.971, de 24 de dezembro de 1941. Pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960, que transferiu para o estado da Guanabara os serviços públicos de natureza local prestados ou mantidos pela União, saiu da alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Colônia Agrícola de Fernando de Noronha

Criação Decreto-lei n. 640, de 22 de agosto de 1938

Atribuição Abrigar e administrar a concentração e trabalho dos indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas. Teve sua localização alterada a partir da promulgação do decreto-lei n. 4.103, de 9 de fevereiro de 1942, passando a denominar-se Colônia Agrícola do Distrito Federal. Pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960, que transferiu para o estado da Guanabara os serviços públicos de natureza local prestados ou mantidos pela União, saiu da alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Comissão de Assuntos Territoriais

Criação Decreto n. 44.491, de 18 de setembro de 1958

Atribuição Colaborar no estudo de questões relacionadas com a administração territorial, propondo quaisquer medidas que entender convenientes; opinar sobre projetos de lei ou atos executivos, pertinentes aos territórios federais; avaliar representações ou denúncias de irregularidades relativas aos serviços dos territórios federais, acompanhar a execução orçamentária dos territórios federais promovendo as inspeções; examinar a situação do pessoal dos territórios, sugerindo medidas adequadas ao perfeito rendimento dos serviços públicos territoriais; e opinar sobre o relatório anual dos governadores dos territórios federais. Extinta pelo decreto n. 54.026, de 17 de julho de 1964.

Comissão de Correição Administrativa

Criação Decreto n. 20.424, de 21 de setembro de 1931

Atribuição Proceder à correição dos atos da administração pública, sugerindo às autoridades administrativas competentes as medidas e sanções previstas no decreto n. 20.424, de 21 de setembro de 1931. Extinta pelo decreto n. 23.803, de 25 de janeiro de 1934.

Comissão de Eficiência

Criação Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936

Atribuição Estudar a organização dos serviços reservados ao ministério; propor ao ministro de Estado as alterações que considerar necessárias à racionalização dos serviços; propor as alterações que julgar convenientes nas lotações das repartições; opinar sobre transferências, remoções e permutas. Inicialmente articulada com o Conselho Federal do Serviço Público Civil, foi reorganizada pelo decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, passando a se relacionar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, criado por este mesmo ato. Teve mais duas regulamentações, em 1942 e 1943. Extinta pelo decreto-lei n. 9.503, de 23 de julho de 1946.

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

Criação Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939

Atribuição Auxiliar o ministro da Justiça e Negócios Interiores nas informações que tenha de prestar ao presidente da República sobre as matérias relativas à administração dos estados. Extinta pela portaria n. 12.743, de 29 de dezembro de 1947.

Comissão de Estudos Legislativos

Criação Decreto n. 51.005, de 20 de julho de 1961

Atribuição Examinar os projetos de lei cuja iniciativa se impuser ao governo no setor do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, encaminhando-os, com o seu parecer, ao ministro; elaborar projetos nos casos especiais em que o ministro o determinar; elaborar os projetos dos códigos Civil, de Obrigações, das Sociedades Comerciais, dos Títulos de Crédito, da Navegação, Penal, de Menores, Processual Civil, Processual Penal e de Contabilidade Pública, bem como das leis de contravenções penais, Estatuto do Comerciante e reforma da lei de introdução ao Código Civil, além de disposições sobre as leis em geral; cooperar com o relator do projeto de Código Nacional de Trânsito na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Em 1967, o decreto n. 60.528, de 3 de abril, incluiu a atribuição de elaborar os projetos de leis complementares da Constituição, sob a direção geral e coordenação do ministro da Justiça. Foi extinta pelo decreto n. 61.239, de 25 de agosto de 1967, que passou essas atribuições para a Comissão de Revisão e Coordenação dos Projetos de Códigos.

Comissão de Permanência de Estrangeiros

Criação Decreto n. 2.265, de 25 de janeiro de 1938

Atribuição Estudar as leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros. Extinta pelo decreto-lei n. 5.630, de 29 de junho de 1943, sendo suas atribuições transferidas à Divisão de Justiça, do Departamento do Interior e da Justiça.

Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos

Criação Decreto n. 45.039, de 5 de dezembro de 1958

Atribuição Supervisionar, fiscalizar e controlar as seguintes entidades: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comissão do Vale do São Francisco, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País. Foi transferida para a Presidência da República pelo regimento de 15 de janeiro de 1960.

Comissão Legislativa

Criação Decreto n. 19.459, de 6 de dezembro de 1930

Atribuição Elaborar os projetos de revisão ou reforma da legislação civil, comercial, penal, processual da Justiça Federal e do Distrito Federal, de organização judiciária do Distrito Federal e de outras matérias indicadas pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Comissão Nacional de Proteção à Família

Criação Decreto-lei n. 1.764, de 10 de novembro de 1939

Atribuição Elaborar o projeto de lei para dar execução aos preceitos constitucionais pertinentes à proteção devida pelo Estado à

família; elaborar o projeto do Estatuto da Família, no qual serão consubstanciados os princípios da política nacional com relação à família. A comissão deveria terminar seu trabalho no prazo de um ano, prorrogável por igual período, e seria extinta em seguida.

Comissão Revisora de Projetos de Lei

Criação Decreto-lei n. 1.019, de 31 de dezembro de 1938

Atribuição Rever, do ponto de vista constitucional e da técnica legislativa, os projetos de decretos-leis e regulamentos a serem expedidos pelo governo. Extinta pelo decreto-lei n. 8.564, de 7 de janeiro de 1946.

Comissão Técnica de Rádio

Criação Decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931

Atribuição O estudo das questões de caráter técnico que fossem suscitadas na aplicação de disposições legais sobre os serviços de radiocomunicação; a coordenação, distribuição e consignação das frequências a serem utilizadas nos serviços de radiocomunicação no território nacional; o estudo e estabelecimento das bases para o desenvolvimento da radiotécnica em todo o país e a formação de técnicos e operadores brasileiros; zelar pela observância das prescrições do regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação; estudar os pedidos de permissão, encaminhando-os ao ministro da Justiça, para se expedir decreto de concessão. Subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, é transferida para a pasta de Justiça e Negócios Interiores pelo decreto n. 50.840, de 23 de junho de 1961. Extinta pelo decreto n. 52.026, de 20 de maio de 1963.

Conselho de Assistência e Proteção aos Menores

Criação Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Extinto pelo decreto-lei n. 6.949, de 11 de outubro de 1944.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Criação Lei n. 4.319, de 16 de março de 1964

Atribuição Promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das normas asseguradoras dos direitos da pessoa humana, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); promover a divulgação do conteúdo e do significado de cada direito da pessoa humana mediante conferências e debates em universidades, escolas, clubes, associações de classe e sindicatos, e por meio da imprensa, rádio, televisão, teatro, livros e folhetos; promover inquéritos e campanhas de esclarecimento e divulgação nas áreas que apresentem maiores índices de violação dos direitos humanos, entre outras atividades.

Conselho Nacional de Trânsito

Criação Decreto-lei n. 2.994, de 28 de janeiro de 1941

Atribuição Coordenar as atividades dos Conselhos Regionais do Trânsito; zelar pela observância do Código Nacional de Trânsito instituído pelo mesmo ato; organizar a estatística geral do trânsito, dos acidentes e das contravenções nas vias públicas. Teve seu regimento aprovado pelo decreto-lei n. 8.576, de 21 de janeiro de 1942.

Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Criação Decreto n. 16.665, de 6 de novembro de 1924

Atribuição Promover o serviço de assistência social aos detentos egressos das prisões, às famílias dos sentenciados e das vítimas,

e coordenar e fiscalizar serviços particulares existentes ou que venham a ser instituídos; opinar sobre a aplicação dos recursos da receita do Selo Penitenciário previsto na lei n. 3.274, de 1957, bem como em relação a quaisquer outras dotações concedidas pelo governo federal para fins penitenciários, controlando seu emprego por parte das autoridades competentes. Recebeu novo regimento pelo decreto n. 52.115, de 17 de junho de 1963.

Consultor-geral da República

Criação — Decreto n. 967, de 2 de janeiro de 1903

Atribuição — Emitir pareceres sobre as questões jurídicas submetidas ao seu exame pelo presidente da República e ministros de Estado; representar, ao presidente e aos ministros, sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas por interesse público ou por necessidade da boa aplicação das leis vigentes; desempenhar as comissões, de índole jurídica, que lhe atribuir o presidente da República. Teve suas funções regulamentadas pelo decreto n. 22.386, de 24 de janeiro de 1933, decreto-lei n. 8.564, de 7 de janeiro de 1946, e decreto n. 41.249, de 5 de abril de 1957. Passa a vincular-se diretamente à Presidência da República e à Presidência do Conselho de Ministros pelo decreto n. 51.530, de 7 de agosto de 1962.

Corpo de Bombeiros da Capital Federal

Criação — Decreto n. 2.587, de 30 de abril de 1860

Atribuição — O serviço de extinção de incêndios em terra e no mar, dentro da baía, cabendo-lhe ainda prestar auxílio à população nos casos de desabamento, inundações etc., quando houver vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida. Em 1948, pela lei n. 427, de 11 de outubro, foi equiparado às polícias militares. Passou à jurisdição do governo do estado da Guanabara por ocasião da transferência dos serviços públicos de natureza local, prestados ou mantidos pela União, pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960.

Departamento de Administração

Criação — Decreto-lei n. 2.650, de 1º de outubro de 1940

Atribuição — Executar as atividades relativas a pessoal, material, orçamento, organização, obras e comunicações, bem como superintender essas atividades nas repartições do ministério. Recebeu regulamentação pelo decreto-lei n. 9.759, de 5 de setembro de 1946, e pelo decreto n. 21.826, da mesma data.

Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

Criação — Decreto n. 24.651, de 10 de julho de 1934

Atribuição — Estudar a utilização do cinematógrafo, da radiotelefonia e demais processos técnicos, e outros meios que sirvam como instrumento de difusão; estimular a produção, favorecer a circulação e intensificar e racionalizar a exibição, em todos os meios sociais, de filmes educativos; classificar os filmes educativos, nos termos do decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932, para se prover a sua intensificação, por meio de prêmios e favores fiscais; e orientar a cultura física. Extinto pelo decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, sucedido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

Departamento Nacional de Informações

Criação — Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945

Atribuição — Coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, e em todos os setores da atividade nacional; estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas, intelectuais e instituições culturais do país; promover, patrocinar

ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística; superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, da literatura social e da imprensa; estimular a produção de filmes nacionais; promover intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros, e organizar publicações de caráter cultural e turístico; organizar e dirigir os programas de radiodifusão do governo; autorizar a concessão de favores aduaneiros para importação de papel de imprensa e registro de jornais ou periódicos, bem como de agências telegráficas ou de informações, nacionais ou estrangeiras, ouvindo os órgãos de classe; intermediar todos os serviços de publicidade na imprensa, dos ministérios e de quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal ou de entidades autárquicas criadas por lei. Sucessor do Departamento de Imprensa e Propaganda, foi extinto pelo decreto-lei n. 9.788, de 6 de setembro de 1946, e sucedido pela Agência Nacional.

Departamento Nacional de Trânsito

Criação Decreto-lei n. 237, de 23 de fevereiro de 1967

Atribuição Exercer as atividades de supervisão, coordenação e controle da execução da Política Nacional de Trânsito, realizar pesquisas relativas ao trânsito e prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Nacional de Trânsito.

Departamento Oficial de Publicidade

Criação Decreto n. 20.033, de 25 de maio de 1931

Atribuição O serviço especializado de publicação na capital, nos estados e no exterior; elaborar boletim diário de informações oficiais, destinado à imprensa. Extinto pelo decreto n. 21.152, de 14 de março de 1932, tendo suas competências incorporadas à Imprensa Nacional.

Depósito Público Geral do Distrito Federal

Criação Alvará de 25 de agosto de 1774

Atribuição Manteve as atribuições definidas pelo decreto n. 2.818, de 23 de fevereiro de 1898, ressalvadas as atribuições dos depositários públicos judiciais. Passa para a jurisdição do governo do estado da Guanabara por ocasião da transferência dos serviços públicos de natureza local, prestados ou mantidos pela União, pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960.

Diretoria da Justiça

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição Manteve as atribuições definidas pelo decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892, com as alterações decorrentes da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930. Extinta pelo decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, tendo como sucessor o Departamento de Interior e da Justiça.

Diretoria da Justiça e do Interior

Criação Decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938

Atribuição Os assuntos relacionados a nacionalidade, direitos políticos e seu exercício; organização política da República e dos estados, bem como a intervenção nestes; forma legal dos atos relativos a prerrogativas do presidente da República; relações entre o Poder Executivo e os outros poderes, e entre o Ministério da Justiça e os demais órgãos da administração; reconhecimento de utilidade pública a entidades privadas e concessão de medalhas de distinção; orientação política da segurança e manutenção

da ordem civil; estudar as questões e os atos concernentes a cidadania e estatuto, ao exercício de direitos políticos e garantias constitucionais, a relações entre os poderes do Estado e as prerrogativas da Presidência da República; e examinar, em colaboração com os estados, os problemas legais de interesse recíproco ou de âmbito nacional, assim como apreciar todas as questões relativas à administração dos territórios e da Prefeitura do Distrito Federal e oferecer a devida assistência aos respectivos governos.

Diretoria de Contabilidade

Criação — Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição — Manteve as atribuições do período anterior. Foi transformada em Divisão de Orçamento, integrando a estrutura do Departamento de Administração instituído pelo decreto-lei n. 2.650, de 1º de outubro de 1940.

Diretoria de Estatística Geral

Criação — Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934

Atribuição — Levantar as estatísticas referentes às atividades demográficas, morais, administrativas e políticas, assim como promover, em publicações próprias ou por intermédio do Serviço de Documentação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a divulgação dessas estatísticas. Sucessora do Departamento Nacional de Estatística, pelo decreto-lei n. 1.360, de 20 de junho de 1939, passa a denominar-se Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

Diretoria do Interior

Criação — Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição — Manteve as atribuições definidas pelo decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892, com as alterações decorrentes da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930. Extinta pelo decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, tendo como sucessor o Departamento de Interior e da Justiça.

Escola João Luís Alves

Criação — Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923

Atribuição — Manteve as atribuições do período anterior, definidas pelo decreto n. 17.508, de 4 de novembro de 1926. Pelo decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941, passou a subordinar-se técnica e administrativamente ao Serviço de Assistência e Proteção a Menores.

Escola Quinze de Novembro

Criação — Decreto n. 4.780, de 2 de março de 1903

Atribuição — Manteve as atribuições do período anterior. Pelo decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941, passou a subordinar-se técnica e administrativamente ao Serviço de Assistência e Proteção a Menores.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Criação — Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964

Atribuição — Formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das

soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política. Criada para suceder o Serviço de Assistência a Menores, teve seus estatutos aprovados pelo decreto n. 56.575, de 14 de julho de 1965.

Gabinete

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição Estudar os assuntos que dependam da deliberação do ministro, do ponto de vista técnico ou administrativo; corresponder-se com a Secretaria da Presidência da República e com os demais órgãos superiores da administração; superintender os serviços auxiliares necessários; manter ligação com os diferentes órgãos do ministério; redigir a correspondência oficial do ministro.

Imprensa Nacional

Criação Decreto de 13 de maio de 1808

Atribuição Editar jornais e outras publicações oficiais do governo federal, usufruindo o privilégio da impressão e publicação das leis e decretos e o direito de prioridade na publicação dos atos oficiais; fornecer às repartições e estabelecimentos públicos federais os trabalhos gráficos de expediente ou especiais; coligir, coordenar, redigir e divulgar informações oficiais sobre a marcha dos negócios públicos e outros conhecimentos úteis à atividade do governo ou à elucidação da opinião pública; vender jornais e outras publicações oficiais produzidas pelo estabelecimento ou a ele consignadas para este fim. Pela lei n. 592, de 23 de dezembro de 1948, foi transformada em Departamento de Imprensa Nacional.

Inspetoria-Geral Penitenciária

Criação Decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934

Atribuição Expedir instruções e providências para a execução das reformas penais no Brasil; organizar projetos e orçamentos para aplicação do depósito do produto da venda do Selo Penitenciário, usado na instalação, conservação e manutenção dos estabelecimentos penais, colônias penitenciárias, colônias de egressos das prisões, cadastro judiciário e penitenciário, auxílio aos patronatos e aos asilos destinados aos filhos dos condenados, serviços de vigilância e proteção dos liberados e realização de outras providências convenientes à prevenção, à repressão criminal, à administração geral penitenciária.

Instituto Sete de Setembro

Criação Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923

Atribuição Sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somato-psíquico, até o seu desligamento; estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. O decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941, transformou o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores. Extinto pela lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, teve como órgão sucessor a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

Manicômio Judiciário

Criação Decreto n. 14.831, de 25 de maio de 1921

Atribuição A internação dos condenados que, recolhidos às prisões federais, apresentarem sintomas de loucura; dos acusados que pela

mesma razão devam ser submetidos a observação especial ou tratamento; e dos delinquentes isentos de responsabilidade por motivo de afecção mental quando a critério do juiz assim o exija a segurança pública. Criado como Manicômio Judiciário em 1921, esteve subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores até 1931. Pelo decreto n. 21.110, de 16 de junho de 1931, foi transferido com as respectivas dotações orçamentárias para o Ministério da Educação e Saúde Pública, subordinado ao Departamento Nacional de Assistência Pública.

Ministério Público da União

Criação Lei n. 1.341, de 30 de janeiro de 1951

Atribuição Representar a União em juízo e zelar pelo cumprimento da Constituição, das leis e dos atos emanados dos poderes públicos e promover a ação pública contra a violação de direitos cujo processo e julgamento caiba ao Poder Judiciário da União. Estruturado a partir de órgãos independentes entre si junto à justiça comum, militar, eleitoral e do trabalho.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Criação Decreto n. 1.030, de 14 de novembro de 1890

Atribuição Promover e fiscalizar, na forma prescrita nesta lei, o cumprimento e a guarda da Constituição, das leis, regulamentos e decisões. A lei n. 1.341, de 30 de janeiro de 1951, estabeleceu o Ministério Público da União, constituído por órgãos junto à justiça comum, militar, eleitoral e do trabalho, independentes entre si, de acordo com suas funções: os ministérios públicos Federal, Militar, Eleitoral e do Trabalho.

Ministério Público Federal

Criação Decreto n. 848, 11 de outubro de 1890

Atribuição Representar os interesses da União e fiscalizar a execução e o cumprimento da lei em todos os processos sujeitos a seu exame. O decreto-lei n. 9.608, de 9 de agosto de 1946, deu-lhe nova organização. Com a Lei Orgânica do Ministério Público da União, aprovada pela lei n. 1.341, de 30 de janeiro de 1951, passou a integrar o Ministério Público da União, como órgão independente junto à justiça comum.

Penitenciária Agrícola do Distrito Federal

Criação Decreto-lei n. 319, de 7 de março de 1938

Atribuição Receber os sentenciados à prisão com trabalho. O decreto-lei n. 3.971, de 24 de dezembro de 1941, alterou seu nome para Colônia Penal Cândido Mendes. Pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960, que transferiu para o estado da Guanabara os serviços públicos de natureza local prestados ou mantidos pela União, saiu da alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Polícia Civil do Distrito Federal

Criação Alvará de 10 de maio de 1808

Atribuição No Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança pública; e em todo o território nacional, a apuração das infrações penais e sua autoria que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho; das infrações referentes a entrada, permanência ou saída de estrangeiros do território nacional; as definidas nos títulos X e XI da parte especial do Código Penal, quando for interessada a Fazenda Nacional; comércio clandestino ou facilitação de entorpecentes. Pelo decreto-lei n. 6.378, de 28 de março de 1944, foi transformada em

Departamento Federal de Segurança Pública, recebendo novo regimento pelo decreto n. 17.905, de 27 de fevereiro, e pelo decreto-lei n. 7.887, de 21 de agosto de 1945.

Polícia Militar do Distrito Federal

Criação Decreto de 22 de outubro de 1831

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Pela lei n. 3.752, de 14 de abril de 1960, que transferiu para o estado da Guanabara os serviços públicos de natureza local prestados ou mantidos pela União, saiu da alçada do Ministério da Justiça.

Seção de Defesa Nacional

Criação Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934

Atribuição Estudar os problemas do tempo de paz que, por sua importância e natureza, remetam aos interesses da defesa nacional correspondentes à esfera de atividade do ministério; centralizar todas as questões referentes à defesa nacional que interessem ao ministério e, particularmente, as relativas ao papel que a este cabe desempenhar em tempo de guerra; assegurar as relações do Ministério da Justiça com a Secretaria Geral da Defesa Nacional e com os outros ministérios, nos assuntos de sua competência. De acordo com sua lei de criação, a Seção de Defesa Nacional passou a existir em todos os ministérios. Em 1946, foi novamente regulamentada pelo decreto-lei n. 9.775, de 6 de setembro de 1946, quando passou a ser chamada de Seção de Segurança Nacional.

Serviço de Defesa Passiva Antiaérea

Criação Decreto-lei n. 4.624, de 26 de agosto de 1942

Atribuição Estabelecer métodos e precauções de segurança que garantam não só a proteção do moral e da vida da população, assegurando-lhe a normalidade, como a proteção do patrimônio material, cultural e artístico da nação. Pelo decreto-lei n. 5.861, de 30 de setembro de 1943, passou a se denominar Serviço de Defesa Civil. Extinto pelo decreto-lei n. 9.370, de 17 de junho de 1946.

Serviço de Documentação

Criação Decreto-lei n. 5.971, de 5 de novembro de 1943

Atribuição A coleta, guarda, coordenação e divulgação de textos, relatórios, dados estatísticos e outros elementos relativos à atividade do ministério, assim como organizar e prestar serviços de referência legislativa.

Serviço do Material

Criação Decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio de 1940

Atribuição Coordenar sistematicamente a execução e fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro relativas ao material para os serviços públicos. Foi incorporada pelo Departamento de Administração pelo decreto-lei n. 2.650, de 1º de outubro de 1940, sob a denominação de Divisão do Material.

Serviço do Pessoal

Criação Decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938

Atribuição Exercer atividades de gestão, execução, supervisão, controle, orientação e pesquisa de assuntos concernentes à

administração de pessoal na área do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e administrar o pessoal do ministério pertencente aos quadros gerais; realizar pesquisas sobre atribuições e responsabilidades dos cargos e funções gratificadas e estudos para sua criação, alteração, extinção, supressão ou transferência. Teve sua denominação alterada para Departamento do Pessoal, sendo incorporada pelo Departamento de Administração pelo decreto-lei n. 2.650, de 1º de outubro de 1940, sob a denominação de Divisão do Pessoal.

Serviço Nacional dos Municípios

Criação Decreto n. 50.334, de 11 de março de 1961

Atribuição Estabelecer contato administrativo entre as autoridades municipais e a Presidência da República; promover encontros de prefeitos e vereadores das várias regiões do país para o debate dos assuntos locais; elaborar anteprojetos de lei relativos a questões municipais; organizar grupos de trabalho para estudar os problemas de infraestrutura do desenvolvimento econômico e social dos municípios. Passou a integrar a estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pelo decreto do Conselho de Ministros n. 283, de 4 de dezembro de 1961. Pelo decreto n. 1.486 deste conselho, de 7 de novembro de 1962, passa a subordinar-se diretamente à Presidência da República, por intermédio do Gabinete Civil.

Território Federal de Guaporé

Criação Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943

De acordo com o decreto-lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Território de Guaporé foi dividido em quatro municípios. O Território de Guaporé, assim como os demais criados pelo decreto-lei n. 5.812, seria administrado por um governador de livre nomeação pelo presidente da República. Em 17 de fevereiro de 1956, a lei n. 2.731 o transforma em Território Federal de Rondônia. Saiu do âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 4.344, de 21 de junho de 1964, e passou para a jurisdição do ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Território Federal de Ponta Porã

Criação Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943

Criado com o desmembramento de território do estado do Mato Grosso, teve sua organização disposta no decreto-lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943. O território foi dividido em sete municípios e seria administrado por um governador de livre nomeação pelo presidente da República. Extinto pelo ato das disposições constitucionais transitórias de 18 de setembro de 1946, sua área voltou à administração do estado de Mato Grosso.

Território Federal do Acre

Criação Decreto n. 5.188, de 7 de abril de 1904

A lei n. 366, de 30 de dezembro de 1936, reorganizou o Território Federal do Acre administrativamente, definindo as competências do governo e do Conselho Territorial. Em 1940, o decreto-lei n. 2.291, de 8 de junho de 1940, dispôs sobre a organização de sua justiça. Pela lei n. 4.070, de 15 de junho de 1962, foi elevado à categoria de estado.

Território Federal do Amapá

Criação Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943

De acordo com o decreto-lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Território do Amapá foi dividido em três municípios. Assim como os demais territórios criados pelo decreto-lei n. 5.812, seria administrado por um governador de livre nomeação pelo presidente da República. Saiu do âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 4.344, de 21 de junho de 1964, quando passou para a jurisdição do ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Território Federal do Iguaçu

Criação Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943

Criado a partir do desmembramento dos estados do Paraná e Santa Catarina, de acordo com o decreto-lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Território do Iguaçu foi dividido em quatro municípios. Assim como os demais territórios criados pelo decreto-lei n. 5.812, seria administrado por um governador de livre nomeação pelo presidente da República. Extinto pelo ato das disposições constitucionais transitórias de 18 de setembro de 1946, sua área voltou à administração dos estados de onde fora desmembrado.

Território Federal do Rio Branco

Criação Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943

De acordo com o decreto-lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Território do Rio Branco foi dividido em dois municípios. Assim como os demais territórios criados pelo decreto-lei n. 5.812, seria administrado por um governador nomeado pelo presidente da República. Em 13 de dezembro de 1962, a lei n. 4.182 transforma-o em Território Federal de Roraima. Saiu do âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela lei n. 4.344, de 21 de junho de 1964, e passou para a jurisdição do ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Órgãos da estrutura do Ministério da Justiça | Período 1967-1990

Ministério da Justiça

- Consultoria Jurídica
- Divisão de Segurança e Informações

Conselhos

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- Conselho Federal de Entorpecentes
- Conselho Federal para a Reconstituição dos Bens Lesados
- Conselho Nacional da Ordem do Mérito
- Conselho Nacional de Defesa dos Direitos do Consumidor
- Conselho Nacional de Política Penitenciária
- Conselho Nacional de Trânsito
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Conselho Penitenciário do Distrito Federal
- Conselho Superior de Censura
- Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão

Comissões

- Comissão Central de Coordenação
- Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão
- Comissão de Revisão e Coordenação dos Projetos de Códigos
- Comissão-Geral de Investigações
- Comissão Ministerial da Reforma Administrativa
- Comissão Nacional de Arquivos
- Comissão Permanente do Livro do Mérito

Departamentos

- Departamento de Administração
- Departamento de Assuntos Judiciários
- Departamento de Assuntos Legislativos
- Departamento de Imprensa Nacional
- Departamento de Polícia Federal
- Departamento do Interior e da Justiça
- Departamento do Pessoal
- Departamento Nacional de Trânsito
- Departamento Penitenciário Federal

Gabinete

Secretarias

Secretaria de Direitos da Cidadania

Secretaria de Justiça e Segurança Pública

Secretaria-Geral

Coordenadorias

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenadoria de Articulação com o Poder Legislativo

Ministérios Públicos

Ministério Público da União

Outros

Agência Nacional

Arquivo Nacional

Empresa Brasileira de Radiodifusão

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Fundação Petrônio Portella

Inspetoria-Geral de Finanças

Inspetoria-Geral Penitenciária

Serviço de Documentação

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política

Ministério da Justiça e Negócios Interiores | Período 1967-1990

Esse período foi iniciado com uma mudança marcante: a transformação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em Ministério da Justiça pelo decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Esta mudança acarretou a perda das competências relacionadas à assistência aos municípios, administração dos territórios, entre outras, dando continuidade a um processo iniciado em 1964, com a criação do cargo de ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais pela lei n. 4.344. Com isso, as atribuições do Ministério da Justiça passaram a envolver os assuntos relacionados à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais; segurança interna, Polícia Federal; administração penitenciária; Ministério Público; e documentação, publicação e arquivamento dos atos oficiais. Em 1969, o decreto n. 64.416, de 28 de abril, dispôs sobre a organização do ministério, mas não promoveu alterações em suas atribuições. Apesar disso, especificou-as em onze itens, que abrangiam: o exame e despacho dos assuntos relacionados com o funcionamento das instituições e a preservação da ordem estabelecida; a apreciação das questões legais de âmbito nacional e diligência pelo cumprimento, em todo o país, da Constituição e das leis; o estudo e decisão dos problemas pertinentes à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias individuais e permanência, expulsão, deportação e extradição de estrangeiros; as relações do Poder Executivo com os demais poderes e com os estados, territórios e Distrito Federal; a organização e manutenção da Polícia Federal em todo o território nacional; o uso dos símbolos nacionais; a repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e a arbitrária majoração dos lucros; a defesa dos direitos da pessoa humana; a supervisão normativa e orientação referente ao sistema penitenciário; a representação e defesa da União em juízo e a diligência, junto ao Poder Judiciário, em favor do cumprimento das leis; e a divulgação, documentação e arquivo dos atos oficiais. Em 1975, o decreto n. 76.387, de 2 de outubro, dispôs novamente sobre a estrutura do ministério, mas não modificou as suas competências, que foram preservadas até 1988, quando o decreto n. 96.894, de 30 de setembro, tirou de seu âmbito de atuação o Ministério Público.

Orgãos

Agência Nacional

Criação Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945

Atribuição Exercer atribuições normativas; noticiar, fotografar, filmar, gravar, irradiar, televisionar e publicar atos e fatos da vida oficial brasileira, bem como acontecimentos cujo destaque interesse à divulgação do Brasil e sirva à cultura nacional; distribuir a publicidade dos órgãos da administração direta e indireta. Pelo decreto-lei n. 166, de 14 de fevereiro de 1967, foi transferida para a Presidência da República. Teve sua denominação alterada para Empresa Brasileira de Notícias (EBN) pelo decreto n. 83.993, de 19 de setembro de 1979, subordinada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Pelo decreto n. 85.550, de 18 de dezembro de 1980, passa a vincular-se ao Gabinete Civil da Presidência da República. Volta ao Ministério da Justiça pelo decreto n. 85.631, de 7 de janeiro de 1981, sem prejuízo da orientação normativa, da supervisão

técnica e da fiscalização específica do órgão central do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo. Foi incorporada à Radiobrás pelo decreto n. 96.212, de 22 de junho de 1988.

Arquivo Nacional

Criação Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838

Atribuição Recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos escritos, cartográficos, fotocinematográficos e sonoros provenientes dos órgãos integrantes dos poderes públicos e das entidades de direito privado, instituídas pela União; organizar o registro nacional de arquivos públicos e privados, prestando-lhes assistência técnica; fornecer informações e certidões extraídas de documentos arquivados; estimular e realizar pesquisas históricas; promover cursos de formação arquivística e de investigação histórica; editar obras e periódicos da especialidade; declarar os arquivos públicos ou privados que devam ficar sob a proteção oficial; expedir instruções destinadas a regular a acessibilidade, remessa e recolhimento de documentos em arquivos; estatuir normas e métodos que visem à padronização do arquivamento de atos oficiais e que determinem os casos de sua incineração; propor ao ministro da Justiça preceitos para eliminação dos documentos guardados em arquivos públicos e definir os termos técnicos empregados no vocabulário dos arquivos. O decreto n. 82.308, de 25 de setembro de 1978, instituiu o Sistema Nacional de Arquivos, com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do poder público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional; e a Comissão Nacional de Arquivos.

Comissão Central de Coordenação

Criação Decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969

Atribuição A permanente coordenação das atividades do Ministério da Justiça. Presidida pelo ministro da Justiça e composta pelo secretário-geral, inspetor-geral de Finanças, diretor-geral do Departamento de Administração e diretor da Divisão de Segurança e Informações. Os dirigentes dos órgãos ministeriais poderiam ser convocados pelo ministro da Justiça para participar das reuniões da Comissão Central de Coordenação.

Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão

Criação Decreto n. 93.714, de 15 de dezembro de 1986

Atribuição Coordenar e fazer atuar as medidas concernentes à defesa de direitos do cidadão contra abusos, erros e omissões na administração federal. Instituída junto à Presidência da República, foi transferida para o Ministério da Justiça pela medida provisória n. 39, de 15 de fevereiro de 1989. Extinta pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, que foi convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990.

Comissão de Revisão e Coordenação dos Projetos de Códigos

Criação Decreto n. 61.239, de 25 de agosto de 1967

Atribuição Rever e coordenar os diversos projetos já elaborados, neles introduzindo as modificações que se fizerem necessárias ou convenientes, tendo em conta a unidade do sistema jurídico nacional e a atualização dos vários institutos; coordenar e concluir os trabalhos atribuídos ao Serviço de Reforma de Códigos, que fica incorporado a esta comissão. Teve sua denominação alterada para Comissão de Estudos Legislativos pelo decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969.

Comissão-Geral de Investigações

Criação Decreto-lei n. 359, de 17 de dezembro de 1968

Atribuição Promover investigações sumárias para o confisco de bens daqueles que tenham enriquecido ilicitamente no exercício de cargo

ou função pública da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios ou dos municípios, inclusive de empregos das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. Em 1969, pelo decreto-lei n. 457, de 7 de fevereiro, teve ampliadas suas competências, que passaram a incluir a promoção de investigações sumárias para o confisco de bens tratados pelo ato complementar n. 42, de 27 de janeiro de 1969. Extinta pelo decreto n. 82.961, de 29 de dezembro de 1978.

Comissão Ministerial da Reforma Administrativa

Criação Decreto n. 63.500, de 30 de outubro de 1968

Atribuição Implementar a reforma administrativa no âmbito do Ministério da Justiça. Foi instituída em cada ministério, sendo presidida por um coordenador designado pelo ministro de Estado, a quem estava subordinado, podendo responder também ao secretário-geral do ministério.

Comissão Nacional de Arquivos

Criação Decreto n. 82.308, de 25 de setembro de 1978

Atribuição Examinar as instruções normativas do órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar); prestar-lhe assessoramento de ordem técnica, jurídica e histórico-cultural; propor modificações para aprimorar o sistema; recomendar medidas para o relacionamento entre as atividades dos arquivos correntes e dos arquivos intermediários e permanentes.

Comissão Permanente do Livro do Mérito

Criação Decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969

Atribuição Promover a inscrição no livro do mérito dos nomes das pessoas que tenham notoriamente cooperado para o enriquecimento do patrimônio moral ou espiritual da nação e merecido testemunho público de seu reconhecimento; propor o cancelamento da inscrição em virtude de prática de atos contrários aos sentimentos de honra ou de ofensa à dignidade nacional. Pelo decreto n. 67.036, de 11 de agosto de 1970, passa a vincular-se ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Criação Lei n. 4.137, de 10 de setembro de 1962

Atribuição Apurar e reprimir os abusos do poder econômico. Vinculado diretamente à presidência do Conselho de Ministros no ato de sua criação, foi transferido para o Ministério da Justiça pelo decreto n. 60.901, de 26 de junho de 1967.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Criação Lei n. 4.319, de 16 de março de 1964

Atribuição Manteve as atribuições definidas pela lei n. 4.319, de 16 de março de 1964. Teve seu regimento interno aprovado pelo decreto n. 63.681, de 22 de novembro de 1968, alterado pela lei n. 5.763, de 15 de dezembro de 1971, e pelo decreto n. 69.923, de 13 de janeiro de 1972.

Conselho Federal de Entorpecentes

Criação Decreto n. 85.110, de 2 de setembro de 1980

Atribuição Propor a política nacional de entorpecentes, elaborar planos, exercer a orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica, bem como exercer outras funções em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

Conselho Federal para a Reconstituição dos Bens Lesados

Criação Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985

Atribuição Gerir o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, destinado a reparar os danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Regulamentado pelo decreto n. 92.302, de 16 de janeiro de 1986. Extinto pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990.

Conselho Nacional da Ordem do Mérito

Criação Decreto-lei n. 9.732, de 4 de setembro de 1946

Atribuição Promover a concessão da Ordem do Mérito a cidadãos brasileiros que, por motivo relevante, tornem-se merecedores do reconhecimento nacional, e a estrangeiros, por ato de excepcional relevância. Funcionava junto à Presidência da República, mas foi transferido para o Ministério da Justiça pelo decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969. Pelo decreto n. 67.036, de 11 de agosto de 1970, passa a vincular-se ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Conselho Nacional de Defesa dos Direitos do Consumidor

Criação Decreto n. 91.469, de 24 de julho de 1985

Atribuição Estudar e propor medidas visando a prestação, pelo Estado, do adequado resguardo dos interesses e direitos do consumidor; estudar e promover formas de apoio técnico e financeiro às organizações de defesa do consumidor e aos programas especiais de apoio ao consumidor desfavorecido; propor medidas para coibir fraudes e abusos contra o consumidor; incentivar medidas de formação e informação do consumidor; coordenar a atividade dos diversos organismos de defesa, direta ou indireta, do consumidor, dispersos nos vários ministérios, visando à uniformização de suas políticas de atuação; propor a fusão, extinção e incorporação de órgãos que atuam, direta ou indiretamente, nesta área; propor o aperfeiçoamento, compilação, consolidação ou revogação de textos normativos que tratem das relações de consumo. Vinculava-se ao ministro extraordinário para Desburocratização, integrante da estrutura da Presidência da República, a quem competia a direção dos trabalhos do Programa Nacional de Desburocratização. Pelo decreto n. 92.396, de 12 de fevereiro de 1986, as atribuições definidas pelo decreto n. 91.469 do ano anterior passam para o âmbito do Ministério da Justiça. Extinto pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990.

Conselho Nacional de Política Penitenciária

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Elaborar projetos objetivando aperfeiçoar a execução penal e o regime penitenciário. Com a promulgação da lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal, passa a chamar-se Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ganhando novas atribuições, como a elaboração de diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança; promover a avaliação periódica do sistema criminal; inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, entre outras. Essas alterações foram confirmadas pelo decreto n. 92.254, em 1985.

Conselho Nacional de Trânsito

Criação Lei n. 5.108, de 21 de setembro de 1966

Atribuição Sugerir modificações na legislação sobre trânsito; zelar pela unidade do sistema nacional de trânsito e pela observância da legislação; responder a consultas e coordenar as atividades dos Conselhos de Trânsito dos estados, territórios e Distrito Federal, de autoridades e particulares, relativas à aplicação das leis de trânsito; conhecer e julgar os recursos contra decisões

dos Conselhos de Trânsito dos estados, territórios, e Distrito Federal; elaborar normas-padrão e zelar pela sua execução; estudar e propor medidas administrativas, técnicas e legislativas que se relacionem com a exploração dos serviços de transportes terrestres, seleção de condutores de veículos e segurança do trânsito em geral; promover e coordenar campanhas educativas de trânsito; fixar normas e requisitos para a realização de provas de automobilismo. O decreto-lei n. 237, de 23 de fevereiro de 1967, modificou o Código Nacional de Trânsito, que recebeu novo regulamento pelo decreto n. 62.127, de 16 de janeiro de 1968.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Criação Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985

Atribuição Promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Criação Decreto n. 16.665, de 6 de novembro de 1924

Atribuição Velar pelo sistema penitenciário nacional; determinar, de acordo com as condições geoeconômicas das regiões brasileiras, as regras básicas para o adequado cumprimento das penas, objetivando, sobretudo, a recuperação dos sentenciados em matéria de saúde, educação, ensino e adaptação ao trabalho; opinar nos processos de graça, indulto, comutação de pena pela Justiça Federal e do Distrito Federal. Pelo decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969, passa a denominar-se Conselho Penitenciário Federal e pelo decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975, Conselho Penitenciário do Distrito Federal, cujos membros seriam de livre nomeação pelo governo do Distrito Federal.

Conselho Superior de Censura

Criação Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968

Atribuição Rever, em grau de recurso, as decisões finais relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, proferidos pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, e elaborar normas e critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do ministro da Justiça. Extinto pelo decreto n. 96.900, de 30 de setembro de 1988, foi sucedido pelo Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão.

Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão

Criação Decreto n. 96.900, de 30 de setembro de 1988

Atribuição Apreciar denúncias de restrição às liberdades de pensamento, criação, expressão e informação; estudar e propor instrumentos de defesa dessas liberdades; elaborar normas e critérios que orientem o exercício da classificação para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, bem como apreciar e julgar recursos de decisões relativas à classificação indicativa proferidas pela autoridade competente do Ministério da Justiça; formular sugestões direcionadas à regulamentação dos espetáculos e diversões públicas.

Consultoria Jurídica

Criação Decreto n. 20.838, de 21 de dezembro de 1931.

Atribuição Assessorar o ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica, promover a instrução de processos oriundos do Poder Judiciário e emitir parecer sobre as questões e os projetos de lei e decreto que lhe forem encaminhados; colaborar com o

Ministério Público da União na defesa de seus interesses, em matéria da área de competência do Ministério da Justiça; exercer as funções de orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica dos órgãos jurídicos das várias unidades do Ministério da Justiça. A consultoria jurídica funcionava junto ao Gabinete do ministro, onde ficam lotados o consultor e os assistentes jurídicos. Pelo decreto n. 64.416, de 28 de abril de 1969, que aprovou nova organização para o Ministério da Justiça, passa a figurar como órgão de assistência direta e imediata, independente do Gabinete.

Coordenadoria de Articulação com o Poder Legislativo

Criação Decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988

Atribuição Promover a articulação do Ministério da Justiça com o Poder Legislativo.

Coordenadoria de Comunicação Social

Criação Decreto n. 83.539, de 4 de junho de 1979

Atribuição Coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos subordinados ao Ministério da Justiça e entidades vinculadas. Extinta pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, que foi convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990.

Departamento de Administração

Criação Decreto-lei n. 2.650, de 1º de outubro de 1940

Atribuição Promover a execução das atividades referentes à administração geral do ministério sob a orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica dos órgãos centrais dos sistemas de pessoal e de serviços gerais. Reorganizado pelo decreto n. 73.202, de 23 de novembro de 1973, e portarias n. 541, de 30 de setembro de 1988, e n. 47, de 26 de janeiro de 1990.

Departamento de Assuntos Judiciários

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Estudar e encaminhar propostas de organização dos serviços judiciários e do Ministério Público, assim como processar expedientes oriundos do Poder Judiciário.

Departamento de Assuntos Legislativos

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Propor e elaborar anteprojetos de leis, decretos-leis e decretos de interesse do Ministério da Justiça, emitir pareceres nos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e prestar apoio às comissões e grupos especiais constituídos pelo ministro de Estado, com o objetivo de reformar ou atualizar códigos e outros institutos jurídicos. Em 1988, passa a se chamar Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativos. Com a medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, teve sua denominação alterada para Secretaria Federal de Assuntos Legislativos.

Departamento de Imprensa Nacional

Criação Decreto de 13 de maio de 1808

Atribuição Publicar os atos oficiais de interesse dos órgãos públicos da União; executar os trabalhos gráficos de que necessita a administração pública federal ou a pedido de terceiros, mediante pagamento; manter escola de aprendizagem de artes gráficas para formação profissional de menores e aperfeiçoamento profissional dos servidores que exercerem funções técnicas ou especializadas. Pelo decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988, que dispôs sobre a estrutura básica do Ministério da Justiça, teve sua denominação alterada para Imprensa Nacional.

Departamento de Polícia Federal

Criação Alvará de 10 de maio de 1808

Atribuição Prover, em todo o território nacional, os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras; a censura de diversões públicas; a prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes; a prevenção e repressão das infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, direitos, serviços ou interesse da União, assim como daquelas que por sua natureza, características e amplitude transcendam o âmbito de uma unidade federada e exijam tratamento centralizado e uniforme; a apuração de infrações penais que o Brasil, por tratado ou convenção, se tenha comprometido a reprimir; a apuração dos crimes praticados contra servidores federais no exercício de suas funções; as medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do presidente da República, dos demais representantes dos poderes da União, quando em missão oficial, e dos diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros; a coordenação e o intercâmbio dos serviços de identificação, civil e criminal; a supervisão do policiamento das rodovias federais; a execução de outros encargos de natureza policial atribuídos à União em virtude de lei ou de convênio; a formação profissional, treinamento e especialização de seu pessoal; a cooperação com organizações internacionais relacionadas com a polícia criminal; prevenção e repressão dos crimes contra silvícolas e suas comunidades. Com o restabelecimento do regime democrático, o Departamento de Polícia Federal tem suas atribuições definidas pela Constituição de 1988.

Departamento do Interior e da Justiça

Criação Decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938

Atribuição Estudar os assuntos e preparar os atos relativos à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais, reconhecimento de utilidade pública a entidades privadas, medalhas de distinção, graça, indulto, comutação de pena e política penitenciária. Teve sua denominação alterada em 1968 para Departamento de Justiça, pelo decreto n. 62.224, de 5 de fevereiro, e, em 1972, para Departamento Federal de Justiça, pelo decreto n. 70.911, de 31 de julho. Extinta pelo decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988.

Departamento do Pessoal

Criação Decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938

Atribuição Exercer as atividades de gestão, execução, supervisão, controle, orientação e pesquisa de assuntos concernentes à administração de pessoal na área do ministério. Em 1972, teve alterada sua denominação para Departamento do Pessoal, pelo decreto n. 70.131, de 8 de fevereiro, quando deixou de fazer parte da estrutura do Departamento de Administração e passou a se subordinar diretamente ao ministro.

Departamento Nacional de Trânsito

Criação Decreto-lei n. 237, de 23 de fevereiro de 1967

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Recebeu novo regimento interno pela portaria n. 601-B, de 15 de outubro de 1975. O decreto n. 96.856, de 28 de setembro de 1988, atribuiu autonomia administrativa e financeira limitada, e criou o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

Departamento Penitenciário Federal

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Acompanhar a execução penal e zelar pela observância das normas gerais do regime penitenciário, bem como prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Nacional de Política Penitenciária. Com a Lei de Execução Penal, aprovada pela lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, teve sua denominação alterada para Departamento Penitenciário Nacional, e suas

atribuições foram ampliadas, cabendo-lhe ainda inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais; assistir tecnicamente as unidades federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta lei; colaborar com as unidades federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais; colaborar com as unidades federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado; e ainda coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais. Teve sua denominação alterada para Departamento Penitenciário Nacional pela lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984.

Divisão de Segurança e Informações

Criação Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934

Atribuição No que se refere à segurança nacional, fornecer dados e informações necessários à formulação, pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, de seu conceito estratégico; colaborar na formulação e executar os Planos Particulares de Segurança relativos ao ministério, com base nas diretrizes gerais de planejamento expedidas pelo Conselho de Segurança Nacional; colaborar no planejamento executivo da Mobilização Nacional, cadastrando recursos necessários ao fortalecimento do poder nacional. Fornecer dados e informações necessários à elaboração do Plano Nacional de Informações, a cargo do Serviço Nacional de Informações; colaborar, oferecendo os elementos necessários e complementares, na formulação do Plano Particular de Informações, decorrente do Plano Nacional, para o setor de ação do ministério; e cooperar na execução desses planos e em outros encargos determinados pelo SNI no campo das informações. O decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, ratificado pelo decreto n. 60.940, de 4 de julho de 1967, transformou a Seção de Segurança Nacional, existente em todos os ministérios, em Divisão de Segurança e Informação. Foi regulamentada pelos decretos n. 62.803, de 3 de junho de 1968; n. 67.325, de 2 de outubro de 1970; n. 66.622, de 22 de maio de 1970; n. 68.060, de 14 de janeiro de 1971; e n. 75.640, de 23 de abril de 1975. Pelo decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988, foi transformada em Assessoria de Segurança e Informações, com a função de assessorar o ministro de Estado nas matérias pertinentes a segurança, mobilização e informações. Extinta pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990.

Empresa Brasileira de Radiodifusão

Criação Lei n. 6.301, de 15 de dezembro de 1975

Atribuição Implantar e operar as emissoras, e explorar os serviços de radiodifusão do governo federal; implantar e operar suas próprias redes de repetição e retransmissão de radiodifusão, explorando os respectivos serviços; realizar a difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio, bem como produzir e difundir programação informativa e de recreação; promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão; prestar serviços especializados nessa área. Vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, foi transferida para o Ministério das Comunicações pelo decreto n. 85.550, de 18 de dezembro de 1980. Passa a denominar-se Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação S.A. pelo decreto n. 96.212, de 22 de junho de 1988, tendo incorporada à sua estrutura a Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Pelo decreto n. 98.052, de 15 de agosto de 1989, passa a vincular-se ao Ministério da Justiça. Em 1992, por decreto de 12 de novembro, volta a estar subordinada à Casa Civil da Presidência da República.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Criação Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964

Atribuição Promover, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, a execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, orientando, coordenando e fiscalizando as entidades executoras dessa política; atender as necessidades básicas do menor atingido por processo de marginalização social. Pelo decreto n. 74.000, de 1º de maio de 1974, desvincula-se do Ministério da Justiça, passando a integrar o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Fundação Petrônio Portella

Criação Lei n. 6.860, de 24 de novembro de 1980

Atribuição Realizar estudos e pesquisas na área da ciência do direito. Teve seus estatutos aprovados pelo decreto n. 85.603, de 30 de dezembro de 1980. Extinta pela lei n. 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

Gabinete

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição Prestar ao ministro de Estado assistência administrativa, jurídica, técnica, política, militar e de representação social.

Inspetoria-Geral de Finanças

Criação Decreto n. 61.386, de 19 de setembro de 1967

Atribuição Realizar a contabilidade sintética do ministério. Criada em cada ministério civil, nos termos dos artigos 22 e 23 do decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, integrava, como órgão setorial, os Sistemas de Administração Financeira, de Contabilidade e de Auditoria, responsáveis por superintender a execução dessas funções no âmbito de cada ministério. Teve sua denominação alterada para Secretaria de Controle Interno pelo decreto n. 84.362, de 31 de dezembro de 1979.

Inspetoria-Geral Penitenciária

Criação Decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934

Atribuição Manteve as atribuições definidas no período anterior.

Ministério Público da União

Criação Lei n. 1.341, de 30 de janeiro de 1951

Atribuição Manteve as atribuições fixadas pela Lei Orgânica de 1951. Em 1988, a Constituição define o Ministério Público como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que abrange o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União, sob o qual está subordinado, entre outros, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Secretaria de Direitos da Cidadania

Criação Decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988

Atribuição Promover e defender os direitos da cidadania; desenvolver estudos e encaminhar providências referentes às liberdades públicas; manter articulação com as instituições representativas da comunidade; classificar, para efeito indicativo, as diversões públicas e os programas de rádio e televisão; tratar dos assuntos relacionados com a nacionalidade, direitos políticos e regime jurídico dos estrangeiros; receber, registrar e encaminhar os pedidos de extradição. Com a medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, foi transformada na Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça.

Secretaria de Justiça e Segurança Pública

Criação Decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988

Atribuição Executar as atividades previstas no artigo 72 da lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984; processar, estudar e encaminhar expedientes de interesse do Poder Judiciário e da Defensoria Pública; desenvolver estudos e projetos relacionados com

o Poder Judiciário e com a Defensoria Pública; opinar sobre as solicitações de concessão de títulos de utilidade pública; registrar e fiscalizar as entidades que executam serviços de microfilmagem, nos termos da legislação específica; processar e examinar pedidos de autorização para instalação de filial, agência ou estabelecimento no país por sociedade estrangeira, com sede no exterior; articular-se com os órgãos do sistema de segurança pública no combate à criminalidade e à violência de qualquer natureza, promovendo ações para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio; acompanhar a atuação dos órgãos de segurança pública e propor medidas que assegurem a prevenção e repressão da violência; propor medidas para maior eficácia dos órgãos de segurança pública.

Secretaria-Geral

Criação Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967

Atribuição Desempenhar as atividades de planejamento, orçamento, programação financeira, assim como as de modernização administrativa e informática; promover o desenvolvimento de recursos humanos, o acompanhamento da atuação dos órgãos colegiados e coordenar as demais atividades do ministério; elaborar e coordenar os planos e programas vinculados à sua área de competência; modernizar as estruturas e procedimentos administrativos do ministério; exercer o controle da movimentação de subvenções sociais, no âmbito do Ministério da Justiça; promover a execução das atividades relacionadas com a documentação oficial, estabelecendo as respectivas normas e procedimentos. Com a medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, passa a denominar-se Secretaria de Administração Geral.

Serviço de Documentação

Criação Decreto-lei n. 5.971, de 5 de novembro de 1943

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Extinto pelo decreto n. 73.172, de 20 de novembro de 1973, foi sucedido pela Subsecretaria de Documentação e Informática.

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política

Criação Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934

Atribuição Manteve as atribuições definidas pelo decreto n. 55.875, de 29 de março de 1965. Extinta pelo decreto n. 73.172, de 20 de novembro de 1973, e sucedida pela Subsecretaria de Documentação e Informática da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Órgãos da estrutura do Ministério da Justiça | Período 1990-2012

Ministério da Justiça

Consultoria Jurídica

Conselhos

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- Conselho Federal de Entorpecentes
- Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
- Conselho Nacional de Arquivos
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação
- Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual
- Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- Conselho Nacional de Segurança Pública
- Conselho Nacional de Trânsito
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
- Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão

Secretarias

- Secretaria de Administração Geral
- Secretaria de Controle Interno
- Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
- Secretaria de Justiça
- Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
- Secretaria de Polícia Federal
- Secretaria de Reforma do Judiciário
- Secretaria de Trânsito
- Secretaria Executiva
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
- Secretaria Federal de Assuntos Legislativos
- Secretaria Nacional Antidrogas
- Secretaria Nacional de Direito Econômico
- Secretaria Nacional de Entorpecentes
- Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça

Comissões

Comissão de Anistia

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Comissão Nacional de Arquivos

Comissão Nacional de Política Indigenista

Departamentos

Departamento de Polícia Federal

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Departamento Nacional de Trânsito

Departamento Penitenciário Nacional

Outros

Arquivo Nacional

Defensoria Pública da União

Empresa Brasileira de Radiodifusão

Fundação Nacional do Índio

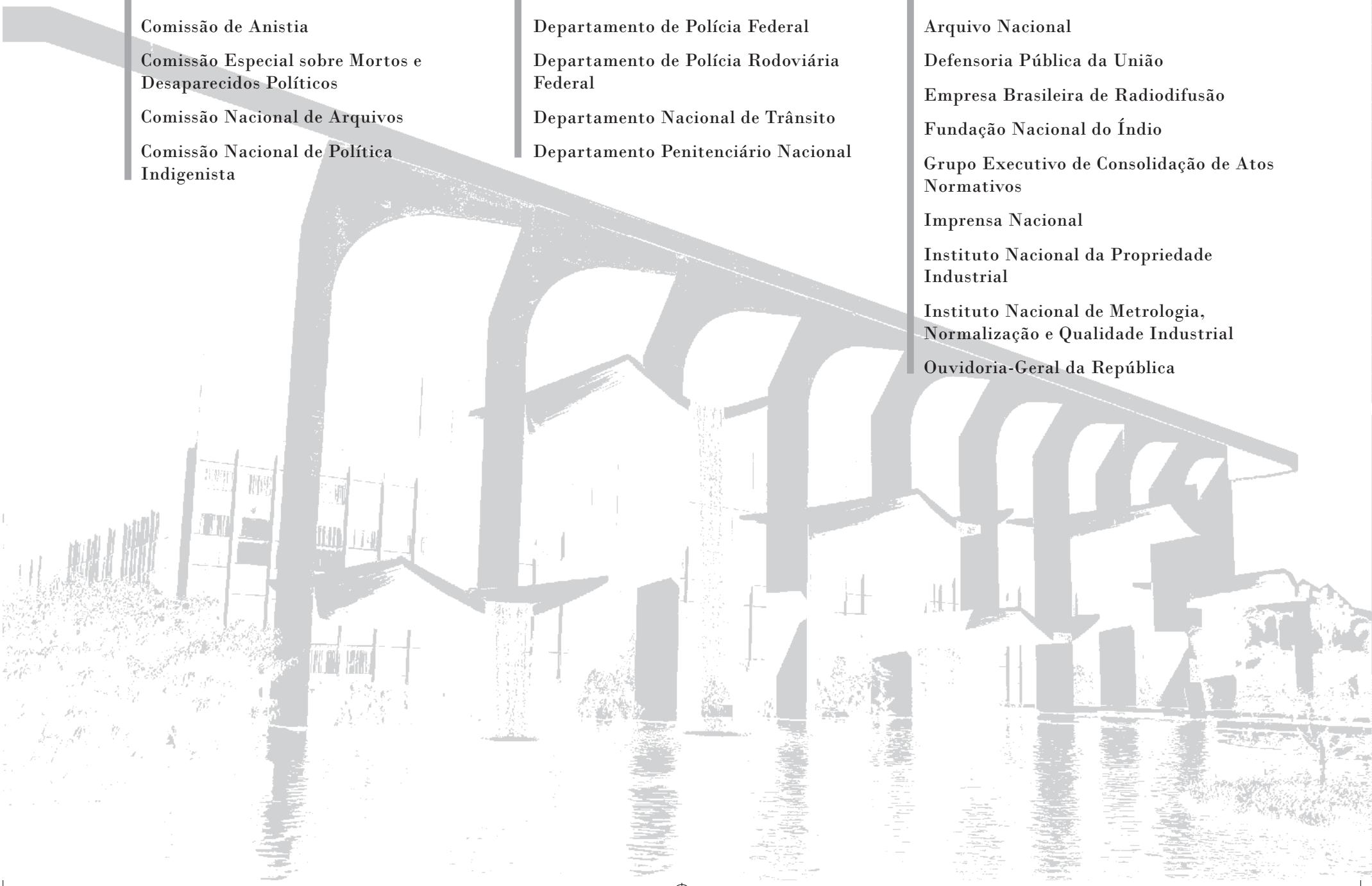
Grupo Executivo de Consolidação de Atos Normativos

Imprensa Nacional

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Ouvidoria-Geral da República



Ministério da Justiça | Período 1990-2012

Após a redemocratização do país e o retorno do sistema de eleições diretas para a Presidência da República, o Ministério da Justiça tem como atribuições os assuntos ligados à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais; segurança pública; administração penitenciária; estrangeiros; documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais; defesa da ordem econômica e do consumidor e metrologia legal; índios; e registro do comércio e propriedade industrial. São também do Ministério da Justiça atribuições referentes à repressão ao tráfico de drogas e ao combate ao uso indevido de substâncias ilícitas. Pela medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992, convertida na lei n. 8.490, de 19 de novembro deste mesmo ano, o Ministério da Justiça perde as competências referentes ao registro da propriedade industrial, ao registro do comércio e à metrologia legal, sendo acrescida a função de ouvidoria-geral. Em 1995, pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro, recebeu novas atribuições, como os assuntos relacionados à defesa dos direitos das minorias. O decreto n. 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprovou a estrutura regimental do ministério, incluiu mais duas competências relativas à assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados. Em 1998, a lei n. 9.649, de 27 de maio, atribui-lhe o tratamento dos negócios da ouvidoria das polícias federais. Em 2000, com a medida provisória n. 2.029, saíram da alçada do ministério o Arquivo Nacional e a Imprensa Nacional, assim como as atribuições relativas a estes órgãos. Em 2003, a medida provisória n. 103, de 1º de janeiro, criou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada diretamente à Presidência da República, e o ministério perdeu as competências relativas aos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias; à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, e a ouvidoria-geral dos direitos humanos. O mesmo ato transferiu do Ministério da Justiça para o recém-criado Ministério das Cidades as atribuições referentes ao trânsito. Entretanto, o Ministério da Justiça passou a cuidar dos assuntos relativos à ouvidoria dos índios e do consumidor. Em 2004, o decreto n. 4.991, de 18 de fevereiro, acrescentou outra atribuição, a de realizar a prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional. Finalmente, em 2011, pelo decreto n. 7.430, retornaram para o ministério o Arquivo Nacional e as atribuições referentes à elaboração da política nacional de arquivos.

Órgãos

Arquivo Nacional

Criação Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838

Atribuição A gestão e recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo federal, preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. Suas atribuições foram definidas pela lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e criou o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, encarregado de definir a política nacional de arquivos e estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). Pela medida provisória n. 2.029, de 20 de junho de 2000, passou a integrar a estrutura da Casa Civil da Presidência da República. O

decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, instituiu o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da administração pública federal. Pelo decreto n. 7.430, o Arquivo Nacional volta para o Ministério da Justiça.

Comissão de Anistia

Criação Medida provisória n. 65, de 28 de agosto de 2002

Atribuição Examinar os requerimentos referidos no artigo 10 da medida provisória e assessorar o respectivo ministro de Estado em suas decisões sobre o assunto. A medida provisória, convertida na lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002, regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que concede anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, e aos que foram abrangidos pelo decreto legislativo n. 18, de 15 de dezembro de 1961, e pelo decreto-lei n. 864, de 12 de setembro de 1969.

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Criação Lei n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995

Atribuição Proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas ou que, por terem participado ou sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham morrido, de causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas, se existirem indícios do local em que possam estar depositados, e emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados por cônjuge, companheiro ou companheira, descendentes, ascendentes e colaterais, até o quarto grau. Pela lei n. 10. 875, de 1º de julho de 2004, sai do âmbito do Ministério da Justiça e passa a integrar a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Comissão Nacional de Arquivos

Criação Decreto n. 82.308, de 25 de setembro de 1978

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Extinta pela lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que instituiu o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, encarregado de definir a política nacional de arquivos e estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar).

Comissão Nacional de Política Indigenista

Criação Decreto de 22 de março de 2006

Atribuição Elaborar anteprojeto de lei para criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, que deverá integrar a estrutura do Ministério da Justiça; acompanhar e colaborar na organização e realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista; propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional indigenista, bem como estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, relacionadas com a área indigenista; apoiar e articular os diferentes órgãos e estruturas responsáveis pela execução das ações dirigidas às populações indígenas, acompanhando a execução orçamentária dessas ações no âmbito do Plano Plurianual; propor a atualização da legislação e acompanhar a tramitação de proposições e demais atividades parlamentares ligadas à política indigenista; incentivar a participação dos povos indígenas na formulação e execução da política indigenista do governo federal; e apoiar a capacitação técnica dos executores dessa política.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Criação Lei n. 4.137, de 10 de setembro de 1962

Atribuição Apurar e reprimir os abusos do poder econômico. Vinculado diretamente à presidência do Conselho de Ministros no ato de sua

criação, foi transferido para o âmbito do Ministério da Justiça pelo decreto n. 60.901, de 26 de junho de 1967. Pela medida provisória n. 204, de 2 de agosto de 1990, somaram-se às atribuições do CADE recomendar a desapropriação de empresas, de suas ações ou cotas, as quais deverão ser objeto de alienação mediante licitação ou alienação em bolsas de valores, e julgar os processos oriundos da Secretaria Nacional de Direito Econômico. A lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, que o transformou em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, definiu suas atribuições e composição. Em 2011, a lei n. 12.529 estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e reformulou o órgão.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Criação Lei n. 4.319, de 16 de março de 1964

Atribuição Promover e defender os direitos fundamentais da pessoa humana, zelando pela aplicação das normas que os asseguram e determinando ações para evitar abusos e lesões a esses direitos. O decreto n. 2.193, de 7 de abril de 1997, definiu que o conselho ficaria sob a coordenação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. A medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, transferiu para a Presidência da República a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, bem como os órgãos sob sua coordenação.

Conselho Federal de Entorpecentes

Criação Decreto n. 85.110, de 2 de setembro de 1980

Atribuição Propor a política nacional de entorpecentes, elaborar planos, exercer a orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica, além de exercer outras funções em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes. Pelo decreto n. 2.632, de 19 de junho de 1998, que dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas, passa a denominar-se Conselho Nacional Antidrogas, vinculado à Casa Militar da Presidência da República. Pelo decreto n. 7.426, de 7 de janeiro de 2011, juntamente com o Fundo Nacional Antidrogas, foi transferido do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, com a denominação de Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Criação Lei n. 9.008, de 21 de março de 1995

Atribuição Reparar os danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Teve seu regimento interno aprovado pela portaria n. 11, de 5 de janeiro de 1996.

Conselho Nacional de Arquivos

Criação Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991

Atribuição Definir a política nacional de arquivos públicos e privados, e exercer orientação normativa visando a gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquivo, incluindo ações que visem estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos; zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos; propor normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados; estimular a implantação de sistemas de arquivos nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos estados, do Distrito Federal e nos poderes Executivo e Legislativo dos municípios; estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados; e promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos. Seu primeiro regulamento foi dado pelo decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994, atualizado pelo decreto n. 4.073, de 2002. Vinculado ao Arquivo Nacional, esteve fora do âmbito do Ministério da Justiça a partir da medida provisória n. 2.029, de 2000, retornando em 2011 pelo decreto n. 7.430.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação

Criação Decreto n. 3.952, de 4 de outubro de 2001

Atribuição Propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. A medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, transferiu o conselho para Secretaria de Estado dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

Criação Decreto n. 5.244, de 14 de outubro de 2004

Atribuição Elaborar as diretrizes para a formulação e proposição de um plano nacional para o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual, entendendo-se por pirataria a violação aos direitos autorais de que tratam as leis n. 9.609 e 9.610, ambas de 19 de fevereiro de 1998.

Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Criação Lei n. 5.966, de 11 de dezembro de 1973

Atribuição Formular e supervisionar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação da qualidade de produtos industriais; assegurar a uniformidade e racionalização das unidades de medida utilizadas em todo o território nacional; estimular as atividades de normalização voluntária no país; estabelecer normas referentes a materiais e produtos industriais; fixar critérios e procedimentos para certificação da qualidade de materiais e produtos industriais; fixar critérios e procedimentos para aplicação das penalidades no caso de infração a dispositivo da legislação referente à metrologia, à normalização industrial, à certificação da qualidade de produtos industriais e aos atos normativos dela decorrentes, e coordenar a participação nacional nas atividades internacionais de metrologia, normalização e certificação de qualidade. Pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, passa para o âmbito do Ministério da Justiça, mantidas suas atribuições. A lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, transfere-o para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior, seguindo as disposições dadas pela Lei de Execução Penal, de 1984.

Conselho Nacional de Segurança Pública

Criação Medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990

Atribuição Formular a Política Nacional de Segurança Pública; estabelecer diretrizes, elaborar normas e articular a coordenação da Política Nacional de Segurança Pública; estimular a modernização de estruturas organizacionais das polícias civil e militar dos estados e do Distrito Federal; desenvolver estudos e ações visando aumentar a eficiência dos serviços policiais e promovendo o intercâmbio de experiências; estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente. Teve sua estrutura, composição, competências e funcionamento dispostos no decreto n. 7.413, de 30 de dezembro de 2010.

Conselho Nacional de Trânsito

Criação Decreto n. 91.469, de 24 de julho de 1985

Atribuição Atuar como órgão normativo e de coordenação da política e do Sistema Nacional de Trânsito. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a integrar a estrutura do Ministério das Cidades.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criação Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991

Atribuição Elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, zelar por sua aplicação e fiscalizar sua execução; dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos órgãos estaduais, municipais e entidades não governamentais; avaliar a política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente; acompanhar o reordenamento institucional propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente; apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os seus direitos, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação desses direitos; acompanhar a elaboração e execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente; gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e fixar os critérios para sua utilização. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a integrar a estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Criação Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985

Atribuição Promover, em âmbito nacional, políticas para as mulheres com a perspectiva de gênero, que visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive de aspectos econômicos e financeiros, ampliando o processo de controle social sobre essas políticas. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a integrar a estrutura da Presidência da República.

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Criação Decreto n. 3.076, de 1º de Junho de 1999

Atribuição Zelar pela efetiva implementação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo desses direitos; acompanhar e apoiar as políticas e ações dos Conselhos dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência; propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e a promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a integrar a estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Criação Decreto n. 4.227, de 13 de maio de 2002

Atribuição Supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso; elaborar proposições objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente a essa política; acompanhar a implementação da política nacional do idoso no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; estimular e apoiar tecnicamente a criação de conselhos de direitos do idoso nos estados, no Distrito Federal e nos municípios; propiciar assessoramento aos conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais no sentido de tornar efetiva a aplicação dos princípios e diretrizes estabelecidos na lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994; zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na execução de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso; zelar pela implementação dos instrumentos internacionais relativos ao envelhecimento das pessoas, dos quais o Brasil seja signatário. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a integrar a estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão

Criação Decreto n. 96.900, de 30 de setembro de 1988

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Extinto pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995.

Consultoria Jurídica

Criação Decreto n. 20.838, de 21 de dezembro de 1931

Atribuição Atender aos encargos de consultoria e assessoramento jurídico dos órgãos do ministério e realizar os demais serviços jurídicos que lhe sejam cometidos; coligir os elementos de fato e de direito e preparar as informações que devam ser prestadas, por autoridade do ministério, em ações judiciais e informações solicitadas pela Consultoria-Geral da República; examinar ordens e sentenças judiciais e orientar as autoridades do ministério quanto ao seu exato cumprimento; avaliar os fundamentos e a forma jurídica dos atos propostos ao ministro de Estado; elaborar e rever projetos de atos normativos a serem expedidos no âmbito do ministério; supervisionar as atividades jurídicas, consultiva e contenciosa dos órgãos e entidades integrados em sua estrutura.

Defensoria Pública da União

Criação Lei complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994

Atribuição Prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei. A lei complementar n. 32, de 7 de outubro de 2009, altera sua competência e organização no Distrito Federal e territórios, e prescreve normas gerais para sua estrutura nos estados.

Departamento de Polícia Federal

Criação Alvará de 10 de maio de 1808

Atribuição Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, na forma da lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. Estas atribuições foram definidas pela Constituição de 1988 e emenda constitucional n. 19.

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Criação Decreto n. 18.323, de 24 de julho de 1928

Atribuição O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, de acordo com a Constituição de 1988. Pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça. Teve suas atribuições definidas em regimento aprovado pela portaria ministerial n. 237, de 19 de março de 1991, alteradas pelo decreto n. 1655, de 3 de outubro de 1995, e lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. Com o decreto n. 761, de 19 de fevereiro de 1993, passa a integrar a estrutura da Secretaria de Trânsito e é transferido para a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública pelo decreto n. 1.796, de 24 de janeiro de 1996, sofrendo nova alteração pelo decreto n. 2.802, de 13 de outubro de 1998. Seu regimento interno foi aprovado pela portaria ministerial n. 1.375, de 2 de agosto de 2007.

Departamento Nacional de Trânsito

Criação Decreto-lei n. 237, de 23 de fevereiro de 1967

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a integrar a estrutura do Ministério das Cidades.

Departamento Penitenciário Nacional

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional; inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais; assistir tecnicamente as unidades federativas na implementação dos princípios e regras definidos nesta lei; colaborar com as unidades federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais, na realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante ao condenado e ao internado, e na produção do cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar. Pelo decreto n. 96.894 e portaria n. 541, ambos de 30 de setembro de 1988, as atividades concernentes à execução da política penitenciária federal estiveram a cargo da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Pelo decreto n. 99.244, de 10 de maio de 1990, integra a estrutura básica da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça, com a denominação de Departamento de Assuntos Penitenciários e, finalmente, Departamento Penitenciário Nacional. Pelo decreto n. 5.535, de 13 de setembro de 2005, passa a constituir-se como órgão específico singular, tendo seu regimento aprovado pela portaria n. 156 do Ministério da Justiça, de 6 de fevereiro de 2006.

Empresa Brasileira de Radiodifusão

Criação Lei n. 6.301, de 15 de dezembro de 1975

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Em 1992, por decreto de 12 de novembro, passa a vincular-se à Casa Civil da Presidência da República.

Fundação Nacional do Índio

Criação Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967

Atribuição Estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista; gerir o patrimônio indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização; promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas; a prestação de assistência médico-sanitária aos índios; a educação de base apropriada do índio, visando sua progressiva integração na sociedade nacional; despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista; exercitar o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio. Vinculada ao Ministério do Interior, passa a integrar a estrutura do Ministério da Justiça pelo decreto n. decreto n. 99.244, de 10 de maio de 1990. Teve seus estatutos aprovados pelo decreto n. 564, de 8 de junho de 1992.

Gabinete

Criação Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891

Atribuição Coordenar e desenvolver as atividades de relações públicas e preparo e despacho do expediente pessoal do ministro de Estado, assim como assisti-lo em sua representação política e social; acompanhar o andamento dos projetos de interesse do ministério em tramitação no Congresso Nacional, em articulação com a Secretaria Federal de Assuntos Legislativos; providenciar o atendimento às consultas e requerimentos formulados pelo Congresso; promover a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do ministério; desenvolver outras atividades que lhe forem investidas pelo ministro de Estado. Teve suas atribuições estabelecidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Grupo Executivo de Consolidação de Atos Normativos

Criação Decreto n. 4.685, de 29 de abril de 2003

Atribuição Promover, junto aos órgãos do Poder Executivo, os trabalhos de consolidação dos atos normativos; realizar o levantamento dos atos normativos pertencentes ao Ministério da Justiça e das entidades a ele vinculadas, com vistas a consolidar os textos legais; proceder ao levantamento das matérias legais não incluídas na esfera dos demais ministérios e dos órgãos da estrutura da Presidência da República; e propor o encaminhamento de projeto de lei específico e independente do projeto de consolidação, uma vez constatada a necessidade de alteração de mérito na legislação vigente.

Imprensa Nacional

Criação Decreto de 13 de maio de 1808

Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Seu regimento havia sido aprovado pela portaria n. 231, de 7 de maio de 1991. Com a medida provisória n. 2.029, de 20 de junho de 2000, passa a integrar a estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República. Teve suas competências ampliadas pelo decreto n. 6.482, de 12 de junho de 2008, novamente alteradas pelo decreto n. 7.187, de 27 de maio de 2010.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Criação Lei n. 5.648, de 11 de dezembro de 1970

Atribuição Executar, no âmbito nacional, as normas que regulam os direitos de propriedade industrial, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país; adotar medidas capazes de acelerar e regular a transferência de tecnologia, em consonância com as diretrizes que regem o desenvolvimento tecnológico; estabelecer melhores condições de negociação e de utilização de patentes; pronunciar-se quanto à conveniência da assinatura, ratificação ou denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial. Pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, os assuntos relativos ao registro do comércio e à propriedade industrial passam para o âmbito do Ministério da Justiça. Teve seu regimento aprovado pelo decreto n. 77, de 4 de abril de 1991. Pela medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992, convertida na lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, passa a integrar a estrutura do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Criação Lei n. 5.966, de 11 de dezembro de 1973

Atribuição Executar as políticas nacionais de metrologia, de normalização técnica, de qualidade de materiais e bens, bem como as de fomento à produtividade; verificar a observância das normas técnicas e legais no que se refere às unidades de medida, métodos de medição, medidas materializadas, instrumentos de medir e mercadorias pré-medidas; manter e conservar os padrões das unidades de medida, assim como implantar e manter a cadeia de rastreabilidade dos padrões das unidades de medida no país; formular, promover, implementar, coordenar e supervisionar o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, em conjunto com outros órgãos da administração pública federal direta e indireta; prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, atuando como sua Secretaria Executiva. Pela da medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, convertida na lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, os assuntos relativos à metrologia legal passam para o âmbito do Ministério da Justiça. Teve seu regimento aprovado pelo decreto n. 10, de 16 de novembro de 1991. Pela medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992, convertida na lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, transfere-se para a estrutura do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Ouvidoria-Geral da República

Criação Medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992

Atribuição Teve sua competência definida em lei específica, nos termos do parágrafo 2º do artigo 19 da lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992. Pelo decreto n. 1.796, de 24 de janeiro de 1996, cabia ao gabinete do ministro planejar, coordenar e desenvolver as atividades da Ouvidoria-Geral da República. O decreto n. 3.382, de 14 de março de 2000, delega ao secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça as funções de ouvidor-geral da República. O decreto n. 4.177, de 28 de março de 2002, transfere as competências da Ouvidoria-Geral da União do Ministério da Justiça para a Corregedoria-Geral da União, com exceção das relativas aos direitos humanos, que permaneceram no Ministério da justiça.

Secretaria de Administração Geral

Criação Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967

Atribuição Assessorar o secretário-executivo na supervisão dos órgãos subordinados; propor diretrizes para o planejamento da ação global; coordenar as atividades de modernização e reforma administrativa; executar as ações referentes à administração de material, obras, transportes, patrimônio, comunicações administrativas, serviços de informação e informática, recursos financeiros, orçamento, apoio administrativo e à conservação e manutenção de imóveis públicos; planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar as atividades de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Foi instituída pela medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990, em todos os ministérios civis, exceto no das Relações Exteriores.
As secretarias de Administração Geral eram órgãos setoriais dos Sistemas de Planejamento Federal, de Modernização Administrativa, de Orçamento, de Programação Financeira, de Pessoal Civil, de Serviços Gerais e de Administração de Recursos de Informação e Informática. Suas atribuições foram definidas pelo decreto n. 99.244, de 1990. Extinta pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995.

Secretaria de Controle Interno

Criação Decreto n. 61.386, de 19 de setembro de 1967

Atribuição A medida provisória n. 480, de 27 de abril de 1994, organiza e disciplina os sistemas de Controle Interno e de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo.

Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher

Criação Lei n. 10.539, de 23 de setembro de 2002

Atribuição Assessorar na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas com vistas à promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; acompanhar a implementação da legislação de ação afirmativa e definir ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade das mulheres e ao combate à discriminação. Pela medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, passa a denominar-se Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, integrada à estrutura da Presidência da República.

Secretaria de Justiça

Criação Medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995

Atribuição Propor e encaminhar as resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; tratar dos assuntos relacionados à classificação indicativa das diversões públicas e dos programas de rádio e televisão; cuidar das questões de nacionalidade, naturalização e regime jurídico dos estrangeiros; processar e encaminhar, aos órgãos competentes, expedientes de interesse do Poder Judiciário e da Defensoria Pública; instruir cartas rogatórias; opinar sobre a solicitação e concessão de títulos de utilidade pública, medalhas, e sobre a instalação de sociedades civis estrangeiras no território nacional, na área de sua competência; registrar e fiscalizar as entidades que executem serviços de microfilmagem; dirigir e coordenar os estudos

relativos ao direito da integração e as atividades de cooperação jurisdicional, nos acordos internacionais em que o Brasil seja parte. Pelo decreto n. 2.802, de 13 de outubro de 1998, passa a denominar-se Secretaria Nacional de Justiça. Suas atribuições foram definidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública

Criação Medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995

Atribuição Planejar e articular ações nacionais de segurança pública e assistir ao ministro da Justiça nos assuntos referentes a segurança pública, entorpecentes, trânsito; Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal e Polícia do Distrito Federal. Pelo decreto n. 2.315, de 4 de setembro de 1997, teve sua denominação alterada para Secretaria Nacional de Segurança Pública, com mudanças em sua estrutura e competências. Passou por outras alterações com o decreto n. 2.351, de 17 de outubro de 1997, lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998, e decreto n. 2.802, de 13 de outubro de 1998. Teve suas atribuições estabelecidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Secretaria de Polícia Federal

Criação Medida provisória n. 15, de 15 de março de 1990

Atribuição Articular-se com os órgãos do sistema de segurança pública no combate à criminalidade e à violência de qualquer natureza, promovendo ações para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio; acompanhar a atuação dos órgãos de segurança pública e propor medidas que assegurem a prevenção e repressão da violência; propor medidas com vistas à maior eficácia dos órgãos de segurança pública; normatizar e fiscalizar os serviços privados de segurança; coordenar e promover o intercâmbio dos serviços de identificação civil e criminal; supervisionar a Polícia Federal; elaborar projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal da Polícia Federal; colaborar com organizações internacionais relacionadas com a polícia criminal; estabelecer diretrizes técnicas relativas às atividades das polícias Rodoviária e Ferroviária Federal. Teve sua estrutura alterada pelo decreto n. 99.269, de 31 de maio de 1990. Extinta pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995.

Secretaria de Reforma do Judiciário

Criação Decreto n. 4.685, de 29 de abril de 2003

Atribuição Formular, promover, supervisionar e coordenar os processos de modernização da administração da justiça brasileira, por meio da articulação com os demais órgãos federais, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, dos governos estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil; orientar e coordenar ações com vistas à adoção de medidas de melhoria dos serviços judiciários prestados aos cidadãos; propor medidas e examinar as propostas de reforma do setor judiciário brasileiro; e dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos às atividades de reforma da justiça brasileira. Suas atribuições estão definidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Secretaria de Trânsito

Criação Medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992

Atribuição Cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito; supervisionar, coordenar, corrigir, controlar e fiscalizar a execução da política nacional de trânsito; manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e de Transporte e do Sistema de Segurança Pública, visando combater a violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito; instruir os recursos das decisões do Conselho Nacional de Trânsito interpostos ao Ministério da Justiça; estudar os casos omissos na legislação de trânsito e submetê-los ao ministro da Justiça, com proposta de solução. Extinta pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995. De acordo com o decreto n. 962, de 30 de março

de 1995, as competências do órgão extinto foram transferidas para a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública.

Secretaria Executiva

Criação Medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992

Atribuição Prestar assistência ao ministro da Justiça no desempenho de suas funções; coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos do ministério e decidir sobre as matérias de sua competência; desenvolver projetos de natureza especial, assim considerados pelo ministro de Estado. A lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998, transfere para a Secretaria-Executiva, em cada ministério, as atribuições relativas a modernização, informática, recursos humanos, serviços gerais, planejamento, orçamento e finanças a cargo das Secretarias de Administração-Geral. Teve suas atribuições estabelecidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos

Criação Decreto n. 7.538, de 1º de agosto de 2011

Atribuição Planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança para os grandes eventos; elaborar propostas de legislação e regulamentação nos assuntos de sua competência; promover a integração entre os órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais; articular-se com os órgãos e entidades, governamentais e não governamentais, envolvidos com a segurança dos grandes eventos, visando a coordenação e supervisão das atividades; realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência nessas ocasiões; apresentar ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública projetos relacionados à segurança dos grandes eventos a serem financiados com recursos do respectivo fundo; e adotar as providências necessárias à execução do orçamento aprovado para os projetos relacionados à segurança desses eventos. O decreto n. 7.538, de 1º de agosto de 2011, determina sua extinção em 31 de julho de 2015.

Secretaria Federal de Assuntos Legislativos

Criação Decreto n. 76.387, de 2 de outubro de 1975

Atribuição Promover a articulação do ministério com o Poder Legislativo, além de acompanhar, em articulação com o gabinete dos ministros das demais pastas, o andamento dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional; propor, coordenar e supervisionar, em conjunto com a Consultoria Jurídica, a elaboração de decretos e outros atos de natureza normativa de interesse do ministério; emitir pareceres em projetos de lei em tramitação no Congresso; supervisionar o apoio às comissões e grupos especiais constituídos pelo ministro de Estado com o objetivo de alterar códigos e consolidar diplomas legais; manter documentação destinada ao acompanhamento do processo legislativo e das alterações do ordenamento jurídico. Pelo decreto n. 99.244, de 1990, assume as atribuições da antiga Coordenadoria de Articulação com o Poder Legislativo. Teve sua denominação alterada para Secretaria de Estudos Legislativos pela medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992, retornando à denominação de Secretaria de Assuntos Legislativos pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995. Suas atribuições foram definidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Secretaria Nacional Antidrogas

Criação Decreto n. 2.632, de 19 de junho de 1998

Atribuição Planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes. Tinha ainda por atribuição propor a destinação dos recursos do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas (Funcab), além de prover os serviços de secretaria-executiva do Conselho Nacional Antidrogas. Pelo decreto n. 7.426, de 7 de janeiro de 2011, foi transferida do Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, com a denominação de Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Secretaria Nacional de Direito Econômico

Criação Medida provisória n. 150, de 15 de março de 1990

Atribuição Formular, promover, coordenar e supervisionar a política de proteção e defesa econômica do consumidor e do registro do comércio, e as políticas de metrologia e de normalização de bens e serviços; apurar, prevenir e reprimir os abusos do poder econômico, por meio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; zelar pelos direitos e interesses dos consumidores, promovendo as medidas necessárias para assegurá-los; aplicar a legislação de intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de bens e serviços; fixar diretrizes de ação para as entidades e órgãos vinculados; orientar, coordenar e articular os órgãos da administração pública quanto à efetivação de medidas de proteção e defesa econômica; realizar ou promover a realização de convênios com órgãos públicos ou entidades civis para execução de planos, programas e fiscalização do cumprimento das normas e medidas federais; promover, desenvolver, coordenar e supervisionar atividades de divulgação e formação de consciência coletiva dos direitos do consumidor. Tem suas atribuições estabelecidas pelo decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007.

Secretaria Nacional de Entorpecentes

Criação Lei n. 8.764, de 20 de dezembro de 1993

Atribuição Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Entorpecentes. Pela medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995, foi transformada em Departamento de Entorpecentes, vinculado à Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. Extinta pelo decreto n. 2.632, de 19 de junho de 1998, suas atribuições passaram para a Secretaria Nacional Antidrogas, da Casa Militar da Presidência da República.

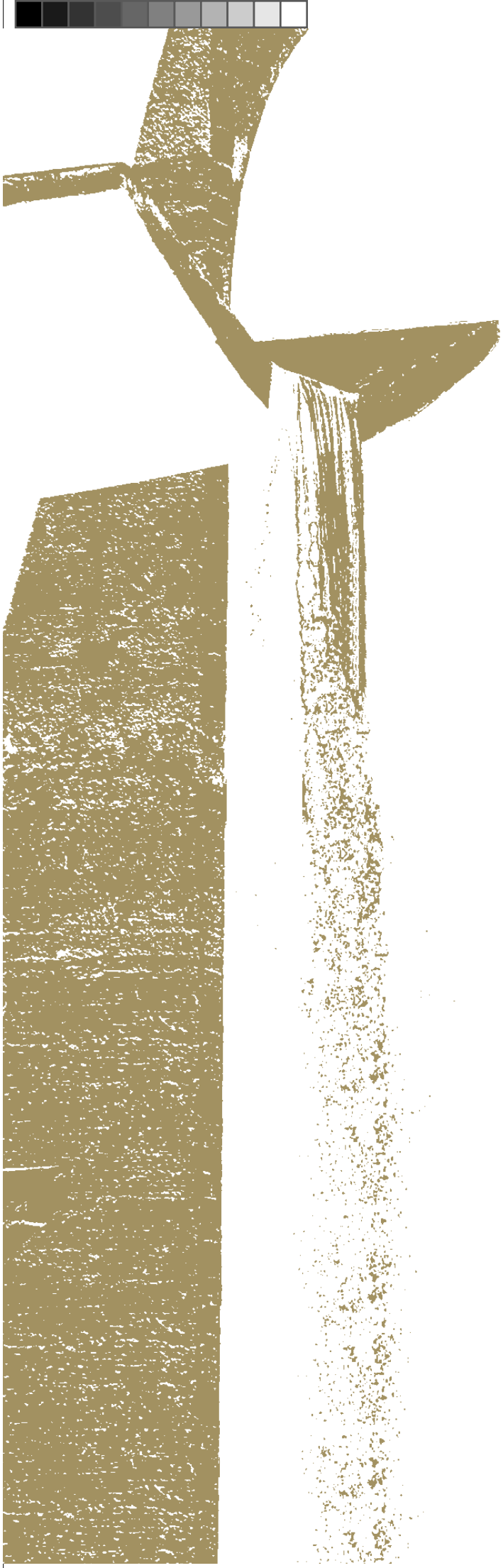
Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça

Criação Decreto n. 96.894, de 30 de setembro de 1988

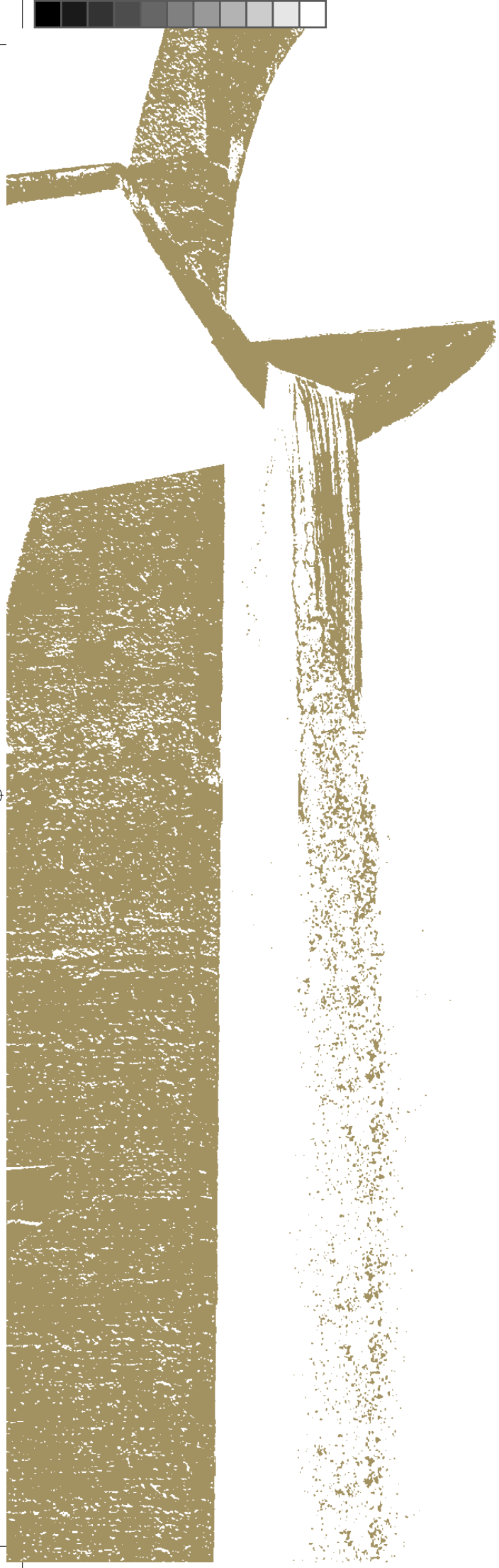
Atribuição Manteve as atribuições do período anterior. Teve sua denominação alterada para Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça, pela medida provisória n. 309, de 16 de outubro de 1992. Com a medida provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995, foi transformada em Secretaria dos Direitos da Cidadania, incorporando as atribuições da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, do Ministério do Bem-Estar Social. O decreto n. 2.193, de 7 de abril de 1997, transformou-a em Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, com a atribuição de zelar pelos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, dos índios e das minorias. Seu titular passava a ter *status* de ministro de Estado. Pelo decreto n. 2.923, de 1º de janeiro de 1999, teve sua denominação mais uma vez alterada para Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Com a medida provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, é transformada em Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão da estrutura da Presidência da República.

Os ministros da Justiça

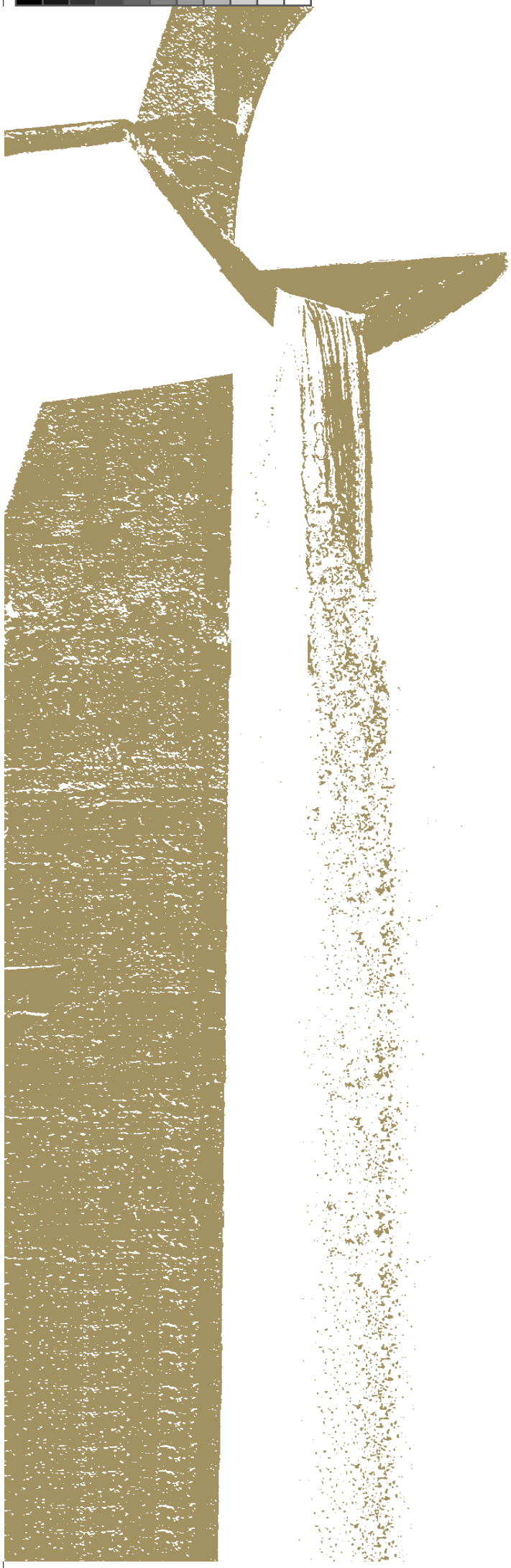
Ao longo de 190 anos, eminentes figuras da história nacional ocuparam o Ministério da Justiça, revelando assim a importância dessa instituição na trajetória do Estado e da sociedade brasileira. Nas páginas a seguir, apresentamos uma relação de todos os ministros da pasta desde sua criação, em 1822, acompanhada de breves biografias de seus titulares, organizadas em ordem alfabética.



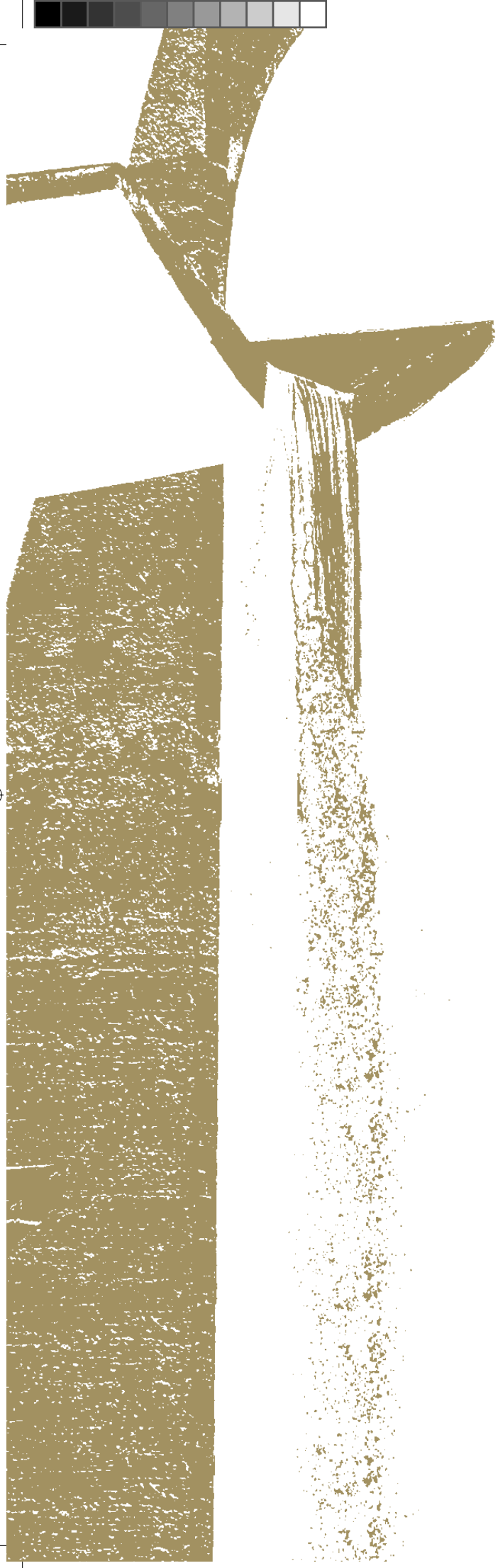
Ministros da Justiça e seus interinos		Período
Caetano Pinto de Miranda Montenegro		3 jul. 1822 a 28 out. 1822
Sebastião Luís Tinoco da Silva		28 out. 1822 a 30 out. 1822
Caetano Pinto de Miranda Montenegro		30 out. 1822 a 10 nov. 1823
Clemente Ferreira França		10 nov. 1823 a 21 nov. 1825
Sebastião Luís Tinoco da Silva		21 nov. 1825 a 21 jan. 1826
José Joaquim Carneiro de Campos		21 jan. 1826 a 15 jan. 1827
Clemente Ferreira França		15 jan. 1827 a 11 mar. 1827
José Feliciano Fernandes Pinheiro	INTERINO	11 mar. 1827 a 18 maio 1827
Estevão Ribeiro de Resende		18 maio 1827 a 20 nov. 1827
Lúcio Soares Teixeira de Gouveia		20 nov. 1827 a 18 jun. 1828
José Clemente Pereira	INTERINO	18 jun. 1828 a 25 set. 1828
José Bernardino Batista Pereira de Almeida		25 set. 1828 a 22 nov. 1828
Lúcio Soares Teixeira de Gouveia		22 nov. 1828 a 4 dez. 1829
João Inácio da Cunha		4 dez. 1829 a 19 mar. 1831
Manuel José de Sousa França		19 mar. 1831 a 5 abr. 1831
João Inácio da Cunha		5 abr. 1831 a 7 abr. 1831
Manuel José de Sousa França		7 abr. 1831 a 5 jul. 1831
Diogo Antônio Feijó		5 jul. 1831 a 1º ago. 1832
Manuel da Fonseca Lima e Silva	INTERINO	1º ago. 1831 a 3 ago. 1832
Pedro de Araújo Lima		3 ago. 1832 a 13 set. 1832
Honório Hermeto Carneiro Leão		13 set. 1832 a 14 maio 1833
Cândido José de Araújo Viana	INTERINO	14 maio 1833 a 4 jun. 1833
Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho	INTERINO	4 jun. 1833 a 10 out. 1833



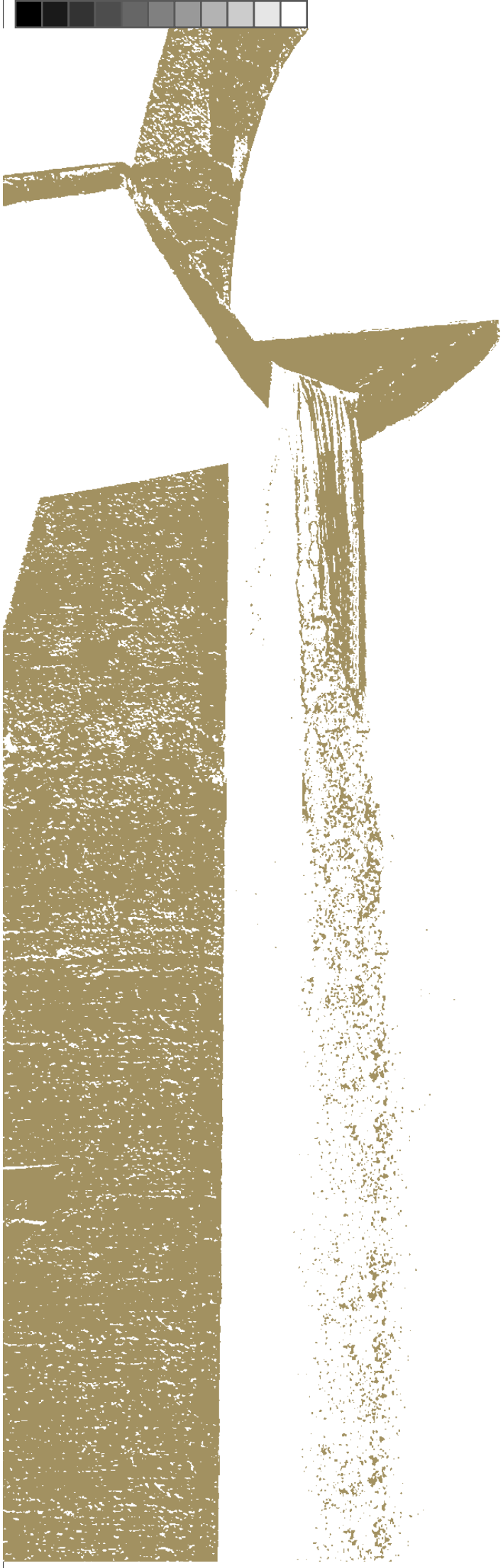
Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho		10 out. 1833 a 16 jan. 1835
Manuel Alves Branco		16 jan. 1835 a 14 out. 1835
Antônio Paulino Limpo de Abreu		14 out. 1835 a 3 jun. 1836
Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja		3 jun. 1836 a 16 maio 1837
Francisco Gê Acaiaba de Montezuma		16 maio 1837 a 19 set. 1837
Bernardo Pereira de Vasconcelos		19 set. 1837 a 16 abr. 1839
Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque		16 abr. 1839 a 1º set. 1839
Francisco Ramiro de Assis Coelho		1º set. 1839 a 18 maio 1840
José Antônio da Silva Maia	INTERINO	18 maio 1840 a 23 maio 1840
Paulino José Soares de Sousa		23 maio 1840 a 24 jul. 1840
Antônio Paulino Limpo de Abreu		24 jul. 1840 a 23 mar. 1841
Paulino José Soares de Sousa		23 mar. 1841 a 20 jan. 1843
Honório Hermeto Carneiro Leão		20 jan. 1843 a 2 fev. 1844
Paulino José Soares de Sousa	INTERINO	20 dez. 1843 a 2 jan. 1844
Manuel Alves Branco	INTERINO	2 fev. 1844 a 23 maio 1844
Manuel Antônio Galvão		23 maio 1844 a 26 maio 1845
José Carlos Pereira de Almeida Torres	INTERINO	26 maio 1845 a 29 set. 1845
Antônio Paulino Limpo de Abreu	INTERINO	29 set. 1845 a 2 maio 1846
Joaquim Marcelino de Brito	INTERINO	2 maio 1846 a 5 maio 1846
José Joaquim Fernandes Torres		5 maio 1846 a 17 maio 1847
Caetano Maria Lopes Gama		17 maio 1847 a 22 maio 1847
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro		22 maio 1847 a 1º jan. 1848
Saturnino de Sousa e Oliveira	INTERINO	1º jan. 1848 a 29 jan. 1848
José Antônio Pimenta Bueno	INTERINO	29 jan. 1848 a 8 mar. 1848
José Antônio Pimenta Bueno		8 mar. 1848 a 31 maio 1848
Antônio Manuel de Campos Melo		31 maio 1848 a 29 set. 1848



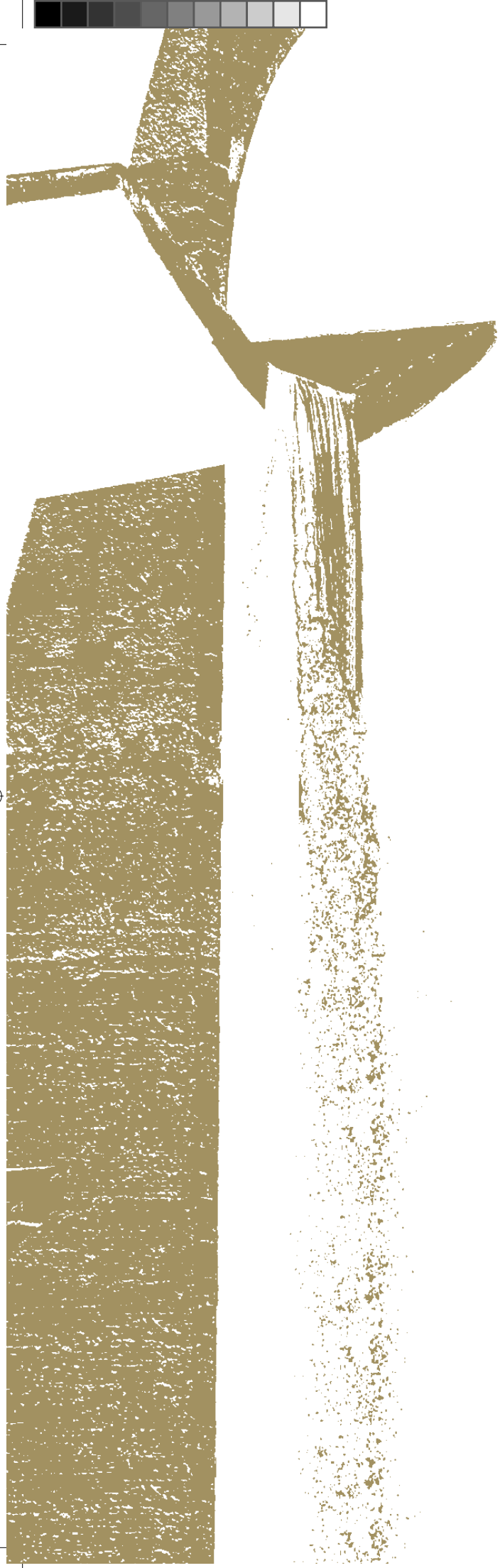
Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara	29 set. 1848 a 11 maio 1852
José Ildefonso de Sousa Ramos	11 maio 1852 a 14 jun. 1853
Luís Antônio Barbosa	14 jun. 1853 a 6 set. 1853
José Tomás Nabuco de Araújo	6 set. 1853 a 4 maio 1857
Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos	4 maio 1857 a 12 dez. 1858
José Tomás Nabuco de Araújo	12 dez. 1858 a 21 mar. 1859
Manuel Vieira Tosta	21 mar. 1859 a 10 ago. 1859
João Lustosa da Cunha Paranaguá	10 ago. 1859 a 3 mar. 1861
Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato	3 mar. 1861 a 24 maio 1862
Francisco José Furtado	24 maio 1862 a 30 maio 1862
Caetano Maria Lopes Gama	30 maio 1862 a 2 jun. 1862
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu INTERINO	2 jun. 1862 a 9 fev. 1863
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu	9 fev. 1863 a 15 jan. 1864
Zacarias de Góis e Vasconcelos	15 jan. 1864 a 31 ago. 1864
Francisco José Furtado	31 ago. 1864 a 12 maio 1865
José Tomás Nabuco de Araújo	12 maio 1865 a 3 ago. 1866
João Lustosa da Cunha Paranaguá	3 ago. 1866 a 27 out. 1866
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	27 out. 1866 a 16 jul. 1868
José Martiniano de Alencar	16 jul. 1868 a 10 jan. 1870
Joaquim Otávio Nébias	10 jan. 1870 a 9 jun. 1870
Manuel Vieira Tosta INTERINO	9 jun. 1870 a 29 set. 1870
José Ildefonso de Sousa Ramos	29 set. 1870 a 7 mar. 1871
Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato	7 mar. 1871 a 20 abr. 1872



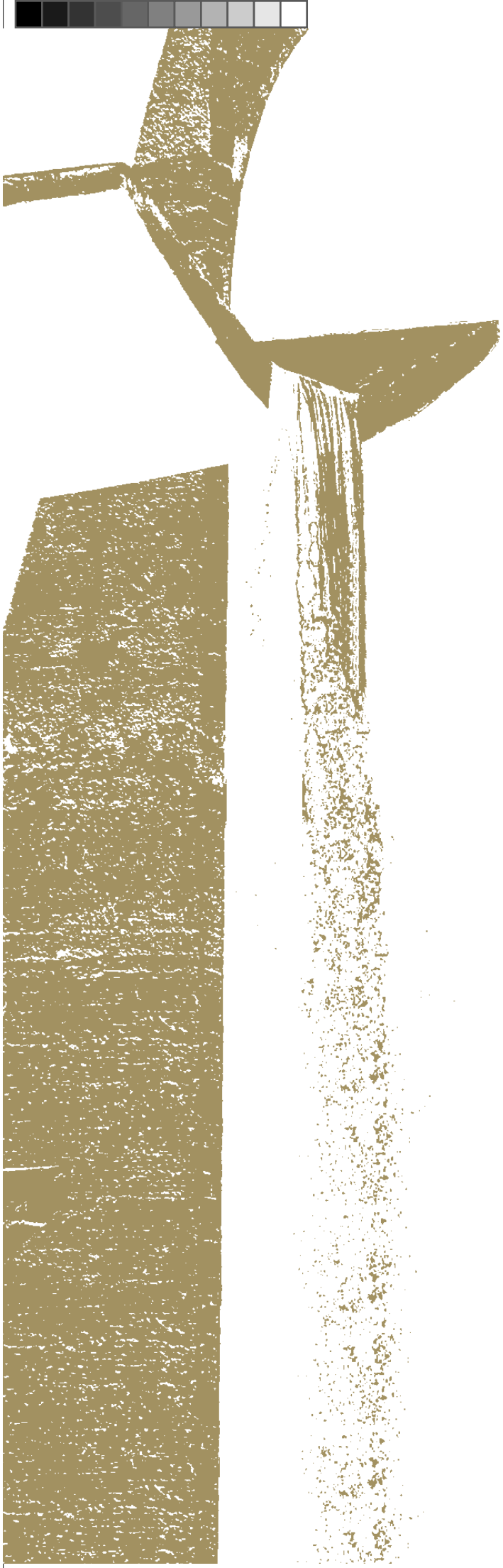
Manuel Antônio Duarte de Azevedo		20 abr. 1872 a 25 jun. 1875
João José de Oliveira Junqueira	INTERINO	9 out. 1874 a 17 nov. 1874
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque		25 jun. 1875 a 15 fev. 1877
Francisco Januário da Gama Cerqueira		15 fev. 1877 a 5 jan. 1878
Lafaiete Rodrigues Pereira		5 jan. 1878 a 28 mar. 1880
Manuel Pinto de Sousa Dantas		28 mar. 1880 a 21 jan. 1882
Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas	INTERINO	21 jan. 1882 a 1º fev. 1882
Manuel da Silva Mafra		1º fev. 1882 a 3 jul. 1882
João Ferreira de Moura		3 jul. 1882 a 24 maio 1883
Francisco Prisco de Sousa Paraíso		24 maio 1883 a 6 jun. 1884
Francisco Maria Sodré Pereira		6 jun. 1884 a 6 maio 1885
Afonso Augusto Moreira Pena		6 maio 1885 a 20 ago. 1885
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz		20 ago. 1885 a 10 maio 1887
João Maurício Wanderley	INTERINO	27 jan. 1887 a 8 fev. 1887
Samuel Wallace Mac-Dowell		10 maio 1887 a 10 mar. 1888
Antônio Ferreira Viana		10 mar. 1888 a 4 jan. 1889
Francisco de Assis Rosa e Silva		4 jan. 1889 a 7 jun. 1889
Cândido Luís Maria de Oliveira		7 jun. 1889 a 15 nov. 1889
Rui Barbosa	INTERINO	15 nov. 1889 a 18 nov. 1889
Manuel Ferraz de Campos Sales		18 nov. 1889 a 22 jan. 1891
Francisco Glicério de Cerqueira Leite	INTERINO	28 fev. 1890 a 8 mar. 1890
Francisco Glicério de Cerqueira Leite	INTERINO	22 jun. 1890 a 11 ago. 1890
Henrique Pereira de Lucena	INTERINO	22 jan. 1891 a 22 maio 1891
Antônio Luís Afonso de Carvalho		22 maio 1891 a 23 nov. 1891
José Higino Duarte Pereira	INTERINO	23 nov. 1891 a 10 fev. 1892
Fernando Lobo Leite Pereira		10 fev. 1892 a 26 dez. 1892
Inocêncio Serzedelo Correia	INTERINO	22 mar. 1892 a 2 abr. 1892



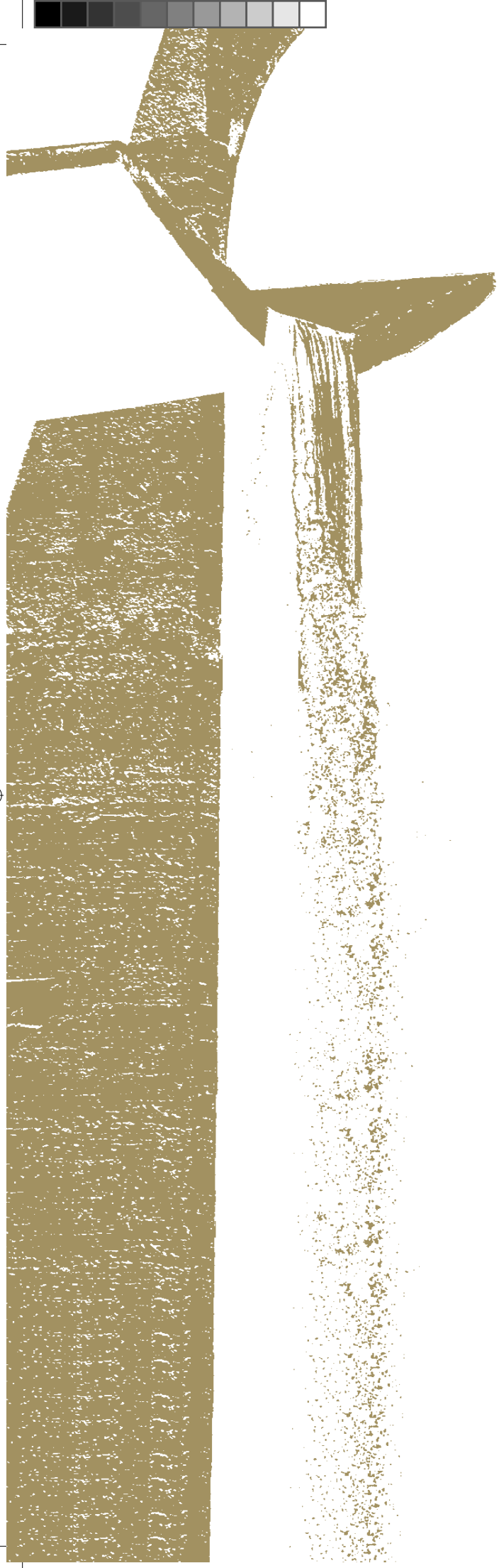
Fernando Lobo Leite Pereira		26 dez. 1892 a 8 dez. 1893
Alexandre Cassiano do Nascimento	INTERINO	8 dez. 1893 a 15 nov. 1894
Antônio Gonçalves Ferreira		15 nov. 1894 a 30 ago. 1896
Alberto de Seixas Martins Torres		30 ago. 1896 a 7 jan. 1897
Bernardino de Campos	INTERINO	7 jan. 1897 a 19 jan. 1897
Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque		19 jan. 1897 a 15 nov. 1898
Epitácio da Silva Pessoa		15 nov. 1898 a 6 ago. 1901
Sabino Alves Barroso Júnior		6 ago. 1901 a 15 nov. 1902
José Joaquim Seabra		15 nov. 1902 a 28 maio 1906
Félix Gaspar de Barros e Almeida		28 maio 1906 a 15 nov. 1906
Augusto Tavares de Lira		15 nov. 1906 a 18 jun. 1909
Esmeraldino Olímpio de Torres Bandeira		18 jun. 1909 a 15 nov. 1910
Rivadávia da Cunha Correia		15 nov. 1910 a 12 ago. 1913
Uladislau Herculano de Freitas		12 ago. 1913 a 15 nov. 1914
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos		15 nov. 1914 a 15 nov. 1918
Augusto Tavares de Lira	INTERINO	6 mar. 1918 a 1º abr. 1918
Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque	INTERINO	15 nov. 1918 a 3 dez. 1918
Urbano Santos da Costa Araújo		3 dez. 1918 a 28 jul. 1919
Alfredo Pinto Vieira de Melo		28 jul. 1919 a 3 set. 1921
Joaquim Ferreira Chaves	INTERINO	10 mar. 1921 a 25 abr. 1921
Joaquim Ferreira Chaves	INTERINO	3 set. 1921 a 12 set. 1921
Joaquim Ferreira Chaves		12 set. 1921 a 15 nov. 1922
João Luís Alves		15 nov. 1922 a 20 jan. 1925
José Felix Alves Pacheco	INTERINO	3 jul. 1924 a 18 jul. 1924
Aníbal Freire da Fonseca	INTERINO	20 jan. 1925 a 5 fev. 1925
Afonso Pena Júnior		5 fev. 1925 a 15 nov. 1926
Aníbal Freire da Fonseca	INTERINO	10 out. 1926 a 22 out. 1926



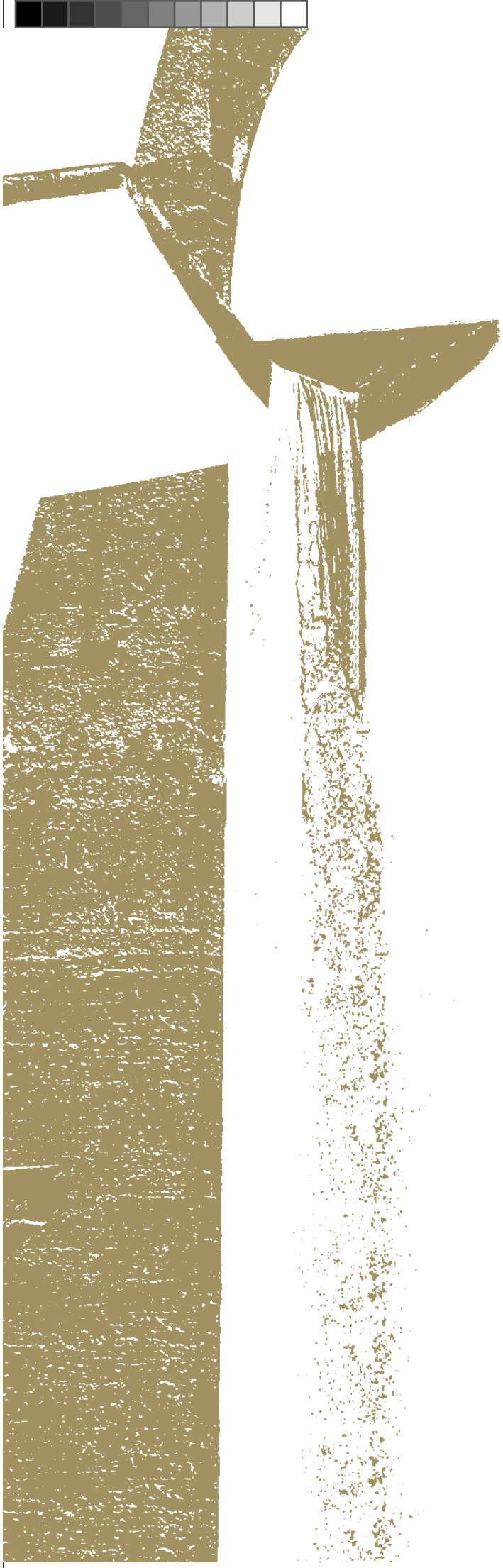
Augusto Viana do Castelo		**15 nov. 1926 a 24 out. 1930**
Gabriel Loureiro Bernardes	INTERINO	24 out. 1930 a 26 out. 1930
Afrânio de Melo Franco	INTERINO	26 out. 1930 a 3 nov. 1930
Oswaldo Euclides de Sousa Aranha		**3 nov. 1930 a 21 dez. 1931**
Francisco Luís da Silva Campos	INTERINO	6 dez. 1930 a 26 dez. 1930
Joaquim Maurício Cardoso		**21 dez. 1931 a 4 mar. 1932**
Francisco Luís da Silva Campos	INTERINO	4 mar. 1932 a 17 set. 1932
Afrânio de Melo Franco	INTERINO	17 set. 1932 a 7 nov. 1932
Francisco Antunes Maciel Júnior		**7 nov. 1932 a 24 jul. 1934**
Vicente Rao		**24 jul. 1934 a 7 jan. 1937**
Amadeu da Cunha Laquintinie	INTERINO	20 jan. 1936 a 12 fev. 1936
Agamenon Sérgio de Godói Magalhães	INTERINO	7 jan. 1937 a 3 jun. 1937
José Carlos de Macedo Soares		**3 jun. 1937 a 9 nov. 1937**
Francisco Luís da Silva Campos		**9 nov. 1937 a 17 jul. 1942**
Francisco Negrão de Lima	INTERINO	13 set. 1938 a 28 set. 1938
Francisco Negrão de Lima	INTERINO	3 mar. 1939 a 27 mar. 1939
Francisco Negrão de Lima	INTERINO	2 ago. 1939 a 19 ago. 1939
Francisco Negrão de Lima	INTERINO	17 jan. 1941 a 19 jan. 1941
Vasco Tristão Leitão da Cunha	INTERINO	20 ago. 1941 a 8 set. 1941
Vasco Tristão Leitão da Cunha	INTERINO	19 set. 1941 a 17 jul. 1942
Alexandre Marcondes Machado Filho	INTERINO	17 jul. 1942 a 3 mar. 1945
Fernando Antunes	INTERINO	23 fev. 1943 a 27 mar. 1943
Agamenon Sérgio de Godói Magalhães		**3 mar. 1945 a 29 out. 1945**
Antônio de Sampaio Dória		**29 out. 1945 a 31 jan. 1946**
Carlos Coimbra da Luz		**31 jan. 1946 a 2 out. 1946**
Benedito Costa Neto		**2 out. 1946 a 7 nov. 1947**
Adroaldo Mesquita da Costa		**7 nov. 1947 a 1º abr. 1950**
Honório Fernandes Monteiro	INTERINO	1º abr. 1950 a 29 jun. 1950
Adroaldo Tourinho Junqueira Aires	INTERINO	29 jun. 1950 a 4 ago. 1950
José Francisco Bias Fortes		**4 ago. 1950 a 31 jan. 1951**
Francisco Negrão de Lima		**31 jan. 1951 a 26 jun. 1953**
Francisco Badaró Júnior	INTERINO	27 jan. 1951 a 5 mar. 1951
Francisco Badaró Júnior	INTERINO	6 nov. 1952 a 24 nov. 1952



Tancredo de Almeida Neves		26 jun. 1953 a 24 ago. 1954
Miguel Seabra Fagundes		24 ago. 1954 a 14 fev. 1955
Alexandre Marcondes Machado Filho		14 fev. 1955 a 18 abr. 1955
José Eduardo do Prado Kelly		18 abr. 1955 a 11 nov. 1955
Francisco de Meneses Pimentel		11 nov. 1955 a 31 jan. 1956
Nereu de Oliveira Ramos		31 jan. 1956 a 4 nov. 1957
José Carlos de Macedo Soares	INTERINO	24 abr. 1957 a 27 maio 1957
Eurico de Aguiar Sales		4 nov. 1957 a 8 jul. 1958
Carlos Cirilo Júnior		8 jul. 1958 a 31 jul. 1959
Armando Ribeiro Falcão		31 jul. 1959 a 31 jan. 1961
Oscar Pedroso Horta		31 jan. 1961 a 27 ago. 1961
José Martins Rodrigues		27 ago. 1961 a 8 set. 1961
Tancredo de Almeida Neves		8 set. 1961 a 13 out. 1961
Alfredo Nasser		13 out. 1961 a 26 jun. 1962
Alberto de Resende Rocha	INTERINO	26 jun. 1962 a 13 jul. 1962
Cândido Luís Maria de Oliveira Neto		13 jul. 1962 a 14 set. 1962
Carlos Molinari Cairoli	INTERINO	14 set. 1962 a 18 set. 1962
João Mangabeira		18 set. 1962 a 7 jun. 1963
Carlos Molinari Cairoli	INTERINO	7 jun. 1963 a 18 jun. 1963
Abelardo de Araújo Jurema		18 jun. 1963 a 4 abr. 1964
Fernando Paulo Carrilho Milanez	INTERINO	13 ago. 1963 a 19 ago. 1963
Luís Antônio da Gama e Silva		4 abr. 1964 a 15 abr. 1964
Milton Soares Campos		15 abr. 1964 a 11 out. 1965
Luís Viana Filho	INTERINO	11 out. 1965 a 19 out. 1965
Juraci Montenegro Magalhães		19 out. 1965 a 14 jan. 1966
Mem de Sá		14 jan. 1966 a 28 jun. 1966



Luís Viana Filho		28 jun. 1966 a 19 jul. 1966
Carlos Medeiros Silva		19 jul. 1966 a 15 mar. 1967
Luís Antônio da Gama e Silva		15 mar. 1967 a 30 out. 1969
Hélio Antônio Scarabotolo	INTERINO	24 maio 1967 a 8 jun. 1967
Hélio Antônio Scarabotolo	INTERINO	9 out. 1967 a 17 out. 1967
Hélio Antônio Scarabotolo	INTERINO	17 maio 1968 a 3 jun. 1968
Alfredo Buzaid		30 out. 1969 a 15 mar. 1974
Manuel Gonçalves Ferreira Filho	INTERINO	11 set. 1970 a 5 out. 1970
Raul Armando Mendes	INTERINO	18 set. 1971 a 4 out. 1971
Raul Armando Mendes	INTERINO	26 jan. 1972 a 2 fev. 1972
Armando Ribeiro Falcão		15 mar. 1974 a 14 mar. 1979
Petrônio Portela Nunes		15 mar. 1979 a 6 jan. 1980
Golbery do Couto e Silva		7 jan. 1980 a 9 jan. 1980
Ibrahim Abi-Ackel		9 jan. 1980 a 15 mar. 1985
Fernando Soares Lyra		15 mar. 1985 a 13 fev. 1986
Paulo Brossard de Sousa Pinto		14 fev. 1986 a 17 jan. 1989
Oscar Dias Corrêa		17 jan. 1989 a 8 ago. 1989
José Saulo Pereira Ramos		9 ago. 1989 a 15 mar. 1990
José Bernardo Cabral		15 mar. 1990 a 14 out. 1990
Jarbas Gonçalves Passarinho		15 out. 1990 a 1º abr. 1992
Célio de Oliveira Borja		2 abr. 1992 a 2 out. 1992
Maurício José Corrêa		3 out. 1992 a 29 mar. 1994
Alexandre de Paula Dupeyrat		30 mar. 1994 a 31 dez. 1994
Nelson Azevedo Jobim		1º jan. 1995 a 7 abr. 1997
José Gregori	INTERINO	25 mar. 1995 a 30 mar. 1995
José Gregori	INTERINO	3 jul. 1995 a 5 jul. 1995
José Gregori	INTERINO	18 maio 1996 a 23 maio 1996
Milton Seligman	INTERINO	7 abr. 1997 a 21 maio 1997



Íris Resende		22 maio 1997 a 31 mar. 1998
José de Jesus Filho	INTERINO	1º abr. 1998 a 6 abr. 1998
José Renan Vasconcelos Calheiros		7 abr. 1998 a 19 jul. 1999
Byron Prestes Costa	INTERINO	8 nov. 1998 a 15 nov. 1998
José Carlos Dias		19 jul. 1999 a 14 abr. 2000
José Gregori		14 abr. 2000 a 14 nov. 2001
Aloysio Nunes Ferreira Filho		14 nov. 2001 a 3 abr. 2002
Miguel Reale Júnior		3 abr. 2002 a 10 jul. 2002
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro		10 jul. 2002 a 2 jan. 2003
Márcio Thomaz Bastos		2 jan. 2003 a 16 mar. 2007
Tarso Fernando Herz Genro		16 mar. 2007 a 10 fev. 2010
Antônio Carlos Biscaia	INTERINO	21 jun. 2007 a 27 jun. 2007
Pedro Vieira Abramovay	INTERINO	10 fev. 2009 a 18 fev. 2009
Pedro Vieira Abramovay	INTERINO	1º out. 2009 a 2 out. 2009
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto		10 fev. 2010 a 2 jan. 2011
José Eduardo Cardozo		2 jan. 2011 (em exercício)

Os ministros da Justiça

Abelardo de Araújo Jurema

18.6.1963 a 4.4.1964

Nasceu em Itabaiana, Paraíba, em 15 de fevereiro de 1914. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1933. Foi prefeito nomeado de Itabaiana (1937) e João Pessoa (1946), senador (1953) e deputado federal (1958). Assumiu diversos cargos públicos no estado da Paraíba, entre eles o de chefe de gabinete do interventor federal (1930), diretor do Departamento de Educação (1940), secretário-geral de Educação e Saúde e secretário do Interior e Justiça (1957). Nomeado ministro da Justiça em 1963, permaneceu no cargo até a deposição do presidente João Goulart pelo golpe civil-militar de 1964. Reassumiu o mandato de deputado federal, mas foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1, exilando-se no Peru. Retornou ao Brasil em 1974 e filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o fim do bipartidarismo, ingressou, em 1980, no Partido Democrático Social (PDS). Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1982) e do Instituto do Açúcar e do Álcool (1985). Morreu em João Pessoa, em 9 de fevereiro de 1999.

Adroaldo Mesquita da Costa

7.11.1947 a 1.4.1950

Nasceu em Taquari, Rio Grande do Sul, em 9 de julho de 1894. Formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1917. Advogado, exerceu os cargos de professor, promotor público, procurador e membro do conselho consultivo do estado do Rio Grande do Sul (1931). Foi deputado estadual constituinte (1934) e deputado federal (1937), mas abandonou a política durante o Estado Novo, quando voltou a lecionar. Com a redemocratização do país, elegeu-se deputado federal pelo seu estado natal (1945). Em 1947, assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores, desincompatibilizando-se do cargo para reeleger-se deputado federal (1951). Foi vereador de Taquari (1956), secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (1958) e, de 1964 a 1969, consultor-geral da República. No Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica e do Instituto dos Advogados, e membro do conselho da Ordem dos Advogados do Brasil. Integrou o conselho diretor da Fundação Universidade de Brasília e o conselho fiscal da Varig S.A. (1976). Morreu em Taquari, em 12 de dezembro de 1985.

Afonso Augusto Moreira Pena

6.5.1885 a 20.8.1885

Nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, em 30 de novembro de 1847. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Durante o Império, foi deputado provincial (1874) e deputado geral (1878), ministro da Guerra (1882), da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883) e da Justiça (1885), em cuja titularidade assinou a Lei dos Sexagenários. Em 1888, integrou a comissão encarregada de elaborar o Código Civil Brasileiro. Foi eleito senador à Constituinte mineira e senador da República (1891), tendo renunciado ao mandato. Foi ainda presidente do estado de Minas Gerais (1892), senador estadual (1899-1900), presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1900-1902) e presidente do Banco da República do Brasil (1895). Vice-presidente da República no governo Rodrigues Alves (1902-1906), elegeu-se presidente da República em 15 de novembro de 1906. Morreu no Rio de Janeiro em 14 de junho de 1909, sem concluir o mandato presidencial.

Afonso Pena Júnior

5.2.1925 a 15.11.1926

Nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, em 25 de dezembro de 1879. Filho do ex-presidente da República e ex-ministro da Justiça Afonso Augusto Moreira Pena, formou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1902 e elegeu-se deputado estadual (1902). Reeleito em 1907, renunciou ao mandato a fim de participar da campanha civilista, que apoiava uma candidatura civil à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca. Foi deputado estadual em nova legislatura (1919), secretário do Interior do estado de Minas Gerais (1919) e deputado federal (1923). Afastou-se da Câmara dos Deputados em 1925 para se tornar ministro da Justiça e Negócios Interiores, cargo que ocupou até o final do governo de Artur Bernardes. Foi ainda procurador-geral do recém-criado Tribunal Superior Eleitoral (1932), membro da Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira (1935) e reitor da Universidade do Distrito Federal (1936). Morreu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1968.

Agamenon Sérgio de Godói Magalhães

7.1.1937 a 3.6.1937 (interino) | 3.3.1945 a 29.10.1945

Nasceu no município de Vila Bela, atual Serra Talhada, Pernambuco, em 5 de novembro de 1894. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife (1916), onde mais tarde tornou-se professor da cadeira de direito internacional (1934). Em Pernambuco, foi promotor público em São Lourenço da Mata e redator dos jornais recifenses *A Província* e *A Ordem*. Elegeu-se deputado estadual em duas legislaturas (1918 e 1922) e deputado federal em diversos mandatos (1923, 1927 e 1933). Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e, no primeiro governo Vargas, foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1934), cargo que acumulou, interinamente, com a pasta da Justiça e Negócios Interiores (1937). Interventor federal em Pernambuco durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, foi novamente nomeado ministro da Justiça (1945). Elegeu-se deputado federal constituinte (1945) e governador de seu estado natal (1950). Morreu em Pernambuco, em 24 de agosto de 1952, no exercício do mandato de governador do estado.

Alberto de Seixas Martins Torres

30.8.1896 a 7.1.1897

Nasceu em Porto das Caixas, Itaboraí, província do Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1865. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880, mas abandonou o curso para estudar direito, na Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Abolicionista e republicano, colaborou em diversos jornais, entre os quais o *Caiçara*, *A Ideia*, *O Constitucional* e *A República*. Participou do I Congresso Republicano Fluminense, realizado em 1888, e, após a proclamação da República, foi nomeado advogado auxiliar do Conselho de Intendência Municipal (1889). Elegeu-se deputado constituinte pelo estado do Rio de Janeiro (1891) e deputado federal (1893). Foi ministro da Justiça e Negócios Interiores (1896) no governo de Prudente de Morais, presidente do estado do Rio de Janeiro, de 1897 a 1900, e ministro do Supremo Tribunal Federal (1901). Morreu no Rio de Janeiro em 29 de março de 1917.

Alexandre de Paula Dupeyrat Martins

30.3.1994 a 31.12.1994

Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 12 de março de 1944. Formou-se em direito e foi assessor jurídico do Senado, onde fez carreira, chegando a diretor-geral da Casa. Foi também assessor especial da Vice-Presidência (1990) e da Presidência da

República (1992). Exerceu o cargo de consultor-geral da União (1993), do qual foi o primeiro titular, até ser designado advogado-geral da União (1993). Nomeado ministro da Justiça (1994) pelo presidente Itamar Franco, permaneceu na pasta até o fim do mandato presidencial. No governo de Minas Gerais, foi secretário estadual de Fazenda (1999) e assessor especial do governador Itamar Franco (1999). Desempenhou ainda o cargo de assessor especial do ministro da Previdência, Almir Lando (2004). Afastou-se da vida pública e passou a advogar para a iniciativa privada.

Alexandre Marcondes Machado Filho

17.7.1942 a 3.3.1945 (interino) | 14.2.1955 a 18.4.1955

Nasceu na cidade de São Paulo, em 31 de agosto de 1892. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1914. Foi promotor público em sua cidade e um dos fundadores do Instituto dos Advogados de São Paulo. Filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), elegeu-se vereador (1926) e deputado federal por duas legislaturas (1927 e 1930), mas afastou-se temporariamente da política com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar de ter estado na oposição, assumiu vários cargos durante o governo de Getúlio Vargas, como o de vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (1937) e ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1941), pasta que acumulou com a da Justiça e Negócios Interiores (1942). Foi um dos organizadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda pela qual foi eleito senador (1946), tendo sido presidente do Senado (1951). Voltou a ocupar o Ministério da Justiça (1955) no governo de Café Filho. Morreu em São Paulo, em 17 de outubro de 1974.

Alfredo Buzaid

30.10.1969 a 15.3.1974

Nasceu em Jaboticabal, São Paulo, em 20 de julho de 1914. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1935. Em sua cidade natal, atuou como jornalista nos periódicos *O Combate* e *A Gazeta Comercial*, da qual foi também diretor. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, contrária ao governo de Getúlio Vargas, e da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político identificado com os ideais fascistas, extinto em 1937, com a instauração do Estado Novo. Foi professor (1946) e diretor da Faculdade de Direito da USP (1966), e um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil e da *Revista de Direito Processual Civil*. Foi responsável pelo anteprojeto de Código de Processo Civil (1964), sancionado em 1973, e nomeado coordenador do projeto de revisão dos códigos brasileiros (1967). Defensor do golpe civil-militar de 1964, tornou-se ministro da Justiça (1969) no governo do general Emílio Garrastazu Médici, e teve sua gestão no ministério marcada pelos protestos e denúncias internacionais de violação dos direitos humanos pelo governo brasileiro. Integrou a Academia Nacional de Direito, foi vice-reitor e reitor da USP (1969) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1982). Morreu em São Paulo, em 9 de julho de 1991.

Alfredo Nasser

13.10.1961 a 26.6.1962

Nasceu em Caiapônia, Goiás, em 30 de abril de 1907. Formou-se em direito em São Paulo (1927), onde trabalhou como jornalista na *Folha de S.Paulo*. Ingressou na política como deputado estadual (1929) em Goiás, mas teve seu mandato interrompido pela Revolução de 1930, quando apoiou a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República. Eleito

deputado estadual constituinte (1935), teve seu mandato mais uma vez interrompido, dessa vez pelo golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo. Funcionário concursado do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com o fim do Estado Novo em 1945 e a redemocratização do país, assumiu vários mandatos eletivos, como suplente de deputado constituinte (1945), senador (1947) e deputado federal (1958 e 1962). Nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1961) na vigência do regime parlamentarista, renunciou em junho de 1962, juntamente com todo o gabinete chefiado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves. Foi membro do Conselho Nacional de Economia (1953). Morreu em Brasília, em 21 de novembro de 1965, no exercício do mandato de deputado federal por seu estado.

Alfredo Pinto Vieira de Melo

28.7.1919 a 3.9.1921

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 20 de junho de 1863. Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife. Em Minas Gerais, foi promotor público da comarca de Baependi, juiz de direito da comarca de Ouro Fino (1890) e chefe de polícia. Elegeu-se deputado geral (1897), mas voltou a atuar como advogado no Rio de Janeiro, onde passou a exercer diversos cargos junto à adminitração da capital federal, entre os quais o de chefe de polícia (1906). Nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1919) no governo de Epitácio Pessoa, assumiu também, interinamente, a pasta da Guerra. Foi presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (1910), professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal (1921). Morreu no Rio de Janeiro em 8 de julho de 1923.

Aluísio Nunes Ferreira Filho

14.11.2001 a 3.4.2002

Nasceu em São José do Rio Preto, São Paulo, em 5 de abril de 1945. Formou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1965, onde também estudou ciências sociais, sem concluir o curso. Filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN), organização que defendia a luta armada contra o regime militar instaurado no país após o golpe de 1964. Exilou-se em Paris (1968), onde fez o bacharelado em economia política (1972) e o mestrado em ciência política (1974). Com a promulgação da Lei da Anistia (1979), retornou ao Brasil, onde foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo qual se elegeu deputado estadual (1982 e 1986). Foi vice-governador de São Paulo (1990), na chapa de Luís Antônio Fleury Filho, e deputado federal (1994). Ingressou no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo qual se elegeu novamente deputado federal (1998). No governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou-se secretário-geral da Presidência da República (1999) e ministro da Justiça (2001), deixando o ministério para candidatar-se a uma vaga na Câmara dos Deputados (2002). Foi secretário de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo (2005) e titular da Secretaria da Casa Civil do Governo do estado de São Paulo (2007). Elegeu-se senador em 2010.

Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque

19.1.1897 a 15.11.1898 | 15.11.1918 a 3.12.1918 (interino)

Nasceu em Caicó, Rio Grande do Norte, em 15 de agosto de 1849. Formou-se pela Escola de Direito da Union University, Estados Unidos, em 1881. Senador (1890), participou das discussões para a elaboração da primeira Constituição republicana. Assumiu o Ministério

da Justiça e Negócios Interiores (1897) no governo de Prudente de Morais e atuou como consultor jurídico para a pasta do Exterior nos anos de 1905 e 1906, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi ainda vice-governador do Rio Grande do Norte, deputado federal (1897), prefeito do Distrito Federal (1917) e ministro da Fazenda (1918), tendo produzido diversas obras sobre direito e economia. Morreu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 28 de janeiro de 1922.

Antônio de Sampaio Dória

29.10.1945 a 31.1.1946

Nasceu em Belo Monte, Alagoas, em 25 de março de 1883. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. No início de sua carreira profissional, dividiu-se entre a advocacia e o magistério. Foi professor da Escola Normal de São Paulo (1914), diretor-geral da Instrução Pública paulista (1920) e professor da Faculdade de Direito de São Paulo (1926). Com atuação destacada na área de educação, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), tendo participado da fundação da Universidade de São Paulo (1934), de onde foi demitido, em 1939, por manifestar-se contra o Estado Novo, reassumindo suas funções em 1941. Foi ainda procurador regional do Tribunal Eleitoral daquele estado (1934), membro do Tribunal Superior Eleitoral (1945) e ministro da Justiça e Negócios Interiores (1945) durante a presidência interina de José Linhares. Foi superintendente do Banco do Estado de São Paulo e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Publicou inúmeras obras, a maioria sobre educação e direito. Morreu em São Paulo, em 26 de dezembro de 1964.

Antônio Ferreira Viana

10.3.1888 a 4.1.1889

Nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 11 de maio de 1832. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1855 e no ano seguinte iniciou sua carreira jurídica como promotor público na Corte. Desenvolveu intensa atividade como jornalista político, tendo atuado em São Paulo no *A Hora*, e no Rio de Janeiro, no *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *O País*, além ser fundador do jornal *A Nação*. Na política, sempre pelo Partido Conservador, foi deputado geral (1869, 1881 e 1886) e, paralelamente, vereador no Rio de Janeiro, tendo presidido a Câmara Municipal (1870). Por ocasião da Questão Religiosa (1873), advogou em favor do bispo d. Antônio de Macedo Costa. Ministro da Justiça (1888), aderiu à causa abolicionista e foi considerado o responsável pela redação da fala do trono de 1888, em que a regente Isabel antecipava a abolição da escravatura. Agraciado pelo governo imperial com o título de conselheiro, após o advento da República alinhou-se com a oposição. Morreu no Rio de Janeiro em 10 de novembro de 1903.

Antônio Gonçalves Ferreira

15.11.1894 a 30.8.1896

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 26 de setembro de 1846. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife (1867), onde passou a lecionar a partir de 1891. Atuou como delegado de polícia, curador de órfãos, promotor público e chefe de seção da Secretaria do Governo. Na política, foi deputado geral (1881), deputado provincial (1883, 1885 e 1887) e presidente da província de Minas Gerais (1888). Já no período republicano, elegeu-se deputado federal (1891) e foi convidado por Prudente de Morais a assumir o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores (1894). Foi ainda senador por Pernambuco (1897), governador do mesmo estado (1900), novamente senador (1904), e deputado federal (1925). Morreu no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1931.

Antônio Luís Afonso de Carvalho

22.5.1891 a 23.11.1891

Nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de março de 1828. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1849. Na Bahia, foi juiz municipal e de órfãos em Feira de Santana (1851), Salvador (1854) e Monte Alto (1862), e juiz de direito da comarca de Inhambupe (1872). Foi nomeado chefe de polícia durante a epidemia de cólera em Salvador (1855), tendo ocupado, posteriormente, os cargos de auditor de guerra (1875) e desembargador da Relação da Bahia (1886). Fez carreira política como deputado provincial (1861), deputado geral (1869), presidente das províncias do Paraná (1869), Minas Gerais (1870) e Bahia (1889), além de vice-presidente da Bahia (1891). Nomeado titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, ocupou também, interinamente, a pasta da Instituição Pública, Correios e Telégrafos (1891). Morreu em Salvador, em 25 de janeiro de 1892.

Antônio Manuel de Campos Melo

31.5.1848 a 29.9.1848

Nasceu em Porto Feliz, São Paulo, em 14 de abril de 1808. Formou-se na Academia de Direito de São Paulo em 1833. Foi inspetor da Tesouraria de Fazenda em São Paulo (1840), deputado provincial, deputado geral, além de presidente das províncias de Alagoas (1845) e Maranhão (1862). Proeminente liberal, ocupou a pasta da Justiça durante o gabinete de Francisco de Paula Sousa e Melo, e ao longo de grande parte de sua vida defendeu as causas de seu partido na imprensa por meio de periódicos como *O Solitário*, fundado por ele em 1840, e *A Reforma*, em 1850. Morreu no Rio de Janeiro em setembro de 1878.

Antônio Paulino Limpo de Abreu

14.10.1835 a 3.6.1836 | 24.7.1840 a 23.3.1841 | 29.9.1845 a 2.5.1846 (interino)

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 22 de setembro de 1798. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1820. No Brasil, assumiu diversos cargos na magistratura, como o de juiz de fora da vila de São João del-Rei (1821), ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, ouvidor da vila de Paracatu (1823), desembargador ordinário da Relação da Bahia (1826) e da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro (1828), ministro adjunto do Conselho Supremo Militar (1837) e ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1846). Sua carreira política foi igualmente extensa, tendo atuado como vereador (1822), deputado geral em diferentes legislaturas entre 1826 e 1845, presidente da província de Minas Gerais (1833), senador do Império (1848) e membro do Conselho de Estado (1848). Participou dos movimentos liberais de 1842, tendo sido preso e deportado para Portugal, retornando ao Brasil apenas no ano seguinte, quando foi libertado por meio de *habeas corpus*. Ocupou por diversas vezes o cargo de ministro de Estado em diferentes pastas: Justiça (1835, 1836, 1840 e 1845), Império (1835, 1836 e 1837), Estrangeiros (1836, 1845 e 1855), Fazenda (1848 e 1855), Marinha (1858), e foi ministro plenipotenciário em Montevidéu, Uruguai (1855). Foi agraciado como cavaleiro da Ordem de Cristo (1821), dignitário da Ordem do Cruzeiro (1845) e visconde de Abaeté com honras de grandeza (1854). Morreu na cidade do Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1883.

Armando Ribeiro Severo Falcão

31.7.1959 a 31.1.1961 | 15.3.1974 a 14.3.1979

Nasceu em Fortaleza, Ceará, em 11 de novembro de 1919. Concluiu o bacharelado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Atuou como advogado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) e do Instituto do Sal, tendo presidido

esses dois institutos, e como gerente da Companhia Nacional de Álcalis. Iniciou sua carreira política no Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se deputado federal em diferentes legislaturas (1951, 1955, 1959, 1963). No governo de Juscelino Kubitschek foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1959) e assumiu, interinamente, os ministérios das Relações Exteriores (1959) e da Saúde (1961), além de ter coordenado a assistência às vítimas das inundações do Nordeste (1960). Após a instauração do bipartidarismo, em 1966, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo pelo qual se elegeu mais uma vez deputado federal. No governo do general Ernesto Geisel, ocupou novamente o Ministério da Justiça (1974), e teve sua passagem na pasta marcada pela condução do projeto de lei para a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975), a reforma eleitoral instituída pela Lei Falcão (1976), a reforma do Judiciário, o chamado Pacote de Abril (1977) e a aprovação de uma nova Lei de Segurança Nacional (1978). Fora do governo, publicou o livro de memórias *Tudo a declarar* (1989). Morreu no Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 2010.

Augusto Tavares de Lira

15.11.1906 a 18.6.1909 | 6.3.1918 a 1.4.1918 (interino)

Nasceu em Macaíba, Rio Grande do Norte, em 25 de dezembro de 1872. Advogado, professor e jornalista, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Exerceu em seguida os mandatos de deputado estadual (1893), deputado federal (1894) e presidente do estado do Rio Grande do Norte (1904). Assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores no governo Afonso Pena, deixando o cargo em virtude da morte do presidente antes da conclusão do mandato. Foi senador pelo seu estado natal (1910), ministro da Viação e Obras Públicas, de 1914 a 1918, e, por duas vezes, interinamente, ministro da Fazenda (1916 e 1918). Ocupou mais uma vez o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dessa vez como interino, e foi ainda, a partir de 1919, ministro e presidente do Tribunal de Contas da União, pelo qual se aposentou (1941). Além de participar como mediador de conflitos no Rio Grande do Sul durante a revolução gaúcha (1923), foi professor em diversas faculdades, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e autor de extensa bibliografia. Morreu no Rio de Janeiro em 21 de dezembro de 1958.

Augusto Viana do Castelo

15.11.1926 a 24.10.1930

Nasceu em Curvelo, Minas Gerais, em 8 de outubro de 1874. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1893 e atuou como promotor da comarca de Curvelo até 1918. Exerceu o mandato de deputado federal em diferentes legislaturas (1906-1914 e 1921-1926), tendo sido membro atuante da Comissão de Finanças e da comissão criada para estudar os problemas relacionados à habitação das cidades brasileiras. Secretário da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais (1926), assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e manteve-se no cargo até a deposição do presidente da República Washington Luís pela Revolução de 1930. Após exílio na Europa, retornou ao Brasil e dedicou-se a atividades empresarias e à direção do jornal *O Estado de Minas*, participando também do movimento cultural modernista. Morreu no Rio de Janeiro em 26 de setembro de 1953.

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho

4.6.1833 a 10.10.1833 (interino) | 10.10.1833 a 16.1.1835

Nasceu em Itaipu, no município da Vila da Praia Grande, Niterói, em 21 de julho de 1800. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1825. Foi juiz de fora e ouvidor em São João del-Rei e, depois, em Ouro Preto, e deputado durante a segunda legislatura do Império, de 1830 a 1833. Presidente da província de São Paulo por três meses (1831), foi em seguida juiz de órfãos e intendente-geral da Polícia da Corte. Aliado de Diogo Antônio Feijó, assumiu o cargo de ministro do Império (1833) e, depois, o de ministro de Estado dos Negócios da Justiça, pastas que acumulou com a dos Negócios Estrangeiros. Exerceu importante papel na destituição de José Bonifácio do posto de tutor do futuro imperador d. Pedro II, e, após deixar o ministério, foi desembargador (1835) e novamente deputado (1838). Um dos líderes do golpe da maioridade, voltou a ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros (1840) e, em seguida, foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro e senador vitalício por Alagoas (1842). Cavaleiro das ordens de Cristo e da Rosa, e dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, foi agraciado com o título de visconde de Sepetiba. Morreu em Niterói, Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1855.

Benedito Costa Neto

2.10.1946 a 7.11.1947

Nasceu em Macaé, Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1895. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1916. Em São Paulo, participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e, logo depois, passou a integrar a Ordem dos Advogados do Brasil como conselheiro e tesoureiro (1936), até ser eleito procurador-geral do estado (1941). Foi deputado na Assembleia Nacional Constituinte (1946) e, em seguida, ministro da Justiça e Negócios Interiores (1946) no governo de Eurico Gaspar Dutra. Retirou-se do ministério em razão de divergências políticas, retornando à Câmara dos Deputados. Foi relator do parecer sobre o Estatuto do Petróleo (1948) e, após o término de seu mandato (1951), assumiu a vice-presidência do jornal paulista *Folha da Manhã*. Morreu em São Paulo, em 11 de agosto de 1981.

Bernardo Pereira de Vasconcelos

19.9.1837 a 16.4.1839

Nasceu em Vila Rica, Minas Gerais, em 27 de maio de 1795. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1819. Juiz de fora em Santo Antônio de Guaratinguetá (1821), São Paulo, foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão, mas não chegou a ocupar o cargo. Fundou o jornal liberal *O Universal* (1825), em Vila Rica, e colaborou em inúmeros periódicos ao longo de sua trajetória política, entre eles o *Sete de Abril*, *O Caboclo*, *O Brasileiro*, *Aurora Fluminense*, *Sentinela da Monarquia* e *Correio da Tarde*. Integrou o primeiro Conselho do Governo de Minas Gerais (1825), foi deputado geral por diversos mandatos (1826-1838) e também senador (1838-1850), além de vice-presidente da província de Minas Gerais (1833). Jurista e destacado defensor do pensamento liberal, teve grande participação no projeto do Código Criminal de 1830. Com a abdicação de d. Pedro I, assumiu a pasta da Fazenda (1831) e colaborou na elaboração do Ato Adicional de 1834. Durante a regência de Diogo Antônio Feijó (1835), passou a defender ideias conservadoras e atuou na oposição. Retornou ao governo durante a regência de Pedro de Araújo Lima (1838), quando acumulou os cargos de ministro da Justiça e do Império (1837). Com o golpe da maioridade (1840), manteve-se senador e passou a integrar o Conselho de Estado (1842). Morreu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1850.

Caetano Maria Lopes Gama

17.5.1847 a 22.5.1847 | 30.5.1862 a 2.6.1862

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 5 de agosto de 1795. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, Portugal, e em humanidades pelo Mosteiro de São Bento, em Olinda. Na província de Alagoas, ocupou diferentes cargos na magistratura, entre eles o de juiz de fora na vila de Penedo, ouvidor da comarca de Maceió (1822) e auditor-geral da Marinha (1828). Desembargador da Relação de Pernambuco (1828), foi nomeado em 1829 para a Relação da Bahia com exercício na Casa de Suplicação na Corte, onde foi intendente-geral da Polícia (1830), corregedor do crime, juiz conservador da nação inglesa (1833) e ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Na política, ocupou os cargos de presidente da Junta Governativa (1822) e presidente das províncias de Goiás (1824), Rio Grande do Sul (1829) e Alagoas (1844). Deputado à Assembleia Geral (1826) pela província de Pernambuco, tornou-se senador do Império em 1839. Ocupou por duas vezes as pastas dos Negócios Estrangeiros (1839 e 1857) e da Justiça (1847 e 1862). Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de diversas sociedades científicas e literárias, inclusive estrangeiras, como a Academia de Arqueologia da Bélgica. Pertenceu ao Conselho do Imperador, tendo sido agraciado com o título de visconde de Maranguape. Morreu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1864.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro

3.7.1822 a 28.10.1822

Nasceu na cidade de Lamego, Portugal, em 16 de setembro de 1748. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1781. Foi intendente do Ouro (1791) no Rio de Janeiro, capitão-general e governador das capitanias de Mato Grosso (1796) e de Pernambuco (1804). Tornou-se ministro da Fazenda (1822) e primeiro titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1822), desmembrada da pasta do Império por decreto de 3 de julho de 1822. Foi senador do Império do Brasil (1826), membro do Conselho de Estado e desembargador do tribunal da Mesa do Desembargo do Paço. Ao longo de sua vida, recebeu os títulos de barão, visconde e marquês da Vila Real da Praia Grande. Morreu no Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 1827.

Cândido Luís Maria de Oliveira

7.6.1889 a 15.11.1889

Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 6 de julho de 1845. Advogado, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1865. Foi promotor e procurador fiscal da Tesouraria de Fazenda na comarca onde nasceu (1866), além de juiz municipal em Curvelo. Exerceu diversos mandatos como deputado provincial (1869) e deputado geral (1878), até tornar-se senador (1887). Ocupou a pasta da Guerra em duas ocasiões (1884 e 1889) e a da Fazenda interinamente, durante apenas uma semana. Último ministro da Justiça do Império (1889), após a Proclamação da República foi deportado para a Europa, de onde retornou em 1891. Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, após voltar ao Brasil, professor e diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tornando-se patrono da associação de estudantes ali fundada, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). Foi agraciado com a Ordem da Rosa e a Grã-Cruz da Ordem de Santa Ana da Rússia. Morreu no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1919.

Cândido Luís Maria de Oliveira Neto

13.7.1962 a 14.9.1962

Nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de março de 1902. Era neto do último ministro da Justiça do Império, Cândido Luís Maria de Oliveira. Advogado, foi procurador-geral do Distrito Federal (1956), da República (1960) e do estado da Guanabara (1961). Exerceu o cargo de ministro da Justiça por aproximadamente dois meses, durante o governo parlamentarista presidido por João Goulart (1962), retornando em seguida à Procuradoria-Geral da República (1963). Foi também professor do Colégio Pedro II e da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, além de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e vice-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Morreu no Rio de Janeiro em 4 de fevereiro de 1973.

Carlos Cirilo Júnior

8.7.1958 a 31.7.1959

Nasceu em Curitiba, Paraná, em 25 de dezembro de 1886. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. Foi deputado estadual em São Paulo por sucessivas legislaturas a partir de 1912 e, posteriormente, deputado federal (1930), mas teve seu mandato interrompido pela Revolução de 1930. Signatário do manifesto do Partido Republicano Paulista (PRP), que pleiteava a reconstitucionalização do país, foi preso e deportado para Lisboa por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932. Após seu retorno ao Brasil, elegeu-se novamente deputado estadual em São Paulo (1934) pelo PRP e tornou-se líder da oposição até a instauração do Estado Novo, em 1937. Foi membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo de 1939 a 1945. Com a redemocratização do país, em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e elegeu-se para a Assembleia Nacional Constituinte (1946), assumindo, em seguida, a presidência da Câmara dos Deputados (1948). Foi ministro da Justiça e Negócios Interiores (1958) durante o governo de Juscelino Kubitschek e embaixador na Bélgica (1960). Morreu em São Paulo, em 31 de maio de 1965.

Carlos Coimbra da Luz

31.1.1946 a 2.10.1946

Nasceu em Três Corações, Minas Gerais, em 4 de agosto de 1894. Formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1915. Foi vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito da cidade mineira de Leopoldina, entre 1923 e 1931; secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas (1932) e secretário do Interior (1933) de Minas Gerais, elegendo-se deputado federal pelo Partido Progressista (PP) em 1935. Um dos fundadores do Partido Social Democrático de Minas Gerais (PSD), elegeu-se deputado constituinte em 1945. Foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1946) no governo de Eurico Gaspar Dutra, reelegendo-se em seguida deputado federal em diversas legislaturas (1947, 1950, 1954 e 1958). Como presidente da Câmara dos Deputados, assumiu por dois dias a presidência da República em novembro de 1955, após o afastamento do então presidente Café Filho. Acusado de conspirar para impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, foi deposto em 11 de novembro por um movimento liderado pelo general Henrique Lott, ministro da Guerra. Foi ainda presidente da Caixa Econômica Federal (1939) e diretor-presidente do Banco Ribeiro Junqueira S.A. Morreu no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1961.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos

15.11.1914 a 15.11.1918

Nasceu em São Jerônimo, Rio Grande do Sul, em 24 de abril de 1873. Formou-se pela Escola de Direito de Belo Horizonte em 1898. De volta ao Rio Grande do Sul, ingressou no Partido Federalista (PF), transferindo-se mais tarde para o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Foi eleito deputado federal por duas vezes (1911 e 1914) antes de ser convidado pelo presidente Venceslau Brás Pereira Gomes para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1914), no qual permaneceu até o final do governo. Foi ainda ministro interino da Agricultura, Indústria e Comércio (1917), consultor-geral da República (1932), consultor jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1932) e procurador-geral da República (1934). Em 1936 foi indicado pelo presidente Getúlio Vargas para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, após a morte de Artur Ribeiro de Oliveira. Morreu no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1960.

Carlos Medeiros da Silva

19.7.1966 a 15.3.1967

Nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 19 de julho de 1907. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1929. Exerceu, entre outros cargos públicos, o de chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Distrito Federal (1936), promotor público do Distrito Federal (1939), consultor jurídico da Comissão de Defesa Econômica (1942) e consultor jurídico do Departamento Administrativo do Serviço Público (1944). Foi, por duas vezes, assistente jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1937 e 1945) e chefe de gabinete do próprio ministério (1946). Nomeado consultor-geral da República (1951), permaneceu no cargo até o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. No governo de Juscelino Kubitschek, foi designado procurador-geral da República (1956), exonerando-se em 1960. No governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (1965), deixando o cargo no ano seguinte para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Como titular da pasta da Justiça, foi responsável pela implantação de importantes medidas, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e o decreto-lei n. 200, que promoveu a reforma da administração pública do país. Morreu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1983.

Célio de Oliveira Borja

2.4.1992 a 1.10.1992

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1928. Formou-se em direito pela Universidade do Distrito Federal em 1951. Foi vice-presidente da União Brasileira de Estudantes (1948) e, após trabalhar no setor privado, tornou-se assessor jurídico da Comissão de Supervisão dos Órgãos Autônomos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1959). Foi suplente de deputado estadual (1962) no antigo estado da Guanabara pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e candidatou-se a deputado federal (1966), obtendo uma suplência. Novamente pela Arena, elegeu-se deputado federal por diferentes legislaturas (1970, 1974 e 1978), assumindo a presidência da Câmara dos Deputados no biênio 1975-1976. Foi também secretário de governo da Guanabara (1964), integrante da Assessoria Especial do Palácio do Planalto (1985) no governo José Sarney e ministro do Supremo Tribunal Federal (1986). Assumiu o Ministério da Justiça em seguida à sua aposentadoria do STF e deixou o cargo após a votação da abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo (1992). Ao longo de sua carreira, lecionou em diversas instituições, entre as quais o Instituto Rio Branco e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Clemente Ferreira França

10.11.1823 a 21.11.1825 | 15.1.1827 a 11.3.1827

Nasceu em Salvador, capitania da Bahia, em 16 de março de 1774. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1797. Foi juiz de fora da cidade de Aveiro, Portugal (1799) e, no Brasil, ouvidor e corregedor-geral da comarca de Recife (1805), desembargador da Casa de Suplicação (1808) e ajudante do procurador dos Feitos da Coroa e Fazenda. Exerceu ainda os cargos de desembargador do Paço e deputado da Mesa de Consciência e Ordens. Nomeado procurador da Coroa e Fazenda em 1822, integrou o Conselho de Estado, encarregado por d. Pedro de elaborar a Constituição de 1824. Titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1823), foi nomeado senador (1826) e reconduzido ao cargo de ministro em 1827. Dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro, recebeu o título de visconde com honras de grandeza e, posteriormente, o de marquês de Nazareth. Morreu no Rio de Janeiro, no exercício do cargo de ministro da Justiça, em 11 de março de 1827.

Diogo Antônio Feijó

5.7.1831 a 1.8.1832

Nasceu em agosto de 1784 e foi batizado na Igreja da Sé, em São Paulo, no dia 17 daquele mês. Ordenou-se presbítero em 1807, foi deputado brasileiro pela província de São Paulo às Cortes Gerais Constituintes da Nação Portuguesa (1821) e deputado geral durante o Primeiro Reinado no Brasil (1826 e 1830). Após a abdicação de d. Pedro I, durante o período da Regência Trina, ocupou a pasta da Justiça (1831) e, interinamente, o Ministério do Império (1832). Foi também senador (1833) e regente único do Império (1835), renunciando ao cargo dois anos depois (1837). Figura de destaque no cenário político brasileiro da primeira metade do século XIX, defendeu os princípios do liberalismo e da lei como garantia da ordem e da liberdade, a independência brasileira, a Constituição e temas polêmicos como o fim do celibato para os sacerdotes. Participou da Revolução Liberal de 1842, quando foi preso e exilado em Vitória, no Espírito Santo. Retornou do exílio e morreu em São Paulo, em 10 de novembro de 1843.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque

25.6.1875 a 15.2.1877

Nasceu em Pilar, Paraíba, em 9 de novembro de 1829. Formou-se em direito na Faculdade de Olinda em 1852. Advogado, foi deputado por diversos mandatos (1857, 1861, 1869, 1872 e 1875), senador pelo Rio Grande do Norte (1877), conselheiro de Estado e presidente das províncias do Piauí (1859), Ceará (1868) e Pernambuco (1870). Assumiu a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1870) e, durante os anos do gabinete liderado por Caxias, a pasta da Justiça (1875) e a dos Negócios Estrangeiros (1877). Foi agraciado com o título de visconde de Cavalcanti, com a comenda da Imperial Ordem de Cristo, a Grã-Cruz da Ordem da Conceição de Vila Viçosa de Portugal e a Grã-Cruz da Ordem da Coroa Real da Prússia. Foi ainda comissário-geral do Brasil na Exposição de Paris de 1889. Morreu em Juiz de Fora, em 13 de novembro de 1899.

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa

15.11.1898 a 6.8.1901

Nasceu na cidade de Umbuzeiro, Paraíba, em 23 de maio de 1865. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Foi promotor público nas cidades pernambucanas de Bom Jardim (1886) e Cabo (1887), secretário de governo da Paraíba (1889) e professor da Faculdade de Direito do Recife (1891). Eleito deputado federal

à Assembleia Constituinte (1891), teve a reeleição impugnada, em 1894, por sua oposição ao governo do presidente Floriano Peixoto. Assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1898) no governo Campos Sales e, em seguida, os cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal e procurador-geral da República (1902). Foi senador por seu estado natal (1912 e 1923) e presidente da delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes (1918). Eleito presidente da República em 1919, após o término de seu mandato tornou-se membro da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia (1923). Morreu em Petrópolis, em 13 de fevereiro de 1942.

Esmeraldino Olímpio de Torres Bandeira

18.6.1909 a 15.11.1910

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 27 de fevereiro de 1865. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Em seu estado natal, atuou como intendente municipal, delegado de polícia, membro da junta governativa de Pernambuco e deputado estadual (1892). Exerceu ainda os cargos de chefe de polícia no Rio Grande do Norte, procurador da República durante o governo de Prudente de Morais e prefeito da cidade do Recife (1899). Deputado federal (1900), assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1909) durante o governo de Nilo Peçanha. Em sua gestão no ministério, regulamentou o patronato dos egressos da prisão e organizou a comissão encarregada de elaborar o Código de Processo Civil e Criminal do Distrito Federal. Foi também professor de direito criminal na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1897) e um dos fundadores do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. Morreu no Rio de Janeiro em 1928.

Estevão Ribeiro de Resende

18.5.1827 a 20.11.1827

Nasceu no arraial dos Prados, comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, em 20 de julho de 1777. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1803. Foi juiz de fora em Palmela (1806), Portugal, além de ter recebido um cartório em São João del-Rei, Minas Gerais, por seviços prestados. No Brasil, exerceu diversas funções na magistratura, entre elas a de juiz de fora em São Paulo (1810), fiscal dos diamantes em Serro Frio, Minas Gerais (1813), e desembargador da Relação da Bahia (1814). Ocupou ainda o cargo de ajudante do intendente-geral da polícia (1817), chegando a intendente-geral da Polícia da Corte (1823), desembargador da Casa da Suplicação (1818) e superintendente-geral dos contrabandos (1821). Nomeado para o Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias (1822), elegeu-se deputado constituinte (1823). Tornou-se ministro do Império (1824) e ministro de Estado dos Negócios da Justiça (1827). Recebeu os títulos de barão, conde e marquês de Valença. Morreu no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1856.

Eurico de Aguiar Sales

4.11.1957 a 8.7.1958

Nasceu em Vitória, Espírito Santo, em 24 de agosto de 1910. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1931. Em 1935 assumiu a cátedra de direito comercial na Faculdade de Direito do Espírito Santo e foi consultor jurídico do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Durante o Estado Novo, foi secretário de Educação e Cultura em seu estado, de 1937 a 1943. Com a redemocratização do país, em 1945, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) no Espírito Santo, pelo qual se elegeu deputado na Assembleia Nacional Constituinte (1946) e deputado federal (1950). No

governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi diretor (1956) da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), presidente (1956) do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1957) e membro do Conselho Nacional de Economia (1958). Morreu no Rio de Janeiro em 1º de setembro de 1959.

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara

29.9.1848 a 11.5.1852

Nasceu em São Paulo de Luanda, Angola, em 27 de dezembro de 1812. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1832. Atuou como juiz do crime (1832), juiz de fora, juiz de direito, chefe de Polícia (1833) e ministro do Supremo Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro (1864). Foi ainda deputado provincial no Rio de Janeiro (1838), deputado geral por diversos mandatos (1843, 1848, 1850 e 1853) e líder do Partido Conservador. Como ministro da Justiça, foi responsável pela regulamentação da Lei Eusébio de Queirós, de sua autoria, que declarou extinto o tráfico de escravos africanos no país. Durante sua gestão, foi promulgado também o Código Comercial do Império (1850). Vereador da Casa Imperial, recebeu os títulos de comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem de Medsidie, da Turquia. Tornou-se senador (1850) e conselheiro de Estado (1855). Morreu no Rio de Janeiro em 7 de maio de 1868.

Félix Gaspar de Barros e Almeida

28.5.1906 a 15.11.1906

Nasceu em Santo Antônio de Jesus, Bahia, em 15 de janeiro de 1865. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Ocupou diversos cargos na magistratura local, entre os quais o de promotor público em Nazaré das Farinhas (1886), juiz municipal em Maragogipe e São Felipe (1889), juiz de direito nas comarcas de Rio São Francisco (1891) e Feira de Santana (1892), chefe de polícia (1896) e secretário de Segurança Pública do estado da Bahia (1896). Em seguida, foi eleito deputado federal por sucessivos mandatos (1900 e 1903), até ser nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo presidente Rodrigues Alves. Morreu no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1907.

Fernando Lobo Leite Pereira

10.2.1892 a 8.12.1893

Nasceu em Campanha, Minas Gerais, em 8 de junho de 1851. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1876. Defensor da causa republicana, durante o governo do marechal Floriano Peixoto exerceu os cargos de ministro do Exterior (1891) e da Justiça e Negócios Interiores (1892). Elegeu-se senador pelo estado de Minas Gerais (1897) e concorreu à vice-presidência da República (1898), tendo sido derrotado por Francisco de Assis Rosa e Silva. Foi ainda presidente do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais (1900) e vice-presidente do Banco do Brasil (1915). Morreu no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1918.

Fernando Soares Lyra

15.3.1985 a 13.2.1986

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 8 de outubro de 1938. Formou-se pela Faculdade de Direito de Caruaru em 1964. Pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi deputado estadual em Pernambuco (1967) e deputado federal (1971, 1975). Com o fim do bipartidarismo, elegeu-se deputado federal pelo PMDB (1979, 1983) e deputado da

Assembleia Constituinte (1987). Participou ativamente do movimento Diretas Já, que reivindicava a volta das eleições diretas para a Presidência da República. Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, que previa a realização de eleições diretas ainda naquele ano, coordenou, no Congresso Nacional, a campanha de Tancredo Neves à presidência da República. Com a morte de Tancredo, eleito presidente pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, tornou-se ministro da Justiça no primeiro ano do governo de José Sarney, empossado na Presidência. Ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1987 e candidatou-se, sem sucesso, à vice-presidência da República nas eleições de 1989, na chapa de Leonel Brizola. Reeleito deputado federal (1994), após deixar o Congresso presidiu a Fundação Joaquim Nabuco, no seu estado natal.

Francisco Antunes Maciel Júnior

7.11.1932 a 24.7.1934

Nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 4 de maio de 1881. Concluiu seus estudos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1902. Foi deputado federal em diferentes mandatos (1921, 1924 e 1930), tendo lutado ao lado dos federalistas na revolta suscitada pela denúncia de fraude nas eleições de 1923. Participou da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e empossou Getúlio Vargas na presidência da República. Em seguida, foi nomeado secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1930), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1932) e diretor do Banco do Brasil (1934). Afastou-se da carreira política após a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, mas retornou durante o governo do marechal Eurico Dutra como membro do conselho técnico do Instituto de Resseguros do Brasil (1946) e presidente do Instituto Nacional do Sal (1950). Durante o segundo governo Vargas, foi nomeado diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1953). Morreu no Rio de Janeiro em 1º de novembro de 1966.

Francisco de Assis Rosa e Silva

4.1.1889 a 7.6.1889

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 4 de outubro de 1857. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1877. Filiou-se ao Partido Conservador e foi deputado provincial (1882), deputado geral (1886) e ministro da Justiça durante o penúltimo gabinete do Império (1889). Após a Proclamação da República, continuou a desempenhar um papel de destaque na política nacional. Fundou o Partido Republicano Federal (PRF) e foi eleito senador por diversos mandatos (1896, 1902, 1915 e 1924), tendo sido vice-presidente da República durante o governo de Campos Sales (1898-1902). Concorreu ao governo de Pernambuco em 1911, mas não teve sua vitória reconhecida pela Assembleia Legislativa, que empossou seu adversário, o general Dantas Barreto. No Senado, foi autor do substitutivo que deu origem à chamada Lei Rosa e Silva, de 15 de novembro de 1904, que redefiniu o sistema eleitoral que vigorou até o final da chamada República Velha. Foi dono do jornal *Diário de Pernambuco*, adquirido em 1901 e vendido ao industrial Carlos de Lira em 1913. Morreu no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1929.

Francisco de Meneses Pimentel

11.4.1955 a 31.1.1956

Nasceu em Santa Quitéria, Ceará, em 12 de outubro de 1887. Formou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1914. Foi professor substituto (1917), catedrático (1918) e diretor

da Faculdade de Direito do Ceará (1921). No seu estado natal, foi deputado estadual (1929), juiz do Tribunal Regional Eleitoral (1932), governador (1935) e interventor nomeado por Vargas após a instauração do Estado Novo (1937). Com a redemocratização do país, em 1945, foi eleito vice-governador do estado do Ceará e, em seguida, deputado federal (1950 e 1954). Assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores no governo de Nereu Ramos, permanecendo no cargo até a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956. Após deixar o ministério, retornou à Câmara dos Deputados, elegendo-se depois senador por dois mandatos (1958 e 1966). Após o golpe civil-militar de 1964 e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo, reelegendo-se senador (1966). Morreu no Rio de Janeiro em 19 de maio de 1973.

Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque

16.4.1839 a 1.9.1839

Nasceu em Pernambuco, em 1795. Doutor em direito, formou-se pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 1820. Jurisconsulto, foi juiz de fora e desembargador da Relação de Pernambuco, representante de sua província natal na primeira Assembleia Constituinte (1823) após a Independência e deputado geral por sucessivos mandatos (1826, 1830, 1834, 1838). Foi ainda presidente da província de Pernambuco (1833) e senador do Império (1838). Durante a regência de Araújo Lima, assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1839) e foi ministro interino do Império por curto período (1839). Sua trajetória política caracterizou-se pelo fato de não possuir ligação direta com nenhum dos partidos da época. Publicou as obras *Breves reflexões retrospectivas, políticas, morais e sociais sobre o Império do Brasil e suas relações com outras nações*, e *Estudo sobre a instituição do crédito predial em França*. Comendador da Ordem de Cristo, integrou o Conselho de Estado e foi membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Morreu em 7 de julho de 1869.

Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato

3.3.1861 a 24.5.1862 | 7.3.1871 a 20.4.1872

Nasceu no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1815. Iniciou o curso jurídico na Faculdade de Direito do Recife e concluiu-o na Faculdade de Direito de São Paulo em 1834. Ocupou diversos cargos na magistratura, entre eles o de juiz de órfãos em Niterói (1835) e juiz de direito em diferentes comarcas a partir de 1838, tendo sido ainda chefe de polícia na Bahia (1840) e diretor da Alfândega do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado geral por diversos mandatos (1850, 1853, 1861 e 1867) e nomeado senador do Império (1869) e conselheiro de Estado (1870). Ocupou a pasta da Justiça por duas vezes, durante os gabinetes do marquês de Caxias (1861) e do visconde do Rio Branco (1871), tendo participado da promulgação da Lei do Ventre Livre. Assumiu também interinamente a Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1861). Foi agraciado com a comenda da Imperial Ordem de Cristo e o título de visconde de Niterói. Morreu no Rio de Janeiro em 14 de julho de 1884.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos

4.5.1857 a 12.12.1858

Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 28 de dezembro de 1812. Irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, personagem de destaque na história política do Império, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1835. Na magistratura ocupou, entre

outros cargos, o de juiz municipal e de órfãos em Ouro Preto (1836), juiz de direito substituto da comarca de Paraibuna e juiz de direito da comarca de Rio das Mortes (1839). Assumiu por duas vezes o cargo de chefe de polícia em Minas Gerais (1842 e 1849), província da qual foi também presidente (1853). Atuou ainda como chefe de polícia da Corte (1853) e presidente da província de São Paulo (1856). Elegeu-se deputado provincial (1840), deputado geral (1843 e 1850) e foi nomeado senador do Império no Segundo Reinado (1857). Ocupou a pasta da Justiça durante o gabinete liderado pelo marquês de Olinda (1857). Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi agraciado com os títulos de comendador da Ordem de Cristo e oficial da Ordem da Rosa. Morreu no Rio de Janeiro em 3 de março de 1863.

Francisco Gê Acaiaba de Montezuma

16.5.1837 a 19.9.1837

Nasceu em Salvador, Bahia, em 23 de março de 1794. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1821. Batizado com o nome de Francisco Gomes Brandão, adotou o de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma durante a luta pela independência. Foi redator do jornal *O Independente Constitucional* e participou ativamente do movimento pela independência na Bahia, tendo ocupado o cargo de secretário da junta de governo local e recebido do imperador a Imperial Ordem do Cruzeiro em 1822. Participou da Assembleia Constituinte e foi desterrado para a Europa após sua dissolução (1823). Ao retornar ao país, assumiu a cadeira de deputado geral pela Bahia como suplente (1831), elegendo-se ao cargo apenas em 1837. Durante a regência de Diogo Antônio Feijó, ocupou as pastas da Justiça (1837) e dos Negócios Estrangeiros. Foi ainda ministro plenipotenciário em Londres (1840), senador do Império (1851) e conselheiro de Estado (1859). Fundou o Instituto dos Advogados Brasileiros (1843) e foi seu primeiro presidente, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entre outras instituições. Foi agraciado com o título de visconde de Jequitinhonha (1854). Morreu no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1870.

Francisco Januário da Gama Cerqueira

15.2.1877 a 5.1.1878

Nasceu em São João del-Rei, Minas Gerais, em 3 de janeiro de 1827. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1854. Foi deputado geral, presidente da província de Goiás (1857) e oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Assumiu a pasta da Justiça durante o terceiro gabinete do Duque de Caxias (1877). Destacou-se por sua oposição à Lei do Ventre Livre e pelo discurso "Reforma do elemento servil", proferido em 1º de agosto de 1871 na Câmara dos Deputados. Morreu em São José de Além Paraíba, Minas Gerais, em 1889.

Francisco José Furtado

24.5.1862 a 30.5.1862 | 31.8.1864 a 12.5.1865

Nasceu em Oeiras, Piauí, em 3 de agosto de 1818. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1838. Ocupou diversos cargos na magistratura, entre eles o de juiz de direito em Caxias e de juiz especial do comércio em São Luís, ambos no Maranhão. Foi deputado geral em diferentes mandatos (1848, 1861 e 1864) até ser nomeado senador do Império (1864), tendo sido também presidente da província do Amazonas (1857). Vinculado aos liberais, assumiu a pasta da Justiça durante o curto

período do gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1862) e retornou ao cargo em 1864, quando foi nomeado pelo imperador para uma das funções mais importantes do Império, a de presidente do Conselho de Ministros, responsável por indicar os ocupantes de todas as pastas. Seu gabinete durou cerca de oito meses. Morreu no Rio de Janeiro em 20 de julho de 1870.

Francisco Luís da Silva Campos

6.12.1930 a 26.12.1930 (interino) | 4.3.1932 a 17.9.1932 (interino) | 9.11.1937 a 17.7.1942

Nasceu em Dores do Indaiá, Minas Gerais, em 18 de novembro de 1891. Formou-se na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte em 1914, onde ingressou como professor substituto da cadeira de direito público constitucional (1918). Foi deputado estadual (1919), deputado federal por dois mandatos (1921 e 1924) e secretário de Interior do seu estado natal (1926). Participou da Revolução de 1930, sendo em seguida nomeado ministro da recém-criada pasta da Educação e Saúde Pública (1930) e ministro interino da Justiça por dois curtos períodos, em 1930 e 1932. Aliado do presidente Getúlio Vargas, foi nomeado também consultor-geral da República (1933) e secretário de Educação do Distrito Federal (1935). Jurista, assumiu o Ministério da Justiça dois dias antes do golpe que institui o Estado Novo (1937) com a missão de elaborar uma nova Constituição para o país, a ser outorgada pelo presidente. Após deixar o ministério, foi nomeado representante brasileiro na Comissão Jurídica Interamericana (1943). Participou dos movimentos que depuseram os governos de Vargas (1945) e de João Goulart (1964), contribuindo, no regime que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, para a Constituição de 1967 e os atos institucionais n. 1 e 2. Morreu em Belo Horizonte, em 1º de novembro de 1968.

Francisco Maria Sodré Pereira

6.6.1884 a 6.5.1885

Nasceu em Santo Amaro, Bahia, em 16 de janeiro de 1836. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1858. Foi deputado geral por diferentes mandatos, ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1879) e presidente da província de Pernambuco (1882). Durante o gabinete liderado por Manuel Pinto de Sousa Dantas, ocupou a pasta da Justiça (1884). Após a queda do Império e a Proclamação da República, participou da Assembleia Constituinte que promulgou uma nova Constituição para o país em 1891, e foi deputado federal por diversas legislaturas até 1902. Morreu no Rio de Janeiro em 1903.

Francisco Negrão de Lima

13.9.1938 a 28.9.1938 (interino) | 3.3.1939 a 27.3.1939 (interino) | 2.8.1939 a 19.8.1939 (interino) | 17.1.1941 a 19.1.1941 (interino) | 31.1.1951 a 26.6.1953

Nasceu em São João Nepomuceno, Minas Gerais, em 24 de agosto de 1901. Formou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1904. Apoiou a Revolução de 1930 e foi deputado na Assembleia Constituinte de 1933, por Minas Gerais, renovando seu mandato em 1934. Grande aliado do presidente Getúlio Vargas na articulação política que permitiu a instauração do Estado Novo, em 1937, foi em seguida nomeado chefe de gabinete do ministro da Justiça e Negócios Interiores Francisco Campos, tendo atuado como ministro interino em diversas ocasiões (1938, 1939 e 1941). Foi também embaixador na Venezuela (1941) e no Paraguai (1946) antes de assumir a pasta da Justiça como titular em 1951, durante o segundo governo Vargas. Ocupou ainda os cargos de prefeito

do Distrito Federal (1956), ministro das Relações Exteriores (1958), embaixador em Portugal (1959) e governador do estado da Guanabara (1965). Morreu no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1981.

Francisco Prisco de Sousa Paraíso

24.5.1883 a 6.6.1884

Nasceu em Cachoeira, Bahia, em 18 de janeiro de 1840. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1864. Na sua província natal, foi promotor em Cachoeira (1868) e deputado provincial. Ligado à ala política liberal, foi deputado geral por diferentes legislaturas (1878 a 1885) e ministro da Justiça durante o gabinete chefiado por Lafaiete Rodrigues Pereira (1883). Continuou a atuar na política nacional após o fim do Império e o advento da República, tendo sido deputado à Assembleia Constituinte de 1891 e deputado federal na primeira legislatura do novo regime, de 1891 a 1893. Morreu em Salvador, em 8 de novembro de 1895.

Francisco Ramiro de Assis Coelho

1.9.1839 a 18.5.1840

Doutor em direito, formou-se pela Universidade de Coimbra, Portugal. Foi deputado na Assembleia Provincial da Bahia durante as três primeiras legislaturas, mandato que exerceu juntamente com o de deputado geral na Corte. Na legislatura de 1835, assumiu como deputado geral em substituição ao arcebispo da Bahia, Romualdo Antônio de Seixas, que se afastara por motivos de saúde. Nomeado para a pasta da Justiça durante a regência de Araújo Lima, seu contemporâneo em Coimbra, foi também ministro interino da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e membro do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro (1843).

Golbery do Couto e Silva

7.1.1980 a 9.1.1980

Nasceu na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 21 de agosto de 1911. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cursou a Escola Militar do Realengo (1927) e a Escola de Estado-Maior do Exército (1941), iniciando uma longa carreira nas forças armadas. Foi oficial da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial (1944) e, de volta ao Brasil, serviu em Porto Alegre, na 3ª Região Militar, e no Rio de Janeiro, no Estado-Maior do Exército (EME) e no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Promovido a tenente-coronel (1951) e coronel (1956), foi chefe de gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional durante o governo de Jânio Quadros, transferindo-se para a reserva, poucos meses depois de deixar o cargo, no posto de general de divisão (1961). Ligado à Escola Superior de Guerra (ESG) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), foi um dos principais mentores da doutrina de segurança nacional e do golpe civil-militar de 1964. Durante o regime militar, foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Castelo Branco, ministro do Tribunal de Contas da União no governo Costa e Silva e ministro-chefe do Gabinete Civil dos presidentes Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Assumiu o Ministério da Justiça por dois dias, após a morte do titular da pasta, Petrônio Portela. Morreu em São Paulo, em 18 de setembro de 1987.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja

3.6.1836 a 16.5.1837

Nasceu em Salvador, Bahia, em 1798. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal. Como magistrado, foi juiz de fora em Penedo (1823), ouvidor da comarca de Sertão, em Pernambuco (1824), e desembargador das relações de Pernambuco (1826), do Maranhão e do Rio de Janeiro (1837). Em 1855 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, tendo sido ainda deputado geral pelas províncias do Alagoas (1826) e Ceará (1842). Assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça durante a regência de Diogo Antônio Feijó, tornando-se também ministro interino da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1836) e dos Negócios Estrangeiros (1836). Foi agraciado com os títulos do Conselho (1841) e de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial (1857). Morreu no Rio de Janeiro em 9 de março de 1867.

Honório Hermeto Carneiro Leão

13.9.1832 a 14.5.1833 | 20.1.1843 a 2.2.1844

Nasceu na vila de Jacuí, Minas Gerais, em 11 de janeiro de 1801. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1825. Como magistrado, ocupou os cargos de juiz de fora de São Sebastião (1826), auditor da Marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, e desembargador da Relação de Pernambuco. Teve extensa carreira política, representando sua província natal como deputado geral por três legislaturas (1830, 1834 e 1838) até ser nomeado senador (1843). Foi ainda presidente das províncias do Rio de Janeiro (1841) e Pernambuco (1849). Nomeado por duas vezes para a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, ocupou também a pasta dos Negócios Estrangeiros (1843) e a da Fazenda (1853 e 1855). Membro do Conselho de Estado (1843), tornou-se presidente do Conselho de Ministros (1853). Foi agraciado com a Ordem do Cruzeiro (1841), a Grã-Cruz da Ordem de Cristo (1851), a Grão-Cruz da Real Ordem Militar, o título de visconde (1852) e, depois, marquês do Paraná (1854). Morreu no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1856.

Ibrahim Abi-Ackel

9.1.1980 a 13.3.1985

Nasceu em Manhumirim, Minas Gerais, em 2 de março de 1927. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1946. Foi procurador-geral da prefeitura de Belo Horizonte (1960) e deputado estadual em Minas Gerais (1963) pelo Partido Social Democrático (PSD). Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 em 1965, seguida da instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo. Pela Arena, foi deputado estadual (1967 e 1971), deputado federal (1975 e 1979), vice-líder e líder do governo (1970), tendo integrado a comissão parlamentar que examinou o projeto da Lei da Anistia (1979). Com a volta do pluripartidarismo em 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), pelo qual se elegeu deputado federal em sucessivas legislaturas. Foi nomeado ministro da Justiça no governo do general João Batista Figueiredo, atuando diretamente no processo de redemocratização do país. Após deixar o ministério, retomou sua atividade parlamentar, assumindo o mandato de deputado federal em sucessivas legislaturas entre 1986 e 2007. Foi também secretário de Defesa Social do governo de Minas Gerais (2006). Passou a exercer a advocacia em Belo Horizonte.

Íris Resende Machado

22.5.1997 a 31.3.1998

Nasceu em Cristianópolis, Goiás, em 22 de dezembro de 1933. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Goiás em 1960. No seu estado natal, foi vereador (1958), deputado estadual (1963) e prefeito de Goiânia (1965). Após a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Teve seus direitos políticos cassados em 1968, após a promulgação do AI-5, retomando-os apenas em 1979. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB e elegeu-se governador de Goiás em duas ocasiões (1982 e 1990), ocupando também o cargo de ministro da Agricultura de 1986 até o fim do governo José Sarney, em 1990. Foi eleito senador (1994) e ocupou a presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Assumiu o Ministério da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, desincompatibilizando-se do cargo (1998) para disputar o governo de Goiás. Derrotado no pleito, voltou ao Senado e tornou-se vice-líder do PMDB (2000). Concluiu o mandato em 2003 e elegeu-se prefeito (2004) de Goiânia, reelegendo-se em 2008. Deixou a Prefeitura para concorrer ao governo de Goiás em 2010, mas não conseguiu se eleger.

Jarbas Gonçalves Passarinho

15.10.1990 a 1.4.1992

Nasceu em Xapuri, Acre, em 11 de janeiro de 1920. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cursou a Escola Militar do Realengo (1940), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1950) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1953). Ocupou diversos cargos na estrutura das forças armadas, entre eles o de chefe do estado-maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar (1962). Após o golpe civil-militar de 1964, foi governador do Pará, por indicação do presidente Castelo Branco (1964). Senador (1966 e 1974) pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi também ministro do Trabalho e Previdência Social (1967) do governo Costa e Silva, ministro da Educação do governo Garrastazu Médici (1969) e ministro da Previdência e Assistência Social (1983) do governo João Batista Figueiredo. Com o fim do regime militar e a redemocratização do país, elegeu-se senador constituinte em 1986 pelo Partido Democrático Social (PDS). Assumiu o Ministério da Justiça durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990), deixando a pasta em 1992 para voltar ao Senado, onde permaneceu até o final do mandato (1995). Foi ainda consultor do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) e membro efetivo do Conselho da República (1998) no governo de Fernando Henrique Cardoso.

João Ferreira de Moura

3.7.1882 a 24.5.1883

Nasceu em Santo Amaro, Bahia, em 27 de março de 1830. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1852. Foi deputado provincial (1854 e 1856), deputado geral por diversos mandatos e vice-presidente da província da Bahia (1870). Além de ministro da Justiça durante o gabinete formado pelo visconde de Paranaguá, ocupou também as pastas da Marinha (1878) e da Agricultura, Viação e Obras Públicas (1885). Após a Proclamação da República, foi um dos fundadores do Partido Nacional e continuou atuando no parlamento do seu estado natal até 1896, quando se afastou da política. Morreu em Santo Amaro, em 15 de junho de 1912.

João Inácio da Cunha

4.12.1829 a 19.3.1831 | 5.4.1831 a 7.4.1831

Nasceu na cidade de São Luís, capitania do Maranhão, em 23 de junho de 1781. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1806, e exerceu o cargo de juiz de órfãos em Lisboa (1807). Nesse mesmo ano retornou ao Brasil e iniciou carreira na magistratura, tendo sido nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, chanceler, desembargador de agravos e regedor da Casa da Suplicação do Brasil (1824). Foi também desembargador da Mesa do Desembargo do Paço, intendente-geral de Polícia da Corte e senador. Nomeado ministro de Estado dos Negócios da Justiça em 1829 e 1831, assumiu ainda a pasta do Império (1828). Conselheiro de Estado, barão (1825) e visconde de Alcântara (1826), foi agraciado com os títulos da Ordem Militar da Torre da Espada (1808), da Ordem de Cristo e com a Imperial Ordem do Cruzeiro. Foi sócio fundador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu primeiro presidente (1827). Morreu no Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1834.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu

2.6.1862 a 9.2.1863 (interino) | 9.2.1863 a 15.1.1864

Nasceu em São Miguel dos Campos, Alagoas, em 20 de novembro de 1810. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1835 e obteve o grau de doutor pela Universidade de Iena, na Alemanha, em 1837. Ocupou diversos cargos públicos, entre eles o de presidente das províncias de Alagoas (1840), Sergipe (1841), Rio Grande do Sul (1852) e Bahia (1856). Foi ainda deputado geral (1843 e 1854), senador (1858) e membro do Conselho de Estado. Exerceu o cargo de juiz de direito nas comarcas de Chapada (1845), no Maranhão, Porto Imperial (1846), em Goiás, e Cantagalo (1848), no Rio de Janeiro, e foi chefe de polícia da Corte (1855). Além da pasta da Justiça, ocupou por duas vezes a dos Negócios Estrangeiros (1859 e 1879) e a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1862 e 1878), tendo sido também ministro interino da Fazenda (1878) e da Guerra (1879). Foi ainda presidente do Conselho de Ministros (1878) e ministro residente do Brasil no Uruguai (1843). Entre as inúmeras condecorações recebidas do governo imperial, foi agraciado com os títulos de comendador da Ordem de Cristo (1841), oficial da Ordem da Rosa (1854) e visconde de Sinimbu (1888). Morreu no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1906.

João Luís Alves

15.11.1922 a 20.1.1925

Nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 23 de maio de 1870. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889. Ocupou diversos cargos na magistratura de seu estado natal, entre eles o de promotor público e curador de órfãos da comarca de Rio Verde (1890) e juiz municipal e de órfãos em Alfenas (1893). Foi também prefeito da cidade de Campanha (1898), Minas Gerais, deputado estadual (1899), deputado federal (1903 e 1906) e, pelo estado do Espírito Santo, senador (1908). Durante o governo de Artur Bernardes em Minas Gerais, foi secretário de Finanças do estado (1918). Assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores quando Artur Bernardes se tornou presidente da República, em 1922. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (1924), tomou posse depois de deixar o ministério. Morreu em Paris, em 15 de novembro de 1925.

João Lustosa da Cunha Paranaguá

10.8.1859 a 3.3.1861 | 3.8.1866 a 27.10.1866

Nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, Piauí, em 21 de agosto de 1821. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1846 e ocupou

diversos cargos na magistratura, aposentando-se como desembargador (1878). Foi presidente das províncias do Maranhão (1858), Pernambuco (1865) e Bahia (1881). Elegeu-se deputado provincial em 1848 e deputado geral por sucessivos mandatos a partir de 1850. Foi também senador (1865) e membro do Conselho de Estado (1879). Durante o Segundo Reinado, além de ocupar por duas vezes a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, foi ministro dos Negócios Estrangeiros (1885), da Fazenda (1882) e da Guerra (1866 e 1879). Em 1882, exerceu ainda um dos cargos mais importantes da política nacional, o de presidente do Conselho de Ministros. Recebeu o título de marquês de Paranaguá (1888) e afastou-se da política após a Proclamação da República. Morreu no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1912.

João Mangabeira

18.9.1962 a 7.6.1963

Nasceu em Salvador, Bahia, em 26 de junho de 1880. Formou-se pela Faculdade de Direito de Salvador em 1897, aos 17 anos. Transferiu-se para Ilhéus, Bahia, onde se dedicou à advocacia e fundou o jornal *A Luta*. Foi deputado estadual (1906), prefeito de Ilhéus (1908), deputado federal (1915, 1918, 1921, 1924 e 1927) e senador (1930). Teve seu mandato interrompido com a deflagração da Revolução de 1930, mas elegeu-se novamente deputado federal em 1935. Preso sob a acusação de envolvimento com comunistas em 1936, retornou à Câmara dos Deputados no ano seguinte, mas teve o mandato mais uma vez interrompido, dessa vez pelo golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo. Com a redemocratização do país, em 1945, integrou a Esquerda Democrática (ED), que reunia opositores ao governo de Getúlio Vargas e que se transformou, em 1946, no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Elegeu-se suplente de deputado na Assembleia Constituinte (1947). Foi ministro de Minas e Energia (1962) durante parte do governo parlamentarista que sucedeu à renúncia do presidente Jânio Quadros, e ocupou a pasta da Justiça e Negócios Interiores durante o governo João Goulart. De 1956 a 1960, foi membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas. Morreu no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1964.

Joaquim Cavalcanti Ferreira Chaves Filho

10.3.1921 a 25.4.1921 (interino) | 3.9.1921 a 12.9.1921 (interino) | 12.9.1921 a 15.11.1922

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 15 de outubro de 1852. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1873. Ocupou diversos cargos na magistratura, entre eles o de adjunto de promotor em Palmeiras (1874), Pernambuco; e no Rio Grande do Norte, o de promotor público na comarca de Maioridade (1874), curador-geral de órfãos e juiz municipal de órfãos de Pau dos Ferros (1878), juiz de direito de Trairi (1887), juiz de casamentos em Natal (1890), procurador-geral do estado (1892) e desembargador da Relação (1893). Com a deposição do presidente do Rio Grande do Norte, o deodorista Miguel Joaquim de Almeida Castro, integrou a junta que assumiu o governo do estado (1892). Foi ainda presidente do Rio Grande do Norte em duas ocasiões (1896 e 1914) e senador por esse estado em diferentes legislaturas, de 1903 a 1930. Assumiu a pasta da Marinha no governo de Epitácio Pessoa (1921), mas foi transferido para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de início, interinamente, e em seguida, como titular. Morreu no Rio de Janeiro em 12 de março de 1937.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz

20.8.1885 a 10.5.1887

Nasceu em Espírito Santo dos Cunquibus, Minas Gerais, em 26 de dezembro de 1824. Por sua iniciativa, a partir de 1850, sua cidade natal passou a se chamar Cristina, em homenagem à imperatriz Tereza Cristina. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1848. Ocupou o cargo de juiz municipal e de órfãos em Itajubá, Minas Gerais, e de inspetor de rendas. Foi presidente (1857) e vice-presidente (1860) de sua província natal e, a partir de 1853, deputado geral em diversas legislaturas, até tornar-se senador (1870) e membro do Conselho de Estado. Além de ministro da Justiça durante o gabinete formado pelo barão de Cotegipe, ocupou as pastas da Marinha (1872) e da Guerra (1887). Amigo pessoal do imperador d. Pedro II, retirou-se da política após a Proclamação da República. Foi agraciado pelo governo imperial com os títulos de conselheiro do Império e oficial da Ordem da Rosa. Morreu em Cristina, em 4 de junho de 1903.

Joaquim Maurício Cardoso

21.12.1931 a 4.3.1932

Nasceu em Soledade, Rio Grande do Sul, em 8 de agosto de 1888. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. Foi deputado estadual no Rio Grande do Sul (1913), mas renunciou ao mandato em 1914 por discordar de medidas adotadas pelo presidente daquele estado. Elegeu-se novamente deputado estadual (1929) e foi membro da Aliança Liberal, coligação de âmbito nacional que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1929. Participou ativamente da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e empossou Vargas na Presidência. Assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores no ano seguinte, e foi responsável pela elaboração de um novo código eleitoral para o país. Participou da Assembleia Constituinte de 1933 e da Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1934. No seu estado natal, ocupou ainda os cargos de secretário do Interior (1937), interventor federal interino (1938) e secretário de Agricultura (1938). Morreu em um acidente de avião, em 15 de maio de 1938.

Joaquim Otávio Nébias

10.1.1870 a 9.6.1870

Nasceu em Santos, São Paulo, em 1º de junho de 1811. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1834. Foi juiz municipal na sua cidade natal (1834) e deputado geral em diversas legislaturas entre 1843 e 1872, tendo exercido a presidência da Câmara dos Deputados (1869). Foi ainda presidente da província de São Paulo (1852) e um dos principais membros do Partido Conservador durante o Segundo Reinado. Ocupou o cargo de ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça durante o gabinete presidido pelo visconde de Itaboraí. Morreu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1872.

José Antônio Pimenta Bueno

29.1.1848 a 8.3.1848 (interino) | 8.3.1848 a 31.5.1848

Nasceu em Santos, São Paulo, em 4 de dezembro de 1803. Um dos primeiros formandos da Faculdade de Direito de São Paulo (1832), exerceu diversos cargos na magistratura, entre eles o de juiz de fora (1823), juiz de direito e chefe de polícia em sua cidade natal, desembargador da Relação do Maranhão (1843) e do Supremo Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro. Foi ainda presidente das províncias do Mato Grosso (1836) e Rio Grande

do Sul (1850), ministro plenipotenciário em Assunção (1844), Paraguai, deputado geral (1845) e senador (1853). Ocupou por duas vezes a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1848 e 1870), foi ministro da Justiça e presidente do Conselho de Ministros (1870). Agraciado com o título de visconde e, posteriormente, marquês de São Vicente, foi membro do Conselho de Estado e teve destacada participação na elaboração da Lei do Ventre Livre, em 1871. Morreu no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1878.

José Bernardino Batista Pereira de Almeida

25.9.1828 a 22.11.1828

Nasceu em Campos dos Goitacases, então na capitania do Espírito Santo, em 20 de maio de 1783. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1812. Foi juiz de fora de Santo Antônio de Sá e de Magé, e provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes e de Capelas e Resíduos (1815). Elegeu-se deputado às Cortes Gerais Constituintes da Nação Portuguesa pela província do Espírito Santo (1821), mas não tomou assento em Lisboa. Foi deputado à Assembleia Constituinte dissolvida por d. Pedro I (1823) e deputado para a Assembleia Geral do Império Brasileiro (1826). Ministro das pastas da Fazenda (1828) e da Justiça (1828), reelegeu-se deputado em 1830 e ao fim dessa legislatura retirou-se da vida pública. Integrou o Conselho de Estado, foi comendador da Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa. Morreu em Itaboraí, na freguesia de São Gonçalo, município de Niterói, em 29 de Janeiro de 1861.

José Bernardo Cabral

15.3.1990 a 14.10.1990

Nasceu em Manaus, Amazonas, em 27 de março de 1932. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas em 1954. No seu estado natal, entre outros cargos públicos, foi delegado (1955), promotor substituto da comarca de Itacoatiara (1955), chefe de polícia (1957), secretário do Interior e Justiça (1958), chefe da Casa Civil (1959) e procurador jurídico e fazendário (1961). Elegeu-se deputado estadual (1963) e, após a instauração do bipartidarismo, deputado federal (1967) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), perdendo seu mandato após a promulgação do AI-5 (1968). Manteve ativa participação em entidades que lutaram pela redemocratização do país, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da qual foi presidente nacional (1981). Com o fim do bipartidarismo em 1979, elegeu-se deputado pelo Amazonas na Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do PMDB (1987), licenciando-se do mandato para assumir o Ministério da Justiça (1990) durante o governo de Fernando Collor de Melo. Eleito senador (1994), foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Nas eleições de 2002 disputou, sem sucesso, uma vaga no Senado.

José Carlos de Macedo Soares

3.6.1937 a 9.11.1937 | 24.4.1957 a 27.5.1957 (interino)

Nasceu em São Paulo, em 6 de novembro de 1883. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1905. Presidente da Associação Comercial de São Paulo durante a Revolta de 1924, participou ativamente das negociações para pôr fim ao movimento dos militares contrários ao governo do presidente Artur Bernardes. Acusado de colaborar com os revoltosos, foi preso e exilado após o fim do movimento. De volta ao Brasil, tornou-se membro da Aliança Liberal, coligação que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Participou da Revolução de 1930 e assumiu, em seguida, o cargo de secretário do Interior de São

Paulo. Foi deputado à Assembleia Constituinte de 1933 e, durante o primeiro governo Vargas, ministro das Relações Exteriores (1934) e da Justiça (1937). Interventor federal no estado de São Paulo (1945), voltou a assumir o Ministério das Relações Exteriores durante o governo interino de Nereu Ramos (1955), permanecendo no cargo após a posse de Juscelino Kubitschek (1956). Foi ainda presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, a partir de 1937, membro da Academia Brasileira de Letras. Morreu em São Paulo, em 28 de janeiro de 1968.

José Carlos Dias

19.7.1999 a 14.4.2000

Nasceu na cidade de São Paulo, em 30 de abril de 1939. Formou-se em direito na Universidade de São Paulo (USP) em 1963. Sua carreira foi pautada pela luta em prol dos direitos humanos, tendo atuado na defesa de presos políticos durante o regime militar e na formação, em 1972, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, da qual foi presidente de 1979 a 1980. Assumiu a Secretaria estadual de Justiça e Direitos do Cidadão de São Paulo, entre 1983 e 1986, no governo de Franco Montoro, e participou ativamente das campanhas pela redemocratização do país e do movimento Diretas Já, pela realização de eleições diretas para a Presidência da República. Foi ministro da Justiça durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e presidente do Conselho Superior de Coordenação do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (2002). Foi ainda conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, de 1967 a 1975, da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, associado do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta. Em 2012, foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para integrar a Comissão da Verdade, encarregada de apurar as violações aos direitos humanos cometidas no Brasil entre 1946 e 1988.

José Eduardo Cardozo

2.1.2011 (em exercício)

Nasceu na cidade de São Paulo, em 18 de abril de 1959. Formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1981, onde também concluiu o mestrado em direito civil (1993) e se tornou professor de direito administrativo. Na cidade de São Paulo, foi procurador municipal (1982), secretário de Governo (1989) na gestão da prefeita Luiza Erundina e vereador por três mandatos consecutivos, tendo sido presidente da Câmara Municipal em 2001 e 2002. Eleito deputado federal (2003), presidiu a Comissão Especial da Reforma do Poder Judiciário. Reelegeu-se em 2007 e desenvolveu intensa atividade parlamentar, participando de diferentes comissões na Câmara dos Deputados. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação, em 1980, atuou diretamente na campanha que elegeu Dilma Rousseff, a ex-ministra-chefe da Casa Civil, para a presidência da República em 2010, assumindo o Ministério da Justiça já nos primeiros dias do novo governo.

José Eduardo do Prado Kelly

18.4.1955 a 11.11.1955

Nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1904. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1925. Durante o Governo

Provisório de Vargas, foi membro da Comissão de Sindicância do Ministério da Agricultura (1930 e 1931), redator-chefe do Departamento Oficial de Publicidade (1931) e secretário da Imprensa Nacional (1932), além de redator do jornal *A Noite*. Filiado à União Progressista Fluminense (UPF), em 1933 foi eleito para a Constituinte, e no ano seguinte assumiu o mandato de deputado federal. Passou para a oposição ao governo de Getúlio Vargas e afastou-se da política após a instauração do Estado Novo, em 1937, retornando em 1945, com a redemocratização do país. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), pela qual se elegeu deputado constituinte (1945). Deputado federal (1954), assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores (1955) no governo de Café Filho. Foi eleito presidente (1960) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (1965). Atuou ainda como diretor vice-presidente da Companhia Docas de Santos (1948) e membro da Comissão Jurídica Interamericana (1973). Morreu no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1986.

José Francisco Tamm Bias Fortes

4.8.1950 a 31.1.1951

Nasceu em Barbacena, Minas Gerais, em 3 de abril de 1891. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1912. Foi vereador em Barbacena, deputado estadual (1914, 1918 e 1922), deputado federal (1925) e secretário de Segurança e Assistência Pública do governo de Minas Gerais (1926), pasta que acumulou com a do Interior e a da Agricultura (1928). Em 1933 articulou a fundação do Partido Progressista (PP), pelo qual se tornou deputado constituinte naquele ano e deputado federal (1934). Foi prefeito nomeado de Barbacena (1937) durante o Estado Novo. Em 1945 participou da criação do Partido Social Democrático (PSD) que o fez deputado federal no mesmo ano. Foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1950) no governo de Eurico Dutra e, na legenda do PSD, eleito governador de Minas Gerais (1956). Após a instauração do bipartidarismo, foi um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo. Foi presidente do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal (1951) e diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Morreu no Rio de Janeiro em 30 de março de 1971.

José Gregori

25.3.1995 a 30.3.1995 (interino) | 3.7.1995 a 5.7.1995 (interino) | 18.5.1996 a 23.5.1996 (interino) | 14.4.2000 a 14.11.2001

Nasceu em São Paulo, em 13 de outubro de 1930. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1950. Secretário particular de San Tiago Dantas, ministro do governo João Goulart, após o golpe civil-militar de 1964 dedicou-se à advocacia, tendo atuado na defesa de presos políticos e na formação, em 1972, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, da qual foi presidente. Foi conselheiro da Fundação Padre Anchieta de Cultura (1970), professor da Faculdade de Direito da PUC-SP e da Unicamp. Com o fim do bipartidarismo em 1979, foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo qual se elegeu deputado estadual (1982), filiando-se depois ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). De 1983 a 1987, no governo Franco Montoro, foi secretário extraordinário de Descentralização e Participação do estado de São Paulo.

Coordenador-geral do Programa Nacional de Direitos Humanos lançado em 1996, foi o primeiro ocupante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, criada em 1997. Nomeado ministro da Justiça (2000) no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, coordenou o Plano Nacional de Segurança Pública. De 2002 a 2003, foi embaixador em Portugal e, na volta ao Brasil, assumiu a Secretaria Especial de Direitos Humanos da cidade de São Paulo (2004), na qual em 2012 ainda permanecia.

José Ildefonso de Sousa Ramos

11.5.1852 a 14.6.1853 | 29.9.1870 a 7.3.1871

Nasceu em Baependi, Minas Gerais, em 28 de setembro de 1812. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1834. Presidiu as províncias do Piauí (1843), Minas Gerais (1848) e Pernambuco (1850). Foi deputado pelo Rio de Janeiro e Piauí, e senador por Minas Gerais (1853), tendo atuado como presidente da Câmara na legislatura de 1850 a 1852 e do Senado, de 1874 a 1881. Três vezes ministro, ocupou as pastas da Justiça (1852 e 1870) e do Império (1861). Foi ainda conselheiro de Estado (1876) e provedor da Santa Casa da Misericórdia, tendo sido agraciado com os títulos de barão das Três Barras (1867) e visconde de Jaguari (1872), e condecorado como cavaleiro da Ordem da Rosa e com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Morreu no Rio de Janeiro em 23 de julho de 1883.

José Joaquim Carneiro de Campos

21.1.1826 a 15.1.1827

Nasceu em Salvador, capitania da Bahia, em 4 de março de 1768. Formou-se em teologia e direito na Universidade de Coimbra e tornou-se oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em Portugal. Em 1807, já no Brasil, foi designado oficial e, mais tarde, oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Integrou o Conselho da Fazenda (1822) e elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte pelo Rio de Janeiro (1823). Nomeado ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros (1823), foi um dos dez escolhidos para compor o Conselho de Estado encarregado de redigir o projeto da Constituição de 1824, por ocasião da dissolução da Constituinte. Foi senador pela província da Bahia (1826), ministro de Estado dos Negócios da Justiça (1826-1827) e interino na pasta do Império (1823), cargo para o qual foi reconduzido como titular (1829-1830). Integrou a Regência Trina Provisória, que governou o país da abdicação de d. Pedro até a Regência Permanente (abr.-jul. 1831). Recebeu os títulos de visconde e marquês de Caravelas. Morreu no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1836.

José Joaquim Fernandes Torres

5.5.1846 a 17.5.1847

Nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 17 de abril de 1797. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1827. Assumiu, em seguida, o cargo de professor de direito criminal na Academia de São Paulo (1829), tendo sido o primeiro catedrático dessa disciplina. Foi deputado provincial em Minas Gerais (1835) e deputado à Assembleia Geral (1845), na qual exerceu a presidência (1846). Nomeado ministro da Justiça em 1846, foi em seguida senador por Minas Gerais (1848), presidente da província de São Paulo (1857) e ministro do Império (1866) durante o gabinete chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Morreu em Mariana, em 24 de dezembro de 1869.

José Joaquim Seabra

15.11.1902 a 28.5.1906

Nasceu em Salvador, Bahia, em 21 de agosto de 1855. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife (1877), onde passou a lecionar a partir de 1880. Promotor público em Salvador, ingressou na política e elegeu-se deputado constituinte (1890) e deputado federal (1891). Opôs-se ao presidente da República Floriano Peixoto e foi exilado. Anistiado em 1895, elegeu-se deputado federal para diferentes legislaturas (1897, 1900, 1909 e 1933) e presidente da Bahia (1912 e 1920). No governo de Rodrigues Alves, assumiu o Ministério da Justiça (1902) e, interinamente, o das Relações Exteriores (1902), e durante a presidência do marechal Hermes da Fonseca foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas (1910). Elegeu-se senador (1917) e foi candidato derrotado à Presidência da República em 1922. Seu último mandato político foi interrompido em 1937, com a instauração do Estado Novo. Morreu no Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1942.

José Martiniano de Alencar

16.7.1868 a 10.1.1870

Nasceu em Macejana, Ceará, em 1º de maio de 1829. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1850. Membro do Partido Conservador, foi nomeado pelo ministro da Justiça Nabuco de Araújo diretor da Segunda Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1859). Assumiu mais tarde o cargo de consultor (1861) da pasta da Justiça, da qual se tornaria titular, finalmente, em 1868. Abandonou a política em 1869 ao ser excluído, pelo imperador d. Pedro II, do pleito para senador por sua província natal. Considerado um dos mais importantes escritores românticos do país, sua extensa produção divide-se em romances, poesias, escritos políticos, obras teatrais, ensaios e trabalhos filológicos. Entre seus romances mais conhecidos, destacam-se *O Guarani, Iracema e Senhora*. Jornalista, foi colaborador do *Correio Mercantil* e redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* (1855). Morreu no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1877.

José Martins Rodrigues

27.8.1961 a 8.9.1961

Nasceu em Quixadá, Ceará, em 2 de setembro de 1901. Formou-se pela Faculdade de Direito de Fortaleza em 1922. Elegeu-se deputado estadual (1925), mas teve seu mandato interrompido pela Revolução de 1930. De 1935 a 1943, foi secretário do Interior e da Fazenda no Ceará e, em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), pelo qual se elegeu deputado federal (1954 e 1958). Nomeado ministro da Justiça (1961) pelo presidente interino Pascoal Ranieri Mazzilli, foi um dos principais negociadores da emenda constitucional n. 4, de 2 de julho de 1961, que implantou o regime parlamentarista de governo, o que possibilitou a posse de João Goulart na Presidência da República. Cumprindo mandato de deputado federal, com a instauração do bipartidarismo foi um dos fundadores, em 1966, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1967 participou da Frente Ampla, movimento que reivindicava o restabelecimento da democracia no país. Em 1969 teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo AI-5. Foi membro do Conselho Nacional de Educação (1947) e consultor jurídico do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1950). Morreu em Brasília, em 24 de junho de 1976.

José Renan Vasconcelos Calheiros

7.4.1998 a 19.7.1999

Nasceu em Murici, Alagoas, em 16 de setembro de 1955. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas em 1982. Foi deputado estadual (1978) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, com o fim do bipartidarismo, deputado federal (1982) e constituinte (1986) pelo PMDB, sucessor do MDB. Em 1988 participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas filiou-se, depois, ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Em 1989 apoiou o candidato do PRN, Fernando Collor de Melo, na primeira eleição direta à Presidência da República desde a década de 1960. Com a vitória de Collor, tornou-se líder do governo no Congresso Nacional (1990). Candidato derrotado ao governo de Alagoas (1990), deixou o PRN, rompeu com Fernando Collor e apoiou a abertura do processo de *impeachment* do presidente, aprovada em 1992. Novamente no PMDB, elegeu-se senador por Alagoas (1994) e tornou-se líder do partido no Senado (2001). Foi nomeado ministro da Justiça (1998) no governo Fernando Henrique Cardoso e reeleito senador por Alagoas (2002). Presidente do Senado (2005), renunciou ao cargo em 2007, reassumindo a liderança do PMDB na Casa em 2009. Reelegeu-se em 2010 para mais um mandato de senador por Alagoas.

José Saulo Pereira Ramos

9.8.1989 a 15.3.1990

Nasceu em Brodósqui, São Paulo, em 8 de junho de 1929. Formou-se pela Faculdade de Direito de Bauru em 1958. Exerceu a advocacia em Santos e São Paulo, onde ingressou no escritório do advogado e ex-ministro da Justiça Vicente Rao. Assessorou Jânio Quadros durante sua curta permanência na presidência da República (1961). Em 1986, convidado pelo presidente José Sarney, tornou-se consultor-geral da República, deixando o cargo em 1989 para assumir o Ministério da Justiça. Em 1990, candidatou-se a deputado federal por São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas não conseguiu se eleger. Jornalista, trabalhou no *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto, no *A Tribuna*, de Santos, e foi também colunista do *Jornal do Brasil*, da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo*. Como advogado, representou o Senado, em 1993, contra a tentativa do ex-presidente Fernando Collor de Melo de anular sua condenação no processo de *impeachment*. Em 2007, lançou sua biografia, intitulada *Código da vida*.

José Tomás Nabuco de Araújo

6.9.1853 a 4.5.1857 | 12.12.1858 a 21.3.1859 | 12.5.1865 a 3.8.1866

Nasceu em Salvador, Bahia, em 14 de agosto de 1813. Filho do senador homônimo, formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1835. Atuou como promotor público em Recife (1836) e juiz de direito das comarcas de Pau do Alho (1841), Recife (1842) e Açu (1847). Reconduzido à comarca de Recife (1849), aposentou-se como juiz de direito com honras de desembargador (1857). Uma das principais lideranças do Partido Liberal, foi deputado geral (1843, 1850, 1853 e 1857), presidente da província de São Paulo (1851) e senador (1858). Assumiu por três vezes a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1853, 1858 e 1865) e, em 1866, foi nomeado para o Conselho de Estado. A partir de 1872, empenhou-se na produção do primeiro código civil brasileiro, projeto interrompido por sua morte, no Rio de Janeiro, em 19 de março de 1878.

Juraci Montenegro Magalhães

19.10.1965 a 14.1.1966

Nasceu em Fortaleza, Ceará, em 4 de agosto de 1905. Cursou a Escola Militar do Realengo (1923), no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Lugar-tenente na guarnição de João Pessoa, Paraíba, desempenhou papel de destaque na deflagração da Revolução de 1930 no Nordeste e foi nomeado por Getúlio Vargas interventor federal na Bahia (1931). Fundou, em 1933, o Partido Social Democrático (PSD) daquele estado, onde se elegeu, indiretamente, governador (1935), cargo ao qual renunciou após o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo. Com a redemocratização do país em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e elegeu-se deputado constituinte pela Bahia (1945) e senador (1954), tornando-se presidente nacional do partido em 1957. Preterido pela UDN como candidato à Presidência da República em favor de Jânio Quadros, voltou ao governo da Bahia (1959). Participou da articulação política que levou ao golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Assumiu o Ministério da Justiça (1965) e o das Relações Exteriores (1966) no governo do marechal Castelo Branco. Foi ainda presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1951) e da Petrobras (1954), tendo se dedicado à iniciativa privada após o fim do governo Castelo Branco (1967). Morreu em Salvador, em 2 de maio de 2001.

Lafaiete Rodrigues Pereira

5.1.1878 a 28.3.1880

Nasceu em 28 de março de 1834 em Queluz, Minas Gerais, cidade rebatizada, em sua homenagem, Conselheiro Lafaiete. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1857 e, recém-formado, atuou como promotor público em Ouro Preto. Integrante do Partido Liberal, presidiu as províncias do Ceará (1864) e do Maranhão (1865), elegendo-se depois deputado geral (1877). Crítico da monarquia no início de sua trajetória política, apareceu como signatário do manifesto republicano de 1870. No entanto, assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1878) no gabinete liderado por Cansansão de Sinimbu e foi nomeado conselheiro de Estado, senador (1880) e presidente do Conselho de Ministros (1883). Jornalista, fundou o jornal *Atualidade* e escreveu nos periódicos *Le Brésil*, *Diário do Povo*, *Opinião Liberal* e *A República*. Autor de *Direito de família* (1869) e *Direito das coisas* (1877), dois importantes trabalhos na área jurídica, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1909. Morreu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1917.

Lúcio Soares Teixeira de Gouveia

20.11.1827 a 18.6.1828 | 22.11.1828 a 4.12.1829

Nasceu na vila de Mariana, Minas Gerais, em 9 de maio de 1782. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1804. Fez carreira na magistratura do Brasil, inicialmente em Vila Boa de Goiás (1812-1815) e em Paracatu (1815-1821), onde foi juiz de fora e juiz da alfândega. Exerceu o cargo de desembargador da Casa da Suplicação e elegeu-se deputado às Cortes Gerais Constituintes da Nação Portuguesa pela província de Minas Gerais (1821), cuja bancada permaneceu no Rio de Janeiro em apoio a d. Pedro e à criação de um poder legislativo no Brasil. Deputado provincial na Assembleia Geral do Império Brasileiro (1826-1829), defendeu, na Comissão de Instrução Pública, a criação de um curso jurídico no Brasil. Nomeado ministro de Estado dos Negócios da Justiça em 1827 e 1828, tornou-se depois senador (1837), tendo sido vice-presidente do Senado (1838). Morreu no Rio de Janeiro em 21 de novembro de 1838.

Luís Antônio Barbosa

14.6.1853 a 6.9.1853

Nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 17 de novembro de 1805. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1835. Foi juiz, líder dos conservadores em sua província e por várias vezes deputado estadual e geral (1844). Presidente das províncias de Minas Gerais (1852) e do Rio de Janeiro (1853), foi também senador (1858). Nomeado ministro da pasta da Justiça (1853), integrou o Conselho de Estado, tento sido agraciado com o título de comendador da Ordem de Cristo. Morreu em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, em 15 de março de 1860.

Luís Antônio da Gama e Silva

4.4.1964 a 15.4.1964 | 15.3.1967 a 30.10.1969

Nasceu em Mogi Mirim, São Paulo, em 15 de março de 1913. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Foi professor interino da Faculdade de Direito (1934), vice-diretor (1957), diretor (1959), vice-reitor (1961) e, finalmente, reitor da USP (1963 e 1966). Foi ainda professor de direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas e também jornalista, tendo trabalhado no *Correio Paulistano* em 1934, no qual foi editor-chefe (1945). Assumiu os ministérios da Justiça e da Educação e Cultura em 1964, no período entre a deposição do presidente João Goulart e a posse do marechal Castelo Branco. Voltou à pasta da Justiça em 1967 e proibiu a atividade da Frente Ampla, movimento pela redemocratização do país liderado por Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda. Como ministro, autorizou o uso da força pelos governadores para combater as passeatas realizadas no país e redigiu o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que permitiu ao presidente da República fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Foi juiz da Corte Permanente de Arbitragem de Haia (1964) e embaixador do Brasil em Portugal (1970). Morreu em São Paulo, em 2 de fevereiro de 1979.

Luís Viana Filho

11.10.1965 a 19.10.1965 (interino) | 28.6.1966 a 19.7.1966

Nasceu em Paris, França, em 28 de março de 1908. Formou-se na Faculdade de Direito da Bahia, em 1929, e nela ingressou como professor de direito internacional público em 1933. Opôs-se à Revolução de 1930 e filiou-se à Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia. Foi eleito deputado federal (1934), mas teve seu mandato interrompido em 1937 pela instauração do Estado Novo. Com a redemocratização do país em 1945, elegeu-se deputado constituinte (1946) pela União Democrática Nacional (UDN). Foi também deputado federal (1949) pelo Partido Libertador (PL) e pela UDN (1958 e 1962). Participou da redação da emenda constitucional n. 4, que instituiu o parlamentarismo, permitindo a posse de João Goulart na Presidência da República (1961). Apoiou o golpe civil-militar de 1964 e a deposição do presidente João Goulart. No governo do marechal Castelo Branco, foi chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1965) e ministro interino (1965) e titular (1966) da Justiça e Negócios Interiores. Elegeu-se, indiretamente, governador da Bahia (1966) e senador (1974) pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo. Com o fim do bipartidarismo em 1979, participou da criação do Partido Democrático Social (PDS) e tornou-se senador (1982). Morreu em São Paulo, em 5 de junho de 1990.

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

10.2.2010 a 2.1.2011

Nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1964. Formou-se em ciências econômicas (1986) e direito (1992) pela Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub). Ingressou no Ministério da Justiça por concurso público em 1983. Foi diretor do Departamento de Estrangeiros (1995) e secretário-executivo do Ministério da Justiça (2003). Com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), participou da elaboração da lei n. 9.474/97, que estabeleceu o Estatuto dos Refugiados no Brasil e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça do qual foi presidente. Entre 2007 e 2009, presidiu também o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP). Nomeado ministro da Justiça no segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, deixou o cargo no final do governo e reassumiu suas funções como secretário-executivo do ministério e presidente do Conare. Em 2012, foi nomeado secretário de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, na administração do governador Agnelo Queiroz.

Manuel Alves Branco

16.1.1835 a 14.10.1835 | 2.2.1844 a 23.5.1844 (interino)

Nasceu em Salvador, Bahia, em 7 de junho de 1797. Formou-se em direito e ciências naturais na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1823. Foi juiz do crime em Salvador (1824), juiz de fora em Santo Amaro (1827), Bahia, juiz de fora na Corte (1830) e, na política, deputado geral (1830) e senador (1837). Liberal, foi ministro da Justiça (1835 e 1844), de Estrangeiros (1835), da Fazenda (1837, 1839, 1844 e 1847) e do Império, interino em 1837 e 1845, e titular em 1847. Na Fazenda, em 1844, com o intuito de aumentar a receita e reduzir o déficit na balança comercial, elevou os impostos para importação, estabelecendo uma nova tarifa para as alfândegas do Império que ficaria conhecida como Tarifa Alves Branco, e que levaria a um relativo surto industrial. Foi ainda presidente do Conselho de Ministros (1847) e membro do Conselho de Estado. Segundo visconde de Caravelas (1854), recebeu também o título de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Morreu em Niterói, Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1855.

Manuel Antônio Duarte de Azevedo

20.4.1872 a 25.6.1875

Nasceu em Itaboraí, Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1831. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1856), onde lecionou de 1862 a 1881. Foi deputado provincial, presidente das províncias do Piauí (1860), Alagoas (1861) e Ceará (1861), e deputado geral (1868 e 1885). Ocupou ainda as pastas da Marinha (1872) e da Justiça (1872), tornando-se membro do Conselho de Estado em 1889. No período republicano, foi senador estadual em São Paulo, em 1900 e 1907, pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Jornalista, colaborou em inúmeras publicações, entre as quais o *Diário de São Paulo*, *Situação* e *Brasil Contemporâneo*. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Anna de 1ª classe da Rússia. Morreu no Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1912.

Manuel Antônio Galvão

23.5.1844 a 26.5.1845

Nasceu em Salvador, Bahia, em 3 de janeiro de 1791. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1819. Atuou como juiz de fora em Goiás (1820),

ouvidor em Mato Grosso (1826) e desembargador do Tribunal da Relação da Bahia (1827). Tomou posse na Casa de Suplicação da Corte (1828), mas voltou para sua província natal e reingressou na Relação da Bahia, da qual foi presidente (1840), aposentando-se como membro do Supremo Tribunal de Justiça (1848). Pela Bahia, foi deputado constituinte (1823), deputado provincial (1826), deputado geral (1843) e senador (1844). Presidiu as províncias de Alagoas (1829), Espírito Santo (1830), Minas Gerais (1831), Rio Grande do Sul (1831 e 1846) e Bahia, interinamente (1835). Assumiu por duas vezes a Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1839 e 1840) e foi ministro da Justiça em 1844, quando também passou a integrar o Conselho de Estado. Foi agraciado com os títulos de cavaleiro (1828) e comendador (1831) da Imperial Ordem de Cristo. Morreu no Rio de Janeiro em 21 de março de 1850.

Manuel da Silva Mafra

1.2.1882 a 3.7.1882

Nasceu em Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina, em 12 de outubro de 1831. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1855. Em Santa Catarina, atuou como promotor público (1855) e juiz de direito em São José, e juiz municipal de órfãos em Desterro. Liberal, foi diretor da instrução, deputado provincial (1860, 1868, 1872, 1878, 1880) e deputado geral (1882, 1885). Presidiu a província do Espírito Santo (1878) e ocupou a pasta da Justiça (1882) no gabinete de Martinho Álvares da Silva Campos. Juiz de direito em Pernambuco, Paraná e Minas Gerais, foi também juiz da vara da Provedoria do Rio de Janeiro (1889), aposentando-se como juiz do Tribunal Civil e Criminal dessa cidade. Publicou inúmeros textos jurídicos, destacando-se a *Exposição histórico-jurídica por parte do estado de Santa Catarina*, dossiê sobre a demarcação das fronteiras entre esse estado e o do Paraná (1895). É patrono da cadeira 33 da Academia Catarinense de Letras. Morreu em Niterói, Rio de Janeiro, em 1908.

Manuel Ferraz de Campos Sales

18.11.1889 a 22.1.1891

Nasceu em Campinas, São Paulo, em 13 de fevereiro de 1841. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. No Império, filiou-se ao Partido Liberal e elegeu-se deputado provincial (1867). Assinou o Manifesto Republicano (1870) e foi um dos organizadores da Convenção de Itu, realizada em 1873, na qual se deu a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP). Foi vereador por Campinas (1872), deputado provincial (1881 e 1888) e deputado geral (1885). Com a instauração da República (1889), tornou-se membro do Governo Provisório e, a partir de 18 de novembro, primeiro ministro da Justiça do novo regime, cabendo-lhe adaptar as instituições jurídicas do país à nova realidade. Senador constituinte (1891) e presidente de São Paulo (1896), elegeu-se à presidência da República em 1898. Em seu governo instituiu-se a chamada "política dos governadores", que consistia numa composição de apoio mútuo entre o governo federal e os grupos dominantes aliados em cada estado, que perduraria por toda a República Velha. Senador (1909), foi nomeado ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina (1912), mas não assumiu o cargo. Morreu em Santos, em 28 de junho de 1913.

Manuel José de Sousa França

19.3.1831 a 5.4.1831 | 7.4.1831 a 5.7.1831

Nasceu em Laguna, Santa Catarina, em 1780. Foi deputado constituinte (1823) pelo Rio de Janeiro e deputado geral na primeira legislatura do Império, em 1826. Esteve à frente da pasta da Justiça (1831) nos últimos dias do Primeiro Reinado. Demitido por d. Pedro I em 5 de abril de 1831, voltou ao cargo no dia 7 do mesmo mês, com a abdicação do monarca. Ocupou também, interinamente, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de 26 de abril de 1831 a 15 de julho do mesmo ano. Foi ainda presidente da província do Rio de Janeiro (1840) e deputado geral (1844). Ao afastar-se da política, atuou como provedor da Santa Casa da Misericórdia (1832) e foi eleito para a cadeira de número 31 da Academia Catarinense de Letras. Morreu no Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1856.

Manuel Pinto de Sousa Dantas

28.3.1880 a 21.1.1882

Nasceu em Inhambupe, Bahia, em 21 de fevereiro de 1831. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1851. Atuou como juiz municipal de órfãos em Santo Amaro, Bahia, promotor público e, depois, juiz de órfãos em Salvador, chefe de polícia no Maranhão e juiz de direito em Maruim, Sergipe. Iniciou a vida política no Partido Conservador, aliado de João Maurício Wanderley, o escravocrata barão de Cotegipe, mas transferiu-se para o Partido Liberal, no qual se tornou uma importante liderança. Foi deputado provincial (1852, 1854, 1856 e 1858), deputado geral (1857, 1861, 1864 e 1867) e presidente das províncias de Alagoas (1859) e Bahia (1865). Atuou ainda como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1866), senador (1879), ministro da Justiça (1880) e da Fazenda (1884), interino das pastas do Império (1881) e dos Negócios Estrangeiros (1884), conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Ministros (1884). Idealizou a lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, denominada Lei dos Sexagenários, que dispunha sobre a libertação dos escravos com mais de sessenta anos de idade. Foi agraciado com o título de comendador da Imperial Ordem de Cristo. Na República, presidiu o Banco do Brasil. Morreu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1894.

Manuel Vieira Tosta

21.3.1859 a 10.8.1859 | 9.6.1870 a 29.9.1870 (interino)

Nasceu em Cachoeira, Bahia, em 12 de julho de 1807. Iniciou o curso de direito na Universidade de Coimbra (1828), Portugal, mas formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1831. Atuou como chefe de polícia em Cachoeira, juiz de fora em Cabo Frio, Macaé e Campos, juiz de direito em Cachoeira e Salvador, juiz dos feitos da Fazenda Nacional em Salvador (1842) e desembargador na Relação de Pernambuco (1843) e do Rio de Janeiro (1853), aposentando-se como ministro do Supremo Tribunal (1857). Conservador, foi deputado geral pela Bahia (1838 e 1848) e presidente das províncias de Sergipe (1844), Pernambuco (1848) e Rio Grande (1855). Foi ainda ministro da Marinha (1849), da Guerra (1849 e 1868), da Justiça (1859 e 1870) e presidente da Associação Central de Colonização (1858). Membro do Conselho de Estado (1849), foi agraciado com os títulos de comendador da Imperial Ordem de Cristo (1841), dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro (1849), comendador da Imperial Ordem da Rosa (1858), além de barão (1855), visconde (1872) e marquês de Muritiba (1888). Morreu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1896.

Márcio Thomaz Bastos

2.1.2003 a 16.3.2007

Nasceu em Cruzeiro, São Paulo, em 30 de julho de 1935. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1958, especializando-se em processo penal pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Presidente da seccional de São Paulo (1983) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), participou ativamente do movimento das Diretas Já, pelo restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, e tornou-se presidente do Conselho Federal da OAB (1987). Foi um dos redatores do pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Participou da fundação do movimento Ação pela Cidadania e do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). Assumiu a pasta da Justiça (2003) no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, empenhando-se na aprovação da emenda constitucional n. 45, relativa à reforma do Poder Judiciário. Após deixar o ministério, voltou a atuar como advogado criminalista, sua principal atividade profissional desde 1957.

Martin Francisco Ribeiro de Andrada

27.10.1866 a 16.7.1868

Nasceu em Bordeaux, França, em 10 de junho de 1825, durante o exílio de sua família. Filho do político homônimo, seu pai era irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva, tendo sido deputado e ministro da Fazenda em duas ocasiões. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1845), onde mais tarde viria a ser professor (1854). Foi promotor em Itu e Santos, na província de São Paulo. Uma das principais lideranças do Partido Liberal de São Paulo, foi deputado geral e provincial repetidas vezes, ministro das pastas da Justiça (1866) e dos Negócios Estrangeiros (1866), conselheiro de Estado (1879) e presidente da Câmara dos Deputados (1882). Morreu em São Paulo, em 2 de março de 1886.

Maurício José Corrêa

3.10.1992 a 29.3.1994

Nasceu em São João de Manhuaçu, Minas Gerais, em 9 de maio de 1934. Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1960. Advogado especializado em direito comercial e civil, a partir de 1961 exerceu o cargo de procurador autárquico do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Tornou-se conselheiro, em 1975, da seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), da qual foi vice-presidente (1977) e presidente, de 1979 a 1986. Foi também fundador e presidente da primeira Comissão de Direitos Humanos da OAB. Senador constituinte pelo Distrito Federal (1987), participou da Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo e da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. No Senado, tornou-se ainda vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (1991). Foi ministro da Justiça (1992) no governo Itamar Franco, ministro (1994) e presidente (2003) do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo qual se aposentou em 2004, e também juiz (1997), vice-presidente (1999) e presidente (2001) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Morreu em Brasília, em 17 de fevereiro de 2012.

Mem de Sá

14.1.1966 a 28.6.1966

Nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 10 de maio de 1905. Formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1928. Matriculado na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, participou do levante militar contra o governo federal (1922). De volta ao seu estado, lutou ao lado dos federalistas na revolta de 1923. Filiado ao Partido Libertador (PL), apoiou a Revolução de 1930 e a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, mas foi preso logo depois por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932. Pelo PL, foi deputado estadual (1947 e 1951) e senador (1956 e 1963). Apoiou a articulação política que levou ao golpe civil-militar de 1964 e à deposição do presidente João Goulart. Após a instalação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo. Foi ministro da Justiça no governo do marechal Castelo Branco e um dos responsáveis pela edição do AI-3 (1966), que tornou indiretas as eleições para governadores e vice-governadores dos estados e determinou a nomeação dos prefeitos das capitais. No Rio Grande do Sul, foi professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal e da Pontifícia Universidade Católica, além de ministro (1971) e presidente do Tribunal de Contas da União (1972). Morreu no Rio de Janeiro em 14 de março de 1989.

Miguel Reale Júnior

3.4.2002 a 10.7.2002

Nasceu em São Paulo, em 1944. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1968. Jurista, foi membro do conselho (1974) da seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), conselheiro e presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (1977) e membro do Conselho Federal da OAB (1979). Participou de comissões para revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal, e da elaboração do anteprojeto da Lei de Execuções Penais. Integrou a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (1985), tendo assessorado o presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1988), deputado Ulysses Guimarães. Foi secretário de Segurança Pública (1983), secretário da Administração e Modernização do Serviço Público do estado de São Paulo (1995) e, entre 1987 e 1988, presidente do Conselho Federal de Entorpecentes. Foi um dos redatores do pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo (1992). Presidiu a Comissão Especial para o Reconhecimento de Mortos e Desaparecidos Políticos durante o Regime Militar (1995), integrou a Comissão de Ética Pública da Alta Administração Federal (1998) e foi ministro da Justiça (2002) do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Professor de direito penal da USP desde 1969, tem várias obras publicadas.

Miguel Seabra Fagundes

24.8.1954 a 14.2.1955

Nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 30 de junho de 1910. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1932. No Rio Grande do Norte, foi oficial de gabinete (1930) do interventor; delegado auxiliar (1932), juiz, procurador (1932) e presidente (1945) do Tribunal Regional Eleitoral (TRE); desembargador (1935) e presidente (1946) do Tribunal de Justiça; e interventor federal (1945). Foi ainda consultor-geral da República (1946) e, no governo de Café Filho, ministro da Justiça e Negócios Interiores (1954), incumbindo-se da manutenção da tranquilidade pública após o suicídio de Getúlio

Vargas. Em 1966 integrou a comissão encarregada de elaborar um anteprojeto de Constituição que incluísse a legislação de exceção, como os atos institucionais, mas deixou os trabalhos por ser contrário, sobretudo, às eleições indiretas. Advogado, resistiu ao AI-5 (1968) e defendeu, depois de 1978, a anistia para os exilados políticos. Foi um dos organizadores e primeiro diretor da Faculdade de Direito de Natal (1949), presidente do Conselho e da Ordem dos Advogados do Brasil (1954), e do Instituto dos Advogados do Brasil (1970). Morreu no Rio de Janeiro em 29 de abril de 1993.

Milton Soares Campos

15.4.1964 a 11.10.1965

Nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, em 16 de agosto de 1900. Formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1922. Tendo apoiado a Revolução de 1930, foi nomeado advogado-geral de Minas Gerais (1932). Elegeu-se deputado estadual constituinte (1934) em seu estado natal pelo Partido Popular (PP), mas teve seu mandato interrompido pelo golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo. Na oposição, assinou o Manifesto dos Mineiros (1943), carta em defesa da redemocratização do país, motivo pelo qual perdeu o cargo de advogado da Caixa Econômica Federal (1944). Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), pela qual se elegeu deputado federal constituinte (1945), governador de Minas Gerais (1947), deputado federal (1954) e senador (1958). Participou da articulação política que levou ao golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e tornou-se ministro da Justiça no governo do marechal Castelo Branco. Com a instalação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e foi novamente senador (1966). Foi um dos fundadores da seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (1932), diretor-presidente do Banco Nacional de Minas Gerais (1944) e conselheiro fiscal dessa instituição (1945), além de professor de política da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Morreu em Belo Horizonte, em 16 de janeiro de 1972.

Nelson Azevedo Jobim

1.1.1995 a 7.4.1997

Nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 12 de abril de 1946. Formou-se em direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1968. Foi professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (1973), da Fundação Universidade de Brasília (UnB, 1987), da Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (1980). Deputado federal constituinte (1987) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atuou na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e na Comissão de Sistematização, e foi líder (1988) e vice-líder (1990) do PMDB na Constituinte. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (1989), e participou da comissão que apreciou a denúncia de crime de responsabilidade contra o presidente Fernando Collor de Melo (1992). Reeleito deputado federal (1991), exerceu o mandato até 1995, quando foi nomeado ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso, deixando o cargo para se tornar ministro (1997) do Supremo Tribunal Federal (STF). De 2001 a 2003, foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral e de 2004 a 2005, do STF. Nomeado ministro da Defesa (2007) no governo Luiz Inácio Lula da Silva, permaneceu no cargo até agosto de 2011, já no governo da presidente Dilma Rousseff. Presidiu a subseção da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB) em Santa Maria (1977), foi vice-presidente e conselheiro seccional da OAB-RS, além de membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto dos Advogados Brasileiros

Nereu de Oliveira Ramos

31.1.1956 a 4.11.1957

Nasceu em Lajes, Santa Catarina, em 3 de setembro de 1888. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1909. Deputado estadual (1911 e 1918), fundou e presidiu (1927) o Partido Liberal Catarinense (PLC), e nessa legenda foi eleito deputado federal (1930 e 1934) e governador de Santa Catarina (1935). Interventor federal em Santa Catarina durante o Estado Novo, instaurado em 1937, com a redemocratização do país, em 1945, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) daquele estado, pelo qual se elegeu para a Assembleia Constituinte. Promulgada a Constituição, foi eleito pelos constituintes vice-presidente da República (1946), assumindo, em decorrência, a presidência do Senado. Deputado federal (1951) e, mais uma vez, senador (1955), na condição de vice-presidente do Senado assumiu a presidência da República após o afastamento de Café Filho e a deposição do presidente interino Carlos Coimbra da Luz. Em janeiro de 1956 transmitiu o cargo ao presidente eleito Juscelino Kubitschek, de quem se tornou ministro da Justiça, pasta que acumulou, por dois meses, com a da Educação (1956). Reassumiu sua cadeira no Senado (1958), mas morreu no exercício do mandato, em desastre aéreo em Curitiba, em 16 de junho de 1958.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro

22.5.1847 a 1.1.1848

Nasceu em Bragança, Portugal, em 20 de dezembro de 1778. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1801. No Brasil, exerceu a advocacia em São Paulo, onde ocupou ainda os cargos de promotor dos resíduos (1806), juiz das sesmarias (1811) e juiz ordinário (1811). Atuou como vereador na Câmara de São Paulo (1813), deputado às Cortes Gerais da Nação Portuguesa (1822), deputado constituinte (1823), deputado geral (1826) e senador por Minas Gerais (1828). Por ocasião da dissolução da Assembleia Constituinte (1823), foi preso juntamente com outros deputados. Integrou o Conselho de Governo da província de São Paulo (1826 a 1833), tendo sido eleito para a Regência Trina Provisória (1831). Participou do golpe da maioridade (1840) e aderiu à Revolta Liberal (1842). Foi ministro do Império (1832 e 1847, interinamente), da Fazenda (1832) e da Justiça (1847). Pioneiro no estímulo ao emprego de mão de obra imigrante por particulares no Brasil, fundou uma colônia na fazenda Ibicaba, em Limeira, São Paulo. Foi nomeado diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (1837) e agraciado com a Imperial Ordem do Cruzeiro e o título de gentil-homem da Casa Imperial (1846). Morreu no Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1859.

Oscar Dias Correia

17.1.1989 a 8.8.1989

Nasceu em Itaúna, Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1921. Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1943. Foi oficial de gabinete do secretário das Finanças do estado de Minas Gerais (1946) e, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), deputado estadual (1947 e 1951), deputado federal (1955, 1959 e 1963),

além de secretário de Educação do estado de Minas Gerais (1961). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1982) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1987), foi nomeado ministro da Justiça (1989) no governo de José Sarney. Professor, ingressou no magistério superior na Faculdade de Direito da atual Universidade Federal de Minas Gerais, em 1951. Lecionou em inúmeras instituições de ensino superior, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, tendo sido também vice-diretor e diretor (1976) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Com vários artigos e obras publicados, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (1989), na sucessão de Menotti Del Picchia. Morreu no Rio de Janeiro em 30 de novembro de 2005.

Oscar Pedroso Horta

31.1.1961 a 27.8.1961

Nasceu em São Paulo, em 7 de março de 1908. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1930. Apoiou a Aliança Liberal e participou da Revolução de 1930, que empossou Getúlio Vargas na Presidência da República. Durante o Governo Provisório de Vargas, foi nomeado diretor da Guarda Civil e delegado de trânsito do estado de São Paulo. Manteve-se ao lado do governo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, mas afastou-se da política e passou a se dedicar à advocacia. Em 1954, rompeu com o Partido Social Progressista (PSP) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros ao governo de São Paulo, sendo nomeado presidente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (1955) e secretário de Justiça (1958) daquele estado. Com a eleição de Jânio Quadros à presidência da República, assumiu o Ministério da Justiça (1961) e foi o portador da carta-renúncia do presidente ao Congresso Nacional, em 25 de agosto de 1961. Após o golpe civil-militar de 1964, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo qual foi deputado federal (1967 e 1971), além de vice-líder (1970) e líder do partido da oposição na Câmara dos Deputados (1971). Morreu em São Paulo, em 16 de novembro de 1975.

Oswaldo Euclides de Sousa Aranha

3.11.1930 a 21.12.1931

Nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, em 15 de fevereiro de 1894. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1916 e, recém-formado, atuou como advogado na região de Uruguaiana. Em 1923 apoiou a quinta recondução de Borges de Medeiros à presidência do estado, tendo lutado contra os federalistas que denunciavam fraudes na eleição. Nomeado intendente em Alegrete (1925), elegeu-se, em seguida, deputado federal (1927) pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e foi secretário estadual do Interior e Justiça (1928) no governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul. Foi um dos idealizadores da Aliança Liberal, movimento que lançou a candidatura de Vargas à presidência da República, e um dos articuladores da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e empossou Getúlio Vargas na Presidência. No primeiro governo Vargas, foi ministro da Justiça e Negócios Interiores (1930), da Fazenda (1931), membro da Constituinte de 1932 e embaixador nos Estados Unidos (1934). Após a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, foi ministro das Relações Exteriores (1938). Representante do Brasil na ONU (1947), voltou a assumir o Ministério da Fazenda (1953) no segundo governo Vargas, permanecendo no cargo até o suicídio do presidente (1954). Morreu no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1960.

Paulino José Soares de Sousa

23.5.1840 a 24.7.1840 | 23.3.1841 a 20.1.1843 | 20.12.1843 a 2.1.1844 (interino)

Nasceu em Paris, França, em 4 de outubro de 1807. Transferiu-se com a família para o Brasil e aos 15 anos iniciou os estudos em direito na Universidade de Coimbra, tendo cursado até o quarto ano, quando a universidade foi fechada em decorrência da revolta liberal do Porto, em 1828. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1831 e assumiu diversos cargos na magistratura, entre eles o de juiz de fora em São Paulo, juiz do crime e intendente da Polícia da Corte, juiz do cível e juiz conservador da nação inglesa. Foi presidente da província do Rio de Janeiro (1836), deputado geral (1837, 1838, 1843, 1846 e 1848) e relator da comissão que, em 1836, apresentou o projeto de interpretação do Ato Adicional de 1834. Figura central no Partido Conservador, que dirigiu (1843) juntamente com Eusébio de Queirós e Rodrigues Torres, foi ministro da Justiça (1840, 1841 e 1843), dos Negócios Estrangeiros (1843, 1848 e 1852), da Fazenda, interinamente (1850), e membro do Conselho de Estado (1853). Desempenhou importante papel como negociador na demarcação das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, sobretudo durante a década de 1850. Integrante do Conselho de Estado, recebeu o título de visconde do Uruguai. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Morreu no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1866.

Paulo Brossard de Sousa Pinto

14.2.1986 a 17.1.1989

Nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, em 23 de outubro de 1924. Formou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1947. Lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1952) e na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1965). Pelo Partido Libertador (PL), foi deputado estadual em diversas legislaturas (1955, 1959 e 1963). Após o golpe civil-militar de 1964, foi secretário do Interior e Justiça do estado do Rio Grande do Sul. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e foi deputado federal (1967), quando apresentou projeto, derrotado, em prol do restabelecimento das eleições diretas e denunciou a ilegalidade do pedido de licença, apresentado pelo STF, para processar o deputado emedebista Márcio Moreira Alves. Na legenda do MDB, foi também senador (1975), engajando-se na reforma da Constituição, na redemocratização do país e na supressão do AI-5. Candidato a vice-presidente da República pela Frente Nacional pela Redemocratização, na chapa do general Euler Bentes Monteiro, foi derrotado no Colégio Eleitoral pelos candidatos governistas, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), general João Batista Figueiredo e Aureliano Chaves (1978). Consultor-geral da República (1985), foi nomeado ministro da Justiça (1986) no governo José Sarney. Após deixar a pasta, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (1989) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1992).

Paulo de Tarso Ramos Pinheiro

10.7.2002 a 2.1.2003

Nasceu em Belém, Pará, em 1959. Formou-se pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1982, e concluiu o mestrado e o doutorado em filosofia e teoria geral do direito

na Universidade de São Paulo (USP). Foi assessor do procurador-geral da Prefeitura Municipal de Belém (1981), assessor jurídico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Pará (1985) e secretário da Fazenda do Pará (1997). No Ministério da Justiça, atuou como secretário de Direito Econômico (1999) e secretário-executivo (2001), além de ministro (2002) no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Afastado da vida pública, voltou a atuar como advogado e professor na USP (1990), UFPA (1993) e Universidade Candido Mendes (2007), tendo sido também coordenador do Laboratório de Pesquisas em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFPA (1993) e diretor do Centro de Estudo de Direito e Sociedade (Cediso) da USP (1990). Tem várias obras jurídicas publicadas.

Pedro de Araújo Lima

3.8.1832 a 13.9.1832

Nasceu em Sirinhaém, Pernambuco, em 22 de dezembro de 1793. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1819. Foi deputado às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821). Após a Independência do Brasil, tornou-se deputado constituinte (1823), deputado geral (1826) e senador (1837). Na menoridade de d. Pedro II, atuou como regente interino do Império após a renúncia de Diogo Feijó (1837), tendo sido confirmado no cargo pelo Legislativo em 1838. No Partido Conservador, foi ainda ministro das pastas da Justiça (1832), Estrangeiros (1832), Fazenda (1848) e Império (1823, 1827, 1837, 1862 e 1865), conselheiro de Estado (1842) e presidente do Conselho de Ministros (1848, 1857, 1862 e 1865). Foi também fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e diretor da Academia de Direito de Olinda (1827). Agraciado com os títulos de visconde (1841) e, depois, marquês de Olinda (1854), morreu no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1870.

Petrônio Portela Nunes

15.3.1979 a 6.1.1980

Nasceu em Valença do Piauí, Piauí, em 12 de outubro de 1925. Formou-se na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1951. Pela União Democrática Nacional (UDN), foi deputado estadual no Piauí (1954), prefeito de Teresina (1958) e governador do seu estado natal (1963). Com a instalação do bipartidarismo em 1966, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que presidiu (1973) e pelo qual se tornou senador (1967). No Senado, foi vice-líder da Arena (1967) e do governo (1968), e presidente da Casa (1971 e 1977). Como presidente do Senado, iniciou um ciclo de negociações com vários representantes da sociedade civil visando à reforma constitucional inserida no plano de abertura política do presidente Ernesto Geisel, materializado na aprovação, em setembro de 1978, da emenda constitucional n. 11, que anulou os atos institucionais promulgados após o golpe civil-militar de 1964. Ministro da Justiça (1979) no governo do general João Batista Figueiredo, sua gestão no ministério foi marcada pela condução dos projetos de anistia política e de extinção do bipartidarismo. Morreu em Brasília, no exercício do cargo de ministro da Justiça, em 6 de janeiro de 1980.

Rivadávia da Cunha Correia

15.11.1910 a 12.8.1913

Nasceu em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, em 9 de julho de 1866. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Republicano, foi um dos fundadores do jornal *O Ganganelli*, redator-chefe do *A República* e editor do abolicionista *A Onda*, juntamente com Raul Pompeia e Coelho Neto. Foi deputado estadual (1891 e 1892), deputado federal (1894, 1897, 1904 e 1909), prefeito do Distrito Federal (1914) e senador (1916). No governo do marechal Hermes da Fonseca, assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores (1910) e a da Fazenda (1913), participando da reforma do ensino consolidada pelo decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911, conhecido como Lei Rivadávia Correia, que estabelecia o ensino livre e retirava do Estado o poder de intervir no setor educacional. Morreu em Petrópolis, em 9 de fevereiro de 1920.

Sabino Alves Barroso Júnior

6.8.1901 a 15.11.1902

Nasceu em Serro do Frio, Minas Gerais, em 27 de abril de 1859. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1884. Pelo Partido Conservador, foi deputado provincial (1886 e 1888) em Minas Gerais e, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), deputado à Constituinte (1890), senador estadual (1899) em Minas Gerais e deputado federal, tendo sido presidente da Câmara dos Deputados de 1909 a 1914, e de 1917 a 1919. No governo de Campos Sales, assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1901) e o Ministério da Fazenda (1902), pasta à qual retornou (1914) durante a presidência de Venceslau Brás. Foi ainda um dos fundadores da Faculdade de Livre Direito de Minas Gerais, onde lecionou, e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Morreu em Belo Horizonte, em 15 de junho de 1919.

Samuel Wallace Mac-Dowell

10.5.1887 a 10.3.1888

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 26 de maio de 1843. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1867. Advogado, em 1873 defendeu o bispo do Pará, d. Macedo Costa, processado pelo Estado no episódio conhecido como Questão Religiosa. Atuou como redator no *Jornal Amazonas* e no *Liberal do Pará*, e fundou o periódico *A Regeneração*. Inicialmente vinculado ao Partido Liberal, passou para o Conservador, pelo qual foi deputado geral (1878, 1882 e 1886), membro do Conselho de Estado (1886), ministro da Marinha (1886) e da Justiça (1887) no gabinete do barão de Cotegipe. Na República, presidiu a comissão que elaborou o projeto da Constituição estadual do Pará e a que delimitou as fronteiras entre esse estado e o do Amazonas (1900). Morreu em Paris, em 16 de agosto de 1908.

Sebastião Luís Tinoco da Silva

28.10.1822 a 30.10.1822 | 21.11.1825 a 21.1.1826

Nasceu na cidade de Viana do Castelo, Portugal, em 3 de agosto de 1758. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, Portugal. Em 1803, transferiu-se para o Brasil, onde assumiu diversos cargos na magistratura, tendo sido juiz de fora em Campos, juiz em Macaé, juiz da Chancelaria, agravista da Casa da Suplicação e desembargador do Tribunal do Desembargo do Paço. Em 1821, foi nomeado fiscal do Erário Régio por d. João VI, e em 1822 substituiu Caetano Montenegro na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça por três dias (1822). Titular da pasta da Fazenda (1823),

permaneceu no cargo também por três dias, exonerando-se por ser contrário à dissolução da Assembleia Constituinte. Senador pela província de Minas Gerais (1826), foi reconduzido ao cargo de ministro da Justiça (1825-1826). Morreu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1839.

Tancredo de Almeida Neves

26.6.1953 a 24.8.1954 | 8.9.1961 a 13.10.1961

Nasceu em São João del-Rei, Minas Gerais, em 4 de março de 1910. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1932. Elegeu-se deputado estadual (1947) e federal (1955 e 1963) pelo Partido Social Democrático (PSD). Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Getúlio Vargas (1953), permaneceu no cargo até o suicídio do presidente, em agosto de 1954. No governo de Juscelino Kubitschek, foi diretor do Banco de Crédito Real (1955) e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956), e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1960). Em Minas Gerais, foi ainda secretário de Finanças no governo Bias Fortes (1958). Na crise política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, foi um dos articuladores da solução que permitiu a posse do vice-presidente João Goulart, mediante a aprovação da emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo, tornando-se primeiro-ministro em 1961 e 1962. Após o golpe civil-militar de 1964 e a instalação do bipartidarismo (1965), foi deputado federal (1967, 1971 e 1975) e senador (1979) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com a volta do pluripartidarismo, foi um dos fundadores e presidente do Partido Popular (PP). Governador de Minas Gerais (1982), foi lançado candidato à presidência da República pela coligação oposicionista Aliança Democrática. Eleito indiretamente presidente da República pelo Colégio Eleitoral (1985), não chegou a tomar posse. Morreu em Brasília, em 21 de abril de 1985.

Tarso Fernando Herz Genro

16.3.2007 a 10.2.2010

Nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 6 de março de 1947. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Maria em 1970. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo qual foi vereador em Santa Maria (1966). Renunciou ao mandato em 1970, em protesto contra o regime militar. Integrou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), então na ilegalidade, razão pela qual foi perseguido, exilando-se no Uruguai. Com a volta ao pluripartidarismo, em 1979, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, em 1982, no Partido dos Trabalhadores (PT), que presidiu interinamente (2005). Na legenda do PT tornou-se vice-prefeito de Porto Alegre (1988), deputado federal (1988) e por duas vezes prefeito de Porto Alegre (1993 e 2000). Ao longo dos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003), o Ministério da Educação (2004), a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2006) e o Ministério da Justiça (2007). Desincompatibilizou-se do cargo de ministro da Justiça para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul na legenda do PT, elegendo-se em outubro de 2010.

Uladislau Herculano de Freitas

12.8.1913 a 15.11.1914

Nasceu em Arroio Grande, Rio Grande do Sul, em 25 de novembro de 1865. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1889), na qual se tornou lente substituto (1890), lente catedrático (1891) e diretor (1925). Foi chefe de polícia no Paraná (1889), deputado estadual em São Paulo (1892), deputado federal (1894 e 1924) e senador estadual em São Paulo (1907 e 1922). Ocupou o cargo de presidente do Paraná (1890), tendo elaborado o projeto de Constituição estadual. Foi ainda secretário da Justiça e Segurança Pública do estado de São Paulo (1919) e ministro da Justiça e Negócios Interiores durante a presidência do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914). Em 1925, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Morreu no Rio de Janeiro em 14 de maio de 1926.

Urbano Santos da Costa Araújo

3.12.1918 a 28.7.1919

Nasceu em Guimarães, Maranhão, em 3 de fevereiro de 1859. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882. Em seu estado natal, ocupou diversos cargos na magistratura, entre os quais o de promotor público do Baixo-Mearim e Câmara do Rosário, e juiz municipal de Coroatá e São Vicente Ferrer. Foi deputado federal (1897, 1900 e 1903) e senador (1906) pelo Maranhão, e presidente desse estado em três ocasiões (1898, 1913 e 1918). Vice-presidente da República durante o governo de Venceslau Brás (1914-1918), assumiu a Presidência interinamente em setembro e outubro de 1917. Ocupou o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Delfim Moreira (1918-1919). Reeleito vice-presidente da República em 1922, quando Artur Bernardes elegeu-se presidente, não chegou a tomar posse. Morreu na viagem de São Luís do Maranhão para o Rio de Janeiro, no paquete Minas Gerais, em 7 de maio de 1922.

Vicente Paulo Francisco Rao

24.7.1934 a 7.1.1937

Nasceu na cidade de São Paulo, em 16 de junho de 1892. Formou-se em filosofia, letras e direito na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1911) e na Faculdade de Direito de São Paulo (1912). Em 1926, foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) nesse estado. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e tornou-se chefe de polícia de São Paulo após a Revolução de 1930. Envolvido na Frente Única Paulista (FUP), movimento vinculado à derrotada Revolução Constitucionalista de 1932, exilou-se na França. De volta ao país, participou da formação do Partido Constitucionalista de São Paulo (1934) e da fundação da Universidade de São Paulo (USP), na qual foi professor. Nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1934) no governo Vargas, idealizou a Lei de Segurança Nacional (1935) e foi o responsável pelo fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935 e pela criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo em 1936. Afastou-se do governo em 1937 e reassumiu o cargo de professor da Faculdade de Direito da USP. Demitido em 1939 por manifestar-se contra o regime, somente em 1941 voltou a lecionar. No segundo governo Vargas, foi ministro das Relações Exteriores (1951). Morreu em São Paulo, em 19 de janeiro de 1978.

Zacarias de Góis e Vasconcelos

15.1.1864 a 31.8.1864

Nasceu em Valença, Bahia, em 5 de novembro de 1815. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1840 e nesse mesmo ano ingressou no corpo docente. Integrante do Partido Liberal, foi deputado na província da Bahia (1843) e presidente das províncias do Piauí (1845), Sergipe (1847) e Paraná (1853). Deputado geral por três legislaturas (1850, 1853 e 1861), presidiu a Câmara dos Deputados em 1864, ano em que foi nomeado senador pela Bahia. Atuou também como ministro da Marinha (1852), do Império (1862), da Justiça (1864) e da Fazenda (1866), além de ter sido presidente do Conselho de Ministros (1862, 1864 e 1866). Foi um dos fundadores, em 1864, do Partido Liberal Progressista, agremiação extinta em 1868. Publicou *Da natureza e limites do Poder Moderador* (1861) e *O manifesto-programa do Partido Liberal* (1870), importantes obras do pensamento político brasileiro. Morreu no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1877.

Cronologia

Como não poderia deixar de ser, a história do Ministério da Justiça, em seus 190 anos, está diretamente ligada à história do Brasil. Por isso, nesta cronologia estão sintetizados os principais acontecimentos que marcaram a trajetória do ministério, contextualizados em torno das datas mais importantes da história nacional e mundial de forma a recuperar as diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais em que se basearam suas ações.

1822

Janeiro Dia do Fico, quando d. Pedro afirma sua decisão de permanecer no Brasil apesar das ordens das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa.

Junho Convocação de uma Assembleia Constituinte para o Brasil.

Julho D. Pedro I confirma decreto expedido em 1821 pelas Cortes Gerais em Lisboa e cria no Brasil a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Setembro Proclamação da independência do Brasil por d. Pedro às margens do rio Ipiranga, próximo a São Paulo.

1823

Maio Instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.

Novembro Dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa e convocação de uma nova assembleia.

Declaração da liberdade de imprensa e definição de penas para os abusos cometidos nos casos de ataque à religião, ao governo e à ordem do Império.

Dezembro Conclusão pelo Conselho de Estado de um novo projeto constitucional para o Brasil.

MUNDO

Dezembro Declaração do presidente dos Estados Unidos, James Monroe, desaprovando a intervenção de países europeus na América Latina.

1824

Março Outorga da Constituição Política do Império do Brasil, a primeira Carta Magna brasileira.

Julho Em Recife, Manuel de Carvalho Paes de Andrade proclama a Confederação do Equador, que visa reunir sob o mesmo governo federativo diversas províncias do nordeste brasileiro.

Novembro Fim da Confederação do Equador com a capitulação das tropas rebeldes no Ceará.

MUNDO

Abril Em Portugal, acontece a Abrilada, revolta de caráter absolutista sob o comando de d. Miguel, irmão de d. Pedro.

1825

Janeiro Criação, em caráter provisório, do Curso Jurídico da Corte.

Fuzilamento de frei Joaquim do Amor Divino Rebelo Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, no Forte das Cinco Pontas, em Recife.

Dezembro D. Pedro I declara guerra contra a República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

1826

Maio Instalação da primeira Assembleia Geral do Império.

Novembro Brasil assina com a Inglaterra uma convenção determinando que a partir de 1830 o tráfico de escravos seria proibido no país.

MUNDO

Março Morte de d. João VI e proclamação de d. Pedro I, imperador do Brasil, como d. Pedro IV, rei de Portugal.

Maio D. Pedro IV abdica condicionalmente do trono português em favor de sua filha d. Maria da Glória.

1827

Agosto Aprovada a criação de cursos jurídicos nas cidades de São Paulo e Olinda.

Outubro Criação do cargo de juiz de paz, eletivo em cada uma das freguesias e capelas curadas do Império.

Aprovada a lei que permite o acesso de mulheres ao ensino básico.

MUNDO

Julho D. Pedro I nomeia d. Miguel seu lugar-tenente para governar Portugal durante a menoridade de d. Maria da Glória.

1828

Março Inauguração do Curso Jurídico de São Paulo.

Maio Inauguração do Curso Jurídico de Olinda.

Agosto Assinatura da Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, estabelecendo a criação da República Oriental do Uruguai.

Setembro Criação do Supremo Tribunal de Justiça.

1829

Fevereiro Revolta popular iniciada na cidade de Santo Antão, em Pernambuco, instalou a República dos Afogados.

1830

Março Decisão governamental estabelece a primeira organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Setembro Regulamentação dos crimes de abuso da imprensa.

Dezembro Promulgada a lei que manda pôr em vigor o primeiro Código Criminal do Império.

1831

Abril — D. Pedro I abdica do trono brasileiro em favor de seu filho, d. Pedro de Alcântara, futuro imperador d. Pedro II.

Junho — Eleição da Regência Permanente, composta por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, para governar o país até a maioridade de d. Pedro II.

Agosto — Criação da Guarda Nacional e extinção dos corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças.

Outubro — Revogação das cartas régias que mandaram fazer guerra e pôr em servidão os índios.

Novembro — Aprovação da Lei Feijó, que declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores de escravos, mas que não foi executada.

1832

Julho — Tentativa fracassada de golpe de Estado liderada pelos padres Diogo Antônio Feijó, José Bento e José Custódio Dias, cujo objetivo era fazer aprovar a Constituição de Pouso Alegre pela Assembleia Geral.

Novembro — Promulgação do Código do Processo Criminal de primeira instância, com disposição provisória sobre a administração da justiça civil.

MUNDO

Junho — Promulgação do Ato de Reforma na Inglaterra, ampliando a participação eleitoral.

1833

Abril — Início da Cabanada em Pernambuco e Alagoas, rebelião de caráter popular em defesa do retorno de d. Pedro I que se desenrolou na área rural e foi liderada por Vicente de Paula.

Outubro — Nomeação de uma comissão formada por desembargadores, juízes de direito e advogados para a revisão da legislação nacional.

Concessão de anistia a participantes de revoltas ocorridas em diferentes províncias do Império.

MUNDO

Agosto — Aprovação do *Slavery Abolition Act*, que determinava para agosto de 1834 o fim da escravidão nas colônias inglesas.

1834

Agosto — Aprovação do Ato Adicional à Constituição de 1824.

MUNDO

Agosto — Início da vigência do *Slavery Abolition Act*, que estabelecia o fim da escravidão nas colônias inglesas.

Aprovação da Lei dos Pobres, voltada para a assistência social, na Inglaterra.

1835

Janeiro Início da Cabanagem, revolta popular que teve início em Belém e atingiu o interior do Pará, onde índios, negros e mestiços rebelaram-se contra as elites locais e assumiram o governo.

Revolta dos Malês, reunindo escravos africanos muçulmanos, em Salvador.

Setembro Início da Revolução Farroupilha, quando a província de São Pedro do Rio Grande do Sul se insurge contra o governo imperial e Porto Alegre é tomada pelas forças rebeldes.

Outubro Posse de Diogo Feijó como regente único.

1836

Setembro Revoltosos farroupilhas proclamam a República Rio-Grandense, no Campo de Menezes, sendo escolhida a cidade de Piratini como sua capital.

MUNDO

Dezembro Proibição do tráfico de escravos nas colônias portuguesas.

1837

Setembro Renúncia de Diogo Feijó à Regência do Império.

Outubro Proclamação do novo regente do Império, Pedro de Araújo Lima.

Novembro Início da Sabinada, revolta liderada por Francisco Sabino, que visava fundar uma república na Bahia até a maioridade de d. Pedro II.

MUNDO

Junho A rainha Vitória ascende ao trono da Grã-Bretanha e Irlanda.

1838

Março Fim da Batalha dos Três Dias, culminando com a rendição dos partidários da Sabinada às forças legalistas imperiais.

Dezembro Início da Balaiada, revolta de caráter popular que teve origem no interior do Maranhão e atingiu Piauí e Ceará.

MUNDO

s.d. O movimento dos trabalhadores na Inglaterra envia ao parlamento a Carta do Povo, reivindicando sufrágio universal, voto secreto e supressão do censo para eleições e elegibilidade, dando início ao movimento cartista.

1839

Julho Proclamação da República Juliana, em Santa Catarina, por Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, como desdobramento da Revolução Farroupilha, sem, no entanto, dominar toda a província.

Novembro — Fim da República Juliana, após ataque das forças imperiais à sua capital, a cidade de Laguna.

MUNDO

Agosto — Aprovação do *bill* de Palmerston, autorizando os navios ingleses a interceptar embarcações portuguesas suspeitas de tráfico de escravos.

1840

Março — Rendição de Gonçalves Jorge Magalhães, último líder cabano, que marcou o fim da Cabanagem no Pará, após a morte de milhares de revoltosos.

Maio — Aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional.

Julho — Antecipação pela Assembleia Geral da maioridade de d. Pedro II, que se torna o novo imperador do Brasil.

1841

Janeiro — Fim da Balaiada no Maranhão.

Abril — Fim da Balaiada no Piauí.

Dezembro — Reforma do Código do Processo Criminal de 1832.

1842

Maio — Revolta liberal em Sorocaba, São Paulo.

Decretada uma nova organização para a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Junho — Revolta liberal em Barbacena, Minas Gerais.

1843

Maio — O imperador do Brasil, d. Pedro II, casa-se, por procuração, com d. Teresa Cristina de Bourbon, princesa das Duas Sicílias.

1844

Outubro — Revolta dos Lisos, em Alagoas, liderada por conservadores contra o governo liberal da província.

1845

Fevereiro — Assinatura do Tratado de Poncho Verde, que pôs fim à Revolução Farroupilha.

MUNDO

Agosto — Promulgação do *bill* Aberdeen, na Inglaterra, que autorizou a esquadra inglesa a prender navios que fizessem tráfico de escravos entre América e África.

1846

Agosto — Aprovação da lei eleitoral que regulava a realização de eleições para senadores, deputados, membros das assembleias provinciais, juízes de paz e câmaras municipais.

1847

Julho — Criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que seria nomeado pelo imperador e teria a responsabilidade de definir os membros do gabinete ministerial.

s.d. — Início da experiência de trabalho pelo sistema de parceria, com colonos alemães e suíços na fazenda de Ibacicaba, em São Paulo.

1848

Novembro — Revolução Praieira em Pernambuco, de caráter liberal, defende medidas como a extinção do Poder Moderador e o fim dos privilégios comerciais, e encadeada pela nomeação de um conservador para a presidência da província.

1849

Janeiro — Praieiros invadem Recife a fim de tomar o governo e são vencidos pelas tropas legalistas.

Agosto — Julgamento dos rebeldes da Revolução Praieira, quando os principais chefes do movimento foram condenados à prisão perpétua na ilha de Fernando de Noronha, até a anistia em novembro de 1851.

1850

Junho — Promulgação do primeiro Código Comercial do Império.

Setembro — Aprovação da chamada Lei Eusébio de Queiroz, proibindo o tráfico de escravos para o Brasil.

Criação da província do Amazonas, até então comarca da província do Grão-Pará.

Promulgação da primeira lei de terras do Império.

1851

Maio — Assinatura do tratado de aliança entre Brasil, Montevidéu e as províncias de Entre Ríos e Corrientes, contra os generais Manoel Oribe (Uruguai) e Juan Manuel de Rosas (Argentina), iniciando oficialmente a participação do Brasil nos conflitos da Guerra do Prata.

1852

Fevereiro Batalha de Monte Caseros, que culminou com a vitória das forças aliadas (reunindo o exército do Uruguai, Brasil, Entre Ríos e Corrientes) contra o exército do general Rosas (Argentina).

1853

Agosto Criação da província do Paraná a partir da antiga comarca de Coritiba, pertencente à província de São Paulo.

1854

Junho Aprovação da Lei Nabuco de Araújo, estabelecendo as formas de julgamento dos presos sob acusação de tráfico de escravos.

1855

Setembro Reforma da Lei Eleitoral, conhecida como Lei dos Círculos, que determina a divisão das províncias em distritos eleitorais, com um deputado cada.

1856

Dezembro Revolta dos Parceiros, realizada por colonos suíços trazidos para uma experiência de trabalho sob o sistema de parceria, na fazenda de Ibacicaba, interior de São Paulo.

1857

Junho Greve dos "negros de ganho" em Salvador, Bahia, contra o cadastramento e a instituição de um novo imposto.

1858

Fevereiro Revolta da Farinha, também chamada de Revolta da Carne sem Osso, de caráter popular, ocorrida em Salvador contra a lei municipal que regulava o comércio da farinha de mandioca.

1859

Fevereiro Reforma da estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, criando três novas seções.

1860

Julho Criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que passou a assumir uma série de atribuições da pasta da Justiça, provocando a reorganização do ministério.

MUNDO

Dezembro Após a eleição de Abraham Lincoln para a Presidência, o estado da Carolina do Sul se separa da federação e dá início à Guerra de Secessão, nos Estados Unidos.

1861

Abril A carga do navio inglês Prince of Wales é saqueada após a embarcação naufragar no litoral do Rio Grande do Sul. O pedido de indenização do embaixador inglês William Dougal Christie é negado pelo governo brasileiro.

MUNDO

Fevereiro Fim do regime de servidão na Rússia.

1862

Junho Marinheiros ingleses são presos por desacato no Rio de Janeiro. O incidente aumenta o clima de tensão nas relações entre os governos brasileiro e britânico. Nos meses seguintes o embaixador William Dougal Christie passa a ordenar retaliações contra o governo brasileiro, dando início à chamada "Questão Christie".

1863

s.d. Após a decisão favorável ao Brasil dada pelo rei da Bélgica, Leopoldo I, árbitro do conflito criado em torno da "Questão Christie", o país decide romper relações diplomáticas com a Inglaterra.

MUNDO

Janeiro O presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, sanciona a Proclamação da Emancipação, abolindo a escravidão nos territórios confederados ainda envolvidos na guerra civil americana.

1864

Agosto Forças militares do Império do Brasil intervêm na deposição do presidente do Uruguai, Atanasio Aguirre.

Setembro Reforma da legislação referente a hipotecas no país.

Dezembro O presidente paraguaio, Solano López, declara guerra ao Império do Brasil.

MUNDO

Agosto Realização da primeira Convenção de Genebra, com o intuito de melhorar a situação dos feridos e doentes envolvidos em conflitos militares.

1865

Abril Promulgação de um novo regulamento para a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Maio Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança entre Uruguai, Brasil e Argentina para combater as forças paraguaias.

MUNDO

Janeiro Congresso dos Estados Unidos aprova a lei que dá fim à escravidão em todo o país.

Abril O presidente dos EUA, Abraham Lincoln, é assassinado.

1866

Novembro Decreto imperial concede liberdade aos escravos que estivessem em condições de servir ao exército.

1867

Fevereiro/maio Expulsão das tropas paraguaias da província do Mato Grosso.

1868

Abril Reformulação da estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

1869

Janeiro Tropas da Tríplice Aliança entram na capital do Paraguai.

MUNDO

Abril Inglaterra revoga o Bill Aberdeen, que autorizava os navios ingleses a prender qualquer embarcação que realizasse tráfico de escravos.

1870

Março Morte de Solano López, dando fim à Guerra do Paraguai.

Dezembro Publicação, no jornal *A República*, do Manifesto Republicano, que incitava a substituição do regime monárquico no Brasil.

s.d. Fundação do Partido Republicano, no Rio de Janeiro.

1871

Setembro Promulgação da Lei do Ventre Livre, que declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir daquele momento, estabelecendo também medidas sobre a criação desses libertos pelo Estado ou pelos senhores de escravos.

Reforma do Código de Processo Criminal de 1841.

MUNDO

Março — Comuna de Paris, movimento revolucionário popular que toma a capital francesa.

1872

Setembro — Decreto ordena a realização do primeiro recenseamento nacional.

s.d. — Início da chamada "Questão Religiosa", após d. Vital, bispo de Olinda, proibir a participação de padres católicos em cultos maçônicos.

1873

Fevereiro — Fechamento do jornal *A República* pela polícia.

Abril — Republicanos paulistas realizam a Convenção de Itu e fundam o Partido Republicano Paulista.

1874

Janeiro — Prisão de d. Vital, bispo de Olinda, após polêmica envolvendo a participação de padres católicos em cultos maçônicos.

Abril — Decreto estabelece o regulamento para registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos no Império do Brasil.

Outubro — Revolta do Quebra-Quilos, iniciada na Paraíba contra a lei que uniformizava o novo sistema de pesos e medidas em todas as províncias.

1875

Setembro — O Imperador d. Pedro II concede anistia a d. Vital, dando fim à "Questão Religiosa".

Outubro — É decretada a mudança da legislação eleitoral do país, promovendo, entre outras alterações, a introdução do título eleitoral (Lei do Terço).

1876

Maio — Últimas tropas brasileiras se retiram do Paraguai.

1877

s.d. — Início de um período de grande seca em regiões do nordeste do país, que se estende até 1879 e provoca milhares de mortes.

1878

Julho — Congresso agrícola organizado pelo governo no Rio de Janeiro reúne agricultores para tratar dos problemas da lavoura nacional, incluindo a questão da imigração.

1879

Abril — Reforma do sistema educacional brasileiro, declarando livre o ensino primário, secundário e superior, e permitindo às mulheres o acesso às universidades.

Dezembro — Revolta do Vintém, marcada por protestos que perduram até o ano seguinte na capital do Império, após aprovação de imposto sobre o preço da passagem de bonde.

1880

Setembro — Joaquim Nabuco cria a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

1881

Janeiro — Reforma da legislação eleitoral estabelece o sistema de eleições diretas para deputados e senadores e promove o recadastramento de eleitores, entre outros (Lei Saraiva).

1882

Novembro — Promulgação da lei que regula e oferece maiores liberdades para o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas.

s.d. — Fundação do Partido Republicano Rio-Grandense.

1883

Setembro — A cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, adere à causa abolicionista e decide libertar seus escravos.

1884

Março — O Ceará torna-se a primeira província a abolir a escravidão.

Julho — Abolição da escravidão na província de Amazonas.

1885

Setembro — Promulgação da Lei dos Sexagenários, ou Lei Saraiva-Cotegipe, que pôs em liberdade todos os escravos com idade superior a sessenta anos.

1886

Julho Fundação da Sociedade Promotora da Imigração, entidade particular que visava promover a vinda de mão de obra estrangeira para a província de São Paulo.

1887

Fevereiro Revogação do ato que proibia os militares de se manifestarem através da imprensa.

1888

Maio Promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Setembro Aprovação, pelo ministro da Justiça, dos estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros.

1889

Novembro Proclamação da República no Brasil.

Dezembro O governo provisório nomeia uma comissão de cinco juristas para elaborar o projeto de uma nova Constituição para o país.

MUNDO

Outubro Início da primeira Conferência Internacional Americana em Washington, reunindo dezoito países do continente, entre eles o Brasil.

1890

Janeiro Decreto do governo provisório estabelece a liberdade de culto, extingue o padroado e proíbe o governo de intervir em assuntos de matéria religiosa.

Promulgação da lei sobre casamento civil.

Junho Decreto do governo provisório determina a instalação de uma Assembleia Constituinte, promulga uma Constituição que deve vigorar até a conclusão dos trabalhos da assembleia e cria o Supremo Tribunal Federal.

Outubro Promulgação de um novo Código Penal.

Reforma do Código Comercial.

Governo provisório estabelece a organização da Justiça Federal no país.

Promulgada uma nova Constituição pelo governo provisório, substituindo a que havia sido promulgada em junho.

Novembro Instalação da Assembleia Constituinte.

1891

Fevereiro Promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

O marechal Manuel Deodoro da Fonseca assume como primeiro presidente da República, após vitória em eleição indireta pelo Congresso.

Outubro Transformação da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça em Ministério da Justiça e Negócios Interiores, incorporando atribuições do Ministério do Interior e do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Novembro Após uma crise política que envolveu o fechamento do Congresso, o marechal Deodoro da Fonseca renuncia à Presidência, dando lugar ao vice-presidente, marechal Floriano Peixoto.

1892

Abril Depois de uma série de protestos contra medidas do governo, o presidente Floriano Peixoto declara estado de sítio por 72 horas.

1893

Fevereiro Revolução Federalista, envolvendo federalistas e republicanos por reformas políticas no Rio Grande do Sul.

Setembro Segunda Revolta da Armada, reunindo militares que reivindicavam novas eleições presidenciais.

MUNDO

s.d. A Nova Zelândia torna-se o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres.

1894

Novembro Após eleições diretas, toma posse o primeiro civil a ocupar a Presidência da República, Prudente José de Morais e Barros.

MUNDO

Outubro Acusado falsamente de traição, o militar francês Alfred Dreyfus é preso em seu país, dando origem a uma série de protestos e suscitando em toda a Europa discussões em torno do nacionalismo e do antissemitismo.

1895

Outubro Governo concede anistia aos envolvidos em movimentos revolucionários durante a República.

Dezembro É promulgada uma nova legislação eleitoral visando regular a apuração das eleições para presidente e vice-presidente.

1896

Novembro Primeira expedição militar é enviada contra Canudos.

1897

Outubro Após três expedições fracassadas, as forças do governo derrotam os rebeldes de Canudos, culminando na morte de Antônio Conselheiro.

Novembro Tentativa de assassinato do presidente Prudente de Morais resulta em acusações de conspiração militar.

1898

Novembro Manuel Ferraz de Campos Sales, ex-ministro da Justiça, assume a Presidência da República, após eleições diretas.

1899

Julho Com o apoio do Brasil, Luiz Galvez proclama a República do Acre, afirmando a independência em relação à Bolívia e dando início a uma série de conflitos armados e diplomáticos pela posse do território.

MUNDO

Maio Início da 1ª Conferência Internacional da Paz, em Haia, onde foi criada a Corte Permanente de Arbitragem.

1900

s.d. O presidente Campos Sales promove uma série de reformas que, com o apoio das lideranças políticas estaduais, aumentam a influência do Poder Executivo sobre o Legislativo, dando início à chamada "política dos governadores".

1901

Agosto Reabertura do Clube Militar, fechado desde o atentado ao presidente Prudente de Morais em 1897.

MUNDO

Outubro O brasileiro Santos Dumont torna-se o primeiro homem a conduzir um balão dirigível, sobrevoando Paris.

1902

Novembro Após eleições diretas, Francisco de Paula Rodrigues Alves assume a Presidência da República.

1903

Março Oswaldo Cruz assume o cargo de diretor-geral de Saúde Pública, dando início a uma grande campanha de saneamento e combate a epidemias.

Agosto Grande greve é iniciada na capital federal pelos trabalhadores da indústria têxtil, com a adesão de diversas outras classes.

Novembro Após uma série de conflitos pelo controle da região, é assinado o Tratado de Petrópolis, que anexa ao Brasil o território do Acre.

1904

Novembro Revolta da Vacina, de caráter popular, contra a lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola.

Revolta de cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, contra o governo.

Promulgação de uma nova lei eleitoral, conhecida como Lei Rosa e Silva, que permitia o voto a descoberto.

1905

Setembro Decretada anistia a todos os participantes envolvidos nas manifestações de novembro do ano anterior.

Novembro Sublevação na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, contra os maus-tratos infringidos a militares.

1906

Fevereiro Os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro assinam o Convênio de Taubaté, visando a estabilidade do preço do café por meio de intervenções governamentais na compra de estoques.

Novembro Após eleições diretas, Afonso Augusto Moreira Pena assume a Presidência da República.

MUNDO

Julho Início da 3ª Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro, quando foi criada a Junta Internacional de Jurisconsultos, depois denominada Comissão Jurídica Interamericana.

1907

Janeiro Decreto define as regras para a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades que ameacem a segurança nacional e a "tranquilidade pública".

Maio Grande greve realizada em São Paulo reivindica a diminuição da jornada de trabalho para oito horas.

Junho Início da 2ª Conferência Internacional da Paz, em Haia, tendo Rui Barbosa como chefe da delegação brasileira.

1908

Abril Criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

1909

Junho Morte do presidente da República, Afonso Augusto Moreira Pena, um ano antes de completar seu mandato. Nilo Procópio Peçanha, vice-presidente, assume o cargo.

s.d. Rui Barbosa decide disputar as eleições para a Presidência da República e inicia a chamada “campanha civilista”, em oposição a seu concorrente, o militar Hermes Rodrigues da Fonseca.

1910

Novembro O marechal Hermes da Fonseca vence as eleições e assume a Presidência da República.

Tem início a Revolta da Chibata, também chamada de Revolta dos Marinheiros, liderada por João Cândido Felisberto contra os castigos físicos na Marinha.

Dezembro Fundação do Partido Republicano Feminino no Brasil.

1911

s.d. O governo federal inicia a “política das salvações”, intervindo diretamente nos governos estaduais sob o pretexto de moralização política e combate às oligarquias.

1912

Outubro Início da Guerra do Contestado, envolvendo tropas governamentais e membros de um movimento messiânico na região entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Dezembro O marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, é absolvido pela Justiça.

1913

Janeiro Alterações na lei de 1907 facilitam a expulsão de estrangeiros.

Março Manifestação reúne cerca de dez mil pessoas na capital federal contra a expulsão de sindicalistas estrangeiros envolvidos em movimentos de greve.

1914

Janeiro Revolta na cidade de Juazeiro, no sertão do Ceará, é deflagrada após perseguição política do interventor federal contra o padre Cícero Romão Batista.

Agosto Governo brasileiro declara neutralidade em relação à Primeira Guerra Mundial.

Novembro Em eleições diretas, Venceslau Brás Pereira Gomes assume a Presidência da República.

MUNDO

Julho Após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, o Império Austro-Húngaro declara guerra à Sérvia, dando início à Primeira Guerra Mundial.

1915

Março Reforma do ensino secundário e superior no país, conhecida como Reforma Carlos Maximiliano, que era ministro da Justiça e Negócios Interiores.

1916

Janeiro Promulgação do primeiro Código Civil brasileiro.

Setembro Fundação da Liga da Defesa Nacional, reunindo intelectuais e políticos em torno de assuntos como uma participação maior do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

1917

Abril O navio brasileiro Paraná é torpedeado por submarinos alemães.

Julho Greve geral mobiliza cerca de cinquenta mil trabalhadores em São Paulo.

Outubro Brasil declara guerra à Alemanha, iniciando sua participação na Primeira Guerra Mundial.

MUNDO

Novembro Após a derrubada do regime czarista, o Partido Bolchevique assume o poder na Rússia.

1918

Novembro O vice-presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro assume a Presidência da República até a realização de novo pleito, visto que o presidente eleito Rodrigues Alves fora contagiado pela gripe espanhola.

MUNDO

Novembro Assinado o armistício que põe fim à Primeira Guerra Mundial.

1919

Janeiro Rodrigues Alves morre de gripe espanhola.

Julho Após novas eleições, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, ex-ministro da Justiça e Negócios Interiores, assume a Presidência da República.

Outubro Membros de organizações políticas anarquistas e movimentos grevistas são deportados.

MUNDO

Junho Assinatura do Tratado de Versalhes, que impôs restrições aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial e criou a Liga das Nações.

1920

Fevereiro Conflitos gerados por disputas políticas na Bahia exigem a intervenção federal no estado.

MUNDO

Novembro É realizada em Genebra, na Suíça, a primeira Assembleia Geral da Liga das Nações.

1921

Janeiro Decretada a lei que regula a repressão ao anarquismo no país, ampliando os poderes do governo em restringir a atuação da imprensa e expulsar estrangeiros.

MUNDO

Julho Mao Tsé-Tung funda o Partido Comunista da China.

Adolf Hitler é escolhido presidente do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

1922

Fevereiro Início da Semana de Arte Moderna em São Paulo.

Julho Revolta do Forte de Copacabana, organizada por tenentes do Exército contra medidas do governo, entre elas o fechamento do Clube Militar.

Novembro Após eleições diretas, Arthur da Silva Bernardes assume a Presidência da República.

MUNDO

Fevereiro Primeira reunião da Corte Internacional de Justiça, em Haia.

1923

Janeiro Sob acusações de fraude eleitoral, Augusto Adolfo Borges de Medeiros toma posse como governador do Rio Grande do Sul, dando início a uma revolução no estado que só terminará com a assinatura do Pacto das Pedras Altas, em dezembro.

Outubro Decretada a lei que restringe a liberdade de imprensa.

1924

Julho Militares de São Paulo iniciam movimento revolucionário contra o governo e o poder das oligarquias, sofrendo forte repressão das forças federais.

Militares se revoltam no Amazonas dando origem à Comuna de Manaus.

Outubro Na sequência das diversas revoltas militares que se seguiram à paulista, o capitão Luís Carlos Prestes lidera um levante tenentista no Rio Grande do Sul.

Dezembro Tenentes gaúchos liderados por Luís Carlos Prestes partem em marcha para se encontrar com revoltosos paulistas no Paraná.

1925

Janeiro Decreto estabelece reforma no ensino do país, a chamada Reforma Rocha Vaz.

Abril Militares revoltosos de São Paulo e do Rio Grande do Sul se reúnem no Paraná e seguem em marcha para o Mato Grosso, dando início à Coluna Prestes.

MUNDO

Janeiro Na Itália, o Partido Fascista se torna único e Mussolini adquire poderes ditatoriais.

Junho Adolf Hitler publica o livro *Mein Kampf* (*Minha luta*).

1926

Junho Brasil se retira da Liga das Nações após tentativa fracassada de obter uma cadeira permanente.

Setembro Promulgação da reforma constitucional que ampliou a autonomia do Poder Executivo para declarar estado de sítio e restringir o *habeas corpus*, entre outras mudanças.

Novembro Após eleições diretas, Washington Luís Pereira de Sousa assume a Presidência da República.

1927

Agosto É promulgada a chamada Lei Celerada, que, entre outras determinações, limitou a liberdade de imprensa, autorizou o governo a fechar sindicatos, aumentou a repressão ao movimento operário e pôs na ilegalidade o Partido Comunista.

Outubro O Rio Grande do Norte permite, pela primeira vez no país, o voto feminino.

Decreto governamental estabelece o Código dos Menores, que consolida leis de assistência e proteção à infância e à adolescência.

1928

Novembro Minas Gerais rejeita a indicação de Júlio Prestes como candidato à Presidência da República, gerando uma crise política com outros estados.

1929

Junho Em oposição ao regime situacionista é fundada a Aliança Liberal, que apoia a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Outubro Júlio Prestes de Albuquerque é escolhido candidato do governo para a sucessão presidencial.

MUNDO

Outubro *Crash* da Bolsa de Nova York inicia um período de depressão na economia mundial.

1930

Maio Júlio Prestes é declarado vencedor nas eleições presidenciais.

Abril Luís Carlos Prestes divulga manifesto de adesão ao comunismo.

Julho João Pessoa, candidato de Getúlio Vargas a vice-presidente da República, é assassinado pelo coronel João Dantas em Recife.

Outubro Visando combater o poder político das oligarquias, tem início, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, a chamada Revolução de 30, que depôs o presidente Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e instalou uma Junta Governativa Provisória composta pelos militares Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha.

Novembro A Junta Governativa Provisória entrega a chefia do governo provisório a Getúlio Vargas.

Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que passou a exercer funções que eram da alçada do Minsitério da Justiça e Negócios Interiores.

O governo provisório reorganiza a Corte de Apelação e cria a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

1931

Março Decretada a lei que regula a sindicalização das classes patronais e operárias.

1932

Fevereiro Decretado o novo Código Eleitoral, introduzindo uma série de inovações, como a criação da Justiça Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral, o voto secreto, a extensão às mulheres do direto de votar e ser votada.

Maio O governo provisório determina para o ano seguinte a realização de eleições para a Assembleia Constituinte.

Julho Começa em São Paulo a Revolução Constitucionalista, reivindicando a reconstitucionalização do país e assumindo o controle político do estado até a assinatura do armistício em outubro.

Outubro Plínio Salgado funda a Ação Integralista Brasileira.

1933

Maio Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. A médica Carlota Pereira de Queiroz torna-se a primeira mulher a ser eleita deputada federal.

Novembro É instalada a Assembleia Nacional Constituinte.

MUNDO

Janeiro Aldolf Hitler torna-se primeiro-ministro da Alemanha.

1934

Janeiro Aprovação do Código Florestal brasileiro.

Julho Promulgados o Código de Minas e o Código de Águas.

Getúlio Vargas decreta nova lei de liberdade de imprensa.

É promulgada uma nova Constituição para o Brasil.

Por meio de eleições indiretas, Getúlio Vargas é eleito presidente da República.

MUNDO

Agosto — Com a morte do presidente Hindenburg, Aldolf Hitler acumula os cargos de primeiro-ministro e presidente da Alemanha.

1935

Março — Fundação da Aliança Nacional Libertadora, organização de oposição que reunia intelectuais e políticos, presidida por Luís Carlos Prestes, e que, nos meses seguintes, seria cassada pelo governo.

Abril — Promulgada a Lei de Segurança Nacional, que define os crimes contra a ordem política e social, assim como as respectivas penalidades.

Novembro — Série de intentonas comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o governo.

Novembro/dezembro — Governo aprova alterações na Lei da Segurança Nacional e na Constituição que dão maior autonomia ao Poder Executivo para reprimir os movimentos dissidentes.

MUNDO

Setembro — Congresso do Partido Nazista promulga as Leis de Nuremberg.

1936

Janeiro — Criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.

Março — Congresso Nacional declara estado de guerra por conta das agitações políticas do ano anterior.

Setembro — Criação do Tribunal de Segurança Nacional, destinado ao julgamento sumário dos suspeitos de subversão.

Outubro — Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, grávida de oito meses, é deportada para a Alemanha.

MUNDO

Março — Alemanha invade a Renânia.

Junho — O general Franco inicia a guerra civil espanhola.

1937

Junho — Criação da União Democrática Nacional, em oposição ao governo.

Agosto — Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Setembro — Governo divulga o chamado Plano Cohen, suposta conspiração comunista para tomar o poder.

Outubro — Elaborado o Estatuto da Mulher por comissão especial presidida pela deputada Bertha Lutz.

Novembro Golpe de Estado comandado por Getúlio Vargas instaura o Estado Novo, outorgando uma nova Constituição para o país, dissolvendo o Congresso e extinguindo os partidos políticos.

1938

Maio Integralistas invadem o palácio presidencial em tentativa fracassada de golpe de Estado.

Julho Lampião, Maria Bonita e dez cangaceiros são mortos no cerco de Angicos, Sergipe.

MUNDO

Março Alemanha invade a Áustria.

1939

Setembro Getúlio Vargas declara a neutralidade do Brasil em relação à guerra na Europa.

Edição do novo Código de Processo Civil.

Dezembro Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda.

MUNDO

Março O general Franco entra vitorioso em Madri, dando fim à guerra civil espanhola e começando um governo ditatorial na Espanha.

Setembro Alemanha invade a Polônia e dá início à Segunda Guerra Mundial.

1940

Maio Criação do salário mínimo.

Dezembro Promulgação do novo Código Penal.

MUNDO

Junho Itália declara guerra à França e o exército alemão ocupa Paris.

Setembro Assinatura do tratado de aliança entre Japão, Itália e Alemanha.

1941

Março Navio mercante brasileiro é atacado por forças alemães no Mediterrâneo.

Maio Criação da Justiça do Trabalho.

Outubro Edição do novo Código de Processo Penal.

MUNDO

Junho O exército alemão invade a URSS.

Dezembro Bombardeio japonês à base militar norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí.

1942

Janeiro Brasil rompe relações diplomáticas com Itália e Alemanha.

Fevereiro Navios brasileiros são atacados por forças alemães do Atlântico.

Agosto Brasil declara guerra ao Eixo (Japão, Alemanha e Itália).

Setembro Promulgação da Lei de Introdução ao Código Civil.

MUNDO

Janeiro Vinte e seis países assinam, em Washington, a Declaração das Nações Unidas, comprometendo-se na luta contra os países do Eixo.

1943

Janeiro Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, encontram-se em Natal, Rio Grande do Norte.

Brasil declara sua adesão à Organização das Nações Unidas e à Carta do Atlântico.

Maio Governo promulga a Consolidação das Leis do Trabalho, que reúne a nova legislação trabalhista do país.

MUNDO

Janeiro Na Polônia, a chamada Revolta do Gueto de Varsóvia é marcada por confrontos entre judeus e soldados alemães.

Setembro Divulgação do armistício entre Itália e forças aliadas.

Outubro Itália declara guerra à Alemanha.

1944

Julho Primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) é enviado para a Europa.

MUNDO

Junho Tropas do exército aliado desembarcam na Normandia, no chamado Dia D.

Julho Brasil participa da Conferência de Bretton Woods, que visa estabelcer uma nova ordem econômico-financeira entre os países, resultando na criação do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

1945

Fevereiro Diante de pressões políticas, Getúlio Vargas reformula a Consituição e anuncia eleições para presidente, governadores, assembleias estaduais e uma nova Assembleia Constituinte.

Abril O Supremo Tribunal federal concede *habeas corpus* a presos políticos, seguido por decreto do governo que concede anistia aos envolvidos em crimes políticos posteriores a 16 de julho de 1934.

Maio Promulgado novo regulamento eleitoral, que determina a data das eleições e reconhece a criação de partidos políticos de caráter nacional.

Outubro	Getúlio Vargas é deposto da Presidência antes das eleições. José Linhares, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, assume o cargo até a posse do novo presidente.
Novembro	Decreto do governo de transição extingue o Tribunal de Segurança Nacional.
Dezembro	Eleições para Assembleia Constituinte e Presidência da República, tendo como vencedor o general Eurico Gaspar Dutra.

MUNDO

Fevereiro	Vitória das forças brasileiras na batalha de Monte Castelo, na Itália.
	Churchill, Roosevelt e Stalin se reúnem na Conferência da Ialta.
Abril	Mussolini é preso e enforcado quando tentava escapar da Itália, e Hitler é encontrado morto após invasão do exército russo em Berlim.
Junho	Conferência em São Francisco redige a Carta das Nações Unidas, que cria a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Tribunal Internacional de Justiça, seu principal órgão judiciário.
Agosto	Estados Unidos lança bombas atômicas contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.
Setembro	Japão se rende e põe fim à Segunda Guerra Mundial.

1946

Janeiro	O candidato eleito, general Eurico Gaspar Dutra, assume a Presidência da República.
Fevereiro	Instalação da Assembleia Constituinte.
Março	Governo baixa decreto que regula o direito de greve.
Abril	Decreto proíbe jogos de azar no país.
Setembro	Promulgação da nova Constituição brasileira.

MUNDO

Dezembro	Nova York é escolhida sede permanente da ONU.
s.d	Terminam os julgamentos do Tribunal de Nuremberg, que condenou líderes nazistas.

1947

Maio	O Tribunal Superior Eleitoral decide pela ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, resultando no seu fechamento e na cassação do mandato de seus membros no ano seguinte.
	Governo intervém em uma série de sindicatos e fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

MUNDO

Março	O presidente dos EUA, Harry Truman, anuncia a política externa de combate ao comunismo, conhecida como Doutrina Truman.
Novembro	Assembleia da ONU, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprova plano que divide o território da Palestina entre árabes e judeus.

1948

Maio — O presidente Dutra envia ao Congresso o Plano Salte, que busca estimular a economia com investimentos em saúde, alimentação, transporte e energia.

MUNDO

Janeiro — Assassinato de Gandhi, na Índia.

Abril — Assinatura da Carta de Bogotá, que criou a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Maio — Criação do Estado de Israel, seguida do início da guerra Árabe-Israelense.

Dezembro — Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

1949

s.d. — Conclusão do relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink, chefiada pelo americano John Abbink e por Otavio Gouveia de Bulhões, com o objetivo de diagnosticar os principais problemas da economia brasileira.

MUNDO

Março — Criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

Outubro — Mao Tsé-Tung proclama a República Popular da China.

1950

Agosto — Luís Carlos Prestes lança o Manifesto de Agosto, propondo a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional.

Outubro — Eleições presidenciais dão a vitória a Getúlio Vargas.

MUNDO

Fevereiro — O senador norte-americano Joseph McCarthy acusa membros do Departamento de Estado de comunismo, iniciando uma política de perseguição conhecida como macarthismo.

Junho — Coreia do Norte e Coreia do Sul entram em guerra com o apoio de países aliados.

1951

Janeiro — Getúlio Vargas assume novamente a Presidência da República.

Julho — Aprovação da Lei Afonso Arinos, que criminaliza atos de preconceito racial.

MUNDO

Julho — Organização das Nações Unidas adota o Estatuto dos Refugiados.

1952

Outubro Criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

1953

Março Greve geral por melhores salários em São Paulo reúne trezentos mil trabalhadores.

Outubro Criação da Empresa Brasileira de Petróleo (Petrobras).

Novembro Governo baixa decreto que regula a liberdade de imprensa.

MUNDO

Julho Fim da Guerra da Coreia.

1954

Maio Getúlio Vargas decreta aumento de cem por cento no salário mínimo, gerando intensa oposição política.

Agosto O jornalista Carlos Lacerda sofre atentado que culmina na morte de um sargento da Aeronáutica. Investigações posteriores declaram como mandante Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas.

Sob pressão para renunciar, Getúlio Vargas se suicida no Palácio do Catete. O vice-presidente João Café Filho assume a Presidência da República.

1955

Outubro Juscelino Kubitschek de Oliveira vence as eleições presidenciais.

Novembro Café Filho se afasta do cargo por problemas de saúde e Carlos Coimbra da Luz, presidente da Câmara dos Deputados, assume a Presidência da República.

Visando manter a legalidade frente a suspeitas de golpe de Estado, o marechal Henrique Lott comanda movimento que depõe Carlos da Luz. Nereu Ramos, presidente do Senado, assume a Presidência da República e declara estado de sítio até a posse do candidato eleito, Juscelino Kubitschek.

MUNDO

Maio Países socialistas firmam o Pacto de Varsóvia, em oposição à criação da OTAN.

1956

Janeiro Juscelino Kubitschek assume a Presidência da República.

Fevereiro JK anuncia o Plano de Metas.

Setembro Promulgada a lei que nomeia como Brasília a futura sede da capital federal, a ser construída no planalto central do país.

MUNDO

Fevereiro — Durante o 20º Congresso do Partido Comunista na Rússia, o secretário-geral do partido, Nikita Kruschev, revela ao mundo os crimes cometidos pelo Estado durante o regime stalinista.

1957

Outubro — Quatrocentos mil trabalhadores realizam greve por reajuste salarial em São Paulo.

MUNDO

Março — Criação da Comunidade Econômica Europeia.

1958

Junho — Inauguração do Palácio da Alvorada, sede da Presidência na futura capital brasileira.

1959

Junho — Governo brasileiro rompe negociações com o FMI.

Dezembro — Oficiais da Aeronáutica se rebelam contra o governo em Aragarças, Goiás.

MUNDO

Janeiro — O governo do ditador cubano Fulgêncio Batista é deposto pela à Revolução Cubana.

1960

Abril — Inauguração de Brasília, nova capital federal.

MUNDO

Fevereiro — Assinatura do Tratado de Montevidéu, que criou a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio.

Setembro — Criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em Bagdá.

1961

Janeiro — Jânio da Silva Quadros, candidato vencedor das eleições realizadas no ano anterior, assume a Presidência da República.

Agosto — Jânio Quadros renuncia à Presidência abrindo grave crise política com setores que não aceitavam seu sucessor, o vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem oficial à China. Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assume interinamente a Presidência da República.

Setembro — Como solução ao impasse político que havia se instalado, é aprovada emenda constitucional que estabelece o sistema parlamentarista no país. João Goulart assume a Presidência da República e Tancredo Neves, o cargo de primeiro-ministro.

MUNDO

Agosto — O Muro de Berlim é erguido na Alemanha.

Novembro — Início dos combates entre as forças do Vietnã do Sul e os guerrilheiros vietcongues.

1962

Junho — Território Federal do Acre é elevado à condição de estado brasileiro.

Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro. João Goulart indica San Tiago Dantas para o cargo, mas o nome é vetado pelo Congresso.

Julho — Francisco de Paula Brochado Rocha assume como primeiro-ministro.

Setembro — Brochado Rocha renuncia ao cargo de primeiro-ministro e é substituído por Hermes Lima.

Congresso aprova a Lei de Remessa de Lucros, que inibe a saída de capital do país.

Dezembro — Governo anuncia o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, elaborado pelo ministro Celso Furtado.

MUNDO

Outubro — Crise dos mísseis, envolvendo Estados Unidos, Cuba e Rússia.

1963

Janeiro — Realização de plebiscito que põe fim ao sistema parlamentarista e reinstaura o presidencialismo, tendo João Goulart na Presidência da República.

Março — Promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Outubro — Trabalhadores rurais em protesto por reforma agrária e melhores condições de trabalho são reprimidos pelo Exército em Recife.

MUNDO

Novembro — Assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, em Dallas, Estados Unidos.

1964

Março — João Goulart anuncia a nacionalização das refinarias de petróleo.

Em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade reúne quinhentas mil pessoas contra o governo.

No Rio de Janeiro, João Goulart discursa em prol das chamadas reformas de base.

Abril — Golpe civil-militar derruba João Goulart, que se exila no Uruguai. Pascoal Ranieri Mazzilli assume a Presidência da República e é criado o Comando Supremo da Revolução, reunindo o general Artur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

Decretado o ato institucional n. 1, que, entre outras medidas, autoriza o governo a suspender direitos políticos e cassar mandatos de parlamentares.

Após eleição pelo Congresso, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assume a Presidência da República.

Novembro Promulgação da Lei Suplicy, que regula o funcionamento das organizações estudantis.

Governo promulga o Estatuto da Terra.

MUNDO

Julho O presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, assina o *Civil Rights Act*, transformando em crime a segregação racial no país.

1965

Julho Promulgação de novo Código Eleitoral e da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Outubro Instauração do ato institucional n. 2, que, entre outras medidas, extingue os partidos políticos e estabelece que a eleição para Presidência da República deve ser feita de forma indireta, pelo Congresso Nacional.

Novembro O ato complementar n. 4 leva à adoção do bipartidarismo no Brasil.

MUNDO

Agosto Após uma série de manifestações lideradas por Martin Luther King na cidade de Selma, Alabama, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, assina lei que estende aos negros americanos o direito ao voto.

1966

Fevereiro Ato institucional n. 3 estabelece o modelo de eleições indiretas para os governos estaduais.

Outubro Promulgação do Código Tributário Nacional.

Castelo Branco decreta recesso de um mês no Congresso Nacional.

Dezembro Ato institucional n. 4 determina a reunião do Congresso para votar o projeto de Constituição enviado pelo Poder Executivo.

1967

Janeiro É promulgada uma nova Constituição para o país.

Fevereiro Governo promulga lei que regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação.

Decreto-lei n. 200 promove ampla reforma na administração pública, inclusive a separação do Ministério da Justiça da pasta do Interior.

Março Decretada a Lei de Segurança Nacional.

O marechal Artur da Costa e Silva assume a Presidência da República após eleições indiretas.

Dezembro Criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

MUNDO

Junho Início da Guerra dos Seis Dias entre Israel e países árabes da região.

1968

Março O estudante Edson Luís da Lima Souto é morto pela polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, onde organizava uma passeata. Sua morte deu início a uma série de manifestações contra o regime militar.

Abril Governo torna ilegal a atuação da Frente Ampla, que reunia influentes políticos nacionais e defendia o restabelecimento da democracia no Brasil.

Junho Cem mil pessoas se reúnem no Rio de Janeiro em passeata contra o governo militar.

Julho Atentado a bomba contra a sede da ABI, no Rio de Janeiro.

Outubro Congresso clandestino realizado pela União Nacional de Estudantes em Ibiúna, São Paulo, termina com centenas de presos.

Novembro Criação do Conselho Superior de Censura.

Dezembro Decretado o ato institucional n. 5, que fechou o Congresso Nacional, cassou o mandato de vários políticos e suspendeu direitos constitucionais, entre outras medidas.

MUNDO

Abril Martin Luther King, líder do movimento de direitos civis dos negros nos Estados Unidos, é assassinado.

Começa em Teerã, Irã, a 1ª Conferência Internacional dos Direitos Humanos.

Maio Greve geral de estudantes dá início a uma onda de protestos na França.

Junho Senador americano Robert Kennedy é assassinado nos EUA.

Agosto Tem início a Primavera de Praga, e tanques soviéticos invadem a Tchecoslováquia para conter manifestações populares.

1969

Agosto Costa e Silva deixa a Presidência, por motivos de saúde, e é decretado o ato institucional n. 12, que impede a posse do vice-presidente Pedro Aleixo e transfere o poder para uma Junta Militar.

Setembro Novos atos institucionais recrudescem a repressão do governo, banindo opositores do regime e legalizando a pena de morte para envolvidos em atividades revolucionárias.

O embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick é sequestrado por organizações de esquerda no Rio de Janeiro. O sequestro terminou apenas quando o governo atendeu à exigência dos sequestradores e libertou presos políticos.

Outubro Outorgada a emenda constitucional n. 1, que altera a Constituição de 1967 em vários pontos, introduzindo as disposições decretadas pelos atos institucionais.

Promulgação do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar.

O general Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência da República, após eleições indiretas realizadas pelo Congresso Nacional.

Novembro — Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional, é assassinado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro.

MUNDO

Julho — O norte-americano Neil Armstrong é o primeiro homem a pisar na Lua.

Setembro — Início da retirada de soldados americanos do Vietnã.

1970

Janeiro — Câmara aprova decreto que estabelece a censura prévia de livros e periódicos.

Março — Militantes de organizações de esquerda sequestram o cônsul japonês Nobuo Okushi, em São Paulo, libertando-o após o governo enviar presos políticos para terem asilo no México.

Junho — Sequestro do embaixador alemão Ehrenfriend von Holleben, no Rio de Janeiro, por membros de organizações de esquerda. O sequestro terminou após presos políticos serem libertados e exilados.

Julho — Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Outubro — Começa a construção da rodovia Transamazônica.

Dezembro — O embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher é sequestrado por membros de organizações de esquerda no Rio de Janeiro, sendo libertado após o envio de presos políticos para o exílio.

MUNDO

Julho — Em Genebra, uma comissão internacional de juristas denuncia à Organização dos Estados Americanos torturas a presos políticos praticadas no Brasil.

1971

Novembro — Decreto governamental dá ao presidente da República o poder de classificar como secretos os decretos considerados de interesse da segurança nacional.

Setembro — Carlos Lamarca, ex-militar e líder da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), é assassinado na Bahia.

1972

Abril — Forças militares são enviadas para combater movimento de guerrilha nas proximidades do rio Araguaia, no Pará.

Setembro — Inauguração do primeiro trecho da Transamazônica.

1973

Janeiro Promulgação do novo Código de Processo Civil.

Dezembro Aprovada a lei que estabelece o Estatuto do Índio.

MUNDO

Setembro Golpe de Estado no Chile termina com a morte do presidente Salvador Allende.

Dezembro Grande aumento no preço do barril de petróleo no mercado internacional causa graves desequilíbrios na economia mundial.

1974

Março O general Ernesto Geisel assume a Presidência da República após eleições indiretas no Congresso.

MUNDO

Abril Revolução dos Cravos, em Portugal, derruba o governo ditatorial de Salazar.

1975

Outubro O jornalista Vladimir Herzog é encontrado morto em sua cela no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo.

s.d. Governo decreta medidas que visam diminuir gradativamente a censura prévia aos meios de comunicação.

1976

Janeiro O operário Manuel Fiel Filho é encontrado morto em uma cela do DOI-CODI de São Paulo, levando à demissão do general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército.

Julho Sancionada a chamada Lei Falcão, de autoria do ministro da Justiça, Armando Ribeiro Falcão, proibindo os candidatos de aparecerem ao vivo nas campanhas eleitorais de televisão e rádio.

Agosto Atentados a bomba contra as sedes da ABI e da OAB, no Rio de Jnaeiro.

1977

Abril Geisel decreta o chamado Pacote de Abril, emenda constitucional que colocou em recesso o Congresso e, entre outras medidas, estendeu o mandato presidencial e determinou eleições indiretas para algumas cadeiras do Senado.

Dezembro Promulgação da Lei do Divórcio.

1978

Maio Primeira greve de metalúrgicos desde a instalação do regime militar, em São Bernardo do Campo, São Paulo.

Dezembro Promulgada a nova Lei de Segurança Nacional.

Emenda constitucional revoga as disposições do ato institucional n. 5.

1979

Março O general João Batista de Oliveira Figueiredo assume a Presidência da República após eleições indiretas no Congresso.

Agosto Promulgada a Lei da Anistia, concedendo a anistia àqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos acusados de crimes políticos e eleitorais.

Dezembro Nova lei eleitoral permite o retorno ao pluripartidarismo.

MUNDO

Julho Novo aumento de preços do barril de petróleo gera crise na economia mundial.

1980

Agosto Promulgação da lei conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração.

Cartas-bomba são enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, resultando no ferimento de um funcionário e na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva.

Novembro Emenda constitucional reestabelece as eleições diretas para os governos estaduais.

MUNDO

Agosto Assinatura do Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração.

1981

Abril Atentado à bomba no Riocentro, no Rio de Janeiro, durante comemorações pelo Dia do Trabalho.

1982

Maio O DOPS do Rio Grande do Sul é o primeiro a ser extinto.

Dezembro Crise econômica no país leva o governo brasileiro a assinar acordo com o Fundo Monetário Internacional.

1983

Dezembro Partidos políticos e entidades de oposição formam frente única pela redemocratização do país, dando início à campanha das Diretas Já.

1984

Janeiro No 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Maio Comícios da campanha das Diretas Já reúnem milhares de pessoas em diferentes cidades do país.

A Câmara dos Deputados rejeita emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, que previa eleição direta para a Presidência da República.

1985

Janeiro Tancredo Neves, do partido de oposição ao governo, é o primeiro civil eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral desde a instalação do regime militar, marcando o início do processo de redemocratização do país.

Março O presidente eleito Tancredo Neves é internado em hospital de Brasília. O vice-presidente, José Sarney da Costa, toma posse como presidente da República.

Abril Morte de Tancredo Neves.

Maio Emenda constitucional permite o voto aos analfabetos.

Novembro Decretada a emenda constitucional n. 26, que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte a ser realizada em 1987.

1986

Março Governo lança o Plano Cruzado, um pacote de medidas econômicas que incluía uma reforma monetária e visava conter o aumento da inflação.

Novembro Eleição de deputados para a Assembleia Nacional Constituinte.

Lançado o Plano Cruzado II, com novas medidas para conter a inflação.

1987

Fevereiro Em meio à crise no balanço de pagamentos, o governo declara a moratória da dívida externa brasileira.

Instalação da Assembleia Nacional Constituinte em Brasília.

Junho Governo anuncia novo plano econômico para reduzir a inflação, o chamado Plano Bresser.

1988

Outubro Nova Constituição para o Brasil é outorgada pela Assembleia Nacional Constituinte.

Dezembro Assassinato de Chico Mendes, ativo defensor dos direitos dos seringueiros e dos trabalhadores rurais no norte do país.

1989

Janeiro Na tentativa de interromper o processo inflacionário, o governo lança mais um plano econômico, o Plano Verão.

Dezembro Após disputa no segundo turno, Fernando Collor de Mello é declarado vencedor das primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960.

MUNDO

Junho Forças militares massacram estudantes na praça da Paz Celestial, em Pequim, China.

Novembro Queda do Muro de Berlim, na Alemanha.

1990

Março Fernando Collor de Mello assume a Presidência da República e divulga novo plano econômico para combater a inflação, o chamado Plano Collor, que, entre outras medidas, promove o bloqueio das aplicações financeiras dos brasileiros durante dezoito meses.

Collor anuncia reforma administrativa que inclui a extinção de ministérios e a demissão de funcionários públicos.

Abril Governo lança o Programa Nacional de Desestatização, para privatização de empresas públicas.

Julho Promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Setembro Promulgação do Código de Defesa do Consumidor.

MUNDO

Fevereiro Após 28 anos de prisão, o ativista na luta contra o *apartheid*, Nelson Mandela, é libertado na África do Sul.

Outubro Reunificação da Alemanha.

1991

Fevereiro Governo anuncia novo plano econômico para conter a inflação, o Plano Collor II.

MUNDO

Fevereiro Forças do Iraque invadem o Kuwait e tem início a Guerra do Golfo.

Março Assinatura do Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, prevendo a criação de um mercado comum entre os países a partir de 1995, o Mercosul.

Dezembro Após a independência de vários países ligados ao regime, o presidente soviético Mikhail Gorbachev anuncia oficialmente o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

1992

Junho Acontece no Rio de Janeiro a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), reunindo dirigentes políticos de todo o mundo.

Outubro Collor é afastado da Presidência da República após abertura de processo de *impeachment* com base em acusações de corrupção. O vice-presidente, Itamar Augusto Cautiero Franco, assume o cargo.

Ação policial para conter rebelião na Casa de Detenção de São Paulo termina com a morte de mais de cem detentos.

Dezembro Fernando Collor renuncia à Presidência da República no mesmo dia em o que processo de *impeachment* é julgado no Senado. Itamar Franco é efetivado na Presidência da República.

MUNDO

Fevereiro Países membros da Comunidade Europeia assinam o Tratado de Maastricht, alterando seu nome para União Europeia e avançando no processo de integração.

1993

Abril Conforme previsto na Constituição de 1988, é realizado plebiscito sobre o sistema de governo brasileiro, vencendo o presidencialismo.

Maio Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda com o objetivo reduzir a inflação no país. Nos próximos meses, o ministro inicia um plano de estabilização econômica que visa conter a aceleração dos preços e implantar uma nova moeda no país no ano seguinte.

Junho Massacre de Haximu, em que garimpeiros assassinam índios ianomâmis em Rondônia.

Julho Policiais militares matam menores de rua e sem-teto em chacina em frente à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro.

Agosto Após o assassinato de quatro policiais militares, cerca de cinquenta homens encapuzados invadem a favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, executando 21 pessoas.

MUNDO

Junho Realizada em Viena, Áustria, a 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos.

1994

Junho Promulgada a Lei Antitruste, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.

Julho Dando continuidade a uma série de medidas adotadas no ano anterior, uma nova moeda é adotada no país, o real.

Outubro Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República.

MUNDO

Maio Nelson Mandela torna-se o primeiro presidente negro da África do Sul.

1995

Janeiro Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República.

Agosto Em Corumbiara, Rondônia, integrantes do MST são mortos após conflitos com policiais.

Novembro Emenda constitucional põe fim ao monopólio estatal da exploração do petróleo.

Dezembro Promulgada a lei que reconhecia a morte de pessoas desaparecidas em virtude da participação em atividades políticas entre 1961 e 1979, criando uma comissão especial para investigar esses desaparecimentos e estipular indenizações.

MUNDO

Janeiro Entra em atividade a Organização Mundial do Comércio.

1996

Abril Ação policial no Pará contra invasão do MST termina com a morte de dezenove pessoas.

Maio Decreto governamental institui o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

MUNDO

Dezembro O presidente sul-africano Nelson Mandela assina a nova Constituição do país, extinguindo o regime de *apartheid*.

1997

Abril Governo promulga lei que define os crimes de tortura.

Junho Emenda constitucional permite a reeleição de governadores, prefeitos e presidente da República.

Julho Lei Geral das Telecomunicações acaba com o monopólio estatal no setor.

Promulgação da lei que define os mecanismos para a implementação no Brasil do Estatuto dos Refugiados, de 1951.

Setembro Instituído o Código de Trânsito Brasileiro.

MUNDO

s.d. Crise financeira na Ásia desequilibra a economia mundial.

1998

Outubro Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente da República.

MUNDO

Agosto Rússia declara moratória da dívida e agrava crise financeira mundial.

1999

Janeiro Fernando Henrique Cardoso toma posse no seu segundo mandato presidencial.

Fevereiro Publicação da Lei dos Genéricos, que regulariza a produção de medicamentos genéricos no país.

Março Promulgação da lei que regula a criação de organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

MUNDO

Janeiro Países membros da União Europeia adotam o euro como moeda comum.

Março Início dos conflitos entre forças da OTAN e do exército iugoslavo na região do Kosovo.

s.d. Conflitos armados marcam a independência do Timor Leste.

2000

Maio Promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo limites para os gastos governamentais.

Junho Governo lança o Plano Nacional de Segurança Pública.

2001

s.d. País enfrenta racionamento de energia elétrica.

MUNDO

Setembro A organização terrorista Al-Qaeda utiliza aviões de passageiros em atentados contra o World Trade Center e a sede do Pentágono, nos Estados Unidos. Em resposta, o governo norte-americano inicia guerra no Afeganistão.

Dezembro Governo argentino declara moratória da dívida.

2002

Janeiro Promulgação de novo Código Civil.

Maio Governo institui novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2).

Outubro Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República.

Dezembro Governo aprova decreto que permite o sigilo eterno de documentos ultrassecretos.

2003

Janeiro Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República.

Ganham *status* de ministério a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Março Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Outubro	Promulgação do Estatuto do Idoso.
Dezembro	Promulgação do Estatuto do Desarmamento, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no país.
	Governo lança o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

MUNDO

Março	Forças lideradas pelo exército norte-americano iniciam guerra contra o regime de Saddam Hussein, no Iraque.
Agosto	O brasileiro Sergio Viera de Mello, alto comissário das Nações Unidas pelos Direitos Humanos, é morto em atentado em Bagdá.
Dezembro	O ex-presidente do Iraque, Saddam Hussein, é capturado por forças norte-americanas.

2004

Abril	Promulgada no Brasil a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.
Maio	Tropas brasileiras são enviadas para integrar missão da ONU no Haiti.
Dezembro	Aprovada a emenda constitucional que reforma o Poder Judiciário.

MUNDO

Março	Atentados a bomba em Madri deixam quase duzentos mortos.

2005

Fevereiro	Promulgação da Lei das Falências.
Março	Aprovação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
Maio	Promulgação da Lei de Biossegurança, gerando polêmica sobre a constitucionalidade do uso de células-tronco embrionárias em pesquisa científicas.
Outubro	Referendo popular decide pela não proibição do comércio de armas de fogo.

MUNDO

Julho	Atentados a bomba atingem o metrô de Londres.
	Na capital britânica, o brasileiro Jean Charles de Menezes é assassinado por policiais ao ser confundido com um terrorista.

2006

Maio	Em São Paulo, a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) realiza uma série de ataques contra as forças públicas, resultando em mais de cem mortos.
Agosto	Promulgação da Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Promulgada a lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Outubro — Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito para um segundo mandato.

2007

Janeiro — Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como presidente da República pela segunda vez.

Março — O ex-ativista político de extrema esquerda Cesare Battisti, acusado de assassinato na Itália, é preso no Rio de Janeiro.

Outubro — Lei institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

2008

Março — Aprovação do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Maio — Supremo Tribunal Federal aprova o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

MUNDO

s.d. — Crise financeira iniciada nos Estados Unidos abala a economia mundial.

Dezembro — Barack Obama é o primeiro presidente negro eleito nos EUA.

2009

Janeiro — O ministro da Justiça, Tarso Genro, concede refúgio político ao italiano Cesare Battisti.

Abril — Supremo Tribunal Federal declara inconstitucional a lei de imprensa instituída em 1967.

Junho — Governo decreta o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Dezembro — Aprovada a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

2010

Abril — Supremo Tribunal Federal estabelece que decisão sobre repatriação do italiano Cesare Battisti cabe ao presidente da República.

Supremo Tribunal Federal vota pela manutenção da Lei da Anistia.

Junho — Promulgação da Lei da Ficha Limpa, que decreta a inelegibilidade de candidatos políticos condenados em decisão colegiada de segunda instância pela justiça.

Julho — Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Outubro — Dilma Vana Rousseff torna-se a primeira mulher eleita presidente da República no Brasil.

Novembro — Após uma série de ataques de facções criminosas pela cidade, forças de segurança pública, com auxílio de militares, invadem o complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, iniciando programa de pacificação.

Dezembro O presidente Lula decide contra a extradição do ex-ativista italiano de extrema esquerda Cesare Battisti.

MUNDO

Janeiro Terremoto no Haiti deixa centenas de milhares de mortos, dentre eles a médica brasileira Zilda Arns Neumann, coordenadora internacional da Pastoral da Criança.

Novembro O site Wikileaks divulga na internet documentos secretos do serviço diplomático norte-americano.

2011

Janeiro Dilma Vana Rousseff assume a Presidência da República.

Maio Decisão do Supremo Tribunal Federal estabelece o reconhecimento civil da união homoafetiva.

Novembro Governo promulga nova Lei de Acesso à Informação.

Criação da Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar.

MUNDO

Janeiro Revolta popular destitui Zine el-Abidine Ben Ali do governo da Tunísia.

Fevereiro Em meio a uma onda de protestos, Hosni Mubarak deixa o poder no Egito.

Maio Governo americano anuncia a morte de Osama bin Laden, líder da organização terrorista Al-Qaeda.

Outubro Após revolta popular que derrubou o governo, o ex-ditador da Líbia, Muamar Kadafi, é assassinado.

Dezembro Governo anuncia novas medidas do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: fev. 2012.

ADORNO, Sergio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Agenda brasileira*: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 554-565.

ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de Andrade. *História constitucional do Brasil*. 9. ed. Brasília: Ed. OAB, 2008.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Os presidentes e a República*: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, 2009.

BARCELOS, Fábio Campos; GABLER, Louise. *Entre caminhos e descaminhos*: o Estado brasileiro e a organização do Poder Executivo (1990-1994). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. (Publicações Históricas; 101) (Cadernos Mapa; n. 3 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/wp-content/uploads/2011/09/Entre-caminhos-e-descaminhos.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2012.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionario biblioghafico brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. 7 v.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Ministros da Marinha*: notas biográficas, 3ª série, 1865-1889. Imprensa Naval: Rio de Janeiro, 1959.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946*: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. 2 v.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Ações educativas da Comissão de Anistia: relatório de gestão 2007-2010. Brasília, 2010.

_____. Marinha. *Biografias dos ministros da Marinha na República*: de 1889 a 1931. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.

_____. Congresso. Senado Federal. *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro*: 1826-1999. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Informação e Documentação, 1999.

_____. Congresso. Senado Federal. *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros*: de 1826 a 1986. Brasília, 1986.

_____. Ministério da Fazenda. *Ministros da Fazenda, 1822-1972*. Rio de Janeiro, 1972.

_____. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Dados biográficos dos ministros*: 1861-1961. Rio de Janeiro, 1961.

_____. Presidência da República. *Balanço do governo*: 2003-2010. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CABRAL, Dilma (org.); CAMARGO, Angélica Ricci. A casa real, as secretarias de Estado e outros órgãos da administração central. In: _____. *Estado e administração*: a corte joanina no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. p. 47-61.

CALDEIRA, Jorge. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

CALMON, Pedro. *História do Ministério da Justiça* (1822-1972). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.

CAMARGO. Mônica Ovinski de. O *habeas corpus* no Brasil Império: liberalismo e escravidão. *Sequência*, Florianópolis, n. 49, p. 71-94, dez. 2004.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 309-326.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Dimensiones de la ciudadanía en el Brasil del siglo XIX. In: SÁBATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y fomación de las naciones*: perspectivas históricas de América Latina. México: FCE, COLMEX, FHA, 1999. p. 321-344.

_____. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *A construção da ordem*: a elite política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã*: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

CORTÊS, C. *Homens e instituições no Rio*. Rio de Janeiro: Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, 1957.

COSER, Ivo. Federal/Federalismo. In: FERES JUNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 91-118.

COSTA, Emilia Viotti da. *Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: IEJE, 2001.

_____. *Da monarquia à República*: momentos decisivos. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set.-out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*: o tempo do nacional-estatismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 213-239.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1835). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822*: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 160-184.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2010. (Didática, 1).

FERNANDES, Jorge Batista. A Constituinte de 1890-1891: a institucionalização dos limites da cidadania. *Acervo* – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1-2, p. 53-68, jan.-dez. 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves de Almeida. *O Brasil republicano*: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 167-205.

FRAGOSO, João Luís; SILVA, Francisco C. T. da. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 197-232.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166-195.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *O fiador dos brasileiros*: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 63-83, 2001.

GUIMARÃES, Argeu. *Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1838.

GUTEMBERG, Claudia; GUTEMBERG, Luiz; NOGUEIRA, Octaciano. *História da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: _____ (org.). *História geral da civilização brasileira*. t. II, v. 1: O processo de emancipação. São Paulo: Difel, 1962. p. 9-39.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

JORNAL DO SÉCULO. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. 19 nov.-31 dez. 2000. (Corresponde ao período 1901-1990).

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LACOMBE, Américo Jacobina; TAPAJÓS, Vicente. *Organização e administração do Ministério da Justiça no Império*. Brasília: Funcep; Ministério da Justiça, 1986.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Os chefes do Executivo Fluminense*. Petrópolis, RJ: Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Assuntos Culturais/Museu Imperial, 1973. (Série Monografias, 1).

LAFER, Celso. Apresentação. In: BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. V-XVIII.

_____. O significado da República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. v. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a. p. 15-38.

_____. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b. p. 346-391.

MATTOS, Ilmar R. de. A teia de Penélope: liberdades e hierarquias. In: _____. *O tempo saquarema*: a formação do Brasil imperial. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 205-291.

_____. Luzias e saquaremas: liberdades e hierarquias. In: _____ . *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 115-204.

_____. Do Império à República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.

MELO, Josemar Henrique. *A ideia de arquivo*: a secretaria do governo da capitania de Pernambuco (1687-1809). Dissertação (Doutorado em Ciências Documentais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2006. 2 v.

MONTEIRO, Norma de Góis (coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Período Republicano. 1889/1991. v. 1. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

MOURA, João Dunshee de Abranches. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*: apontamentos biográficos sobre todos os presidentes e vice-presidentes da República, ministros de Estado, e senadores e deputados ao Congresso Nacional, 1889-1917. São Paulo: M. Abranches, 1918.

NEVES, Guilherme Pereira das. Questão religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 609.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras*: 1824. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

_____; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, 1973. 2 v.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 117-134, 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cidadania e luta por direitos na Primeira República*: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo* – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 113-129, jan.-jun. 2009.

_____ . Portugueses e a luta pelo alargamento de direitos e pela cidadania no final do século XIX e início do século XX. In: SOUZA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.). *Nas duas margens*: os portugueses no Brasil. Porto: Cepese, 2009. p. 69-94.

_____ . Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional. *Locus* – Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 11-33, 2007.

_____ . O povo na rua e na justiça, a construção da cidadania e luta por direitos: 1889-1930. In: LONGHI, P.; BRANCO, M. do S.; SAMPAIO, M. da P. (coord.). *Autos da memória*: história brasileira no Arquivo da Justiça Federal. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos/Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 155-223.

RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Imprensa Nacional, 1946.

ROCHA, Sonia. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A137.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

RODRIGUES, Celso. *Assembleia Constituinte de 1823*: ideias políticas na fundação do Império brasileiro. Curitiba: Jiruá, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.

SADEK, Maria Tereza Aina. Justiça e direitos: a construção da igualdade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Agenda brasileira*: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 324-333.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 43-64.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência do Brasil*: novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 209-240.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo*: um autorretrato (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. UnB, 1983.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 199-228.

SILVEIRA, Alarico. *Enciclopédia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

SISSON, S. A. Galeria dos brasileiros ilustres. v. I-II. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: fev. 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOUZA, José Inácio. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937.

VERSIANI, Maria Helena. *Cronologia da República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002.

VILLA, Marco Antônio. *A história das constituições brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011.

WILDBERGER, Arnold. *Os presidentes da província da Bahia*: efectivos e interinos, 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1949.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Sítios consultados

Academia Brasileira de Letras
www.academia.org.br

Arquivo Nacional. Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República
www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site

Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)
www.an.gov.br/sian

Arquivo Público Mineiro
www.siaapm.cultura.mg.gov.br

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
www.al.pb.gov.br

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
www.alepe.pe.gov.br

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
www.alerj.rj.gov.br

Associação Brasileira de Imprensa
www.abi.org.br

Biblioteca da Presidência da República
www.biblioteca.presidencia.gov.br

Câmara dos Deputados
www.camara.gov.br

Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo
cdcc.usp.br

Centro de Memória Unicamp
www.centrodememoria.unicamp.br

Centro de Referência da História Republicana Brasileira
www.republicaonline.org.br

Colégio Brasileiro de Genealogia
www.cbg.org.br

Estadão.com.br
www.estadao.com.br

Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
www.direitouerj.org.br

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
www.direito.usp.br

Folha de S. Paulo
www1.folha.uol.com.br

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br

Fundação Ulysses Guimarães
www.fug-rs.org.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br

Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
www.iepha.mg.gov.br

Instituto Histórico de Petrópolis
www.ihp.org.br

Jornal do Brasil
www.jblog.com.br/hojenahistoria.php

Ministério da Fazenda
www.fazenda.gov.br

Ministério das Relações Exteriores
www2.mre.gov.br

Ministério Público Federal
www.pgr.mpf.gov.br

Museu Paulista. Universidade de São Paulo
www.mp.usp.br

O Globo
oglobo.globo.com

Organization of American States
www.oas.org

Planalto.gov.br
www.planalto.gov.br

Portal Brasil
www.brasil.gov.br

Portal da Memória. Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo
www.oabsp.org.br/portaldamemoria

Portal Senadores
www.senado.gov.br/senadores

Rede de Memória Virtual Brasileira
bndigital.bn.br/redememoria

Revista de História
www.revistadehistoria.com.br

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
www.ihgb.org.br

Serviço Geológico do Brasil
www.cprm.gov.br

Superior Tribunal de Justiça
www.stj.gov.br

Supremo Tribunal Federal
www.stf.jus.br

Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
www.tjm.mg.gov.br

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
www.tre-sc.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral
www.tse.jus.br

Universidade Federal de Pernambuco
www.ufpe.br

Imagens

p. 13. Aclamação de d. Pedro, primeiro imperador do Brasil, no Campo de Santana, Rio de Janeiro. DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, epoques de l'avénement et de I'abdication de S.M. D. Pedro 1er.* Paris: Firmind Didot Frères, 1834-1839, v. 3, pl. 47. Arquivo Nacional. OR 1909

p. 16. Decreto de 3 de julho de 1822. Reprodução cedida pelo Ministério da Justiça

p. 18. Antiga sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça na rua do Passeio, Rio de Janeiro. Reprodução cedida pelo Ministério da Justiça

p. 19. Capa da Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Arquivo Nacional. Fundo Constituições e Emendas Constitucionais. BR AN,RIO DK

p. 21. Desembargadores chegando com suas vestimentas ao Palácio da Justiça. DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil...*, v. 3, pl. 27. Arquivo Nacional. OR 1909

p. 23. Figurinos dos uniformes dos oficiais pertencentes aos comandos superiores da Guarda Nacional do Império. Arquivo Nacional. Documentos Iconográficos G157

p. 25. Mercado de negros. RUGENDAS, Johann Moritz. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Trad. M. de Golbery. Paris: Engelmann & Cie., 1835. 4ª div., pl. 03. Arquivo Nacional. OR2119

p. 26. Relação dos condenados existentes nesta data na Casa de Correção da Corte. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. BR AN,RIO 4T. Cx. 773, pct.1

p. 29. Alegoria à Lei do Ventre Livre. Arquivo Nacional. Documentos Iconográficos. DAC/SDI G11

p. 31. Carta de bacharel da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda. Arquivo Nacional. Coleção Itens Documentais. QN 68.7

p. 32. Lei Áurea. Arquivo Nacional

p. 33. Etiqueta para tecido. Arquivo Nacional. Série Indústria e Comercio. IC3 46, registro 1564

p. 35. Alegoria à República. Ilustração do periódico *O Mequetrefe*. Arquivo Nacional. J329 Capa n. 467

p. 37. Capa da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Arquivo Nacional. Fundo Constituições e Emendas Constitucionais. BR AN,RIO DK

p. 39. O presidente Hermes da Fonseca em visita ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Arquivo Nacional. Fotografias Avulsas. BR RJANRIO O2.FOT.467.1

p. 40. Estudantes em frente ao prédio da Faculdade de Direito de São Paulo. Arquivo Nacional. Fotografias Avulsas. BR RJANRIO O2.FOT.199.1

p. 43. Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 18089 (211)

p. 45. Capa da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Arquivo Nacional. Fundo Constituições e Emendas Constitucionais. BR AN,RIO DK

p. 47. Transferência dos presos envolvidos na Intentona Comunista de 1935. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 5620 (7)

p. 48. Comício em homenagem ao presidente Getúlio Vargas. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 18089 (57)

p. 49. Comemoração do aniversário de Vargas no Palácio Tiradentes. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 18089 (320)

p. 51. Presidente Juscelino Kubitschek. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 6413 (2)

p. 53. Campanha pela legalidade. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 6415 (53)

p. 54. Manifestação em apoio a João Goulart. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 6414 (18)

p. 56. Construção do prédio do Ministério da Justiça em Brasília. Reprodução cedida pelo Ministério da Justiça

p. 59. Tanques em frente ao Ministério do Exército. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 5609 (39)

p. 61. Reunião do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 1995 (6)

p. 64. Manifestante arremessando pedra. Arquivo Nacional. Correio da Manhã PH.0.FOT. 229 (378)

p. 67. Manifestação contra o regime militar. Arquivo Nacional. Correio da Manhã. PH.0.FOT. 229 (210)

p. 69. O presidente José Sarney recebe a Constituição de 1988. Acervo Radiobrás

p. 70. Cartaz em comemoração aos 40 anos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Reprodução cedida pelo Ministério da Justiça

p. 75. Prédio do Ministério da Justiça em Brasília. Reprodução cedida pelo Ministério da Justiça. Fotografia de Isaac Amorim ACS/MJ.

